



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



PÁGINAS DE UM NOVO TEMPO:
A INVENÇÃO DO CORPO INFANTIL E AS IMAGENS DA INFÂNCIA NO BOLETIM
DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA PARAÍBA (1947-1955)

José dos Santos Costa Júnior

Orientadora:

Profa. Dra. Telma Cristina Delgado Dias Fernandes

Co-Orientadora:

Profa. Dra. Natália Monzón Montebello

Linha de pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA - PB
Fevereiro 2017

José dos Santos Costa Júnior

PÁGINAS DE UM NOVO TEMPO:

A INVENÇÃO DO CORPO INFANTIL E AS IMAGENS DA INFÂNCIA NO BOLETIM
DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA PARAÍBA (1947-1955)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora:

Profa. Dra. Telma Cristina Delgado Dias Fernandes

Co-Orientadora:

Profa. Dra. Natália Monzón Montebello

JOÃO PESSOA

Fevereiro de 2017

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

C837p Costa Júnior, José dos Santos.
Páginas de um novo tempo: a invenção do corpo infantil e
as imagens da infância no boletim da Legião Brasileira de
Assistência na Paraíba (1947-1955) / José dos Santos Costa
Júnior. - João Pessoa, 2017.
280 f. : il. -

Orientadora: Telma Cristina Delgado Dias Fernandes.
Coorientadora: Natália Monzón Montebello.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/ CCHLA

1. História da Paraíba. 2. Infância. 3. Legião Brasileira de
Assistência - LBA. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 94(813.3)(043)

José dos Santos Costa Júnior

PÁGINAS DE UM NOVO TEMPO:

**A INVENÇÃO DO CORPO INFANTIL E AS IMAGENS DA INFÂNCIA NO BOLETIM
DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA NA PARAÍBA (1947-1955)**

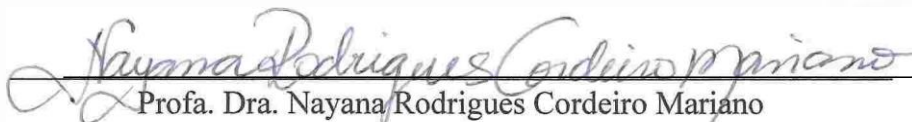
Avaliado em ____/____/2017, com conceito ____

DEFESA



Profa. Dra. Telma Cristina Delgado Dias Fernandes
PPGH-UFPB – Orientadora

Profa. Dra. Natália Monzón Montebello
PPGH-UFPB – Co-Orientadora



Profa. Dra. Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano
PPGH-UFPB – Titular Interna

Profa. Dra. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
PPGH-UFPB – Suplente Interna

Profa. Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento
PPGH-UFCG – Titular Externa

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
PPGH-UFCG – Suplente Externo

Criança

Cabecinha boa de menino triste,
de menino triste que sofre sozinho,
que sozinho sofre – e resiste.

Cabecinha boa de menino ausente,
que de sofrer tanto se fez pensativo,
e não sabe mais o que sente...

Cabecinha boa de menino mudo
que não teve nada, que não pediu nada,
pelo medo de perder tudo.

Cabecinha boa de menino santo
que do alto se inclina sobre a água do mundo
para mirar seu desencanto.

Para ver passar numa onda lenta e fria
a estrela perdida da felicidade
que soube que não possuiria.

Cecília Meireles

Aos meus pais, José (em memória) e Geralda, com amor.

Para Telma, Natália e Carla, com gratidão.

RESUMO

Entre palavras e gestos, entre imagens e enunciados numéricos (como signos do controle demográfico) a infância foi historicamente analisada na Paraíba, entre as décadas de 1940 e 1950, como um problema político, mas de um modo diferente do que ocorreu em outros momentos históricos. Por meio da comissão estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi desenhada toda uma política que tomou a vida infantil como objeto de definição e prescrição, sendo articulada e legitimada por saberes médicos, jurídicos e pedagógicos que circulavam na época. Este texto analisa os discursos por meio dos quais a infância foi inventada como objeto de governo e o corpo infantil como superfície de uma série de acontecimentos e saberes que visaram cuidar, educar, higienizar e disciplinar, produzindo esse corpo histórica e culturalmente. Para tanto, analiso uma série de textos e imagens presentes no Boletim da LBA, um periódico produzido por essa instituição com o objetivo de dar visibilidade e repercussão às políticas desenvolvidas no estado e no país em torno da infância e maternidade. Articulando-o com outras fontes impressas que circularam na época, construo os procedimentos de uma genealogia das práticas de governo da infância. O corpo é uma invenção histórica e o corpo infantil não escapa a isso, na medida em que foi urdido historicamente em relações de poder e saber que o fabricaram como objeto de um governo. Dialogando com as formulações teórico-metodológicas de Michel Foucault acerca da genealogia e da biopolítica e com Giorgio Agamben em torno da vida nua e as relações entre Estado, população e vida, procuro pensar sobre as tecnologias por meio das quais uma política sobre a vida infantil emergiu na Paraíba e no Brasil no período em análise, criando os contornos para que um poder sobre a vida – e uma determinada forma de pensar o futuro da criança como futuro da nação – fosse historicamente possível.

Palavras-chave: Infância. Legião Brasileira de Assistência. Fotografia. Corpo. História da Paraíba.

ABSTRACT

Between words and gestures, between images and numerical statements (as signs of demographic control), the childhood was historically analyzed in the Paraíba, between the 1940s and 1950s, as a political problem, but in a different way than in other historical moments. Through the state commission of the Brazilian Legion of Assistance (LBA) was designed a whole policy that took the life of children as an object of definition and prescription, being articulated and legitimized by medical, legal and pedagogical knowledge that circulated at the time. This text analyzes the discourses through which the childhood was invented as an object of government and the infant body as the surface of a series of events and knowledges that aimed at caring, educating, sanitizing and disciplining, producing this body historically and culturally. Therefore, I analyze a series of texts and images present in the Bulletin of the LBA, a journal produced by this institution with the objective of giving visibility and repercussion to the policies developed in the state and in the country around childhood and maternity. Articulating it with other printed sources that circulated at the time, I construct the procedures of a genealogy of the practices of government of the childhood. The body is a historical invention and the infant body does not escape this, inasmuch as it has been historically constructed in relations of power and knowledge that fabricated it as the object of a government. Dialoging with Michel Foucault's theoretical-methodological formulations on genealogy and biopolitics and with Giorgio Agamben on bare life and the relations between state, population and life, I try to think about the technologies through which a policy on child life Emerged in Paraíba and Brazil in the period under review, creating the contours so that a power over life - and a certain way of thinking about the future of the child as the future of the nation - was historically possible.

Keywords: Childhood. Brazilian Legion of Assistance. Photography. Body. History of Paraíba.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 Enfermeiras cuidam de criança em hospital assistido pela LBA	p. 36
Fig. 2 Capa - Boletim da LBA, Comissão Estadual, Ano VI, Nº 36, Jul/Ago/Set., 1952.....	p. 42
Fig. 3 Capa - Boletim LBA, Ano I, Junho de 1947, n. 2.	p. 44
Fig. 4 Capa - Boletim da LBA, Ano III, Janeiro e Fevereiro de 1949, n. 16.	p. 44
Fig. 5 Fotografia da I Convenção Nacional da Legião Brasileira de Assistência realizada no Rio de Janeiro em maio e junho de 1947.	p. 51
Fig. 6 Fotografia da I Convenção Nacional da Legião Brasileira de Assistência realizada no Rio de Janeiro em maio e junho de 1947.	p. 59
Fig. 7 O órgão oficial de comunicação do Estado divulga em sua matéria os recursos doados pela LBA para as escolas da capital visando a inserção da merenda escolar diária.....	p. 60
Fig. 8 Fogão usado na escola Antonio Pessoa, na capital.	p. 64
Fig. 9 Cenas de cuidado com o corpo infantil.	p. 102
Fig. 10 Campanha Nacional da Criança.	p. 106
Fig. 11 Capa - Boletim da LBA, Ano III, n. 16, Janeiro e Fevereiro de 1949.	p. 112
Fig. 12 Da esquerda para a direita tem-se as edições de novembro e dezembro de 1949 (Ano III, n. 21) e a de janeiro e fevereiro de 1950 (Ano IV, n. 22).....	p. 123
Fig. 13 Alice Carneiro recebe doação para a LBA.	p. 125
Fig. 14 Da esquerda para a direita tem-se os exemplares de Março e Abril de 1950 (Ano IV, n. 23) e o de Janeiro e Fevereiro de 1951 (Ano V, n. 27).	p. 132
Fig. 15 Da esquerda para a direita tem-se as edições de Março e Abril de 1951 (Ano V, n. 28) e Maio e Junho de 1951 (Ano V, n. 29).	p. 133
Fig. 16 Semana da Criança – Solucionando o problema do aleitamento materno para as mães trabalhadoras.	p. 135
Fig. 17 Da esquerda para a direita tem-se as edições de Julho e Agosto de 1951 (Ano V, n. 30) e Novembro e Dezembro de 1951 (Ano V, n. 32).	p. 139
Fig.18 Da esquerda para a direita tem-se as edições de janeiro e fevereiro de 1952 (Ano VI, n. 33) e outubro, novembro e dezembro de 1952 (Ano VI, n. 37).	p. 142
Fig. 19 NATAL DOS ASSISTIDOS DA L.B.A – Em frente a sede da L.B.A. os portadores de cartões aguardam a distribuição.	p. 146
Fig. 20 Da esquerda para a direita tem-se as edições de Abril, Maio e Junho de 1953 (Ano VII, n. 39) e Julho, Agosto e Setembro de 1953 (Ano VII, n. 40).	p. 150

Fig. 21 Conselhos às Mães. Boletim da LBA, Ano VII, n. 39, abril, maio e junho de 1953.	p. 151
Fig. 22 Posto de Puericultura da L.B.A. em Pombal – Distribuição do café as mães assistidas no Posto de Puericultura, que a L.B.A mantém em Pombal, vendo-se também o Pe. Vicente Freitas, presidente da C.M., dr. Atencio Wanderley, enfermeira e senhoras da sociedade local.....	p. 154
Fig. 23 Da esquerda para a direita tem-se as edições de outubro, novembro e dezembro de 1953 (Ano VII, n. 41) e janeiro e a junho de 1955 (Ano IX, n. 45).	p. 156
Fig. 24 Da esquerda para a direita tem-se as edições de maio e junho de 1952 (Ano VI, n. 35) e março e abril de 1952 (Ano VI, n. 34).	p. 159
Fig. 25 Posto de Puericultura de Caiçara.	p. 161
Fig. 26 Ivan Bichara na instalação do Posto de Puericultura de Caiçara.	p. 162
Fig. 27 Darcy Vargas, presidente e fundadora da Legião Brasileira de Assistência em 1942.	p. 164
Fig. 28 O casal Ruy e Alice Carneiro.	p. 167
Fig. 29 Alice Carneiro Capa (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais).	p. 169
Fig. 30 Alice Carneiro, Presidente da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba, distribuindo roupas e remédios à população pobre de João Pessoa.	p. 171
Fig. 31 Instituto de Proteção e Assistência à Infância criado em 1912 na Paraíba.	p. 189
Fig. 32 Orfanato Dom Ulrico criado em 1913 na Paraíba.	p. 190
Fig. 33 Coleção Paraíba Nomes do Século. Série Histórica, n. 35. Editora A União, 2000.	p. 194
Fig. 34 - Os meninos e o fotógrafo.	p. 198
Fig. 35 A seção “Direitos da Criança Brasileira” apareceu pela primeira vez já no primeiro ano de circulação da revista.	p. 205
Fig. 36 Eleanor Roosevelt, primeira-dama dos Estados Unidos da América, segurando o texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos.	p. 223
Fig. 37 Imagem que simboliza a ameaça da febre amarela aos países da América.	p. 230
Fig. 38 Curso de puericultura promovido pela LBA. Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA.	p. 232
Fig. 39 Professores e mulheres participantes do curso de puericultura.	p. 233
Fig. 40 Aprendendo puericultura: formação de voluntárias. Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA.	p. 238
Fig. 41 Profissionais da Legião em frente ao prédio do Hospital Cândida Vargas.	p. 240

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Mortalidade infantil na Paraíba	p. 88
Tabela 2: Mortalidade infantil na Paraíba	p. 89
Tabela 3: Classificação das obras sociais	p. 128
Tabela 4: Receita e despesas da Assistência às Vítimas da Seca – AVIS	p. 247

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CC – Comissão Central

CE – Comissão Estadual

CM – Comissão Municipal

DNCr – Departamento Nacional da Criança

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

FISI – Fundo Internacional de Socorro à Infância

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MES – Ministério da Educação e Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PROAMEV – Pró-Adolescentes Mulher, Espaço e Vida

SAM – Serviço de Assistência aos Menores

AGRADECIMENTOS

Durante esses anos todos em que estou fazendo do estudo o meu ofício, tenho contado com a ajuda de amigos e familiares que me inspiram e motivam quase diariamente. A começar pelos meus queridos pais, José (pedreiro, semianalfabeto, falecido a quase um ano, que sempre me apoiou nos meus investimentos no estudo, mesmo com seu silêncio) e Geralda (costureira, pessoa de quem pareço ter herdado a tagarelice e a quem dedico boa parte de minhas energias, orações, esperanças...). Apesar de não compreenderem totalmente meu ofício, minha vida acadêmica, meus pais nunca me negaram apoio, sempre me ajudaram da forma que puderam e sempre fizeram muito por mim, durante minha vida inteira.

Hoje já não tenho meu pai comigo e a condição de órfão, mesmo aos 26 anos de idade, é angustiante. Sei que se trata de uma dor que levarei daqui para frente, pois a experiência do mestrado – espécie de realização de um sonho – foi também marcada pela perda dolorosa do meu pai, ao lado de quem estive até o fim. Foi ao lado dele que eu estive enquanto li uma parte da bibliografia citada nesse trabalho. Leito hospitalar, diagnósticos nada estimulantes em relação ao meu pai e a necessidade de insistir em um sonho. Acreditar na possibilidade de superação pessoal, apesar da dor e além das imensas cobranças que me tomaram por dias a fio, tudo isso compôs uma jornada marcada por perdas, mas também por encontros importantes e aprendizados edificantes.

Tenho muito orgulho do meu pai, de tudo que ele fez por mim, do carinho que conseguimos construir, posto que foi um desafio que superamos juntos. Jamais esquecerei que foi ele quem me acordou cedinho durante os dias em que fiz as provas do Vestibular da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em 2010 e do ENEM para ingressar na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), onde fiz graduação. – “’Junin’... Já é cinco horas”, parece que ainda posso escutá-lo enquanto batia de leve na porta do meu quarto. Então, eu me erguia de sobressalto para seguir em busca de um sonho: fazer o curso universitário. E eu fiz, tendo sido aprovado para o curso de História da UEPB e da UFCG fiz a opção pela segunda universidade. Uma escolha que mudou minha vida, que me fez nascer para um novo mundo, para uma nova experiência a partir dos encontros e dos aprendizados que eu viria a construir na graduação em Licenciatura em História.

Nos dois primeiros anos do curso meu pai ainda esteve muito presente, porque era ele quem me acordava cedinho para ir às aulas. O fato é que de todas as pessoas da minha família meu pai foi aquele que mais me compreendeu. Digo isso com a maior das sinceridades, mas

lamento que tenha demorado um pouco para entender o seu silêncio. Percebi que foi por meio do seu silêncio que ele demonstrou sua compreensão sobre minhas escolhas, estilos, opções, condições... Nunca será tarde para agradecê-lo por tudo que fez por mim, por todas as oportunidades que me deu e pela imensa satisfação de hoje poder ter dado passos importantes em minha trajetória pessoal e profissional sabendo que segui o seu exemplo de honestidade e simplicidade diante da vida.

Minha mãe, apesar das inúmeras diferenças que marcam nossa relação é, no fim das contas, a companheira de sempre. É quem tolera minhas tensões e irritações diante dos prazos, cobranças e responsabilidades que a vida me impõe. Obrigado por tudo! Obrigado simplesmente por tudo que já me proporcionou e por sempre me acolher!

A trajetória no mestrado foi marcada por encontros realmente sensacionais. Acredito que sem as presenças de Telma, Natália e Carla esta pesquisa e esse texto teriam tomado dimensões e caminhos muito distintos e estou certo de que foi melhor ter trilhado esse caminho aqui registrado. Essas três mulheres serão sempre lembradas por mim como verdadeiras amigas! Professoras generosas, rigorosas, afetuosas e atentas para os trabalhos que lhes chegam às mãos, elas parecem estar sempre dispostas a contribuir e a oferecer ajuda de todas as formas. Meu muito obrigado, por tudo!

Com Cláudia Engler Cury, vivi um semestre muito intenso, pois tive uma maravilhosa oportunidade de estágio docência na área de Teoria da História e Historiografia, bem como a chance de participar de um curso que transformou meu olhar sobre minhas fontes (periódicos) na pós-graduação. Meu muito obrigado pelo carinho e generosidade exemplares!

Aos amigos Raquel (companheira de mestrado e de lar por alguns meses), Lays, Ivan e, em especial, ao meu xodó Sonally, eu agradeço pelo carinho de sempre e pela paciência diante de tantas ausências justificadas pela necessidade de realizar o mestrado da melhor forma possível. Aos amigos que encontrei no mestrado como Priscila, Thiago, Andrea Simone, Rodrigo, Marcos, Tatianne Ellen, Loyvia e Aline o meu enorme abraço e agradecimento pelo carinho, sugestões de leitura e trocas de aprendizado. Ao Luiz Mário, nosso representante discente no colegiado do PPGH-UFPB, eu agradeço a generosidade para lidar com a burocracia universitária e pelas oportunidades de aprendizado, troca de olhares sobre a História e a prática historiográfica.

Um agradecimento todo especial para meu querido amigo Paulo Souto Maior (amigo muito presente durante a escrita da dissertação e a seleção para o doutorado) por sua profunda generosidade e capacidade de acolher. Agradeço também a Regina Nascimento pelo afeto de

sempre, as oportunidades sempre tão generosas que me dá e o privilégio de poder contar com sua amizade sincera.

Maxwell Medeiros foi parceiro demais em todos os momentos em que precisei encontrar alguma bibliografia em PDF, assim como no momento em que precisei lidar com questões de tecnologia. Sua abertura, disponibilidade e generosidade são exemplos. Muito obrigado por tudo!

Rozeane Albuquerque Lima, Maxsuel Alves e Silêde Leila Oliveira Cavalcanti foram leitores do projeto de dissertação e estimularam-me para seguir estudando. Muito obrigado pelos sorrisos carinhosos, abraços cheios de afeto e leituras sempre tão cuidadosas!

Lucineide ajudou-me no processo de seleção ao hospedar-me em sua casa e me ajudando a ficar um pouco mais tranquilo na noite anterior à entrevista na UFPB. Tenho certeza que houve muita torcida para que eu conseguisse ingressar nessa nova etapa de estudos. Meu agradecimento mais sincero, prima!

Felipe Sales, como posso te agradecer? Você marcou demais, chegou em minha vida no momento em que o primeiro e cansativo ano do mestrado encerrava-se. Eu me via diante de um momento familiar muito sério com o agravamento da doença do meu pai e toda uma série de responsabilidades acadêmicas e extra acadêmicas. Você me ajudou a respirar! O meu carinho mais sincero e meu muito obrigado por tudo também!

Ao Pedro, um poeta com alma de menino, eu agradeço por todos os poemas, músicas e palavras de apoio durante uma boa parte deste percurso. Aprendi tanto contigo! Boas conversas e uma acolhida incomparável que me fazia pensar noutras coisas, noutros temas. Você sempre soube que é difícil me fazer desconectar e desacelerar, mas você me ajudou a pausar, a caminhar com passos mais lentos para poder renovar as energias necessárias. A sua lembrança remete-me a Fernando Pessoa e faz-me pensar no tempo que temos para “acertar nossas distâncias”, como ele nos diz em seu poema “Amigo”. Obrigado pelo incomparável carinho.

Nayana Rodrigues e Regina Nascimento foram muito generosas e atenciosas no exame de qualificação, permitindo-me (re) pensar uma série de questões sobre o objeto, as fontes e os desdobramentos que ainda poderiam ser dados na finalização do texto. Muito obrigado pela acolhida e generosidade nas leituras!

Lembro com gratidão das professoras Mirta e Elciete que me despertaram, respectivamente, para a paixão pela leitura e a escolha pela História como campo profissional. Anunciada Leal foi a primeira a acolher e apostar nos meus textos de ficção e na minha vontade de saber. Sem ela em minha vida certamente as coisas teriam tomado outros rumos.

Com sua ajuda decidi fazer da escrita uma maneira de afirmar a minha vida e isso me possibilitou romper preconceitos – ou pelo menos me colocar de maneira diferente diante deles –, reconstruir relações escolares e familiares e me conduzir de um modo diferente como um sujeito. Certamente ela saberá do que falo e do que sinto.

Agradeço ainda aos funcionários da Fundação Casa José Américo de Almeida, da biblioteca central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e também aos funcionários e à coordenação do PPGH-UFPB por sempre terem sido tão atentos e dispostos para me ajudar e orientar nos trâmites acadêmicos. Agradeço ao PPGH-UFPB por tudo a Capes pela concessão da bolsa de estudos.

Aos meus amigos e amigas, colegas, professores e familiares que torceram e continuam torcendo por mim e pela realização dos meus sonhos, agradeço pelas energias.

Para todos vocês o meu abraço mais carinhoso, sempre!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - *A infância e a História - do acontecimento ao texto*

Na travessia, um gesto	15
A <i>infância</i> como objeto do dizer alheio: um impasse	17
Uma arquitetura discursiva: a revista e as imagens da infância	27
Delimitações	34

I - MIRAGENS DO CORPO

O cenário e o corpo ou o corpo encenado	37
Educar, o verbo potenciado	58
Uma política da vida	82

II - CARTOGRAFIAS DA ASSISTÊNCIA

Espaços governáveis	113
O palco dos inomináveis	141
Alice Carneiro e a estrutura do gesto	169

III - NARRATIVAS DA ESPERANÇA

Direitos da criança, horizonte para a infância	199
Cidadania como promessa	215
Tempos de espera ou retóricas da esperança?	250

CONSIDERAÇÕES FINAIS	260
-----------------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	269
---------------------------	-----

FONTES	276
---------------------	-----

INTRODUÇÃO

A infância e a História - do acontecimento ao texto

Na travessia, um gesto

Terça-feira, 17 de fevereiro de 2007. Apesar do sol causticante decidi sair de casa e seguir ao encontro de uma amiga. Talvez a vontade maior fosse a de ficar em casa lendo os romances e novelas que já vinham despertando meus sonhos e estimulando uma fagulha de criatividade que há algum tempo já se materializava nos primeiros contos e textos que narravam histórias de crianças e adolescentes muito parecidos comigo, embora pertencessem ao universo imaginário em que eu os situava, como se a escrita fosse também um espaço de fuga e invenção de novas possibilidades de existência. Saí de casa, então, ao encontro de Midian. Os passos rápidos logo me fizeram chegar à esquina da casa de minha amiga. Foi então que ouvi, dessa esquina, uma voz que me chamava ao longe:

— Júnior.

Como não respondi de imediato a tal voz persistiu, enquanto se aproximava. Achegando-se, então, Marcelo disse:

— Júnior, eu estou fazendo as inscrições para as atividades da PROAMEV neste ano. Você não quer participar?

A conversa tinha se instalado tão rapidamente e, somada a minha pressa de chegar à casa de Midian, não me lembro de ter demonstrado interesse:

— Agora eu não posso, Marcelo — disse ainda. — Estou um pouco apressado porque vou à casa de Midian conversar com ela. Depois passo lá e faço a inscrição.

Antes que eu dissesse qualquer outra coisa a conversa foi encerrada com um gesto um pouco abrupto, instintivo, mediado por uma frase:

— Vamos agora, vai ser rápido – disse Marcelo me pegando pela mão e me levando para a sede da ONG que ficava logo adiante. Chegando lá, sentei-me diante dele e respondi a um questionário bastante objetivo que ele lia e eu respondia sucintamente. Explicou-me ainda sobre o projeto que ele iria coordenar naquele ano e que tinha o foco em adolescentes, visando abordar diversas questões ligadas à educação, orientação sexual, protagonismo – termo que, não sabendo o sentido político dele, só me remeteu naquele instante às protagonistas que conhecia por meio dos livros e das novelas da TV – direitos humanos, etc.

Despedi-me de Marcelo e saí dali com o compromisso de retornar na terça-feira seguinte para iniciar as oficinas do *Projeto Adolescência*, no qual ficaria por cerca de dois anos – avançando depois em outros processos formativos que ao longo do tempo me formariam como educador da instituição algum tempo depois. Naquele projeto aprendi o significado teórico e político do conceito “protagonismo” a partir das múltiplas experiências que a organização não governamental *Pró-Adolescentes, Mulher, Espaço e Vida* (PROAMEV) me deu¹. Os vários anos que se somaram àquele *acontecimento*, que se efetuiu numa esquina, foram marcados por descontinuidades e transformações diversas, formando-me como educador social e militante dos direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens dentro e fora do Brasil².

Naquela tarde quente de fevereiro de 2007 houve uma dobra no meu percurso, um deslocamento aparentemente momentâneo, pois ao sair da ONG eu fui efetivamente à casa de minha amiga, como tinha traçado ao sair de casa, e quando voltei sequer fiquei pensando como seriam as atividades na ONG a partir da semana que viria. Simplesmente voltei para minha rotina sem esperar muito do que iria se constituir depois. Mas foi justamente aquele “momento” marcado pelo signo da banalidade, aquele instante casual que abriu um outro campo de possibilidades para mim a partir dali, configurando-se em minha trajetória como verdadeiro *acontecimento*.

Mas o que é um acontecimento? Tema quente na historiografia, muito já se falou sobre isto e por hora me permito pensar com a historiadora francesa Arlete Farge que “o acontecimento (que sobrevém) é um momento, um fragmento de realidade que não tem

¹ *Pró-Adolescentes, Mulher, Espaço e Vida* (PROAMEV) é uma organização não governamental e filantrópica, que surgiu em 1999 como um grupo formado por mulheres e adolescentes dos bairros Acácio Figueiredo e Cidades, na zona Sul da cidade de Campina Grande, na Paraíba, para combater o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, tendo se tornado uma organização juridicamente formal em 2004. Em seus projetos tem contado com a parceria de diferentes instituições regionais, nacionais e internacionais como a Cáritas Alemã por meio de cooperação técnica e financeira, atuando em redes de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Preconizando as referências contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990) e em toda a legislação pertinente aos direitos da infância e juventude atua na formação de sujeitos na perspectiva dos direitos humanos e da cidadania participativa, tendo como público alvo de suas ações crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pais, profissionais das áreas de saúde e assistência social básica e comunidade em geral.

² A partir do trabalho na ONG, ao longo dos anos posteriores a 2007, pude participar de outros espaços e conhecer organizações como o Centro de Ação Cultural (CENTRAC), também localizada na cidade de Campina Grande, mas com atuação em todo o Brasil por meio do Programa Mercosul Social e Solidário (PMSS), “uma plataforma de trabalho que envolve 17 Organizações Não Governamentais (7 na Argentina, 3 no Brasil, 2 no Chile, 3 no Paraguai e 2 no Uruguai) que atuam no campo do desenvolvimento local, da educação e comunicação popular, da cidadania e da participação e cerca de 200 Organizações Sociais de Base (OS’s) desses países (jovens, mulheres, rurais e urbanos)”. A partir dessa organização tive a oportunidade de conhecer experiências de trabalho com a infância e a juventude em países como Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile. Ver: <http://centrac.org.br/programas/programa-mercosul-social-solidario/>. Acesso em 20 de jul. 2016.

nenhuma outra unidade além do nome que se lhe dá” sendo “já da ordem da desordem, do arrebitamento das percepções e do sentido” (FARGE, 2011, p. 71).

Na esteira aberta pelas reflexões de Michel Foucault, Arlete Farge pensa o acontecimento em sua singularidade e detalhe. Deste modo fala em captar o acontecimento em sua irrupção e como instituidor de uma diferença, o que o constitui como desafio do ponto de vista do conhecimento histórico. De acordo com Guilherme Castelo Branco (2011) a compreensão de Foucault sobre o estatuto ontológico do acontecimento aponta na direção de que o acontecimento não é lido como um fato ou “uma mera ocorrência para os órgãos sensoriais” visto que “é um efeito transitório decorrente da força inerente a toda coisa do mundo, a todo corpo, de onde emanam forças de diferentes tipos”, isto é, o acontecimento é efetivamente “um efeito temporário do jogo de forças e dos encontros corporais” (CASTELO BRANCO, 2011, p. 141).

Gilles Deleuze (2012), por sua vez, incita a pensar o acontecimento constituído naquilo que suscita, provoca e tomando em consideração sua extensão e intensidade do ponto de vista ético e político, resultando de um encontro entre forças distintas que tem no corpo seu ponto de ebulição e na subjetividade um efeito de transformação³.

Naquela tarde de fevereiro, o encontro – na esquina daquele bairro periférico – dois corpos se encontraram carregados de potências distintas. Aquele gesto de tomar-me pela mão tornou possível um *acontecimento* cujos efeitos seriam vivenciados de diferentes formas naquela organização social – e não apenas nela, visto os demais espaços pelos quais eu pude circular e conhecer. A partir dali, outra subjetividade se tornou possível, outro modo de ler o mundo e participar dele, o que me levou ao encontro com a História vista por mim como um canteiro de estudos.

A infância como objeto do dizer alheio: um impasse

Sendo a historiografia um dizer sobre o *outro*, uma enunciação possível a partir de um conjunto de referências alheias ao objeto que se fala, é interessante pensar sobre o objeto infância no seio dessa escrita. Como a escrita histórica tematiza e assume a voz da infância? Um primeiro impasse acerca desse objeto refere-se a uma questão conceitual e etimológica. “Enquanto objeto de estudo, a infância é sempre *um outro* em relação àquele que a nomeia e a

³ Para uma discussão em torno do conceito de acontecimento ver Cardoso Jr. (2005) em relação a Foucault, Veyne e Deleuze.

estuda. As palavras *infante*, *infância*⁴ e demais cognatos, em sua origem latina e nas línguas daí derivadas, recobrem um campo semântico ligado à ideia de *ausência de fala*” (LAJOLO, 1997, p. 229).

Deste modo, a infância⁵ é sempre dita, e por isso mesmo significada, pelo olhar do *outro* e – no caso da historiografia – esse olhar se materializa em uma escritura que assume um lugar de cientificidade e ganha foros de legitimidade acadêmica. Mas o fato é que a infância tem sido costumeiramente tomada como objeto do saber pelos intelectuais, pensadores, ativistas políticos, pesquisadores, técnicos, médicos, cientistas, membros do governo e profissionais do Estado. Estes são (ou pelo menos têm sido) os *outros* em relação a infância. E assim a infância tem sido marcada historicamente por esta condição de mudez que não é uma mudez em si, mas uma construção social e política. É este o impasse: falar sobre um objeto mudo – ou melhor, que é fabricado culturalmente sob o signo da mudez. A historiografia é uma das vozes que se sobrepõe e aborda esse tema e, do ponto de vista do conhecimento histórico, lidar com essa mudez de forma a colocá-la em questão e desnaturalizá-la parece ser um desafio ético e epistemológico relevante.

Dita pela voz do *outro*, perscrutada pelo olhar alheio e enunciada em textos jurídicos, teorias pedagógicas, metodologias de ensino-aprendizagem, etc., assim tem sido marcada a infância enquanto objeto do saber. Desde o século XIX, de forma mais acentuada e sistematizada, a infância tem sido objeto de investigação de diferentes campos do conhecimento como o Direito, a Pedagogia, a Pediatria, a Medicina, a Psicanálise, o Serviço Social, dentre outros ramos do conhecimento científico.

A infância é algo que nossos saberes, nossas práticas e nossas instituições já capturaram: algo que podemos explicar e nomear, algo sobre o qual podemos intervir, algo que podemos acolher. A infância, desse ponto de vista, não é outra coisa senão o objeto de estudo de um conjunto de saberes mais ou menos científicos, a coisa apreendida por um conjunto de ações mais ou menos tecnicamente controladas e eficazes, ou a usúria de um conjunto de instituições mais ou menos adaptadas às suas necessidades, às suas características ou demandas (LARROSA, 2000, p. 184).

⁴ Remontando à origem etimológica do termo, Lajolo (1997) aponta que “esta noção de infância como qualidade ou estado de *infante*, isto é, *d’aquela que não fala*, constrói-se a partir dos prefixos e radicais linguísticos que compõem a palavra: *in* = prefixo que indica negação; *fante* = particípio presente do verbo latino *fari*, que significa, *falar, dizer*”.

⁵ O filósofo Giorgio Agamben (2005) reflete sobre o significado de “eu falo”, considerando-se que o homem tem como marca de distinção com outros seres a linguagem articulada. Desse modo, pensa o sentido etimológico de infância e afirma a necessidade do estudo da voz enquanto problema filosófico que possibilita pensar, ainda, a relação entre discurso e língua, voz e linguagem.

A nossa vontade de saber, como diz Larrosa (2000), tem o objetivo de limitar este objeto e dar a explicação final sobre ele, ou pelo menos uma explicação que crie foros de verdade e possibilite práticas de poder direcionadas para as infâncias das crianças. Por outro lado, este autor percebe a infância como algo muito mais inventivo e complexo do que pode supor o conjunto de especialistas e campos disciplinares que abordam a infância.

Para Larrosa podemos ler a infância a partir de uma nova alteridade e assim poderemos percebê-la como *um outro* que não conhecemos totalmente, e muitas vezes nem superficialmente. Deste modo, “a infância como um outro não é o objeto (ou o objetivo) do saber, mas é algo que escapa a qualquer objetivação e que se desvia de qualquer objetivo [...]” (LARROSA, 2000, p. 185). Talvez seja preciso ver a infância não como algo já dado, explicado e construído, mas entender a sua inventividade e fluidez, no sentido de que ela é sempre algo a mais do que nossos conceitos e modelos explicativos podem supor. Larrosa (2000) propõe que pensemos a infância como “enigma”, isto é, espécie de mistério, algo sempre digno do impulso da descoberta, sempre nos motivando para a busca. “A infância, entendida como um outro, não é o que *já* sabemos, mas tampouco é o que *ainda* não sabemos” (LARROSA, 2000, p. 184, grifos no original).

Este texto delimita o objeto de análise em uma experiência de *governo da infância* que foi possível na Paraíba entre as décadas de 1940 e 1950 a partir da criação da comissão estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA), um órgão criado pelo governo federal com o objetivo de prestar assistência às famílias dos soldados e pracinhas que faziam parte da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e que foram enviados para os campos de batalha da Itália para garantir a efetiva participação do Brasil no desfecho da II Guerra Mundial. A LBA foi presidida inicialmente pela primeira dama Darcy Vargas, que se retirou em 1945 em decorrência do fim do Estado Novo (1937-1945) e retornou posteriormente quando Getúlio Vargas reassumiu a presidência da República, saindo definitivamente em 1954 em decorrência do suicídio do então presidente.

A LBA atuou em todo o território nacional por meio da criação das comissões estaduais e municipais cujos trabalhos eram orientados e supervisionados pela comissão central com sede no Rio de Janeiro, então capital federal. Irma Rizzini (2011, p. 273) afirma que essa instituição assumiu “como prioridade a assistência à maternidade e à infância a partir de 1945, apressando o fim de seus compromissos com as famílias dos convocados”, que inicialmente tinha sido o foco da instituição. Tal transformação possibilitou que a LBA se alicerçasse politicamente na história das políticas públicas para a infância, tendo perdurado até 1995 quando foi extinta pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

A fim de dar um caráter nacional às ações da LBA a presidente Darcy Vargas convocou, por meio de telegramas, as esposas dos interventores federais no sentido de estimulá-las para que criassem as comissões estaduais e municipais, de modo que as ações da Legião pudessem ser descentralizadas e atingissem a maioria das crianças e mulheres brasileiras. Tanto a maternidade como a infância foram tomadas como demandas, visto que careciam da assistência social que a partir de então o Estado passou a financiar, rompendo com a lógica da caridade que predominara desde o período colonial brasileiro.

Irene Rizzini (2011) analisa a ruptura que se instituiu passando-se de uma ação caritativa para uma ação humanitária laica definida conceitualmente a partir da noção de filantropia, que indicava naquele momento uma racionalização da caridade, no sentido de pensar os problemas da sociedade, como a pobreza e a miséria, não mais pelo olhar nem pela chave de explicação do campo religioso, mas compreendendo tais questões sociais visando transformá-las a partir de critérios e processos científicos e tecnicamente orientados.

A voz de juristas, médicos, sanitaristas, higienistas, pedagogos, pediatras, assistentes sociais e demais profissionais passaram a tomar a palavra oficial em termos de ação social e orientar os modos com base na proposta do Estado que deveria agir para sanar os problemas sociais, entre os quais a infância aparecia. Ações de assistência social e educação foram pensadas a partir do ideário da filantropia⁶, puseram em funcionamento conceitos como “progresso, ciência, tecnologia, abundância, racionalidade, eficiência, gerenciamento científico e padrão americano de vida” (TOTA, 2000, p. 20).

Na Paraíba a comissão estadual foi criada em 1942 e a primeira presidente da instituição foi Alice Carneiro, esposa do interventor federal Ruy Carneiro, nomeado para o cargo pelo próprio presidente da república. Alice ficou na coordenação da comissão até 1945 quando seu esposo saiu da interventoria, mas continuou envolvida nas ações de assistência social às crianças, algo que marcou sua biografia e tornou-se objeto central nas memórias construídas em torno de sua imagem.

A Legião emergiu como uma política pública que tomou a infância enquanto objeto de saber e alvo de poder em um momento histórico marcado pela propaganda política em torno da construção da Nação. Tal investimento gerou muitos debates em torno da “identidade” e da “brasilidade” e tais questões foram articuladas ao tema da infância na medida em que se tratava também de formar o novo homem brasileiro, o que se daria por meio de uma política educacional específica que visava formar tal “homem”. A partir do fim do século XIX o tema

⁶ Uma interessante discussão sobre o conceito de filantropia e sua trajetória na história do Brasil pode ser lida em Scorsim (2008).

“infância” emergiu em diferentes tipos de campos, a exemplo da Pedagogia, Psicanálise, Medicina e mesmo no campo da Antropologia Criminal, o que se pode perceber nas formulações do italiano Cesare Lombroso sobre o perfil do criminoso nato.

O século XX foi dito, em diferentes momentos, como o “século da criança” por ter sido nele que diversos saberes investiram de forma cada vez mais contínua na elaboração de critérios de avaliação da educação e formação intelectual, tornando possível que se pensasse o processo de desenvolvimento humano desde a infância. Partindo da experiência sueca, entre fins do século XIX e início do XX, Bengt Sandin (1999) historiciza as condições sob as quais o conceito “infância” emergiu e foi transformado ao longo do século XX. O historiador afirma que:

Em 1900, Ellen Key escreveu seu livro *Barnets Århundrade*⁷, uma dura crítica em relação à maneira como a criança era tratada não só entre o proletariado mas também nas classes altas. [...] Durante as primeiras décadas do século vinte, os poderes públicos e entidades particulares mobilizaram-se para salvar as crianças de ambientes inadequados e para lhes oferecer melhores condições de vida. A discussão que então se estabeleceu evidencia a existência de conflitos entre diferentes posturas a respeito do que seria o ideal de infância pautada entre a infância romântica e a infância da criança trabalhadora (SANDIN, 1999, p. 02).

O limiar de um novo século tornou possível a emergência histórica da infância. Um novo objeto do saber na ordem do discurso. O desenvolvimento econômico e cultural do Ocidente com o capitalismo e o industrialismo parece ter sido uma condição relevante para que a infância fosse vista como questão científica em campos como a Psicanálise com os estudos de Freud em torno da sexualidade humana. Na filosofia política a reflexão de Karl Marx em torno dos processos de produção e reprodução do capital no “modo de produção” capitalista também permite pensar processos que incorreram na formação de determinados sujeitos como força de trabalho e qual o lugar ocupado pelas crianças neste contexto. Sem incorrer na análise causal, talvez seja interessante pensar nesses múltiplos elementos que participaram de um processo histórico marcado pela emergência da infância como problema político e social.

Compreendo por emergência a definição proposta por Michel Foucault a partir de sua leitura de Nietzsche no sentido de que “a emergência é, portanto, a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua juventude” (FOUCAULT, 2012, p. 67). Contudo, ao dizer que “entram

⁷ A tradução da expressão é, segundo o texto de Bengt Sandin e sua tradução para o português, “O século da criança”.

em cena” é necessário cuidar para que não se entenda que tais forças marcam uma essência sempre ali, de forma a-histórica e meramente submersa, uma vez que é o contrário disso. São condições de possibilidade que se constroem historicamente para que certas práticas possam ser transformadas na relação com outras forças que envolvem dominações e resistências.

Dizer que o século XX foi o “século da criança” significa também compreender o surgimento de uma questão que não teve uma data de nascimento tão precisa, mas que num determinado momento ganhou força. Na historiografia francesa o tema “infância” surgiu na década de 1960 com a obra *História social da criança e da família*, de Philippe Ariès. Para ele o sentimento de infância surgiu no século XVII, momento de intensas mudanças na Europa com o fortalecimento do Estado moderno e a construção do espaço escolar a partir dos colégios, cujo objetivo foi disciplinar os sujeitos e normatizar suas práticas e costumes, tendo sido justamente o fator “disciplina” que diferenciou as escolas medievais dos colégios modernos. Uma ressalva feita por Ariès refere-se ao fato de que o surgimento de um sentimento de infância “[...] não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à *consciência da particularidade infantil*, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem” (ARIÈS, 2006, p. 99, grifos meus). Tal transformação histórica foi fundamental para que a modernidade fosse constituída a partir das instituições, projetos e formas de condução da sociedade.

Talvez a obra de Philippe Ariès seja leitura obrigatória para aqueles que pretendem se aventurar no canteiro de estudos da infância, não no sentido de tomá-la como exemplo a ser imitado, dado que sua produção é datada historiograficamente e passível de críticas por parte daqueles que lhe sucederam. De todo modo, parece-me que ler os “clássicos” consiste muito mais num ponto de partida do que de chegada. Ler uma obra como a de Ariès pode ser antes de tudo uma possibilidade de pensar de que forma se constrói um objeto novo no campo da historiografia e reconhecer os desafios que tal tarefa comporta. A delimitação do objeto por Ariès articulou-se intimamente com a ideia de “longa duração” tão marcante entre os *Annales* nas décadas de 1950-60, sendo a Europa referência espacial entre os séculos XII e XVIII. O livro nos incita a pensar sobre a historicidade dos conceitos de família e infância, tendo em vista que “no mundo das fórmulas românicas, e até o fim do século XIII, não existiam crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens, de tamanho reduzido” (ARIÈS, 2006, p. 18). Não existiam espaços específicos para a criança⁸, nem tampouco uma

⁸ Antes da produção moderna do sentimento de infância Ariès afirma que já a partir do século XIII haviam surgido outros tipos de criança e ele identifica três tipos: “o anjo”, que ele estuda a partir de imagens religiosas. Este modelo de criança foi significado a partir da liturgia católica, aparecendo sob a imagem de um “rapaz muito

indumentária particular, pois elas vestiam roupas no mesmo estilo que os adultos, mas em tamanho adequado a elas. Essa análise demonstra a atenção de Ariès para as transformações nas sensibilidades e nas formas culturais expressas no corpo e no comportamento.

Tanto Ariès como Sandin afirmam que o investimento na escolarização da infância foi uma aquisição fundamental na construção de uma noção da particularidade da infância e dos modelos institucionais e pedagógicos a serem destinados às crianças. Sandin (1999, p. 03) destaca que “na Suécia cedo propugnou-se que todas as classes sociais deveriam frequentar a mesma escola uma escola geral” e um dos efeitos desse investimento na escola foi a emergência de uma regulamentação que passou a separar as crianças com base na sua condição socioeconômica e também classificando-as entre aquelas consideradas “crianças normais e anormais” e aquelas vistas como “delinquentes”.

Em diferentes espaços do Ocidente a infância foi alvo de saberes que a definiram de diversas maneiras e algumas pesquisas têm historicizado tais práticas⁹. No caso do Brasil, os debates em torno da infância também têm longa data, estendendo-se do fim do século XIX e seguindo o século XX inteiramente por meio de uma ampla e complexa produção e articulação de saberes, bem como na construção e reformulação de instituições, políticas, serviços e suportes para lidar com a criança e a infância. Um momento crucial neste sentido foi a construção do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, criado no Rio de Janeiro em 1899 pelo médico Arthur Moncorvo, cujo trabalho em prol da higiene infantil foi levado adiante por seu filho Arthur Moncorvo Filho já no século XX, quando o Instituto efetivamente passou a funcionar articulando-se a uma série de instituições dentro e fora do país¹⁰.

No momento posterior ao processo de independência do Brasil o investimento na causa da infância parece ter se fortalecido e ganhado os contornos científicos que ao longo do tempo conduziram a transformações importantes envolvendo setores distintos e contribuindo

jovem, adolescente” (ARIÈS, 2006, p. 18). O segundo tipo foi o “menino Jesus, ou Nossa Senhora Menina”, pois segundo ele a criança se ligava aqui aos mistérios da maternidade da Virgem e ao culto de Maria. O terceiro tipo foi a “criança nua”, diferente do que vinha ocorrendo ao longo da Idade Média, quando Jesus quase nunca era representado sob a ideia de nudez, e ao fim do medievo ele se desnudaria, segundo Ariès. “Seria a alegoria da morte e da alma que introduziria no mundo das formas a imagem da nudez infantil” (ARIÈS, 2006, p. 19).

⁹ Para citar dois exemplos pode-se aludir ao trabalho de Câmara (2007), que faz uma história comparada entre as políticas e os investimentos que nortearam os debates acerca da infância e a educação em Portugal e no Brasil nas duas primeiras décadas do século XX. Por sua vez, Mariza Corrêa (1997) historiciza o modelo arquitetural da cidade de menores formulado na década de 1930 e constrói um panorama dos discursos em torno da questão infância-delinquência nos investimentos políticos empreendidos na Itália e no Brasil, destacando personagens com Leonídio Ribeiro e os discursos em torno da psiquiatria infantil.

¹⁰ Sobre a contribuição de Moncorvo Filho no campo da medicina infantil, cf. Wadsworth (1999).

também para a formação de profissões cujo ofício estava ligado ao trabalho com a infância, como o Serviço Social na década de 1930, no Brasil (CORRÊA, 1997).

Ao discutir a sociologia histórica da infância no país e o surgimento desse tema como *questão de Estado*, Marcos Cézar de Freitas (1997) também destaca a importância dos diferentes profissionais e agentes públicos por meio dos quais essas infâncias foram apreendidas, descritas, compreendidas e tomadas como alvo de uma política.

A criança que se torna sujeito de um processo, qualquer que seja sua natureza jurídica ou o objeto em debate, é apresentada com as práticas narrativas e discursivas do psicólogo, do médico, do jurista, do pedagogo, do assistente social, do sociólogo, etc. Seu comportamento, ou a expectativa sobre seu futuro tornam-se, em centenas de processos, subordinados às considerações expressas naquelas fontes de estudo. Tais fontes operam com imagens sobre a infância que, se acompanhadas do início ao fim dos processos, revelam em muitos casos uma “fantasmagórica” autonomia em relação ao ser social representado na imagem outorgada pelo argumento científico, solicitado pelo advogado ou pelo promotor (FREITAS, 1997, p. 13).

A formação do Estado Nacional no século XIX foi acompanhada pelo investimento direto na formação de um corpo técnico responsável pela infância, considerada parte estratégica da população e simbolicamente vista numa promessa de futuro ou base para a nação. Nesse momento, foi feita uma série de investimentos sobre a infância, a exemplo da criação de tecnologias e diversas formas para apreender o corpo infantil visando produzi-lo de forma saudável, higienizada e com base em critérios pedagógicos criados, por sua vez, a partir de um modelo escolar associado ao surgimento da medicina social, como bem demonstra as análises de Nayana Cordeiro Mariano (2015) acerca do processo de escolarização primária na Paraíba na segunda metade do século XIX como um modelo hígido.

Esse processo de instrumentalização dos modos de lidar com a infância, vista simbolicamente numa promessa diante da necessidade de fortalecer o território e criar uma “identidade nacional”, ocorreu em diferentes espaços e com contornos também distintos. Eduardo Silveira Netto Nunes (2011) mapeia como a infância foi vista enquanto portadora de um futuro na América Latina entre 1916-1948, datas relevantes do ponto de vista da história política recente na medida em que a primeira refere-se ao *Primer Congreso Panamericano del Niño* em Buenos Aires, em que o Brasil participou. A segunda data é singular na história da infância e da cidadania, pois marcou a emergência da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro. Entre dois acontecimentos importantes e com efeitos consideráveis do ponto de vista da política

internacional, as análises de Eduardo Nunes (2011) proporcionam uma visão panorâmica do que se fez em nome da infância na América Latina.

A década de 1990 foi marcada por uma obra que pode ser considerada um marco na historiografia. *História da criança no Brasil*, publicado em 1996, consiste em uma coletânea organizada pela historiadora Mary Del Priore e conta com textos de diferentes pesquisadores a partir de pesquisas que tematizam a infância desde o período colonial até a república na segunda metade do século XX. Nos anos 2000, essa historiadora publica nova coleção de textos de história e sociologia da infância com um diferencial importante presente no título, *História das crianças no Brasil*, mostrando com base em diferentes pesquisas e perspectivas a pluralidade da experiência da infância e das crianças cujas histórias os pesquisadores do país ainda precisam contar.

Na Paraíba¹¹ a produção sobre a infância tem focalizado histórias institucionais, de projetos e políticas públicas, das práticas educativas e dos saberes médicos sobre a infância. *Ordem e progresso: delinquência e menoridade*, de Mozart Vergetti de Menezes (1997), reflete sobre a representação jurídica da criança pobre no Brasil por meio de adjetivações singularizadas no conceito de *menor* delinquente. O autor articula o discurso jurídico com obras de intelectuais brasileiros dos quais se pode citar Tito Rosas e Barreto Campelo, sendo ambos influenciados por cientistas como o criminalista Cesare Lombroso. Menezes (1997) discute a relação entre discurso científico e jurídico, mas não apresenta as condições históricas de produção e circulação deles. Não problematiza a definição da faixa etária e o conceito de discernimento, presente no tipo de fonte que busca analisar.

Por outro lado, preocupado com o governo da infância por meio da educação escolar, *Discursos republicanos e governo da infância*, de Maria do Socorro Nóbrega Queiroga, reflete sobre a retórica do discurso em prol da educação na Paraíba nas primeiras décadas do século XX. A autora pensa a constituição da infância sendo um objeto produzido a partir de documentos que versam sobre a educação e compreende as políticas da área tendo em vista estratégias de governamentalidade em torno desse segmento da população. Ainda pensando a relação infância e educação, *Cartografias da infância: discursos institucionais, pedagógicos e curriculares da pré-escola campinense*, de Daniela Medeiros da Silva, constrói uma história da educação ao analisar os discursos que instituíram práticas educativas para a educação

¹¹ Para outros estudos em torno da infância especialmente na Paraíba e Pernambuco, cf. Menezes (1999), Miranda (2008), Moura (2011).

infantil a partir da criação do projeto Pré-Escola pela Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE) em 1979.

Por sua vez, *Uma micro-história da menoridade de Campina Grande (1927-1932)*, de Rômulo Henrique Andrade Silva faz uma história do cotidiano dos menores em Campina Grande, identificando a partir de processos criminais tanto as práticas disciplinares quanto as táticas e burlas protagonizadas por adolescentes que cometiam e/ou praticavam atos de violência. Embora se proponha a refletir sobre a menoridade no município não há uma reflexão sobre este conceito, mas uma problematização do processo de definição de faixas etárias pelo Estado como medidas de controle.

Problematizando as representações produzidas pelo saber médico sobre o corpo infantil, *“O berço dos infantes desamparados”: o hospital escola Fundação Assistencial da Paraíba – FAP (1959-1979)*, de Débora da Silva Sousa analisa as identidades que o saber médico-pediátrico construiu para as crianças de Campina Grande no momento de instalação de um serviço específico de atendimento para a saúde das crianças pobres. Constrói, assim, uma história da política de saúde pública infantil implementada pela FAP, no momento em que a elite formava um saber e uma política médica que não considerava as crianças como sujeitos de suas ações, mas objetos de um governo por meio da medicina.

Tomando a mesma cidade como espaço de suas análises, *Dispensando o feioso: a construção da higiene estética em Campina Grande (1930-1960)*, de Silvera Vieira de Araújo (2010), produz uma história dos projetos de urbanização e modernização da cidade de Campina Grande, considerando as identidades marginalizadas criadas por este projeto. Os mendigos, as prostitutas e os menores abandonados e delinquentes foram retirados do centro da cidade por ferirem o princípio de embelezamento da urbe. A infância não é o tema central da análise, mas surge como um dos aspectos afetados por um projeto de modernização excludente, violento e produtor de misérias.

Essa intensa produção de discursos – tanto do ponto de vista histórico tal qual o historiográfico – em torno da infância, reverberou de diferentes maneiras na história do Brasil e um desses efeitos, como pude demonstrar acima, foi a emergência da Legião Brasileira de Assistência em 1942, descentralizando suas ações em todo o território nacional. Elegi, assim, o objeto de estudo, ou seja, a produção de uma política do corpo infantil na Paraíba entre as décadas de 1940 e 1950 a partir da LBA. Como foi possível a emergência de uma política do corpo infantil na Paraíba a partir dos saberes e relações de poder articuladas pela Legião Brasileira de Assistência na Paraíba?

Tomar a vida como questão teórica e política foi algo que fez parte da emergência das próprias ciências humanas, algo que foi demonstrado por Michel Foucault na sua provocadora obra *As palavras e as coisas* (1966). A vida tem sua história. Em sua postura um tanto quanto iconoclasta, mas acima de tudo problematizadora e perspicaz, Foucault pôs a vida em questão, mostrando de que modo ela também foi inventada discursivamente a partir de determinado momento histórico com o surgimento do discurso da Biologia no século XIX.

Talvez um dos desafios mais significativos dessa investigação seja cartografar ainda os cruzamentos, interações e os diferentes jogos políticos que fizeram da vida da criança uma questão estratégica na definição de formas de agir sobre este segmento populacional. O ponto de partida para a produção dessas leituras é o boletim informativo, uma revista, produzido pela comissão estadual da LBA a partir de junho de 1947, tendo circulação mensal e sendo composto a partir de uma arquitetura discursiva que foi sendo transformada ao longo do tempo.

Uma arquitetura discursiva: o boletim e as imagens da infância

Entre páginas amareladas pelo tempo e marcadas pelo vigor de existências pretéritas; entre palavras de ordem, discursos autorizados e saberes possíveis no tempo e no espaço habilitados a definir e prescrever gestos, comportamentos, valores e formas de vida; entre gramáticas múltiplas, singularizadas por vocabulários científicos, valores morais e adjetivos a caracterizar uma vida sã e governável emergem rostos, corpos, olhares, vivências e espaços definíveis por operações do olhar e sensibilidades particulares que fizeram da vida um objeto político (passível de decisões, sujeições e normas). Por entre múltiplas páginas escritas, organizadas, elaboradas e tornadas públicas por uma ação política em prol da vida, eis que a infância se delineia (é delineada, buscada, definida, dada a ler) por um amplo conjunto de saberes que visa defini-la para que dela se possa melhor cuidar e proteger.

Era mais uma manhã de pesquisas na *Fundação Casa de José Américo de Almeida*, na orla de João Pessoa, quando encontrei os boletins da comissão estadual da Legião Brasileira de Assistência. O tempo os marcou naquele espaço em que foram deixados por Ana Alice de Melo, esposa de José Américo de Almeida, ex-governador da Paraíba e romancista. Ela também foi uma das presidentes da LBA no estado, entre os anos de 1951 e 1956, quando seu marido esteve à frente do governo do estado. Alguns poucos exemplares trazem a assinatura dela que também foi uma das primeiras-damas a fazer parte daquela instituição pioneira no atendimento à infância e maternidade.

O periódico mostrava em palavras e imagens os atores sociais que participaram daquela instituição, o público, tipos de atividades promovidas, prestação de contas, exposição de dados demográficos alertando sobre a situação da saúde da criança e especialmente sobre a questão da mortalidade infantil no país como um todo e na Paraíba em particular. O periódico era produzido nas dependências da *Tipografia Popular Editora*, localizada na cidade de João Pessoa, tendo sido fundada em 1913 por Francisco das Chagas Batista, que comprou o prelo de Leandro Gomes de Barros.

Pode-se dizer que o conteúdo do boletim sempre apresentou uma multiplicidade considerável, desde suas primeiras edições. Desde notícias sobre os eventos da LBA, passando por apresentação de dados estatísticos sobre a situação da infância em João Pessoa e por todo o estado, a apresentação de balancetes financeiros com prestação de contas dos recursos usados pela instituição nas atividades de assistência médica, jurídica e financeira às famílias, até mesmo textos escritos por médicos e outros profissionais vinculados aos serviços da LBA ou do Departamento de Saúde, abordando temas como aleitamento materno, educação higiênica das crianças, cuidados com recém-nascidos, etc.

Considerar os formatos a partir dos quais esse periódico construiu suas leituras sobre a infância consiste numa condição imprescindível para a análise dos seus discursos e das leituras construídas e impressas nele. Se uma revista, como o nome sugere, “passa em revista” uma série de assuntos, permitindo com isso uma leitura “fragmentada, não contínua, e por vezes seletiva” (MARTINS, 2001, p. 45), tal modo de construir sentidos deve fazer parte das análises e olhares dedicados a esta questão, compreendendo sempre a relação entre forma e conteúdo de forma problemática e passível de análise. Tânia Regina de Luca (2010, p. 132) destaca que “é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural”.

Desse modo, construo nas páginas que compõem esse texto uma arqueogenealogia da infância tomada como objeto do discurso e alvo de uma série de práticas de governo. Busco analisar os discursos que o boletim produziu em torno da infância lendo-o na sua exterioridade, isto é, considerando as condições históricas de sua emergência e as transformações que ele provocou (ou das quais participou) na ordem do discurso. Todavia, longe de ter o objetivo de dar conta de uma totalidade ou contar as características de uma “época”, este trabalho arqueogenealógico parte da definição de uma série documental considerada em sua singularidade e pertinência em relação ao objeto de estudo delineado. Considerando que esta pesquisa estabelece como problemática principal pensar como se deu a emergência de uma política em torno da infância, mediada por saberes médicos e

pedagógicos, visa-se também pensar de que modo um governo da infância e das famílias consideradas vulneráveis pode ser compreendido como o resultado de uma estratégia biopolítica de controle da população.

Para estudar tal problemática construí uma série documental composta pelos boletins informativos produzidos pela comissão estadual da LBA na Paraíba, sediada em João Pessoa. Esse boletim era produzido e circulava mensal ou bimensalmente pelo estado inteiro com o objetivo de dar visibilidade para as ações da LBA estadual e das comissões municipais. A série delimitada para a pesquisa é composta de 33 edições do boletim cujas edições são datadas entre os anos de 1947 a 1955. Este conjunto documental é usado como critério para definição, do ponto de vista formal, do recorte temporal desta investigação.

A definição de uma série enquanto estratégia metodológica opõe-se a uma pesquisa histórica que toma o estudo das épocas como objeto principal. Nesse sentido a definição de uma temporalidade para o desenvolvimento da análise do objeto não é uma questão central, na medida em que a série toma como pressuposto básico o estudo do documento pela sua exterioridade e nesse sentido uma leitura serial irrompe os limites estabelecidos por uma divisão temporal rígida na qual deve operar a seleção, descrição, análise e comparação do material coletado na pesquisa, posto que a análise arqueogenealógica não toma como ponto de partida do trabalho o tempo, mas um problema de pesquisa que articula temporalidades que participam das historicidades investigadas. Neste sentido, tal observação metodológica parte da ideia de que a análise serial opera um deslocamento “das vastas unidades descritas como ‘épocas’ ou ‘séculos’ para fenômenos de ruptura” (FOUCAULT, 2008, p. 04).

Se o boletim é o ponto de partida da análise cabe dizer que ele é parte de um corpus documental múltiplo e heteróclito, uma vez que o percebo a partir dos múltiplos atravessamentos que o constituíram em sua singularidade e o articulo com outros documentos em que a LBA e o cuidado com o corpo infantil foram fabricados como objetos de saber. Descrever essas diferentes práticas discursivas na articulação com relações de força com valor estratégico consiste em um desafio analítico fundamental por requerer, como condição *sine qua non*, uma atenta e perspicaz crítica da linguagem.

A história que escrevo nas páginas a seguir parte de uma compreensão da história como conflito e está fundamentada do ponto de vista teórico-metodológico nas formulações do filósofo francês Michel Foucault e daí a proposição de uma história arqueogenealógica. A trajetória de Foucault foi marcada por invenções conceituais e metodológicas que tiveram como um de seus efeitos a crítica do conhecimento histórico e da própria Filosofia. Em sua jornada construiu teorizações e métodos de trabalho que abriram possibilidades de reflexão

teórica e política no século XX. Os termos arqueologia e genealogia referem-se a momentos distintos, mas também intimamente articuláveis, na trajetória desse autor que em seus primeiros exercícios analíticos em torno da loucura, da clínica e da emergência das ciências humanas construiu e experimentou a arqueologia como potencial metodológico para a descrição das discursividades locais, isto é, dos múltiplos saberes produzidos acerca de determinados objetos. Roberto Machado afirma que a arqueologia de Foucault consiste num método de trabalho elaborado para se diferenciar das abordagens da epistemologia vigente à época que construiu análises internas ao conhecimento científico e operava a partir do critério analítico da racionalidade.

“A epistemologia é uma reflexão sobre a produção de conhecimentos científicos que tem por objetivo avaliar a ciência do ponto de vista de sua cientificidade” (MACHADO, 2007, p. 1). O que Foucault fez foi justamente pôr em questão tal pressuposto metodológico e em vez de construir uma análise interna ao conhecimento científico propôs-se fazer a própria crítica desse conhecimento caracterizado como “ciência” por meio de um método que possibilitasse fazer a análise externa a esse saber, ou seja, mapeando as suas condições de emergência histórica e as várias relações conceituais que o tornaram possível. A arqueologia visa desconstruir a visão moderna da racionalidade pura como princípio original de todo saber, o que a diferenciou da epistemologia presente em autores como Georges Canguilhem, Gaston Bachelard e Alexandre Koyré, por exemplo¹².

Trata-se de um método que tem na descrição o seu foco, de modo a perceber as regras de formação, a fabricação dos conceitos e objetivos, bem como a multiplicidade e intensidade desses discursos na produção do saber. Em seu livro *A Arqueologia do Saber* (1969) Foucault faz uma espécie de revisão das obras anteriores em que experimentou o método arqueológico e apresenta as considerações teóricas e metodológicas pertinentes a essa alternativa que ele construiu para se diferenciar da epistemologia considerada paradigma na análise da ciência e na tarefa crítica do conhecimento.

A arqueologia¹³ “busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” e nesse sentido “não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa, [...]” mas se “dirige ao discurso em seu volume

¹² Para uma interessante discussão sobre as diferenças entre epistemologia e arqueologia, cf. Nalli (2002).

¹³ Para uma exposição do método arqueológico com detalhes acerca de suas especificidades e potencialidades, bem como suas diferenças em relação à abordagem epistemológica, cf. Dreyfus e Rabinow (2013), Foucault (2008), Machado (2007), Deleuze (2005) e Cunha (2002).

próprio, na qualidade de monumento” não tratando de uma disciplina diferenciada nem tampouco da busca de outro discurso mais oculto (FOUCAULT, 2008, p. 157).

Uma vez tendo experimentado e construído o potencial metodológico da arqueologia em obras como *História da Loucura* (1961), *Nascimento da Clínica* (1963) e *As palavras e as coisas* (1966), Foucault desloca seu empreendimento metodológico depois da publicação de *A Arqueologia do Saber* (1969). Assim, tendo percebido o potencial da arqueologia para descrição das práticas discursivas e notado o desafio que era lidar a partir dali com as práticas não discursivas foi possível deslocar o olhar e continuar pensando a história e as formas para construí-la como discurso sobre o passado. Nesse sentido, foi a partir da leitura de Nietzsche que passou a formular a genealogia enquanto método de investigação histórica que tinha a condição de articular os recursos da arqueologia como descrição das práticas discursivas e as práticas não-discursivas com as quais se relacionavam historicamente, dando a possibilidade de pensar o híbrido poder-saber em sua complexidade e historicidade.

Entendo por arqueogenealogia não a simples soma de um método com o outro, mas uma articulação metodológica complexa que apresenta uma compreensão específica acerca da história e dos procedimentos por meio dos quais se pode construí-la como saber. “A genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos” (FOUCAULT, 2012, p. 55), assim é que Foucault inicia o famoso texto *Nietzsche, a genealogia e a história*. A menção à cor cinza é antes de tudo uma ironia presente em Nietzsche de *Genealogia da moral* (1887), em que afirma que seu desejo foi fazer

Uma *história da moral*, prevenindo-o a tempo contra essas hipóteses inglesas que se perdem *no azul*. Pois é óbvio que uma outra cor deve ser mais importante para um genealogista da moral: o *cinza*, isto é, a coisa documentada, o efetivamente constatável, o realmente havido, numa palavra, a longa, quase indecifrável escrita hieroglífica do passado moral humano! (NIETZSCHE, 1998, p. 13).

Dizer que a genealogia é cinza significa afirmar que este modo de escrever a história não se atém aos ideais metafísicos ou aos idealismos desencarnados, mas justamente a postura de um pesquisador que se propõe a estudar o efetivamente dito, feito, vivido, partilhado, dando a ver e ler os diferentes fragmentos do passado. A genealogia não faz uma história linear, nem busca procurar a origem de nada, pois a ânsia filosófica pela origem significa dizer que a origem é o lugar da causa primeira, da essência ou, numa palavra, da verdade. Mas a genealogia parte da compreensão que o começo histórico é baixo e pode-se escrever a

história percebendo os elementos considerados por um olhar metafísico como não possuindo história, a exemplo da moral, dos sentimentos, do corpo, etc.

Este texto toma o corpo como objeto político e nesse sentido a história que escrevo é eminentemente política e cultural. Estudar as condições históricas em que uma política se apoderou do corpo infantil fazendo dele um objeto de governo reverbera em análises que podem de alguma maneira nos fazer repensar o papel do Estado e das demais instituições sociais e de que modo suas práticas e formas de atuação inventam objetos culturais a exemplo da própria infância. Nesse sentido, fazer a genealogia do corpo infantil significa ater-me às imagens, as palavras e as múltiplas linguagens e gramáticas que instituíram leituras sobre esse corpo e a infância. Tal genealogia exige uma demora, um certo *deter-se* diante dos monumentos sobre os quais busco lançar um olhar crítico. Parar diante das imagens, dos discursos e dos números (em forma de dados sobre a população infantil), enfim, exige desconstruir e fazer a crítica desse castelo de palavras e imagens em que consiste o boletim da LBA, assim como das demais fontes que analiso.

A infância aparece no boletim da LBA sempre na articulação com a família, com o Estado e com a ideia de saúde. Deste modo, a seção do periódico dedicada para a divulgação dos direitos da criança brasileira demonstra diretamente a forma biopolítica de atuação do Estado no controle sobre a vida e, assim, um dos seus dispositivos de maior eficiência foi a *bioregulação* (FOUCAULT, 2010, p. 210).

A biopolítica emergiu entre os séculos XVIII e XIX caracterizando o que Foucault chama de uma “era da governamentalidade” que criou as condições para a “governamentalização do Estado”, isto é, “um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política”, é fato também que foi essa forma de ação do Estado que permitiu sua sobrevivência quanto instituição. “Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado” (FOUCAULT, 2012, p. 430) trata-se de uma tecnologia política que desenhou diversas formas de atuação do Estado em relação à sociedade, tomando não mais apenas o corpo individual como lócus de sua ação, mas a população como problema político e questão de governo.

A população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, ante o governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. O interesse individual – como consciência de cada indivíduo

constituente da população – e o interesse geral – como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações daqueles que a compõem – constituem o alvo e o instrumento tanto de uma arte ou, em todo o caso, de táticas e técnicas absolutamente novas (FOUCAULT, 2012, p. 426).

“A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a só um tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 2010, p. 206). Neste sentido, a gestão da infância enquanto parte constitutiva da população brasileira e paraibana, mais especificamente, aponta para um objeto político que tomava não apenas o corpo individual como objeto, mas o corpo social.

Desse modo, a genealogia parte do estudo da emergência de um determinado objeto, isto é, um ponto de surgimento no passado que se torna possível diante de uma articulação de forças que entram em cena. No caso aqui em análise trata-se da emergência da infância como problema de governo no Brasil e na Paraíba em particular, isto, das condições por meio das quais a infância foi vista na ótica do biopoder, do poder sobre a vida da criança. Um tipo de “poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto” (FOUCAULT, 1988, p. 129).

Se fazer uma genealogia exige, antes de tudo, a disposição para efetuar uma crítica da linguagem, esta que consiste em nossa “ficção primeira” (MOSEÉ, 2014, p. 49), então devo pensar sobre as imagens que instituíram visões sobre a infância e o corpo infantil, os signos que molduraram e estabeleceram interpretações sobre esse objeto, percebendo os detalhes dessa fabricação num trabalho meticuloso e extensivo no tempo. Viviane Mosé (2014, p. 59) afirma que “a crítica da linguagem é o ponto culminante de qualquer genealogia, ela é um dos alvos cruciais da guerra contra os valores, capaz de transmitir a transvaloração”, pois na medida em que o corpo infantil foi objeto de estratégias de governo na Paraíba tal processo se deu por meio da afirmação de alguns valores e conceitos como higiene, cidadania, cidadão moral, educação moral e assim por diante. Nesse sentido, espero poder empreender uma crítica da linguagem que considere tais valores como invenções culturais, uma vez que a genealogia põe em questão a própria cultura e de que modo ela se formou a partir de referências historicamente situadas.

Fazer a análise dos discursos que construíram visibilidades e dizibilidades sobre a infância exige não apenas manter unívoco e coerente o que se apresenta sob essa forma, mas justamente desconstruir, desarticular, implodir com as gramáticas que instituem tais leituras, deslindar os diferentes enunciados que compõem tais discursos, materializados em textos,

imagens fotográficas, dados demográficos, leis, mapas, poesias, etc. O enunciado é composto por quatro elementos: *um referente*, que não chega a ser necessariamente um fato, uma pessoa, ou mesmo um objeto, pois que é um princípio de diferenciação; *um sujeito*, que não é o autor do discurso, não o funda, não é uma consciência que fala, mas é efeito do discurso e, assim, é uma posição ocupada sob certas condições históricas por indivíduos diferentes; *um campo* associado que se refere a um domínio de coexistência para outros enunciados; e *uma materialidade*, que se refere a coisas efetivamente ditas e/ou escritas, que podem ser usadas mais de uma vez e acionadas a partir de diferentes meios e práticas sociais, consistindo na forma material sobre a qual o discurso aparece¹⁴.

Delimitações

O texto é organizado em três momentos que não seguem uma lógica linear, apesar de haver o esforço de construção de uma narrativa coerente a partir da documentação estudada. São três olhares que tomam questões específicas, mas estão articulados a partir tanto do objetivo geral apresentado anteriormente como da problemática que os põe num conjunto. Fiz a opção por não dividir para cada capítulo um tipo específico de fonte, de modo que os tipos se repetem ao longo do texto, mas funcionam de modos distintos a partir da questão proposta em cada um dos três momentos. Desse modo, tendo como ponto de partida o estudo da invenção do corpo infantil como objeto de governo, pela política médico-assistencial empreendida pela Legião Brasileira de Assistência na Paraíba, três temas são traçados como pontos de partida para o estudo: o corpo, o espaço e a esperança como modo de significação do tempo.

Miragens do Corpo compõe a genealogia do corpo infantil a partir das diferentes imagens e textos que tornaram esse corpo um objeto visível e dizível na ordem do discurso. Estudo a espessura dessas linguagens, perscrutando e compreendendo os esquemas interpretativos, objetivos estratégicos e os modos com base nos quais se desenhou uma política do corpo com base no saber médico e em iniciativas assistenciais em prol da infância pobre e necessitada da ação do Estado. Narro as figuras, os gestos, os comportamentos e as imagens de sujeitos que participaram desse processo, buscando não apenas compreender, mas incidir um corte nas múltiplas gramáticas que instituíram essas leituras com base em regras específicas.

¹⁴ Esta definição em torno do enunciado segue as reflexões de Foucault (2008), Tumelero e Silva (2013) e Veiga-Neto (2007).

Cartografias da assistência parte de um mapa como enunciado estratégico na ação da LBA para cartografar os espaços governáveis formados por essa instituição e os diagramas que compuseram essa maquinaria em que o espaço se tornou um objeto enunciable. Busco pensar como a ação da LBA teve uma forte incidência no estado não com base apenas nos recursos públicos que obtinha, mas principalmente a partir das diferentes parcerias que construiu com a Igreja e empresários da época, que contribuíram com doações em dinheiro para o prosseguimento das ações. Colocar tal canteiro de ações em questão significa perceber a produção de um território como estratégia biopolítica que fabricou espaços governáveis, como hospitais e postos de puericultura, não incorrendo na crença de que o Estado seria o ponto difusor dessa cartografia, mas perceber a ação dessa instituição estatal no jogo das múltiplas forças que a retroalimentavam. Ao seu modo, o boletim da LBA buscou fazer ver *onde* as ações da LBA já tinham chegado, identificando pontos de interlocução e fortalecimento da rede assistencial.

Narrativas da Esperança parte da problematização em torno da noção de esperança presente no periódico da LBA – e articulado ao discurso de superação das situações de dificuldade da população e do governo diante das estiagens de 1942 e 1951-52 – para pensar a relação entre um espaço de experiência marcado por um passado presente, isto é, presentificado por meio de leituras sobre um conjunto de experiências já vivenciadas e cujos sentidos demarcam relações sociais, e um horizonte de expectativa marcado pela produção de uma experiência ainda não configurada e nem experimentada, mas que é produzida como ponto de transformação e como novidade em relação ao espaço de experiência já vivido. Deste modo, penso ainda como a noção de cidadania fez parte de todo um discurso em torno da construção do país como nação e fez circular leituras sobre os sujeitos que deveriam nele habitar. Falar de esperança significou também construir leituras sobre o tempo como experiência compartilhada. Significou ainda certo investimento da LBA para que a população criasse uma leitura específica em relação ao tempo e o modo como ela estava situada nele, dada as carências e vulnerabilidades em jogo naquele momento.

São três momentos que não levam diretamente de um ao outro – o que possibilita uma leitura não sequenciada do texto –, mas se comunicam intimamente pela tentativa de fazer uma história da infância em que a vida foi posta em questão. Para isso considero os discursos efetivamente pronunciados ou fabricados em forma de imagens e números, que ao inventar a vida sob o signo do cuidado, fizeram dela um objeto de governo.

I - MIRAGENS DO CORPO



Fig. 1 Enfermeiras cuidam de criança em hospital assistido pela LBA. Fonte: Boletim da LBA, Comissão Estadual, Ano VI, n. 36, Jul/Ago/Set., 1952).

Não se pode falar do contato entre a imagem e o real
sem falar de uma espécie de incêndio.
Portanto, não se pode falar de imagens sem falar de cinzas.

Georges Didi-Huberman, Quando as imagens tocam o real (2012)

As palavras não mais prescrevem,
como história ou como doutrina,
o que devem ser as imagens.
(...) As formas sempre se fazem acompanhar
pelas palavras que as instalam na visibilidade.

Jacques Rancière, O destino das imagens (2012)

Toda imagem conta uma história.
Peter Burke, Testemunha Ocular (2004)

O cenário e o corpo ou o corpo encenado

A janela aberta no fim do quarto permite ver um novo amanhecer que chega numa manhã ensolarada. Além dela uma paisagem marcada pela divisão entre o azul do céu e o verde de árvores longínquas, em montanhas também distantes, põe à vista o entrelaçamento da natureza um tanto próxima com um ambiente planejado, montado, organizado e pensado para cuidar de um corpo doente. Este corpo que está em primeiro plano aparece deitado, coberto por um lençol branco numa cama de ferro acima da qual outra janela permite a entrada do ar e dos insistentes raios solares. Mais adiante é possível imaginar a presença de outro leito. Trata-se de um quarto de hospital. O corpo que estava coberto pelo lençol branco como signo de higiene, é de uma criança. Deitada, parece levemente abatida, mas fitando uma das enfermeiras que parece lhe endereçar palavras acompanhadas por um toque em seu corpo.

Próximo à cama há um pequeno armário aparentemente de madeira sobre o qual estão dispostos, na parte superior, recipientes necessários para o uso urgente com os residentes do leito ou mesmo para os procedimentos de higienização de rotina como álcool, algodão, etc. Esse armário está junto a uma parede branca, próxima à janela, que delimita o espaço de um outro leito que a fotografia não permite ver, mas que também tem uma janela que aparece no canto da imagem e permite que no espaço ao lado os mesmos raios de sol também possam despertar e aquecer outros corpos enfermos.

Na parte inferior desse pequeno armário há um espaço livre possível de ser usado para apoiar as cadernetas e receituários médicos em cujas páginas poderiam ser anotadas informações sobre as enfermidades do corpo, as particularidades do tratamento, as especificidades do doente e os avanços do tratamento, além das descrições e prescrições sobre os próximos passos do cuidado a se ter com a criança em questão. Adiante, próximo à janela, um filtro de barro com água limpa e potável compõe o cenário dando um toque artesanal ao espaço hospitalar. Podendo fornecer água tanto para os doentes como para possíveis visitas, e mesmo acompanhantes, a sua função é central na composição de um cenário que se pretende minimamente acolhedor e efetivo para aqueles que nele estivessem, fosse na condição que fosse.

Há, então, corpos no quarto. Não somente doentes, mas também dispostos e treinados para operar na cura do outro. Duas enfermeiras observam o corpo infantil sobre o qual dedicam cuidados. A mais próxima ao rosto da criança, de cabelo preto, oferece cuidados, parece sentir sua temperatura, reconhecer o vigor de uma vida infantil pulsante naquele corpo momentaneamente doente e vulnerável. A outra, cujo rosto é mais difícil a percepção, está

inteiramente vestida e sua indumentária não lhe permite ver sequer os pés, dado a cobertura quase total do corpo pelo tecido o que permite pensar na possibilidade de ser uma das irmãs de caridade que atuaram em parceria com a Legião em espaços como o Hospital Infantil Arlinda Marques.

As mãos estão entrecruzadas e os olhos miram o corpo diante dela. É possível que ambas tenham trocado palavras entre si e com a criança no gesto matinal de cuidadoras no espaço hospitalar. É fato que o ritual diário de se aproximar do leito, perceber os comportamentos matinais da criança, indagar-lhe sobre a noite passada, as permanências ou não de sintomas do dia anterior e o modo como a criança se sentia no momento em que dela se aproximavam no alvorecer de uma nova jornada de trabalho constituem alguns aspectos da prática médica, hospitalar e assistencial.

Os corpos representados na imagem denotam diferenças entre si e nos usos que fazem do espaço em que se situam. Trata-se de um espaço compartilhado, como sugere a imagem de outro leito no canto inferior do lado direito da fotografia. A presença de uma corda dividindo o quarto de um canto a outro e localizando-se acima das duas enfermeiras conota também uma linha divisória naquele espaço hospitalar. Esse é um sinal de que o espaço partilhado podia ser sedimentado e dividido a depender das circunstâncias que viriam a ser vivenciadas por aqueles enfermos. De um momento para o outro um lençol branco poderia ser posto sobre a corda e impor a divisão do espaço entre os doentes, aferindo o grau de enfermidade ou as dificuldades que o tratamento estivesse porventura encontrando e, para isso, havendo a necessidade de discriminar e separar.

Ao mesmo tempo em que a imagem situa corpos nesse cenário também aponta ausências. As páginas do boletim são repletas de textos escritos por diferentes médicos, como por exemplo, Giuseppe Orlando de Paula Marques, diretor do Hospital Arlinda Marques em João Pessoa, que assume o discurso autorizado a lidar com o corpo infantil do ponto de vista científico. Todavia, o corpo masculino está ausente nessa imagem que torna visível os cuidados com as crianças no espaço hospitalar. Essa ausência abre a possibilidade de pensar sobre a política de formação de profissionais interna à própria LBA, na medida em que, como essa narrativa demonstrará a seguir, os cursos e demais atividades formativas desenvolvidas pela LBA com a função de gerar equipes para atuar direta ou indiretamente nas suas unidades de atendimento tinham a mulher como foco para lidar com o corpo infantil e a maternidade a partir dos saberes que os médicos iriam apresentar e sistematizar nos diversos cursos de formação. Nesse sentido, as presenças que se deixaram fotografar estiveram naquele espaço,

naquele instante, cuidando daquele público porque isso estava articulado a um projeto amplo que formava quadros para atuar nessa política do cuidado.

Indagar e problematizar sobre as condições de emergência histórica do corpo infantil na interface com essa prática médica e de cuidado, descrevendo seus aspectos técnicos, teóricos e os saberes que as controlavam e nos quais se ancoravam, bem como descrevendo suas regras internas, princípios e conceitos centrais para o tratamento e cuidado com o corpo infantil doente e passível de observação, cura e nova socialização, constitui o horizonte de abordagem e o objetivo ao qual se propõe estas páginas.

Desenhar então, em outras palavras, uma arqueogenealogia das visibilidades e dizibilidades que atuaram na invenção do corpo infantil enquanto objeto de descrição, saber e governo por parte da medicina social e da sua articulação a um projeto de governo da infância que emergiu na Paraíba entre as décadas de 1940 e 1950 é a tarefa analítica que este texto intenciona realizar.

Considero que esta política da vida infantil emergiu de forma programada e aparentemente unitária na sua forma e em seus propósitos. Todavia, esta unidade aparente foi engendrada por meio da articulação de saberes dispersos, produzidos em diferentes pontos da sociedade e por diferentes sujeitos cujas produções intelectuais e científicas foram apropriadas localmente como demonstraram as páginas do boletim da Legião Brasileira de Assistência e a retórica dos médicos que para esta publicação enviaram seus textos repletos de uma erudição e produtores de um “saber esotérico”¹⁵, isto é, um saber fechado e difícil na medida em que se estrutura a partir de referências e influências científicas e teóricas que guardam um certo grau de hermetismo, mas que esses médicos usam na produção de seus textos como forma de legitimar seu discurso em referências externas, compondo-se de elementos dispersos e heteróclitos, bem como institui uma retórica que visa convencer pelo tipo de articulação que estabelece com pensadores, cientistas e profissionais do campo da medicina, tanto brasileiros como estrangeiros.

Foram múltiplas as personagens que fizeram parte da trama histórica que tornou possível as ações da LBA na Paraíba, o que abre a possibilidade para pensar essa política da vida de forma plural, apesar das tentativas de sua apreensão por um único grupo protagonizado por uma elite que detinha funções na Interventoria do Estado, dando visibilidade para as diferentes pessoas que atuaram nesse processo, tais como médicos,

¹⁵ Sobre a concepção de “saber esotérico” como característica dos saberes produzidos sobre a loucura, ou ainda da própria loucura como um saber fechado e hermético construído na época clássica, cf. a primeira parte de *História da Loucura na época clássica*, de Michel Foucault (2012, p. 20-21).

puericultores, políticos e estadistas, mulheres e homens de diferentes classes e categorias sociais com diferentes níveis de formação intelectual que se somaram a um projeto de nação que se ancorava no corpo infantil.

Este corpo foi tomado como promessa de efetivação de um ideal de nacionalidade, civilidade e cidadania, conceitos que busco desconstruir nas páginas seguintes, mas não em uma atitude destruidora, e sim no sentido de que a análise da *formação discursiva médico-assistencial* que tornou possível os discursos da LBA precisa ser empreendida a partir da identificação dos elementos centrais que organizam esses discursos para assim desmontá-los, descosturá-los dessa rede ampla e complexa na qual emergiram, identificando seus elementos constituintes e articulações entre o saber e o poder. Tal atitude analítica tem como principal objetivo descrever as condições históricas em que essas produções discursivas surgiram e de quais sistemas de regras foram legatárias.

Construir os fios que permitam tecer uma análise das articulações e conflitos internos e externos a essa problemática de uma política da vida infantil requer tomar em conta alguns princípios de análise:

a) reconhecer e tomar como problemáticas as noções de infância, corpo e vida enquanto enunciados que fizeram parte de um discurso estratégico que mais do que representar a infância como objeto externo a ele, a construiu de determinada forma e a partir de princípios políticos e formas enunciativas específicas, tornando-a visível e dizível na ordem do discurso como um objeto de saber e poder na forma de um governo de si e dos outros por meio de uma política educativa marcada pelo signo do cuidado;

b) analisar as múltiplas linguagens, estratégias políticas e as diferentes gramáticas em que foram engendrados sentidos possíveis para o corpo infantil tomado como objeto de saber e exercício de um poder por meio da medicina social e do discurso da puericultura como “ciência do bem viver”. Nessa direção, visio desconstruir ou desmontar tais gramáticas reconhecendo seus princípios organizativos, formas singulares de expressão (imagens, espaços discursivizados, textualidades e números) e os jogos em torno de uma “verdade” sobre o corpo;

c) tomar a temporalidade em que tais discursos (imagéticos, textuais, numéricos, científicos, etc.) se situam considerando-a na sua dispersão e descontinuidade. Nesse sentido, ao não tomar a cronologia como ponto de partida, mas sim a delimitação de uma problemática cuja análise se dará a partir do desenho de uma série documental que a irrompe, não entendo que existe aí uma desvalorização ou visão do tempo como fator ou dimensão secundária. Digo isso posto que uma análise histórica tem no tempo como experiência uma condição *sine qua*

non, posto que as experiências de mulheres e homens se constituem no tempo e no espaço. Entretanto, uma análise arqueogenealógica como esta que pratico propõe pensar o tempo em suas múltiplas dimensões, espessuras e defasagens, acompanhando analiticamente as transformações operadas em tornos dos olhares que miraram a infância e o corpo infantil, produzindo leituras singulares.

...

Fazer ver o corpo infantil medicado e assistido pelas ações da Legião na capa de uma das edições do boletim dessa instituição pode ser lido primeiramente como forma de legitimar uma ação em curso, um procedimento esperado pela população e prometido por uma política que tomou a vida como principal objeto de suas ações. Fazer viver a infância: este foi o lema da LBA nos anos em que realizou suas ações em todo o território nacional, focando suas ações na maternidade e na infância como questões inseparáveis da necessidade, enunciada pelo Estado Novo de construir a nação.

O espaço narrado anteriormente e visualmente produzido pela imagem tem como objetivo apresentar não apenas uma leitura possível sobre as ações em curso, mas sim a “realidade” do que estava sendo feito em prol da infância. Como disse anteriormente haviam corpos no quarto. O leito médico é um espaço que se pretende acolhedor e com as condições essenciais para fazer viver os corpos enfermos, construindo as condições que os levarão a resistir e superar as doenças que os levaram ali. As doenças são apresentadas nas páginas do boletim da LBA como um risco ao cidadão que necessita estar saudável, mas por extensão também são visibilizadas como um risco à própria nação, ao país que se pretendia formar com uma população saudável e trabalhadora.

Localizar então essa fotografia no conjunto de signos que a tornou possível é fundamental para pensar as formas por meio das quais as imagens foram apresentadas a um público amplo e heterogêneo, bem como pensar sobre as relações que tais formas estabeleceram com as palavras que as inseririam e as traduziram naquele momento.

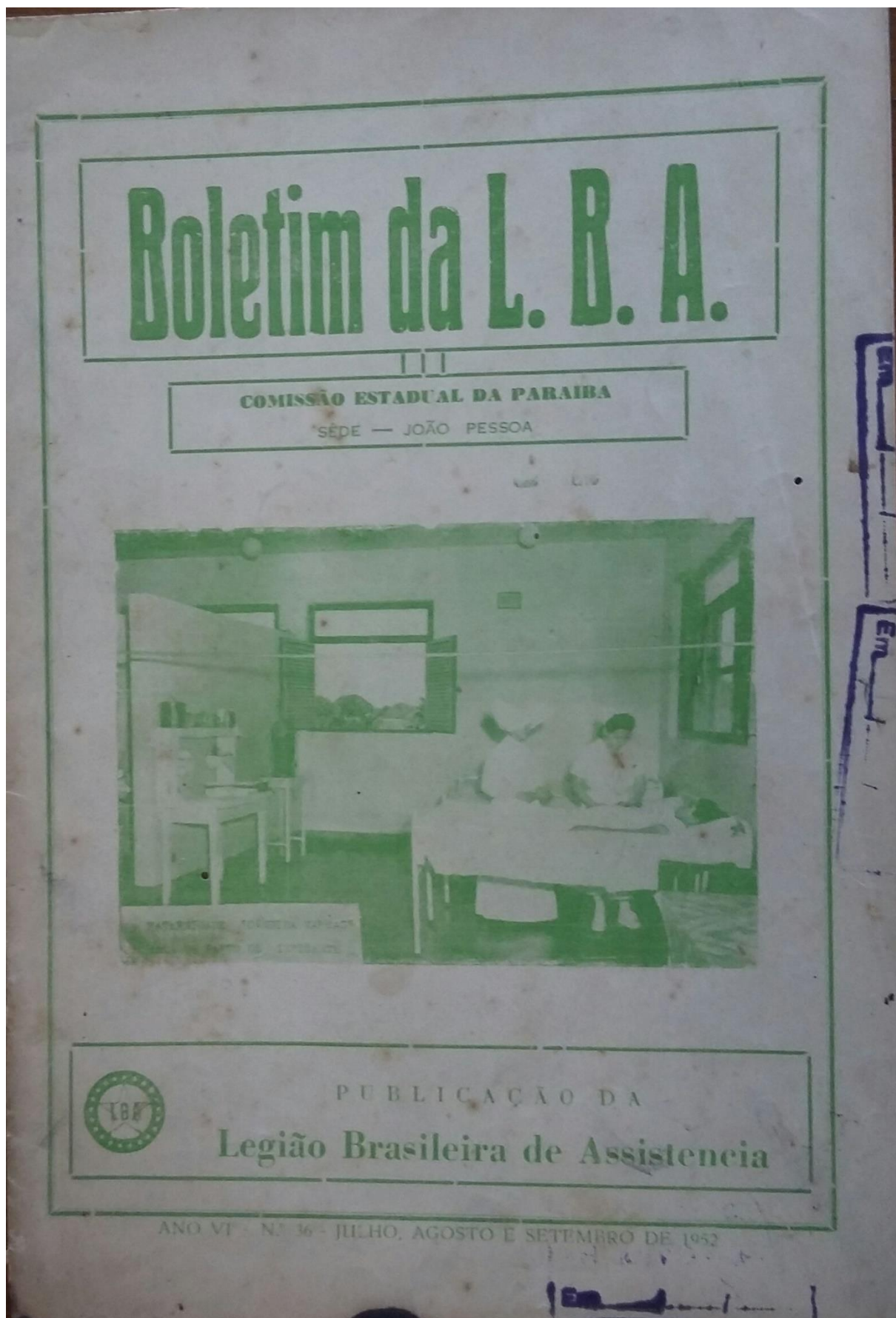


Fig. 2 Capa - Boletim da LBA, Comissão Estadual, Ano VI, Nº 36, Jul/Ago/Set., 1952.

Surge então uma página verde e branca, um tanto quanto amarelada pelo tempo e que apresenta na sua parte central uma imagem cuja captura se deu no interior de um espaço hospitalar, com foco no conjunto desse espaço ao mesmo tempo em que teve a intenção de posicionar nessa “captura do real” os corpos, os objetos, os adereços e instrumentos da prática médica que nele figuravam como itens fundamentais, assim como, fundamentalmente, as personagens dessa trama.

Trata-se então de um registro institucional. Fator problemático na medida em que a própria LBA criou para si uma política de informação e registro, ou ainda uma política da memória e do testemunho de suas ações, que se materializou na produção do boletim informativo, cujas edições variavam ao relatar ações mensais, bimensais, ou mesmo semestrais, a depender muito provavelmente dos recursos financeiros disponíveis para a produção desse material.

A fotografia de capa figura em uma edição composta por dezoito páginas com conteúdo variado, partindo da coluna “Nossos municípios” com texto informativo sobre a cidade de Teixeira, passando por um texto sobre avanços na medicina com as contribuições de Ambroise Paré, dados sobre assistência jurídica à população, efeitos do sol no corpo humano como remédio gratuito, tuberculose, o câncer como um desafio para a ciência, orientações sobre o tempo para dormir e os efeitos do sono na saúde, informações sobre o hospital Arlinda Marques e seus atendimentos, três balancetes com prestações de conta dos recursos financeiros referentes aos meses de julho, agosto e setembro. Isto é, uma edição variada e composto por elementos diversos que permitem uma visão geral das ações em curso.

Há ainda duas páginas com tabelas contendo informações sobre o movimento do serviço interno da maternidade Cândida Vargas com assinatura do Dr. Danilo de Alencar Carvalho Luna. As informações com o movimento dos postos de puericultura das cidades de Cajazeiras, Pombal e Caiçara também figuram no periódico, seguida por uma página com quatro portarias assinadas por autoridades da LBA versando sobre a designação de mudança de pessoal nas funções da instituição. As três últimas páginas contêm uma matéria sobre “pêso e saúde”, a cana de açúcar e um poema intitulado “Língua Nacional” assinado por Filgueiras Lima. Na última página figuram os créditos¹⁶ divididos em “Comissão Central da

¹⁶ Os cargos listados na comissão central são os seguintes: Presidente, Vice-Presidente, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Diretor do Departamento Nacional da Criança; Delegado da Ação Social Arquidiocesana; Chefe de Gabinete da Presidência; Diretor do Departamento de Maternidade e Infância; Diretor do Departamento de Administração e Procurador Geral. Já na relação da comissão estadual figuram os seguintes cargos: Presidente; Vice-Presidente; Representante da Indústria; Representante do Comércio; Representante do Departamento Nacional da Criança; Chefe da Divisão de Maternidade e Infância; Chefe da Divisão de Administração e Procurador Social.

LBA” com letras garrafais informando sobre os cargos da comissão nacional e, com letras menores, mas ainda em destaque no meio da página estão descritos os cargos e respectivos funcionários da comissão estadual. Tanto na comissão central como estadual os primeiros nomes são de suas presidentes, respectivamente Darcy Vargas e Ana Alice Melo de Almeida.

A estrutura da capa do boletim foi alterada a partir do fim da década de 1940, como consta nos números usados nesta pesquisa. Nos anos iniciais da LBA o boletim não continha uma capa personalizada como a que apresentamos anteriormente e na qual aparece a fotografia com o corpo infantil em evidência.



Fig. 3 Capa - Boletim LBA, Ano I, Junho de 1947, n. 2. Em seus primeiros exemplares o boletim apresenta um cabeçalho que permanecerá no mesmo tipo de diagramação nos anos posteriores, mas mudando de posição ao longo dos números do periódico.



Fig. 4 Capa - Boletim da LBA, Ano III, Janeiro e Fevereiro de 1949, n. 16. A partir do fim do seu terceiro ano de circulação o boletim passa a contar com novas estratégias de formatação com recursos diferentes de cor, formatos e imagens.

São duas páginas que marcam tempos distintos e momentos específicos na história da LBA. Os modos de compor as páginas obedecem a princípios diferentes de organização dos conteúdos e divulgação das ações. Se é certo que o tipo de conteúdo permanece basicamente o mesmo ao longo do tempo as formas por meio das quais estes assuntos serão tratados e dados a ler mudaram e, neste sentido, pensar também sobre tais formas e como elas participaram da construção de visibilidades e dizibilidades acerca da infância e do corpo infantil também é tarefa fundamental.

Forma e conteúdo constituem-se em uma relação intensa, produtiva e interdependente. O logotipo da LBA é uma marca da permanência na forma do periódico. O círculo é composto com fundo escuro, destacando as 21 estrelas representando cada uma os estados da federação naquele momento¹⁷ tendo ao centro as iniciais do nome da instituição. A localização desse símbolo de identificação mudou ao longo do tempo, pois nas primeiras edições esse logotipo aparece na parte superior direita ao lado do título do período e a informação sobre sua localização geográfica, isto é, sendo produzido pela comissão estadual da Paraíba com sede em João Pessoa. Nas edições posteriores essa localização foi modificada na medida em que a distribuição das informações na página inicial foi sendo alterada, principalmente quando foi construída uma capa personalizada para o boletim a partir do primeiro número de 1949.

Uma mudança significativa na relação forma/conteúdo no periódico diz respeito ao fato de que nas primeiras edições ele apresenta já na primeira página um texto informativo sobre temas relacionados às ações da LBA local ou nacionalmente, como sugere o título do texto da edição de 1947 sobre a primeira convenção nacional da LBA no Rio de Janeiro. A quais intenções obedeceu essa mudança na estrutura visual do boletim? Como as visibilidades e dizibilidades forjadas foram modificadas considerando-se essa alteração? Entendemos, nesse sentido, que tal transformação na estrutura do boletim, isto é, na forma como ele se apresentava para o público, esteve relacionada com o objetivo de construir uma identidade visual para a instituição e para esse veículo a partir do qual seriam divulgadas as ações, os temas considerados importantes e as questões sociais consideradas candentes no momento de produção dos conteúdos.

A marca da experiência de leitores com o informativo estava presente na edição de 1949. O nome “Procuradoria” escrito à mão indica a possível rede de circulação desse

¹⁷ Sobre a primeira divisão regional do país elaborada na década de 1940 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ver informações disponíveis sobre o conjunto de estatísticas do século XX em vários campos geopolíticos em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxcxhtml.shtm>. Acesso em 21 de abr. 2016.

periódico, pois parece dizer de um público leitor específico ao qual também se destinava essa produção mensal da LBA. Fazer o boletim chegar às mãos de autoridades como aquelas vinculadas à Procuradoria pode ser lido como um tipo de retroalimentação do circuito de influências e credibilidades dos agentes do Estado.

As ações da LBA tinham autonomia administrativa e técnica, mas não estavam aquém da estrutura organizativa do Estado. Suas ações se articulavam com departamentos de saúde, educação, assistência social, estatística e especialmente com o Departamento de Maternidade e Infância (DMI), além de também fortalecer com cooperação técnica e financeira instituições e serviços já existentes ou em processo de implantação no território paraibano.

O uso da imagem fotográfica desde as primeiras edições do boletim é também outro dado importante quanto à proposta de produzir visibilidade sobre a Legião. A presença de fotografias com autoridades, eventos oficiais ou mesmo narrando visualmente ações desenvolvidas na Paraíba ou no país como um todo eram cruciais para gerar o *efeito de real* desejado. Com Roland Barthes (2004), compreendo o efeito de real gerado por um monumento como a fotografia, na medida em que ao pretender “atestar” ou “testemunhar” que o fato aconteceu efetivamente e que pode ser percebido quase que de forma transparente por meio do registro visual, se oculta que a fotografia é em si um recorte daquilo que lhe é externo e que é apresentado como seu referente natural. Ao apresentar as imagens do espaço, personagens, traços e possíveis resultados de um “acontecido” esse tipo de registro produz um efeito de realidade que se ampara, basicamente, no desejo de convencer e significar o mundo de determinada maneira. Neste sentido, Roland Barthes afirma que na história que se pretende “objetiva” o “real nunca é mais do que um significado não formulado, abrigado atrás da onipotência aparente do referente. Essa situação define o que se poderia chamar de *efeito de real*” (BARTHES, 2004, p. 178).

As cores do periódico mudaram ao longo das edições depois de 1949. A primeira edição colorida era azul, mas foi seguida de outras em que cada capa era produzida de forma personalizada. As letras azuis são acompanhadas por um fundo também no mesmo tom, mas um pouco mais claro e não mais por uma página marcada pelo preto no branco. A localização do logotipo foi sendo alterada e na edição de 1949 esse símbolo institucional foi deslocado para a parte inferior esquerda da capa, acima das informações sobre número, ano e mês de edição do periódico.

Assim, diferentes recursos foram acionados ao longo das edições da LBA para inventar uma infância governável, construída a partir de diferentes práticas discursivas que articularam saberes médicos e jurídicos, bem como os instrumentos da assistência social para

descrever, avaliar, recomendar, educar, diagnosticar e governar essa infância marcada politicamente pelo signo da promessa. Educar a infância, regenerá-la em caso de má-educação e formação moral, como sugerem diferentes edições do periódico, e praticar diferentes estratégias de governo sobre ela são questões que atravessam em diferentes momentos e com formas e cores distintas as páginas que traziam informações sobre um novo tempo que se buscava instituir. Um tempo a ser marcado pela presença das políticas de Estado em todas, ou quase todas, as dimensões da vida das famílias.

Essa problemática em torno do corpo infantil como alvo de uma política de Estado também foi estudada pela historiadora Michele Tumelero (2010), cujas reflexões em torno da ação da Legião Brasileira de Assistência na cidade de Chapecó, em Santa Catarina, também apontam a centralidade da família como foco de transformação das relações com a criança; tais cuidados estavam profundamente articulados com o sentido de uma norma familiar burguesa, focada no modelo de família nuclear e que buscava medicalizar, higienizar e tornar a família um espaço seguro para a criança de acordo com as prescrições e orientações que as autoridades da Legião prescrevessem.

Tomando o corpo infantil como objeto central na produção de saberes sobre a infância a LBA lançou mão de múltiplas estratégias para lê-lo e oferecer leituras e significados. A fotografia que abre esse texto pode ser tomada como algo que documenta essa preocupação e esse objetivo em torno do corpo. Ao mesmo tempo em que a imagem busca construir uma visualidade sobre o espaço em que aquele corpo estava sendo atendido, apresentando os diferentes componentes materiais e humanos que fizeram parte desse dispositivo médico e assistencial é fato também que o corpo exerce o lugar de temática central na medida em que “os mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada” (FOUCAULT, 1988, p. 138).

Os olhos das enfermeiras que fitam o corpo infantil doente podem ser entendidos como a extensão do olho do Estado enquanto agente provedor das condições de saúde e educação a partir daquele momento na história do Brasil. Esse olhar é sintomático de uma relação de poder que não se dá apenas no sentido da subjugação e do controle coercitivo. É uma relação produtiva. Trata-se de uma relação em que o saber médico é considerado o autorizado a descrever as condições de vida em que aquele corpo deveria viver. Tal movimento é seguido de outro que se refere à prescrição e diagnóstico do que pode e deve ser feito pelo médico e pelas equipes profissionais a ele articuladas, sendo todos pertencentes ao mesmo espaço em que saber e poder se cruzam em prol da gestão da vida infantil.

O exercício de leitura dessas primeiras imagens permite perceber o estatuto político que as institui como registros de uma ação médico-assistencial na Paraíba. São imagens públicas, produzidas no interior de uma instituição pública, certamente urdidas por um ou mais profissionais contratados para este fim e com a intenção básica de registrar as atividades da LBA captando os rostos e os corpos que nela estavam engendrados. Esse estatuto político interferiu de maneira intensa nos processos de produção dessas imagens cujos destinos já estavam traçados, isto é, figurar nas páginas do boletim mensal da instituição e serem testemunhas de um projeto em curso.

Mas, o que registrar? A quais lugares ir e como privilegiar a missão da LBA na miríade de cenas que os fotógrafos teriam a oportunidade de ver diante de si? Que operações esse olhar habilitado a captar essa cartografia das ações da Legião poderia produzir? Quais personagens deveriam ser posicionados propositadamente diante da câmera ou alvo dela na sua busca de registro dessas experiências partilhadas? Como o corpo devia ser representado e a quais regras essa representação visual obedecia?

Fazer o inventário dessas múltiplas visibilidades e dizibilidades que tornaram a infância um objeto de saber, recortando-a como parcela estratégica da população paraibana sobre/para a qual deveriam ser desenhadas atividades e políticas específicas que tomaram o corpo como questão central é a tarefa que me proponho, garimpando o nível arqueológico¹⁸ no qual tais discursos emergiram.

...

— “Ninguém mais do que eu pode atestar os bons serviços que a Legião Brasileira de Assistência, tem prestado em todo o Brasil” — disse o presidente Eurico Gaspar Dutra ao público presente na primeira Convenção Nacional da Legião Brasileira de Assistência realizada no Rio de Janeiro entre os dias 26 de maio e 4 de junho de 1947¹⁹. Trata-se, claramente, de uma fala muito bem situada. Elogiar a ação da LBA no espaço estratégico em que seus projetos estavam sendo discutidos, assim como os primeiros resultados alcançados daquela que ia se constituindo como uma das primeiras experiências de políticas públicas de Estado voltadas especialmente para a maternidade e infância.

Estavam presentes no evento não apenas profissionais ligados à LBA, mas também compareceram outras pessoas “gradas” da sociedade carioca, como informa a primeira página

¹⁸ Sobre essa noção, cf. Foucault (2007, p. 43), em que se pode ler que o estudo do saber, interroga sua produção histórica “naquilo que o tornou possível” considerando as relações entre “o macrocosmo e o microcosmo” que aparecem como “efeito de superfície”.

¹⁹ Boletim da LBA, Ano I, Junho de 1947, n. 2.

da edição de junho de 1947 do boletim. Esse periódico fora produzido com a intenção de fazer ver as ações da LBA não apenas em âmbito local (estadual ou municipal), mas no país como um todo. Daí compreende-se a publicação de textos e fotografias narrando atividades organizadas pela comissão central da Legião e os efeitos que tais ações teriam para o trabalho de base das demais comissões em forma de orientações técnicas sobre como continuar procedendo na realização dos trabalhos. As imagens e textos publicados com essa intenção denotam o claro objetivo de sempre pensar a articulação entre o local e o global, isto é, as ações locais articuladas com um projeto nacional caminhando *pari passu* com o que estava acontecendo no mundo ocidental. Não é exagero tal afirmativa na medida em que, como demonstro adiante, as citações e apropriações de discursos científicos produzidos em países como Estados Unidos e França, entre outros, foram recorrentes nas páginas da LBA.

Aqueles dias em que se realizou a primeira convenção nacional da LBA foram marcados também por passeios pela cidade do Rio de Janeiro, a fim de conhecer melhor as paisagens e o projeto moderno viabilizado na capital federal. Perceber as belezas da cidade foi um objetivo informal que se somou à rotina de trabalho daqueles médicos, enfermeiras, autoridades políticas e demais pessoas presentes no evento.

O cheiro das folhas verdes somadas ao concreto e ao espaço urbanizado do Parque da Gávea provavelmente foram percepções sensíveis experimentadas por Ednaldo de Luna Pedrosa, presidente da comissão da LBA na Paraíba e um dos representantes do Estado naquele evento, enquanto participou da distribuição de “roupinhas e sapatos às crianças do bairro” em um dos dias em que esteve na cidade. Usar os dias de realização do evento para demonstrar a efetividade das ações da LBA na cidade do Rio de Janeiro e ao mesmo tempo atualizar a proposta de intervenção social foi uma das estratégias dos organizadores do evento com a intenção de convencer e envolver os diferentes profissionais naquele trabalho social elogiado de forma contínua por diferentes autoridades.

Otávio da Rocha Miranda era o presidente da comissão central da LBA naquele momento e foi responsável pela organização da convenção nacional. Tendo formado uma comissão composta por outros profissionais ligados à Legião, eles protagonizaram o itinerário que os levou dia-a-dia aos ministros de Estado do Trabalho, Educação e Justiça, respectivamente os Drs. Morvan Dias de Figueiredo, Clemente Mariani e Benedito da Costa Neto. Em todos os encontros a pauta era uma só: divulgar os projetos da LBA e buscar parcerias para a continuidade das ações. Como presidente do órgão, cabia a Otávio fazer um relato sobre o histórico da LBA, descrever seus principais projetos e com isso dar uma visibilidade para os projetos de forma convincente e capaz de tecer parcerias. “Em uma rápida

explicação o dr. Otávio da Rocha Miranda declarou que já estão traçados planos concernentes à prevenção à tuberculose, este terrível mal que todos os dias extermina tantas vidas” e concluindo sua fala “o orador fez um esboço da repercussão que os serviços da Legião Brasileira de Assistência têm tido em todos os recantos do Brasil”²⁰. De fato as ações da LBA se multiplicaram rapidamente pelo país, pois com “apenas 3 anos de existência, em 1945 a Legião Brasileira de Assistência já existia em 90% dos municípios brasileiros” (SPOSATI, 1989, apud TUMELERO, 2010, p. 57).

O reconhecimento da ação da LBA aparece de múltiplas formas e expressas em diferentes tipos de enunciados no boletim da instituição na Paraíba. O contato com os diferentes ministros teve como um dos efeitos discursivos a produção de uma lembrança em torno das condições em que instituição surgiu no país, como aparece na fala do ministro da Justiça, Benedito da Costa Neto: “[...] o Brasil jamais poderia esquecer os nobilitantes serviços que a LBA, prestou aos brasileiros justamente, numa das horas mais graves da nossa história, quando os nossos ‘pracinhas’, se encontravam na luta, nos campos da Europa”²¹.

O discurso faz referência ao momento de emergência da LBA como ação do Estado que tomou a dianteira para atender os pracinhas e suas respectivas famílias que ficaram sem a presença de um dos seus membros. Lembramos que em meados do século XX o papel do homem na família foi alvo de muitos discursos que pregavam a moral e a construção de uma família nuclear em que a figura paterna era considerada a base, no sentido de que asseguraria a sobrevivência por meio do trabalho e o exemplo masculino para os filhos e filhas que essas famílias tivessem. Às mulheres era dado o espaço doméstico como sendo o seu lugar por excelência enquanto mãe e dona de casa. Sendo assim, coube ao Estado assistir essas famílias e simbolicamente substituir temporariamente a figura paterna já que aqueles homens estavam ofertando suas vidas e sacrificando seus corpos em nome da nação brasileira que tinha se somado ao tenebroso conflito que foi a Segunda Guerra Mundial.

Entretanto, a notícia dessa primeira convenção da LBA está datada de junho de 1947, isto é, após o término do conflito. É neste sentido que é relevante destacar a permanência do projeto da LBA mesmo depois que a guerra tinha acabado. Sua proposta de uma política em torno da maternidade e da infância, tomando o corpo como objeto a ser educado, disciplinado e civilizado a partir do projeto de nação e de brasilidade que fora produzido teve continuidade e atravessou décadas do século XX, sendo um capítulo importante na história das políticas para a infância no Brasil. Ademais, no caso da Paraíba, uma demanda específica havia

²⁰ Boletim da LBA, Ano I, Junho de 1947, n. 2, p. 2.

²¹ Boletim da LBA, Ano I, Junho de 1947, n. 2, p. 2.

particularizado as ações da Legião: seca de 1942. Apesar de ter surgido inicialmente com o objetivo de assistir as famílias dos pracinhas, na prática, as ações da instituição atenderam a demandas locais de assistência a infância e maternidade.

A historicidade de tal intervenção aqui na Paraíba aponta justamente no sentido de particularizar o que ocorreu localmente dentro do horizonte mais geral em que essas ações se tornaram possíveis. Mas é fato também que essa política de assistência se estruturou a partir da fabricação de múltiplas imagens, fossem elas de autoridades, paisagens ou atividades com seu público. Nesse último caso a intenção é dar visibilidade para aqueles e aquelas que foram atendidos em suas necessidades mais básicas de alimentação, por exemplo, pois era preciso dar corpo a esse ideário de uma população civilizada, higienizada e na esteira do progresso definido e almejado pelos governantes desde o âmbito municipal até o nacional. Instituir uma política em torno daquilo que era visto, daquilo que deveria ser visualizado e memorizado pela população e pelos próprios agentes públicos foi um fator condicionante no modo como essas ideias circularam e foram incorporadas em ações de Estado.

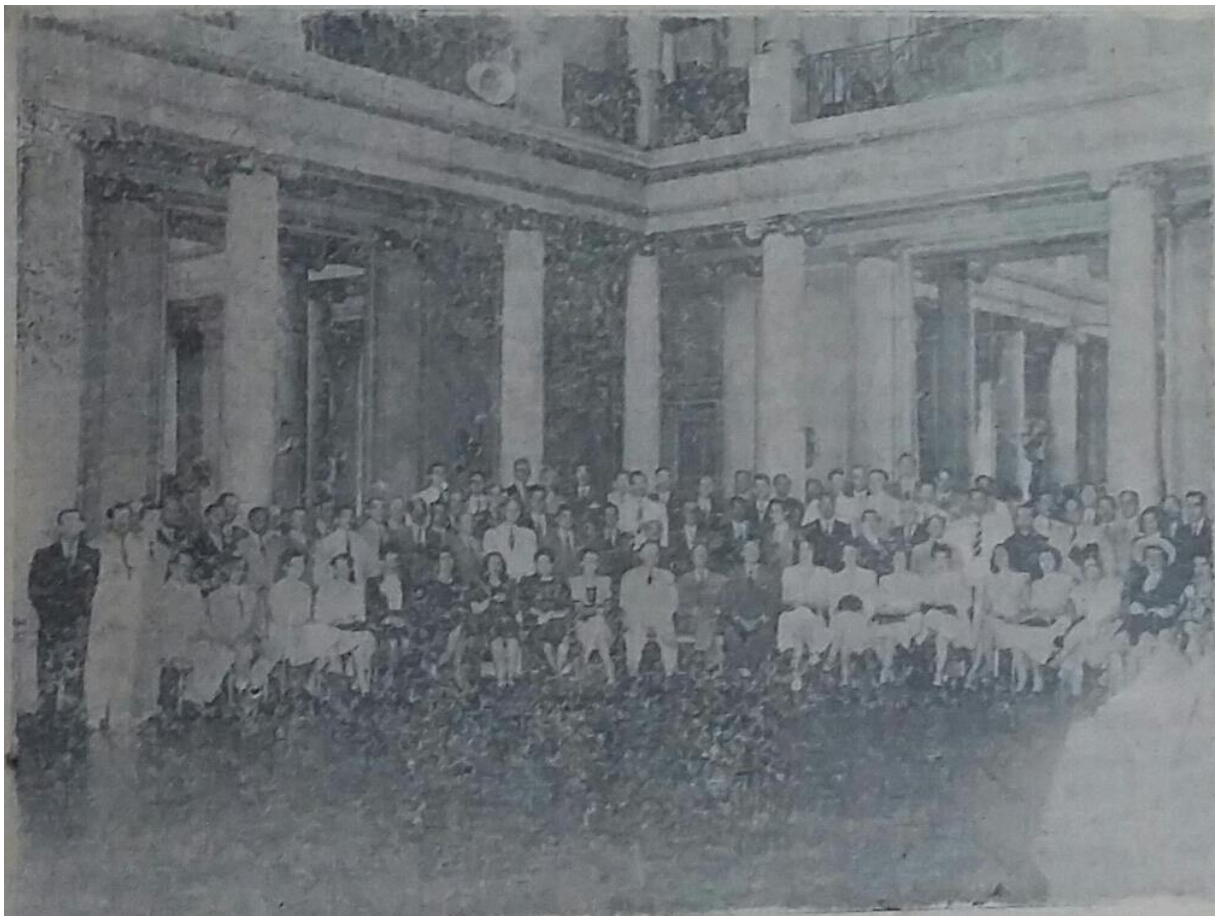


Fig. 5 Fotografia da I Convenção Nacional da Legião Brasileira de Assistência realizada no Rio de Janeiro em maio e junho de 1947. Boletim da LBA, Ano I, Junho de 1947, n. 2, p. 1.

A captura do conjunto das pessoas que participaram da convenção, enfatizando o espaço em que aconteceu e reafirmando a retórica da coletividade em prol da infância. O plano fotográfico privilegia o grupo, a quantidade de pessoas envolvidas no evento e isso tem como um efeito discursivo atualizar a própria ideia de uma “legião”²² como corpo coletivo de pessoas em prol de uma determinada causa.

Um enunciado deste tipo visa à produção imagética de um sentimento nacional, uma proposta de coesão política e ética no sentido de que haveria um compromisso com o “outro”, ou seja, com a infância singularizada como esse objeto político que precisaria ser atendido, descrito, classificado, indagado, conhecido por meio do saber médico, jurídico e da assistência como proposta de racionalização daquilo que até então vinha se caracterizando como caridade na história do Brasil, mas que a partir daquele momento se efetivaria sob a ótica da filantropia como ação social racionalizada e planejada com base em critérios científicos e passíveis de acompanhamento e avaliação sistemática mensurando os resultados que se constituíssem.

Irene Rizzini (2011) historiciza o processo que marcou a transformação ou ruptura entre uma ação caritativa, marcada pela ação da igreja católica e que tinha suas bases desde o período inicial de colonização da América Portuguesa, e a promoção de uma filantropia como ação humanitária e socialmente engajada. “A força da filantropia resultou da urgência em ajustar as bases do Estado liberal, na lógica capitalista, à realidade da sociedade moderna, uma espécie de ajuste entre liberdade e ordem, mercado livre e trabalho (RIZZINI, 2011, p. 94).

Compreendendo que as imagens tecem uma história, esta imagem narra os personagens de uma cena produzida para ser visibilizada, vista, comentada, elogiada e aplaudida. Afinal de contas se aproximava o fim da década de 1940, a guerra havia terminado e a LBA permanecia firme nos seus propósitos apesar das crises e tensões envolvendo a figura de Vargas. Olhar para trás e reconhecer o seu legado, como fazia Otávio Rocha nas suas visitas às autoridades de Estado, era o ponto de partida para dar continuidade a um projeto de governo da infância na ótica da construção da nacionalidade.

²² “sf (lat legione) 1 Divisão principal do exército romano composta de 10 coortes e compreendendo cerca de 4 a 6 mil soldados de infantaria e 300 cavaleiros. Era comandada por um legado. 2 Grande número, grande quantidade. 3 Grande porção de demônios. 4 Grande quantidade de gente. 5 Grande quantidade de anjos. 6 Folc Cada uma das sete divisões de uma linha, na feitiçaria. L. de honra: ordem militar e civil instituída na França por Napoleão I. L. estrangeira, Mil: corpo de voluntários de súditos estrangeiros a serviço de um Estado, especialmente da França”. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=legi%E3o>. acesso em 24 de abr. 2016.

Mas por que governar fazendo tantas alusões à infância visando exercer um governo sobre ela? Essa genealogia do corpo infantil desenha-se na esteira de uma análise eminentemente biopolítica, compreendendo assim “o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 1988, p. 134).

No boletim da LBA o texto escrito e as imagens dialogam diretamente na medida em que lançam mão de recursos distintos para dizer o mesmo, basicamente. Um convence pela palavra, o outro pelo poder de fazer ver. A construção das diferentes visibilidades e dizibilidades sobre a infância toma como ponto de partida estas e outras estratégias narrativas para dar divulgação às ações da Legião o que traz a conotação de que o discurso da instituição é profundamente laudatório, autocentrado e interessado em produzir registros que afirmem sua importância e com isso convença os leitores do boletim, bem como aqueles que eventualmente tenham figurado nas suas páginas participando das ações de formação, distribuição de sextas básicas, de leite em pó para as crianças, atendimento médico-higiênico e tantas outras ações.

Por outro lado, se é fato que a LBA se afirma como política de Estado é também notável o fato de que sua articulação com a sociedade civil é uma condição sem a qual suas ações não se efetivariam, pois se constituem como um canteiro articulado por múltiplas redes que conectam comissões municipais, serviços de saúde e educação, entre outras instituições e serviços locais. Desse modo, apresentar de forma elogiosa a informação de que o cardeal do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara, estivera presente na convenção é uma maneira de afirmar as redes de sociabilidade, os contatos estratégicos, os parceiros e parcerias que se somavam aos propósitos da Legião no país como um todo. O nome da “sua eminência” D. Jaime figura ao lado de líderes do setor industrial e comercial como Euvaldo Lodi, que naquele ano se elegera como deputado federal por Minas Gerais e já tinha uma história ligada à política, tendo participado da Constituinte de 1934 e sendo um dos fundadores do Serviço Social da Indústria (SENAI) em 1946, atuando como um dos diretores.

Apesar das páginas do boletim tecerem elogios e falar da importância da articulação com a igreja como setor relevante nas causas sociais e nos projetos em prol daqueles considerados mais vulneráveis, como mulheres e crianças, é fato também que quando houve a implementação da LBA na Paraíba em 1942, pelas mãos do interventor federal Ruy Carneiro e sua esposa Alice Carneiro, a postura do Estado em relação à igreja resultou em conflitos consideráveis na cena política. Ao analisar a história política paraibana entre as décadas de 1930 e 1940, Jean Patrício da Silva (2013) destaca transformações importantes na política do

Estado a partir de Ruy Carneiro. Dentre as mudanças operadas ele destaca que se até então a relação entre Estado e igreja tinha sido construída de forma um tanto amistosa e com certo grau de proximidade, tendo em vista que Argemiro de Figueiredo, na posição de interventor, fortaleceu a aliança com a igreja justamente por valorizar seu corporativismo e capacidade de controle social sobre a população nos quesitos educação e trabalho (SILVA, 2013, p. 50), por outro lado, quando Getúlio Vargas decidiu intervir na política paraibana nomeando Ruy Carneiro como sucessor na interventoria os termos da relação Estado e igreja passaram a operar noutro tipo de registro caracterizado por critérios de análise e intervenção social baseados mais no discurso científico do que no discurso religioso e caritativo.

Jean Patrício destaca ainda que poucos fatos políticos tiveram tanta repercussão no governo de Ruy Carneiro como o primeiro ato feito por ele com base no decreto nº 50 que foi publicado no Diário Oficial no dia 17 de agosto de 1940 e que extinguiu o Serviço de Assistência Social (SAS) que era presidido pelo cônego José Coutinho, mais conhecido como Padre Zé. “A explicação para a extinção foi a crise financeira, que não permitia o funcionamento da requerida repartição, e a falta de organização administrativa e financeira do órgão” (SILVA, 2013, p. 84). No entanto, tomando em conta que o governo foi a cada momento reforçando sua postura política de viabilizar ações de assistência cada vez mais laicas e pautadas em critérios técnicos, pode-se ler que este foi apenas o primeiro passo para a ruptura do Estado com a igreja no que dizia respeito às ações de caráter social.

Tais transformações históricas no entendimento sobre as articulações políticas e os significados atribuídos ao termo “parceria” são relevantes para compreender o modo como são desenhadas e planejadas as políticas públicas que, neste caso específico, tinham a infância como objeto central. As diferentes percepções e compreensões sobre o “social” e as políticas a serem destinadas para a população mais pobre articularam-se com modos de operar a máquina pública de um modo específico, como registra as análises elaboradas por Jean Patrício.

Nesse sentido, ao assumir o governo da Paraíba em 1940 o interventor Ruy Carneiro “herdou”, se assim posso dizer, uma estrutura administrativa e financeira endividada e em profunda crise como resultado da gestão de Argemiro de Figueiredo. Tal situação foi uma das condições de possibilidade para que a gestão de Ruy fosse historicamente caracterizada como centralizadora e com forte ímpeto de racionalização da gestão das políticas sociais com o objetivo de tornar os processos coordenados pelo executivo mais ágeis e efetivos.

“Essa contenção de gastos fica bastante clara nos primeiros meses da administração Ruy Carneiro, em virtude não só da propaganda governista, mas também pela desaceleração do ritmo de obras efetuadas pelo governo” (SILVA, 2013, p. 112). Mas é fato também que

esse desejo de maior racionalização da administração pública baseada em critérios de eficiência e efetividade, em curto prazo, foi algo característico também da gestão getulista e que reverberou nas políticas de assistência para a infância. Esse tipo de postura aparece de diferentes maneiras também no boletim da LBA a partir do modo como são apresentados os critérios e princípios da gestão das ações, as prestações de contas dos recursos financeiros da entidade a partir da divulgação dos balancetes mensais. E mesmo quando a edição do periódico era referente a dois ou três meses fazia-se a exibição das tabelas com os balancetes referentes aos meses em questão.

Múltiplas articulações, diversos processos de influência política e incidência em diferentes espaços faziam parte do jogo de construir e alimentar a política para a infância naquele momento. Não eram destoantes desse tipo de cena os corpos presentes na imagem acima. Pernas femininas devidamente cruzadas uma vez que estavam no primeiro plano diante do fotógrafo profissional contratado pela LBA para registrar o evento. Trata-se de uma foto posada. Uma pose compartilhada por homens e mulheres naquela cena, visando registrar e transmitir para um tempo futuro a imagem de uma legião comprometida com a causa da infância. A foto havia sido feita no final da convenção, logo após o almoço de encerramento. Tal imagem aponta para as redes de contato que articulavam e atravessavam de diferentes formas as ações da Legião.

Tomando a fotografia como objeto de reflexão, Peter Burke (2004) diz que "[...] um artista não é uma câmera, mas um comunicador ou comunicadora com sua própria agenda" (p. 111). Neste sentido pode-se pensar como o fotógrafo que produziu essa imagem é parte constitutiva da leitura que se quer oferecer a uma determinada comunidade de leitores que, no caso do boletim, é bastante ampla e diversa. Mas havia algo a ser comunicado! O “como” dessa comunicação muito deve à escolha que esse profissional fez sobre o melhor ângulo, a forma considerada adequada para registrar essas diferentes presenças nessa imagem que captura, congela, torna perene e ao mesmo tempo que faz ver também informa sobre um acontecimento do passado. Toda imagem é portadora de, no mínimo, uma mensagem. Como se tratava de uma fotografia de imprensa ela estava destinava a aparecer junto com um texto que a explicaria e a deixaria mais claramente situada em determinado contexto social e político, bem como fazendo menção às pessoas que em tal imagem estivessem representadas.

Apesar de parecer um tanto quanto óbvio faz-se necessário considerar o caráter produtivo da imagem fotográfica. Longe de simplesmente reproduzir a realidade tal como ela se efetivou em um determinado momento histórico, a imagem produz essa realidade que quer dar a ler. Ela participa do processo de produção dessa realidade que, num primeiro momento e

naquele registro apontado por Barthes sobre a “ilusão referencial”, se crê como tendo sido posta na imagem de forma transparente e não problemática.

O modo como a lente foi posicionada para capturar a imagem produz sentidos sobre a presença daqueles homens e mulheres num espaço tão amplo, bem decorado, cujo salão nobre era sustentado por altas e fortes colunas do chão ao teto, permitindo perceber que no andar acima se poderia ter uma visão de conjunto do salão e das personalidades ali reunidas. A imagem não focaliza rostos individuais e a escolha recai sobre o coletivo. Perder então essas individualidades, que são reafirmadas nas linhas do texto da primeira página, permite criar imagetivamente a percepção de que um grupo plural mas ao mesmo marcado por uma unidade que os solidifica e os fortalece. Esse grupo era composto por pessoas de diferentes espaços do país que estavam reunidas para dar continuidade aos projetos da LBA e às promessas de fazer dos corpos infantis algo produtivo, ativo, que no futuro próximo pudesse ocupar funções úteis na sociedade brasileira.

Essa imagem que recorta um momento final da primeira convenção nacional da LBA e apresenta visualmente os personagens que participaram desse evento está situada em uma edição do periódico composta, como de costume, por notícias diferentes que se articulam sempre com a proposta de tematizar a infância e a maternidade e para isso identifica e noticia sobre serviços locais que podem ser procurados pelas famílias a fim de que sejam atendidas pela rede médico-social que a LBA coordenava.

A edição trazia, logo em seguida à matéria central sobre o evento no Rio de Janeiro, um texto informativo sobre alimentação dos recém-nascidos, prescrevendo as formas como se poderia evitar a perda de peso pelas crianças e com isso garantir condições físicas mínimas para a sobrevivência. Também advertia que a perda de peso das crianças também é fator natural que faz parte de seu desenvolvimento e só pode se tornar motivo de preocupação uma vez que o médico aponte que tal efeito no corpo da criança tem se dado dentro de condições clínicas que precisam ser cuidadas e averiguadas.

Tal exemplar apresenta ainda um texto acompanhado por uma fotografia da Maternidade Cândida Vargas, que foi inaugurada no ano de 1945, no bairro de Jaguaribe, durante a gestão de Ruy Carneiro e que contou com recursos da LBA para equipar e remunerar os profissionais desse hospital. Dados sobre o movimento de público na clínica dentária da Maternidade Cândida Vargas são listados e apresentados na edição do boletim em uma lista composta por tipo de atendimento e o número correspondente de público atendido nessa especificidade. Uma página (nº 5) foi dedicada integralmente para a impressão de uma tabela com dados do movimento de doentes na Maternidade.

Os dados referem-se aos atendimentos nos meses de janeiro a maio de 1947. Em seguida há outra tabela desta feita com o balancete do mês de maio de 1947. Adiante (na página 7) são apresentados pequenos textos contendo informações resumidas como, por exemplo, a saída do Sr. Luiz Ribeiro dos Santos da função de presidente da comissão estadual da LBA e notas sobre a procuradoria do Estado, o serviço de puericultura em Cruz das Armas e a continuação do texto sobre perda de peso infantil, pois no boletim os textos eram divididos em páginas espaçadas na edição. Por fim, apresenta, em sua última página, dois textos divididos de forma vertical numa mesma tabela, ficando um abaixo e outro acima e abordando as atividades da LBA na Paraíba, focando nas sindicâncias e a demonstração dos recursos financeiros usados pela instituição para apoiar as vítimas da enchente ocorrida em 1947.

Pensando nesse castelo de palavras em que se constitui o boletim pode-se dizer que o estatuto da palavra ganha então um poder de convencimento importante na urdidura de um discurso estratégico que toma a vida infantil como ponto de reflexão e produção de saber. As múltiplas edições do boletim são produzidas de acordo com uma estética e uma política da palavra que constrói o objeto de que fala de uma maneira performática e inventiva. Ana Luiza Martins (2001) faz algumas reflexões em torno dos estudos que tomam a revista como fonte ou objeto de pesquisa e nesse sentido destaca que a própria expressão “revista”, derivada do inglês *review*, foi sendo construída ao longo do tempo e passou a ser lida como sinônimo de boletim, que no caso aqui em estudo é o nome dado para a publicação mensal.

No que se refere a especificidade da revista como fonte de pesquisa vale destacar que o próprio nome é sintomático daquilo que a publicação propõe fazer ver: “nos dicionários de língua portuguesa, a gênese da palavra *revista* é situada no final do século XIX, quando, desgarrada do significado usual de ‘passar a tropa em revista’, assume o status de publicação (...)” e nesse sentido passa a ser compreendida como um “título de certas publicações periódicas em que são divulgados artigos originais de crítica ou análise de determinados assuntos” (FREIRE apud MARTINS, 2001, p. 45).

Considerar os formatos por meio dos quais esse periódico construiu suas leituras sobre a infância consiste numa condição imprescindível para a análise dos seus discursos e das leituras construídas e impressas nele. Se uma revista, como o nome sugere, “passa em revista” uma série de assuntos, permitindo com isso uma leitura “fragmentada, não contínua, e por vezes seletiva” (MARTINS, 2001, p. 45), tal modo de construir sentidos deve fazer parte das análises e olhares dedicados a esta questão, compreendendo sempre a relação entre forma e conteúdo como aspecto problemático e também objeto de análise.

Levar tais problemas em questão na análise arqueogenealógica que aqui proponho é fundamental para problematizar as condições históricas em que o corpo infantil emergiu como objeto de saber e de poder na Paraíba, descrevendo como essa política do corpo se estruturou a partir de dimensões e temas específicos como a alimentação, higiene, educação moral e afirmação de valores cívicos e patrióticos que situaram tal corpo na ampla e complexa tecnologia de governo da infância engendrada por diferentes atores sociais que compuseram uma cena na qual o objeto central, ao ser reafirmado constantemente, pode ser visto como paradoxalmente negado em suas possibilidades existenciais.

Educar, o verbo potenciado

Definir e prescrever os procedimentos a partir dos quais o corpo infantil seria tratado, educado e medicado pela família e pela sociedade, esta é a tônica do discurso da LBA. Em 1947 a última página da edição de agosto do boletim tinha o seguinte título: “Como a criança deve viver”²³. Esse sentido de dever, com os efeitos discursivos que lhe são correspondentes, foi um enunciado amplamente materializado nas páginas da LBA, mas o sentido de dever iria também ser inscrito em práticas educativas e formas de construir relações no espaço escolar e familiar de igual maneira.

Daí ser preciso questionar o estatuto político de tais práticas que construíram as possibilidades para que esse corpo fosse inventado. Fazer a arqueologia delas significa escavar as camadas discursivas nas quais habitaram, o solo do qual emergiram, percebendo as múltiplas interações, jogos de poder e produções de saber, o que exige identificar os sujeitos que comporam essa cena de forma direta ou indireta, pois aqueles que escreveram para as páginas da Legião referendaram seus discursos com base em teorias, técnicas, fundamentos filosóficos e biológicos formulados por sujeitos e/ou instituições distantes, mas cuja influência deve ser questionada, suscitando um olhar crítico que tome tais relações e apropriações de saber considerado que tinham como função legitimar uma política que tomou a vida como problema de governo e o corpo da criança como a materialidade mais básica sobre a qual construiriam uma série de efeitos.

²³ Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 8.

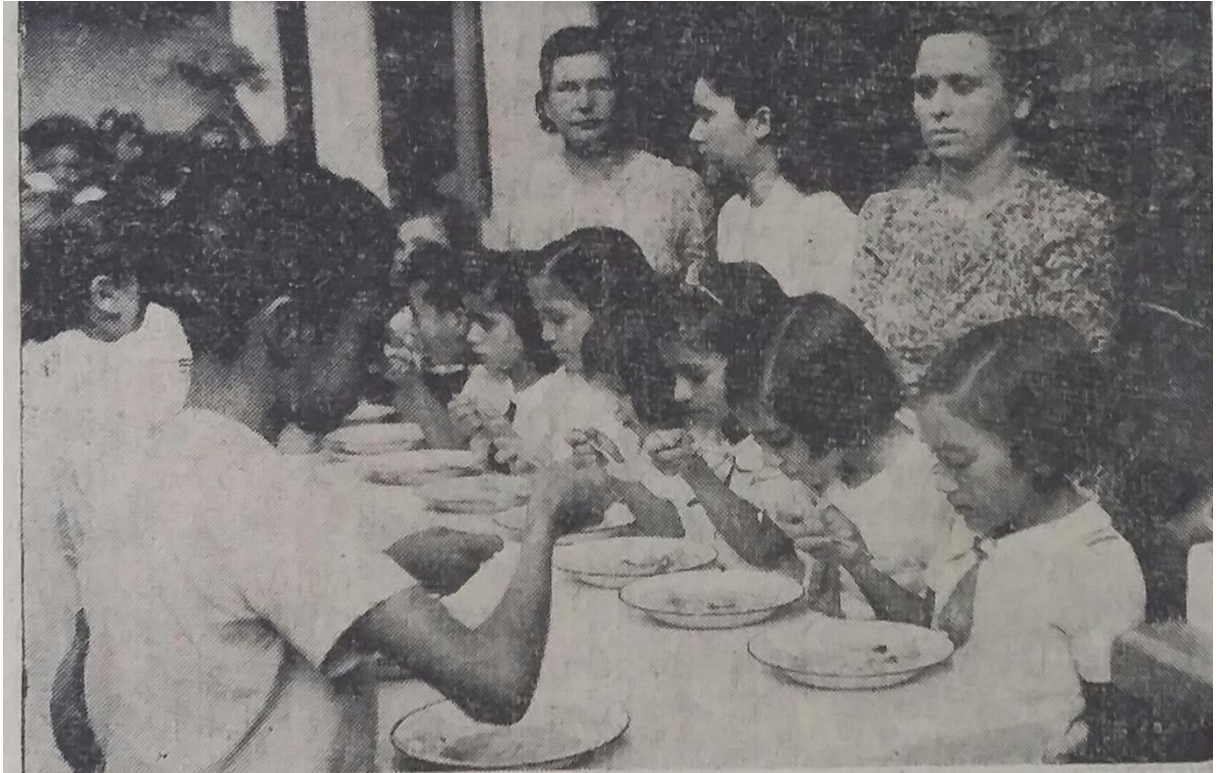


Fig. 6 Crianças se alimentando no Grupo Escolar Antonio Pessoa, na capital. *A União*, 15 de abril de 1944.

Diante dos olhares vigilantes das professoras as crianças comem. O espaço escolar em que estão é ocupado por elas diariamente e a partir dos critérios definidos pela gestão da escola. O desenho espacial é ordenado visando favorecer a circulação e a ordem nos momentos de refeição entre as crianças. A disposição das mesas e das cadeiras possibilita a partilha de um momento considerado muito importante como a hora de se alimentar, uma vez que não estando à mesa diante de seus pais, as crianças estariam diante das professoras, autoridade substitua do pátrio poder e junto dos colegas e companheiros da jornada escolar diária, que eventualmente poderiam vir a se tornar amigos.

Três professoras estão próximas às crianças que estão divididas em duas fileiras. Uma das professoras parece observar a outra que lhe está próxima enquanto esta, por sua vez, fita atenciosamente as crianças que se alimentam. A distribuição dos corpos no espaço obedecia a uma ordem e ficavam em sintonia uns com os outros pela própria postura adotada pelo grupo. A posição no assento, o gesto com as mãos captado — que fora captado num instante pelas lentes do fotógrafo —, o olhar atento ao alimento e a expressão de obediência aos olhares vigilantes compõem um cenário educativo marcado pela educação higiênica e moral na década de 1940 na Paraíba.

Tal imagem aparece em uma matéria do jornal *A União* que tem como assunto principal a contribuição no valor de 73 mil cruzeiros que a comissão estadual da LBA forneceu às escolas de João Pessoa para garantir a merenda escolar diariamente às crianças.



Fig. 7 O órgão oficial de comunicação do Estado divulga em sua matéria os recursos doados pela LBA para as escolas da capital visando a inserção da merenda escolar diária. *A União*, 15 de abril de 1944.

Ampliando o campo de visão percebe-se mais crianças, outras personagens desse enredo que são narradas em textos e imagens e funcionam imagetivamente como signos de uma pátria em construção. As crianças são significadas por aquilo que lhes é exterior e estranho: a Nação. Escrita com N maiúscula significava atribuir um sentido ainda mais forte para o grande projeto do governo de Getúlio e por todos os interventores que, na sua esteira, fizeram projetos em prol da construção da famigerada nacionalidade. As diferentes crianças, portadoras de múltiplas singularidades culturais, são articuladas pelo princípio da unidade no espaço educativo.

Foi dentro dessas condições históricas que os discursos e imagens da Legião foram gestados e tornaram visíveis e dizíveis os corpos educados e alimentados no espaço escolar no qual a LBA também tinha participação. Chama-me atenção as personagens de pé, próximas às colunas, observando as crianças que se alimentam e, especialmente uma criança que, do lado esquerdo também está de pé e olha para a direção do fotógrafo, parecendo observar aquele que num gesto de captura a tornaria perene por meio de uma imagem que a levaria dali para outro tempo e espaço de onde a observo, hoje. Pois o fotógrafo escolhe aquilo que registrará

para o futuro a partir do momento em que “olha, limita, enquadra e coloca em perspectiva o que ele quer ‘captar’ (BARTHES, 1984, p. 210). Além disso, Barthes também nos lembra que em toda fotografia há um espetáculo que lhe é subjacente: um retorno do morto. Talvez aquela pequenina criança não tivesse pensado nisso naquele momento em que tirou da cena da alimentação o foco do seu olhar. Talvez a presença do fotógrafo fosse uma novidade, algo pouco comum e que ela buscava entender.

O fotógrafo estava ali a trabalho e tinha sido enviado pelo jornal oficial da Paraíba. Por meio do trabalho dele a face daquela menina seria captada e deslocada no tempo, tendo em vista que a partir do momento em que figurasse nas páginas do jornal o seu rosto seria representado numa imagem e associado a um conjunto de palavras, bem como a um acontecimento (doação da LBA às escolas da capital visando garantir a alimentação dos alunos), que instalaria essa imagem em um campo de visão e explicação distinto daquele em que ela se encontrava quando posou, indiretamente, para a lente do fotógrafo.

As mãos dela – da menina - estão juntas, o olhar parece sereno e firme enquanto a outra ao seu lado está distraída olhando uma possível troca de objetos protagonizada por um homem e uma mulher mais à frente, no centro da imagem e logo após as fileiras de crianças que ainda comem. Entre as duas últimas colunas do lado esquerdo da sala de refeições um corpo masculino, encostado sob uma das colunas e, aparentemente, usando gravata, é mais um sujeito cujo olhar está deslocado do foco da cena protagonizada pelos meninos e meninas que fazem a refeição garantida pela Legião. Seria possivelmente um funcionário da escola que se somava ao grupo de adultos que ao rodear as crianças durante a alimentação as lembravam, em silêncio, das regras da casa.

Criar uma narrativa sobre a escolarização da infância na Paraíba, como ocorre na matéria de *A União*, obedece a uma regra fundamental que é criar efeitos de realidade, instaurar imagens e escrever textos que pesem sobre o mundo, imprimindo nele uma vontade de verdade, um desejo de exercer poder com base no uso dos corpos que são tomados como objeto de comentário²⁴. O texto diz que “torna-se difícil obter um perfeito rendimento de crianças assim sub-alimentadas”, como era o caso de muitas crianças assistidas pelo grupo escolar Antonio Pessoa. Tal situação econômica e social da família repercutia diretamente no processo educativo daquelas crianças, mas o jornal deseja mostrar que diante dessa situação, mais uma vez a ação da LBA teria sido certa ao doar os 73 mil cruzeiros que tornou

²⁴ 15.000 crianças contempladas com a merenda escolar da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba. *A União*, 15 de abril de 1944, p. 7.

possível a garantia da alimentação dos jovens escolares todos os dias. Como se pôde perceber ao longo dos dias essa atitude política gerou “sensível e animador aumento da frequência” nas escolas de toda a Paraíba.

“Nas condições atuais de vida da população”, dizia a matéria, “com a carência de todos os gêneros essenciais ao seu abastecimento, qualquer medida que vise atenuar a situação alimentar dos escolares se reveste da maior significação”. Por isso mesmo a “oportuna iniciativa” da Sra, Alice Carneiro desempenhou um papel muito importante demarcando um ponto de transformação na vida escolar na capital, possibilitando que a partir dali as “deficiências alimentares” das crianças se superassem.

A proposição de garantir a “integridade física e mental” das crianças faz parte da política do cuidado com o corpo infantil e se constrói como enunciado estratégico na medida em que o corpo, na ótica dessa política, é descrito e tomado na sua integralidade, não produzindo uma visão que separe desenvolvimento intelectual possibilitado pela educação escolar e os aspectos físicos, pois tais elementos fariam parte de um conjunto sobre o qual essa política deveria atuar. A alimentação adequada é vista como fundamental para garantir que o desenvolvimento cognitivo na escola ocorra no tempo e na forma adequada.

As ações da Legião se efetivavam numa rede composta por diferentes iniciativas em prol da infância. Eram educadores, puericultores, médicos, assistentes sociais, políticos, enfim, um amplo elenco que compunha uma legião em torno da criança. Um acontecimento desse tipo se deu em um momento histórico em que a preocupação com a infância partia de diferentes pontos no Brasil e no exterior, bastando lembrar a realização do *Primer Congreso Panamericanos del Niño* em 1916 em Buenos Aires e o fato ainda do dia 12 de Outubro ter sido instituído como Dia da Criança no Brasil pelo decreto nº 4.867 de 5 de novembro de 1924. Esta data foi definida desse modo em um momento marcado por debates em torno do aleitamento materno e higiene infantil que haviam surgido ainda no século XIX quando o médico Arthur Moncorvo criou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância em 1899 no Rio de Janeiro.

Entrando no século XX uma série de ações sociais, políticas e jurídicas continuaram fazendo da infância um tema e um lema para proposições políticas, a exemplo do Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932, que pela primeira vez propunha a construção de um sistema de educação no país, de modo que fosse possível construir unidade e coerência para uma educação que se articulasse com um projeto de nação brasileira. A invenção do dia da criança tinha “uma explícita associação com a comemoração da ‘descoberta’ da América” e a escolha da data aconteceu em 1922 no fim do “3º Congresso Americano da Criança, realizado

com o 1º Congresso de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro” (PARADA, 2011, p. 346).

As transformações vivenciadas na educação pública brasileira entre as décadas de 1930 e 1940 apontavam claramente para a necessária interação entre os serviços de educação, saúde e assistência, como estava claro no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*²⁵ (1932). Tal documento pode ser lido como um acontecimento na história da educação brasileira, pois a partir dele foi instituído um sistema nacional de educação, algo que até aquela data não havia sido implementado como política pública. Havia uma simbiose entre as políticas de assistência e as de educação e saúde naquele momento e todas elas tiveram um efeito político eminentemente forte sobre o corpo infantil, visto que em maior ou menor medida elas se estruturavam na vontade de produzir saber sobre a criança e com a intenção de formar seu corpo de acordo com os interesses da formação da famigerada nação.

O próprio discurso dos pioneiros da educação é elucidativo nesse sentido, uma vez que visava incutir nos corpos e mentes infantis os princípios da “disciplina, solidariedade e cooperação”²⁶. A proposta era que a educação tivesse uma função pragmática em relação com o meio social, daí a necessária interação com serviços de assistência, por exemplo. A ação extensa e intensiva da escola sobre o indivíduo era um pressuposto básico da política de educação daquele momento, o que por sua vez não destoava grandemente das ações de assistência que também se desenvolveram naqueles anos.

Lembro, contudo, que o surgimento da LBA foi posterior ao manifesto da educação nova, mas compreendo que uma vez que aqueles princípios formulados e lançados em 1932 orientaram as políticas nos anos seguintes. Quando a LBA surgiu foi gestada e executada dentro desse conjunto de preceitos, dando continuidade às propostas dos pioneiros, destacando-se aquela que se articulava diretamente com as práticas da LBA no trato com o corpo infantil: formar homens cultivados e úteis à sociedade sob todos os aspectos²⁷.

Aquele era um momento histórico marcado por uma significativa transformação na percepção do corpo da criança e do jovem no Brasil. Maurício Parada (2011), estudando a relação entre o corpo infantil e o corpo nacional nesse período, enfatiza que essa transformação ocorrida na década de 1930 ocorreu na medida em que “até aquele momento, apesar de algumas iniciativas governamentais e parlamentares, esse tema estava

²⁵ O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Revista HISTEDBR On Line, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006.

²⁶ O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Revista HISTEDBR On Line, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006, p. 5.

²⁷ O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Revista HISTEDBR On Line, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006, p. 5.

predominantemente associado a eventos patrocinados e desenvolvidos por clubes e organizações privadas” e a transformação ocorreu a partir do momento em que o governo Vargas “consolidou uma prática intervencionista a esse respeito e, nesse processo, duas ideias conduziram a uma nova relação entre política e corpo: a preocupação com a educação e com o civismo” (PARADA, 2011, p. 351).

A cena está cheia. Múltiplas pessoas compondo um cenário cujo principal papel era educar as crianças e livrá-las, de certo modo, das situações críticas pelas quais eventualmente passavam no seio de suas famílias, como a matéria d’*A União* faz questão de frisar. Mas a esse cenário composto por diversas personagens segue-se outro vazio, habitado pelos responsáveis pela feitura diária do alimento: a cozinha.

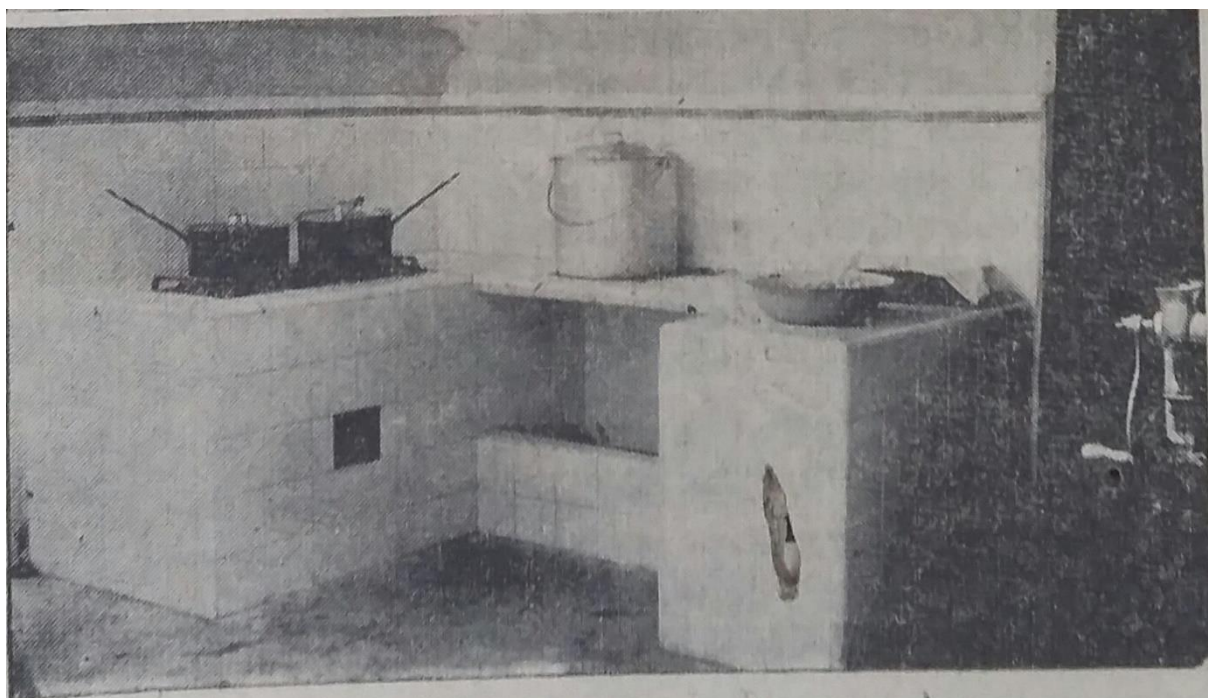


Fig. 8 Fogão usado na escola Antonio Pessoa, na capital. *A União*, 15 de abril de 1944, p. 7.

A cozinha é representada na matéria como parte complementar e significativa no contexto escolar, tendo em vista que a garantia de uma boa alimentação para as crianças dependia dos profissionais que habitassem esse cenário. No canto da fotografia um pequeno moinho manual indica que o milho era um dos elementos que compunha o cardápio escolar. As duas panelas pretas no canto oposto da imagem, cada uma acompanhada por uma concha, estão sob o fogo que aquece e coze os alimentos que, como indica a matéria, passaram a fazer parte da rotina pedagógica. A distribuição dos objetos no espaço ocorre de maneira que não estão tão próximos e não há alimentos dispersos sob a mesa que antecede o fogão à lenha, o que pode indicar o cuidado com os recursos disponíveis e o cuidado higiênico com o preparo das refeições.

“Ontem, estivemos no grupo escolar Antonio Pessoa, desta cidade, à hora da merenda, que constava de uma succulenta sopa de verduras variadas”, diz o autor do texto cujo nome não figura na página do jornal. A proposta de mostrar a efetividade da ação do Departamento de Educação em parceria com a LBA não poderia deixar de lado, em seu discurso, o apelo à apresentação do número de 324 crianças atendidas diariamente naquele espaço educativo. Entretanto, não apenas ele tinha tido sua rotina incrementada pelo apoio financeiro da LBA como também os grupos Isabel Maria das Neves, Pedro II e a Escola de Aplicação.

Em diversos momentos o corpo infantil é dado a ler por meio desse discurso que fala do cuidado com a alimentação, a saúde e o bem-estar físico e mental da criança. A dietética aparece como um valor considerado fundamental, pois trata de uma relação que a criança paulatinamente construiria consigo mesma a partir do ato de se alimentar, higienizar-se e lidar com o seu corpo a partir dos códigos que orientavam a política educativa da LBA. Nesse sentido, trata-se, a todo o tempo, de uma política que visa construir sujeitos uma vez que “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 2012, p. 133-134).

A imagem, ao produzir sentidos para o mundo, é portadora também de uma dupla poética, como enfatiza Jacques Rancière (2012) ao dizer que a fotografia se tornou arte não porque “aciona um dispositivo opondo a marca do corpo à sua cópia”, mas porque as imagens são, ao mesmo tempo ou separadamente, “os testemunhos legíveis de uma história escrita nos rostos ou nos objetos” e também “puros blocos de visibilidade, impermeáveis a toda narrativização, a qualquer travessia de sentido” (RANCIÈRE, 2012, p. 20). A articulação que se dá entre o visível e o dizível, como também é abordado pelo filósofo francês, deve ser considerada enquanto problema na leitura das imagens posto que obedecem a tipos específicos de produção de leitura sobre o mundo, lançando mão de formas distintas de fazer ver e dar a ler o mundo aos sujeitos humanos.

“Higiene alimentar do lactente”, este era o título da matéria escrita pelo médico puericultor João Soares da Costa, que foi diretor do Banco de Leite Humano na cidade de Cruz das Armas e também tinha sido iniciativa da comissão estadual da LBA. Em seu texto que tem o sentido de ser uma orientação para as mães no que dizia respeito ao trato com o corpo dos filhos, ele afirma que a abordagem que se propõe a fazer não tem como objetivo ser uma descrição completa da “dietética do lactente” nem resolver um assunto tão forte, mas

pretende “focalizar alguns dados, sem duvida (sic) valiosos para quem quer que pretenda empreender trabalho mais aprofundado”²⁸.

A preocupação com a alimentação, objetivo que as orientações ali expressas abrissem as possibilidades para “melhorar a alimentação defeituosa e insuficiente de nossas crianças, salvando-as do abandono em que se acham e das condições de miséria e penúria atuais” marca de maneira forte o discurso do médico. A estrutura do discurso opera dentro dos signos tão recorrentes na gramática da LBA como, por exemplo, a expressão “salvação” e visa claramente ser um meio com base no qual os pais e mães se sensibilizem e criem uma determinada percepção acerca de suas crianças e sobre como cuidar melhor daquele corpo que, pelos sentidos produzidos no discurso médico, não pertencem à família, mas deve ser visto nas relações sociais que o constitui e o torna uma presença no mundo.

“Nada mais proveitoso, mais importante, mais urgente do que encetar uma ampla campanha no sentido de uma melhor alimentação, o que é indispensável à formação de uma raça sadia e forte”, diz o médico João Soares. Daqui posso imaginar o ímpeto e a força com que tais palavras foram articuladas para fabricar esse discurso que tem no corpo seu objeto básico de atuação, mas com o horizonte amplo de abarcar toda uma população. Por este ponto de vista posso entender que o corpo infantil é o vetor de materialização de um discurso produzido no plano conceitual e filosófico e que, apesar desse primeiro nível de abstração, precisava ser vivenciado e materializado em práticas concretas por homens e mulheres que, por meio do trabalho diário, orientado por profissionais autorizados como ele, criariam as condições para que uma raça sadia e forte se constituísse.

Nesse sentido, a tomada da alimentação como um dos cuidados fundamentais a serem adotados pelas instituições de assistência à infância e pelas próprias mães aparece em momentos distintos e em textos urdidos por diferentes profissionais ligados à Legião e que atuavam em diferentes serviços, a exemplo do médico Giuseppe Orlando de Paula Marques, quando em um de seus textos trata alimentação infantil de forma articulada ao discurso dos direitos das crianças. Diz ele que “em todos os tempos e mais especialmente após a revolução francesa, todos os sistemas filosóficos – políticos ou não – primaram sempre por defender ‘os direitos do Homem’”. Argumenta que, de “certo. O Homem, sim, tem seus direitos. Em nenhum deles, entanto, se pensou em defender os deveres do ‘Homem’”²⁹.

O discurso da LBA cria, a seu modo, uma leitura acerca da história como experiência humana no tempo e no espaço. Ao falar dos direitos da criança como questão política o autor

²⁸ Boletim da LBA, Ano VII, n. 40, Julho, Agosto e Setembro de 1953, p.1.

²⁹ Direitos das crianças, deveres dos homens. Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, n. 9, p. 01.

visa mostrar como a conquista do direito da criança só pode ser compreendida dentro de uma trajetória histórica mais ampla, compreendendo um encadeamento de acontecimentos sem os quais tal questão ficaria desarticulada e teria sua própria compreensão comprometida.

Há uma crítica ao tipo de formulação de direito possibilitada de maneira mais incisiva a partir da revolução francesa de 1789. Pode-se perceber um segundo aspecto referente a um passado longínquo usado para legitimar ou respaldar um tipo de discurso que será montado ao longo dos parágrafos subsequentes. O texto de abertura dessa edição do boletim tem como principal objetivo fazer uma crítica ao modo como os sujeitos até então vinham pensando o exercício de seus direitos, pois mais a frente lê-se que isso teria incorrido em uma espécie de “individualismo” em que todos buscavam seu direito e esquecia-se de uma contrapartida em relação aos seus pares.

Isso fica bastante claro quando se afirma que “o Homem de hoje não pode gosar egoisticamente de seus direitos”³⁰, o que denota uma postura individual considerada ideal para o exercício da cidadania que reverbera na recomendação de que ele não pode “esquecer dos deveres que dizem respeito a todos, para usufruir prazenteiramente dos direitos que lhes outorga a sociedade, não é só um ‘pequeno esquecimento’ e sim um verdadeiro crime de lesa sociedade”³¹. Tal afirmativa denota uma compreensão de que o direito se dá pelo contrato, por um acordo firmado mutuamente e cuja efetividade parte, substancialmente, de uma postura individual que se coadune ou esteja em perfeita consonância com a coletividade.

Todo discurso é histórico. Logo, o discurso em prol do direito da criança urdido pelo médico Giuseppe Mendes não estava alheio às condições de possibilidade em que vivia, fosse para referendá-lo ou para negá-lo. O momento em que a proposta da LBA emergiu foi um momento historicamente marcado por mudanças em torno da noção de infância que apareceram em diferentes pontos da sociedade. Aquele momento, percebido em um recorte temporal um pouco mais amplo, vinha sendo marcado pelos princípios formulados em três cartas constitucionais em que uma ideia embrionária de direito da criança tomava expressão juridicamente.

Sendo o discurso jurídico atravessado por forças e sentidos que circulavam na época de fato é interessante perceber que a Constituição de 1934, democraticamente construída, trazia o amparo e assistência aos desvalidos como direito a ser assegurado por Estados e Municípios. Assim como estabelece em seu artigo 138 a promoção de serviços para a infância e a maternidade com foco na educação eugênica, socorro às famílias e proteção da juventude

³⁰ Direitos das crianças, deveres dos homens. Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, n. 9, p. 01.

³¹ Direitos das crianças, deveres dos homens. Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, n. 9, p. 01.

contra toda exploração e abandono, fosse físico ou moral, e ainda trazia em sua redação o princípio da higiene social como fator que contribuiria para reduzir a propagação das doenças³².

Por sua vez, a Constituição de 1937 também tematizou a infância, mas é preciso atentar para o detalhe de que ela foi elaborada já sob o Estado de sítio imposto por Vargas e fortemente “inspirada no fascismo italiano”, como analisa Edson Passetti (2013, p. 360). Esta carta trazia em seu artigo 127, por exemplo, a prerrogativa de que a infância e a juventude deveriam ser tomadas como objetos de cuidados e garantias específicas, de modo que lhes fossem asseguradas as condições físicas e morais de vida sã e o desenvolvimento de suas faculdades sempre dando continuidade à ótica da preservação física e moral de crianças e jovens³³. Posteriormente, a Constituição de 1946, elaborada por sua vez já no contexto da redemocratização após a derrocada do Estado Novo dava continuidade ao modo de abordagem da infância, enfatizando no seu artigo 164 a obrigatoriedade, em todo o território nacional, da assistência à maternidade, à infância e à adolescência, bem como definia que a lei iria instituir os modos por meio dos quais seria garantido o amparo de famílias numerosas³⁴.

Considerações desse tipo contribuem para perceber as continuidades e transformações que ocorreram ao longo do tempo na compreensão acerca da infância principalmente no que dizia respeito às ações desenhadas pelo Estado e sociedade civil e que tiveram uma atuação centrada na educação e saúde. Apesar das diferenças que também fizeram parte dos modos de conceber o governo sobre o corpo infantil penso que essas transformações foram convergentes na formação de um modelo de atendimento para a infância que começava a se constituir no país. De fato todas essas engrenagens e dispositivos institucionais foram forjados tendo no corpo seu suporte mais básico e sensível sobre o qual os efeitos desejados poderiam ser produzidos na conformação de subjetividades e sujeitos.

Na esteira aberta por Foucault, o filósofo italiano Giorgio Agamben (2009) pensa o sentido técnico e operativo do conceito de dispositivo como sendo “um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc.” pois de modo mais sucinto pode-se dizer que “o dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos” (AGAMBEN, 2009, p. 129). Considero tal noção a construção dessa leitura em torno da política do corpo infantil a sociedade paraibana das décadas de 1940 e

³² Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934, art. 138.

³³ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1937, art. 127.

³⁴ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1946, art. 164.

1950, partindo da compreensão de que fazer uma história política do corpo, como ensaio nestas páginas, significa compreendê-lo como efeito desses múltiplos jogos de poder, ações disseminadas socialmente e orientadas numa política de normatização do corpo como categoria política e objeto de governo.

Leio o corpo aqui não apenas no seu aspecto biológico, apesar de que tal aspecto foi usado na produção de um saber centrado na população e no homem como espécie e justificando hierarquizações e noções em torno de um corpo a ser regenerado do ponto de vista racial. Digo ler o corpo infantil justamente por entender que estes corpos representados nas páginas do boletim são, a seu modo, textos. São signos de uma condição humana que é tocada, narrada, visada e dada a ler por articulações entre palavras e imagens que buscam dar conta dessas realidades, explicando-as, caracterizando-as, classificando-as como objetos ou não de intervenção dessas redes capilarmente delineadas na sociedade e que envolveram homens, mulheres, crianças a junção explícita do corpo individual com o corpo coletivo (a população).

O discurso de Giuseppe Marques estava situado em um momento de forjar expectativas e justificar projetos em torno da infância. Recorria a experiências distantes no tempo e espaço para legitimar e localizar numa linha do tempo o que ocorria no presente, no sentido de que a história se daria por certo acúmulo, mas também por defasagens, pois tal forma de pensar os direitos devia também ser alvo de crítica e de renovação, posto que havia incorrido em um individualismo.

Há um uso do passado como forma de legitimar conquistas ou situações do presente e criar o efeito de credibilidade em relação a determinado tema, como o direito da criança. Se o Estado Novo tinha aberto as possibilidades para a garantia de direitos sociais sentia-se também a necessidade de rever a compreensão sobre estes direitos com o intuito de não incorrer numa atitude hedonista e prazenteira e também como forma de evitar manifestações que pudessem questionar o governo.

A infância foi usada como um problema, uma questão de natureza eminentemente política que permite estabelecer um parâmetro, pois se o homem tinha conquistado direitos para si também era portador de deveres com aqueles que ainda não eram propriamente homens e mulheres, do ponto de vista de que não tinham ainda a capacidade de decidir sobre suas próprias vidas.

Um novo contrato social se formara e o corpo da criança era o ponto fulcral desse debate entre o Estado como garantidor de direitos e os homens e mulheres, pais e mães que se responsabilizariam pelas crianças, assumindo o dever de fazer com que essas crianças se

tornassem cidadãos saudáveis e aptas para servir ao Estado e à sociedade quando fossem chamadas a essa tarefa. O discurso em prol do direito e da garantia de condições que basicamente pudessem garantir a vida apareceu de diversas formas. Para o boletim da LBA era importante afirmar que: “Só um ser humano tem unicamente direitos e não deveres – a criança”. Nesse sentido há novamente um princípio de individualização que a caracteriza de modo peculiar ao dizer-se que “todos têm deveres para consigo e ela ainda nenhum dever para com todos. Estes direitos que tem a criança e os deveres que lhes são devidos pela sociedade acham-se constitucionalmente concatenados em forma de lei que, em nosso País, tomou vulto de excelso”³⁵.

A criança emerge nesse discurso como o centro da proteção do Estado e da sociedade, instituindo uma espécie de fissura no próprio discurso de cidadania que o Estado Novo criara. Pois se a cidadania naquele momento era mensurada e garantida considerando-se principalmente o indivíduo como força de trabalho e pela posição ocupada no processo produtivo (FONSECA, 2007), no caso da criança há uma espécie de brecha nesse discurso, pois essa criança ainda não ocuparia um espaço formal no mercado de trabalho, embora devesse ser educada para dele fazer parte, como sugerem as próprias políticas de educação e trabalho desenvolvidas naquele momento, a exemplo dos patronatos agrícolas que tinham no trabalho um elemento de “regeneração” e educação das crianças consideradas abandonadas e/ou delinquentes. Se eram garantidos direitos para a criança brasileira mesmo sem ela ocupar formalmente uma posição no processo de produção econômica isso se devia ao fato dela estar sendo gestada naquele momento dentro de um dado horizonte de expectativas que deveria assumir para si no futuro como espécie de retorno ao investimento que a nação teria feito nela em seu processo de escolarização e educação cívica, higiênica e patriótica.

A conformação política de um pacto entre todos os cidadãos e destes com o Estado foi construída simbolicamente e todos pareceram unidos por um mesmo projeto: o governo da infância. Era este o interesse do boletim da LBA na Paraíba. Como a Legião era uma instituição federal com comissões estaduais que visavam articular vários contatos e tecer ações conjuntas com a sociedade civil, tal condição institucional parece reverberar no seu discurso a partir de certo apagamento dos conflitos sociais que eventualmente existissem entre as pessoas e os órgãos envolvidos na construção do canteiro de ações que a Legião propunha. Dentro do conjunto de direitos que ia sendo formulado na legislação, o boletim da LBA aponta que “de todos os direitos da criança, nenhum se avanta em importância ao direito à

³⁵ Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, n. 9, p. 01, grifos meus.

‘alimentação’. Esse enunciado foi sendo gestado desde o começo do século XX com as ações de promoção de saúde pública empreendidas pelo médico Arthur Moncorvo Filho³⁶ que deu continuidade ao projeto do seu pai, doutor Arthur Moncorvo, iniciado na segunda metade do século XIX e singularizado principalmente na criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro em 1899, mas vindo a começar seus trabalhos efetivamente em 1900.

Quando se tratava do problema da criança doente adotava-se uma postura prescritiva que informava sobre procedimentos que deviam ser tomados para que fosse logo solucionado. “Na eventualidade que adoeça, a criança será matriculada no dispensário de pediatria, que funciona em dias alternados ao de puericultura, sendo de igual modo examinada e medicada pelo pediatra” e no processo de tratamento, isto é, ao “completar a tríade assistencial à criança, só vem de faltar, como uma lacuna, o serviço de distribuição de leite humano, por isto que nenhum mais adequado do que a Maternidade, para esse fim. No entretanto, acreditamos, não passará muito tempo antes de vermos feito realidade”³⁷.

“De diversas maneiras pode-se satisfazer a esse direito, e dentre elas uma, a distribuição gratuita de leite em pó, que ora vimos de ver instalada, com o beneplácito da chefia da D.M.I. da L.B.A., neste Estado, tem as suas justificativas”, pois “inúmeras são as críticas levantadas contra a distribuição gratuita de leite em pó. E quanto aos críticos, estes são sem conta e mais gratuitos mesmo que o próprio leite distribuído”.

Mas o discurso do boletim também apresenta soluções que, a seu ver, são inquestionáveis na medida em que “[...] nenhuma das críticas resiste á assertiva de que existe uma legião de mães necessitadas que, para os seus filhos, precisa de leite. A distribuição gratuita de leite em pó, tropéça (sic), de início, com varias (sic) dificuldades”. Os motivos são: “primeiro, de *ordem econômica* – o alto custo do leite. Segundo, de *ordem educacional* – impedir que pessoas abastadas se beneficiem com esse leite que é um direito dos pobres” e, o terceiro aspecto é de “*ordem técnica* – dificuldade de uma fiscalização perfeita áquelas mães cujos filhos fôram (sic) contemplados com o leite distribuído, no sentido de que esse leite seja utilizado exclusivamente para a alimentação da criança”³⁸.

Uma análise desse tipo acerca dos problemas que envolviam a assistência à criança em um serviço como o de oferta de leite em pó aponta para os desafios que a ação laica conduzida pela LBA enfrentava, pois os princípios e critérios por meio dos quais ela operava

³⁶ Sobre os modelos assistenciais criados por este médico e seu pai, assim como a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância em 1901, ver Wadsworth (1999) e Rizzini (2011).

³⁷ Direitos das crianças, deveres dos homens. Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, n. 9, p. 05.

³⁸ Direitos das crianças, deveres dos homens. Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, n. 9, p. 01-02.

se distinguiam enormemente das ações caritativas promovidas até o governo de Argemiro de Figueiredo que não tinham a intenção de serem executadas dentro de um projeto mais técnico, uma leitura mais “racional” e menos “emotiva” em relação aos mais pobres. Tal tipo de postura me faz pensar que apesar de todas as críticas a uma política como a da Legião, por seu caráter eminentemente assistencialista, pode-se dizer que de modo embrionário já existia a percepção dessa política como forma de garantir direitos de cidadania e não como mera moeda de troca e barganha política ou com interesses religiosos.

Aquele era um tempo em que o discurso eugenista assumia foros de verdade na definição das políticas públicas no Brasil tanto na área da saúde como educação, como bem demonstra o estudo realizado pelo historiador Jerry Dávila sobre a presença do discurso racial e eugenista na configuração das políticas de saúde e educação no Rio de Janeiro entre as décadas de 1910 e 1940. Jerry Dávila (2006) afirma que “a eugenia foi uma tentativa científica de ‘aperfeiçoar’ a população humana por meio do aprimoramento de traços hereditários”, uma noção usada de forma quase corriqueira na Europa e nas Américas durante o período entre guerras.

“Os cientistas voltaram para a eugenia como uma ciência de ampla abrangência, que combinava diferentes teorias sobre raça, hereditariedade, cultura e influência do meio ambiente em práticas e receitas que visavam geralmente a ‘melhorar’ uma população nacional” e nesse sentido foi construída “uma eugenia ‘pesada’ baseada na remoção do acervo reprodutivo de indivíduos que possuíam traços indesejados por meio da esterilização ou do genocídio foi praticada em diversos graus em países como a Alemanha nazista, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos”. Segundo o autor, a América Latina e a Europa “adotaram uma eugenia ‘leve’, que sustentava que o cuidado pré e neonatal, a saúde e a higiene públicas, além de uma preocupação com a psicologia, a cultura em geral e a forma física melhorariam gradualmente a adequação eugênica de uma população (DÁVILA, 2006, p. 31).

Esse tipo de atuação do Estado sobre a população pode ser compreendida dentro de um recorte temporal mais amplo que insere tal processo em uma série de acontecimentos bem mais ampla. Ao estudar a emergência da população como problema político a partir do século XVIII, Foucault (2012) aponta para o fato de que a arte de governar passou a ser construída a partir de uma série de estratégias que tinham como objetivo viabilizar um governo que não se daria pela coerção, pela força, mas ao mesmo tempo buscava se efetivar de forma contínua sobre os corpos dos indivíduos por meio de uma intensa e produtiva relação com a segurança, pois se tratava de uma transformação histórica no Ocidente construindo “uma sociedade em

que o poder político acabava de assumir a tarefa de gerir a vida” (FOUCAULT, 1988,, p. 131).

A reflexão de Dávila (2006) sobre a eugenia no século XX aponta diretamente para a questão do governo e de como seria possível exercer um controle sobre a vida da população inclusive no que dissesse respeito à sua reprodução, pois ao se tomar a população em sua heterogeneidade e multiplicidade não se perdia de vista a leitura do ser humano como espécie, com características biológicas a serem compreendidas, descritas, explicadas e, no caso do discurso da eugenia, tratava-se de afirmar a preservação dos caracteres considerados fortes e impedir a mistura (miscigenação) com grupos que não detivessem tais características biológicas em sua formação, pois “a eugenia era vista como a ciência que estudava a reprodução, o melhoramento da raça e a saúde da raça humana, bem como as condições propícias para a influência da medicina” (TUMELERO, 2010, p. 78).

A definição de critérios racistas foi um imperativo que apareceu de forma direta em legislações e projetos educacionais no Brasil e teve grande relevância no cenário político da década de 1930 quando houve a construção de um sistema de ensino no país fortemente influenciado e tornado possível pelo movimento da *Escola Nova*. As análises de Dávila, no entanto, apontam que apesar do discurso salvacionista e em prol da educação os conceitos, critérios e regras que estabeleceram a produção da política educacional atualizou de maneira suavizada, mas eminentemente estratégica, o discurso racista com base nos métodos de avaliação das crianças, a exemplo do referencial da psicologia diferencial, por exemplo, importada dos Estados Unidos por meio dos intercâmbios de intelectuais brasileiros que participaram de cursos no *Teachers College*.

As estratégias de controle da população pautadas na Paraíba com o desejo viabilizar uma arte do governo sobre a vida expressaram-se de diferentes formas e foram enunciadas também a partir do discurso sobre o cuidado com a vida da população infantil, vista como parcela demograficamente estratégica no que diria respeito à capacidade da nação se auto sustentar e se fortalecer politicamente.

Todavia, o solo arqueológico em que tais práticas discursivas emergem relacionam-se por meio dos conceitos e categorias que tomam como referência. São frequentes as referências a intelectuais franceses nos textos escritos por médicos e divulgados na LBA. O discurso de João Soares sobre a dietética infantil faz referência a Littré como o intelectual que definiu “o emprego ordenado e medida de tudo quanto é necessário para conservar a vida, quer na saúde, quer na doença”.

Dito isto, outro aspecto que gostaria de destacar na produção da LBA é o uso que se faz do passado como fator de legitimação e explicação dos propósitos que se tem no presente, operando um tipo de registro marcadamente historicista, isto é marcado por uma relação utilitária entre passado e presente na medida em que o passado histórico é visto como mestre da vida e fornecedor de exemplos para a produção de transformações qualitativas na estrutura social.

No caso de João, ele descreve o surgimento da dietética científica no século XIX, seu rápido crescimento dentro daquilo que ele chama de “experiência biológica” e, como resultado desse processo de amadurecimento científico em busca do esclarecimento, a clínica havia lhe fornecido o conceito de “equilíbrio trófico”, possibilitando com isso a noção de vitamina, “sem a qual, presentemente, ninguém mais se aventura a orientar a alimentação dos indivíduos e povos”³⁹. Nota-se então como uma série de investimentos foram sendo engendrados ao longo do tempo tendo como principal objetivo conhecer melhor o humano e as condições adequadas para que sua vida fosse garantida de modo seguro.

O historiador Iranilson Buriti (2003) destaca que “o termo eugenia foi inventado em 1883, por Francis Galton. O termo rapidamente se difunde pelo mundo ocidental, se popularizando nas escolas de medicina do Brasil nos primeiros anos do século XX, permeando o trabalho de inúmeros médicos higienistas, além de contribuir para os projetos político-nacionalistas”. No Brasil essas ideias foram chegando principalmente na segunda metade do século XIX tendo como espaços de difusão faculdades de medicina dos estados de Bahia e Rio de Janeiro, como demonstra Lilia Moritz Schwarcz (2001). “Na década de 20, Roquette-Pinto resenha as obras de Francis Galton, em que o conceito de eugenia é problematizado, sendo entendido como a ciência que “trata de todas as influências que melhoram as qualidades inatas de uma raça e também das que são capazes de desenvolver ao máximo aquelas qualidades” (BURITI, 2003, p. 14).

A nutrição e a hereditariedade foram descritas por Giuseppe Marques e outros articulistas da LBA como duas ciências, sendo que a primeira estava focada no indivíduo e com isso originou a dietética considerada indispensável a qualquer núcleo “infantil”, enquanto a segunda cuidou mais atentamente do que se referia às gerações e deu origem à eugenia que, por sua vez, é dita como indispensável a qualquer “núcleo escolar”. Esses jogos que articulam saberes e poderes repercutem na dinâmica das escolas via políticas públicas, como demonstrei acima sobre a alimentação escolar financiada pela LBA. Esses acontecimentos não estão

³⁹ Boletim da LBA, Ano VII, n. 40, Julho, Agosto e Setembro de 1953, p.1.

desarticulados de um dispositivo, isto é, uma rede que articula discursos, instituições, práticas de administração etc., que os torna possíveis. Isso, por outro lado, não significa que descreio do “novo” em história. Não quero afirmar com isso que não existem rupturas que condicionam mudanças nas relações sociais e no âmbito dos saberes e dos modos de agir politicamente.

Uma vez havendo rupturas e novidades na história, cabe pensar então que tais processos não se constituem sem uma relação tensa e de força com aquilo que no plano da cultura é instituído ao longo do tempo e que aos poucos possibilita sedimentar visões de mundo e compressões sobre os processos históricos que permanecem ao longo do tempo. Continuidade e descontinuidade em história dão-se juntas e numa relação complexa em que princípios como origem/causa/resultados não podem dar conta de tais jogos. Não há a primazia apenas de um ou outro, pois tal leitura implicaria que a história só se dá via ruptura ou continuidade, o que inviabiliza qualquer análise que se pretenda minimamente histórica. Mais uma vez a relativização e uma visão de conjunto favorece a compreensão de um momento histórico como esse e abre condições para que se veja em que medida e por meio de quais tecnologias políticas as ações da LBA se modificaram ao longo do tempo, considerando mudanças na ordem do discurso.

A LBA visava produzir mudanças não apenas no que se refere às instituições, dos programas escolares ou das condições burocráticas, apesar de também atuar nesse sentido. Seu propósito mais ambicioso referia-se à produção de sujeitos. Por isso mesmo o corpo infantil foi tão exaustivamente descrito, estudado, tornado público e politizado, pois era preciso agir sobre essa materialidade mais sutil e básica da existência humana, compondo os gestos, distribuindo os corpos no espaço social (médico, escolar etc.). Não foi apenas uma única vez que reclamações como a do médico João Soares apareceu nas páginas do boletim: “A falta de educação de nossa gente e também a má e irregular alimentação conduzem-na ao estado de miséria podendo se observar pela afluência cada vez mais crescente aos diversos serviços de Assistência à infância”⁴⁰.

Considero que a política da LBA exerceu-se enquanto uma prática educativa que construiu sujeitos. Por prática educativa compreendo um processo articulado por diferentes tipos de atividades que se estendem no tempo com o objetivo de (in) formar sujeitos a partir de determinadas compreensões sobre a sociedade, o homem e a vida. Tais procedimentos podem ser efetuados ou não em espaços institucionais formais de educação pública e/ou

⁴⁰ Boletim da LBA, Ano VII, n. 40, Julho, Agosto e Setembro de 1953, p. 2.

privada, o que conota que uma prática educativa não necessariamente é uma modalidade de educação escolar formal, estruturada em programas, currículos e sistemas previamente estabelecidos.

Considerando que o aprendizado humano se constrói de distintas formas e múltiplas maneiras de trocar experiências e se construir como sujeito, as percepções que os seres humanos constroem sobre si e os outros, os valores que adotam para a condução de suas atitudes na vida prática articulam-se diretamente com esses processos que os constituem como sujeitos. Desse modo, ao passo em que construiu suas políticas com base em uma intensa produção de saber sobre o corpo, a alimentação, os hábitos considerados saudáveis para a mãe e para os filhos, a alimentação das crianças, etc., todas essas foram maneiras de educar, de construir individualidades conectadas diretamente com essas práticas indicadas como as adequadas para o convívio social de forma saudável.

Na medida em que os discursos da LBA falam de uma moral, orienta sobre condutas e formas de convivência, assim como sobre o cuidado com o próprio corpo individual e com o corpo da população, por extensão, trata-se de uma política que explicitamente toma a vida, em seu sentido mais amplo e complexo, como objeto de governo. Leio a vida aqui não no seu sentido meramente natural, biológico, mas na esteira aberta por Foucault e continuada por Giorgio Agamben (2010) analiso como a vida natural começa a ser problematizada e “incluída nos mecanismos e nos cálculos do poder estatal” dando os contornos para que a política se transformasse em biopolítica (AGAMBEN, 2010, p. 10-11).

Tal política criada pela LBA ganhou repercussão por meio de uma intensa produção discursiva em torno de cuidados e atenções sobre os mais diversos aspectos da experiência humana, desde a forma adequada de dar à luz, às formas de alimentação, cuidados médicos, passando evidentemente pelo cuidado com os valores que a criança deveria subjetivar, até tornar-se um adulto que iria ocupar um lugar na sociedade como trabalhador, posto que sua cidadania seria tutelada e valorizada a partir do seu papel no sistema produtivo como força de trabalho. Tendo em vista esse destino marcado para todos os cidadãos e cidadãs era preciso criar as condições para que o caminho fosse trilhado com segurança e de forma contínua.

Se os discursos da LBA têm o constante tom de orientação e prescrição, também adotam palavras que condenam práticas como: “Noventa por cento, portanto, do obituário infantil decorrente de distúrbios alimentares pode ser considerado como correndo por conta do alactamento artificial”. E diante desse quadro afirma-se ainda que “é verdade”, também, “que os progressos da dietética vieram atenuar grandemente os perigos, encorajando os puericultores a prescrever uma dieta artificial com mais segurança e melhor aproveitamento”.

Tal discurso é fabricado em um sistema de regras, isto é, uma formação discursiva médico-assistencial, que articula diferentes autores, propostas filosóficas e referências conceituais como a doutrina de Bessau segundo a qual o “alactamento natural residiria em manter no intestino uma flora especial representada pelos bacilos bífidos comunis (sic) de Tissier” que seria um “germe inofensivo e portador de quota surpreendente de vitamina B, elemento indispensável ao organismo em plena evolução tal qual se observa na idade de lactância”⁴¹.

Toda uma gramática médica foi inventada e dada a ler nas páginas do periódico o que denota um movimento complexo na medida em que uma linguagem em grande parte hermética e esotérica, feita quase que exclusivamente para ser entendida e manuseada pelos médicos, foi visibilizada no boletim informativo que alcançaria tanto um público com maior grau de instrução como profissionais da Procuradoria, para onde foram enviados exemplares do periódico, como também um público mais amplo com grau de instrução diferenciado. De um modo ou de outro o que parece prevalecer é uma retórica médica que busca convencer e para isso não haveria a necessidade de um conhecimento aprofundado dos termos técnicos e conceitos usados pelos profissionais da medicina social, posto que o principal era tomar para si aquelas recomendações e incorporá-las em suas práticas cotidianas como sujeitos comuns da sociedade paraibana.

Sempre com o objetivo de afirmar os benefícios do aleitamento materno o discurso do médico João Soares se estrutura em um sistema com pretensões científicas e ancorado também em “preceitos médico-sociais” que na ótica dele não são fáceis de se colocar em prática, posto que “o Governo não pode, por si só, executar essa obra gigantesca” e daí a necessidade de formar professores, médicos, puericultores e voluntárias nos cursos e formações da LBA a fim de que fosse possível ampliar a rede de pessoas e instituições em prol dessa causa.

Havia um desajuste entre o que se queria fazer e o que se tinha como experiência efetiva. “Alimentar uma criança conscientemente, obedecendo aos preceitos médico-sociais, não é tarefa fácil, se considerarmos as dificuldades que praticamente temos que vencer, mormente em nosso meio em que o padrão de vida não está de acôrdo (sic) com o nosso grau de civilização”, lamenta o médico. Por isso mesmo diferentes forças deveriam ser somadas nessa causa de educação da infância, inclusive no modo como ela devia ser alimentada. Às mães cabia o “dever sagrado” de criar o filho no próprio seio posto que este seria o melhor alimento para a criança até o sexto mês de vida. “A alimentação, o sono, e outros hábitos da

⁴¹ Boletim da LBA, Ano VII, n. 40, Julho, Agosto e Setembro de 1953, p. 3.

criança devem ser sempre regulados pelo relógio”, dizia um dos conselhos dados às mães, sempre asseverando que “só um médico é que deve dizer o modo de alimentar cada criancinha, principalmente se faltar leite de peito⁴². Com isso a presença do médico como agente de fiscalização seria estendida e transferida de forma direta para um objeto que se transformaria em um dispositivo de controle: o relógio.

Nessa pedagogização do corpo infantil e feminino a partir do discurso médico não se fazia apenas o apelo para que as mães amamentassem seus filhos, mas as orientava ainda sobre como e quando desmamar os filhos. Pelo fato de muitas mulheres terem abundância de leite para amamentar suas crianças, muitas delas julgavam que deveriam continuar tal processo de aleitamento da criança até que o leite cessasse naturalmente. A orientação dada pela LBA diz que tal postura é “errada”, pois “por melhor leite e por mais abundante que seja, o humano não conterà as necessidades infantis depois dos seis meses”. Por tal questão os “mais categorizados especialistas” seguiam aconselhando no sentido de que aquele momento era o adequado para inserir novos alimentos, “notadamente os hidrocarbonados (sic) e as vitaminas”⁴³.

“A observação clínica tem demonstrado que as crianças amamentadas exclusivamente com leite materno, até um ano, são irritadiças, pálidas, de péle (sic) imbebida (sic) dando a impressão de edema, insones, apresentam a maioria das vezes hipotonia muscular”. Mas recomendava-se também que a alimentação exigia determinado controle e postura por parte da nutriz, na medida em que cabia a ela manter certo “padrão alimentar de perfeito equilíbrio” uma vez que depois dos seis meses o leite materno era “paupérrimo em vitaminas, em sais minerais e sensivelmente carente em ferro”. Além disso, “está determinado, de acordo com a composição da saliva infantil, que aos seis meses no mais tardar, deve iniciar o desmame”. E na medida em que a criança precisava daqueles elementos para a sua saúde era preciso que o aleitamento se desse de forma controlada e orientada, como segue:

Desta maneira, no sexto mês durante uma semana, procura-se introduzir uma sopinha, numa hora de mamada. Aceita esta, na segunda semana já se introduz a segunda, geralmente guardando uma distância horária certa, digamos, ao meio dia e às 13 horas. Se o leite materno é abundante, a criança pode ficar mamando quatro vezes ao dia, até um ano de idade, sem nenhum inconveniente⁴⁴.

⁴² Ver coluna de Conselhos às mães na primeira página não numerada no Boletim da LBA, Ano VII, n. 41, Outubro, Novembro e Dezembro de 1953.

⁴³ Boletim da LBA, Ano IX, n. 45, Janeiro a Junho de 1955. Cf. penúltima página não numerada.

⁴⁴ Boletim da LBA, Ano IX, n. 45, Janeiro a Junho de 1955. Cf. penúltima página não numerada.

Tal leitura ensinava certa distribuição do tempo como forma de governo sobre o corpo desde a mais tenra idade soma-se a uma tecnologia médica sancionada pelos saberes cientificamente forjados e autorizados a lidar com a vida. Construir uma espessura do corpo sobre o qual tal governo seria exercido tornou-se tarefa relevante e não foi de forma gratuita e ingênua que uma prescrição sobre como o corpo devia ser observado em seu desenvolvimento físico apareceu nas páginas do boletim. Dizia-se que com um mês de vida a criança deveria ter 3 kg, seguindo-se que aos três seriam 5, aos seis deveria pesar 7 kg.

Em um ano deveria ter alcançando 9 kg e, no fechamento desse primeiro ciclo, deveria chegar aos dois anos de idade com 12 kg para ser considerada um corpo cujo desenvolvimento estava ocorrendo da forma devida, como orientava o saber médico e como devia ser acompanhado pela presença fundamental da mãe, como dirá o médico Giuseppe Orlando de Paula Marques em vários de seus textos publicados no boletim. Tais considerações em torno do peso da criança constituíam um critério de análise da primeira fase da infância e por isso mesmo orientava-se que a criança fosse levada duas vezes por mês ao médico, mesmo que estivesse sadia, com o objetivo de saber se estava se desenvolvendo bem⁴⁵, o que deixa claro um procedimento que se estende no tempo e funcionando a partir, basicamente, de dois princípios: regularidade e prevenção.

Mas penso ainda que tal cuidado presente, por exemplo, na orientação de que apenas o médico “deve dizer o modo de alimentar cada criancinha” obedecia ainda a um princípio de individualização. Assim, penso como a relação entre o governo da população enquanto estratégia política mais ampla, sendo efetivada a partir dos corpos individuais, tem como seu correlato necessário a produção de um sujeito individualizado uma vez que o biopoder ao mesmo tempo em que tem na população seu foco maior de interesse e controle também, e, fundamentalmente, faz uso das diferenças, identificadas no âmbito da produção de saber em forma de diagnósticos e prescrições especificamente localizadas, como elemento que potencializa sua força. Tal princípio de individualização da criança também está presente no modo como os espaços próprios para ela deviam ser construídos no espaço da casa e da família, como sugere essa orientação: “a criança pequenina deve dormir o mais possível, e não nas camas alheias, mas no seu berço ou cama própria”⁴⁶.

São palavras legitimadas: medicina, padrão de vida, grau (no sentido evolutivo do termo) de civilização. Uma cadeia de enunciados articulados por uma vontade de saber sobre

⁴⁵ Boletim da LBA, Ano VII, n. 41, Outubro, Novembro e Dezembro de 1953. Cf. orientação número 10 na primeira página não numerada.

⁴⁶ Boletim da LBA, Ano VII, n. 41, Outubro, Novembro e Dezembro de 1953, ver primeira página não numerada.

a vida, designados para avaliar, orientar, politizar e tornar decifrável e, principalmente, controlável um corpo. Palavras encarnadas em saberes que chegaram ao Brasil na segunda metade do século XIX e “fundamentadas na teoria biológica do meio, [cuja] prescrições médicas pretendiam circunscrever os espaços onde deveriam se desdobrar as relações intrafamiliares, a começar pela relação mãe-filho” (RAGO, 1985, p. 132). A preocupação com a educação das crianças, bem como o exercício de um poder sobre a relação mãe-filho, figurou na coluna *Conselho às mães* que foi um meio importante de convencimento e divulgação de significados sobre a maternidade. Tal coluna figurou em edições esparsas do periódico, mas sempre nas páginas iniciais, tendo como função pedagogizar o corpo infantil e feminino por meio da orientação sobre como a mãe iria lidar com sua prole.

“Lembre-se: a criança não é um objeto e nem um adulto”. Lamentava-se o fato de que alguns genitores não sabiam o que a criança podia fazer, sentir ou dizer e assim acreditavam que somente com o avanço da idade é que se poderia conhecer melhor aquele indivíduo. Tal percepção era, na ótica da LBA, consideravelmente equivocada pois mesmo que a criança ainda não conseguisse falar e expressar de forma clara seus desejos e necessidades cabia às mães desenvolver uma atenção, uma sensibilidade em relação aos modos de expressividade que marcavam os anos iniciais da infância, pois “mesmo que as palavras de seu filho possam parecer sem sentido, elas têm um valor porque são a sua realidade objetiva”. A experiência da infância era, então, afirmada como necessidade de todo indivíduo, uma vez que o período infantil ocorria “segundo a natureza” e de acordo com suas “exigências”⁴⁷.

Não tratar uma criança como objeto seria justamente lhe perceber como sujeito devidamente individualizado e conhecido em suas necessidades e especificidades reconhecidas pelos saberes médicos e assistenciais que compunham a rede na qual essa criança era gestada socialmente. Se o corpo feminino era responsável por trazer ao mundo o corpo da criança e assim inseri-lo no espaço de experiência compartilhado com seus familiares e ordenado por médicos autorizados a dizer o que seria melhor para garantir que tal vida fosse possível; tal existência devia ser alvo de um olhar atento que reconhecesse anormalidades na rotina da criança e por isso mesmo os pais deveriam “preocupar-se” se seu filho não brincasse, não fizesse barulho, não se entusiasmasse⁴⁸, pois tais expressões e experimentações constituíam elementos da experiência infantil.

⁴⁷ A coluna “Conselhos às mães” aparecem nas edições do período na primeira página não numerada. Cf. Boletim da LBA, Ano VII, n. 40, Julho, Agosto e Setembro de 1953.

⁴⁸ Boletim da LBA, Ano VII, n. 40, Julho, Agosto e Setembro de 1953.

Ao mesmo tempo em que a criança devia sentir que existia uma autoridade acima do seu desejo, para que mais tarde tivesse “o senso do dever, da lei, de Deus” essa mesma existência devia ser brincada, sentida, partilhada com amigos e com a família enquanto experiência formativa do sujeito criança. Esse “estar no mundo” como experiência é possibilitado por uma formação que não se pretende apenas na dimensão cognitiva, apesar da importância da ampliação da oferta de educação formal como aparece nas páginas da Legião, mas compreende uma leitura moral em relação a si e aos outros com quem se compartilha a cena coletiva do viver humano. Tal ideia não destoa de modo algum da forma como a educação era pensada naquele momento com uma função pragmática e de formação cívico-patriótica⁴⁹.

“— Não lhe pinte a vida cor de rosa, mas também não a faça negra. Ajude-o a fazer cedo uma imagem do mundo, para que não tenha decepções”, aconselha a Legião. “Não procure impor-lhe a convicção de que ‘a vida é maravilhosa’ ou então que ‘a vida é um inferno’”, continua a seção de conselhos às mães, parecendo falar frente às mulheres que viriam a ler aquele material. “Você sabe bem que estes são pontos de vistas e que a verdade está no meio termo. Se notar em seu filho certo pessimismo, procure instilar-lhe o otimismo, porque o mundo só é bom para as pessoas que têm vontade e possibilidades de enfrentá-lo”⁵⁰.

Fazia-se então um convite para um agir consciente no mundo e isso significaria basicamente compreender que a vida não é, em sua experiência efetiva, composta por binarismos como bem e mal, mas estes maniqueísmos são apenas formas de ler o mundo e construir sentidos para ele. Por isso a Legião sentia-se na obrigação de instruir as mães a não reproduzirem esse tipo de discurso justamente pelo fato de que essas palavras exerciam um peso sobre o modo de constituição dos sujeitos.

Assim como Alice Carneiro era elogiada como exemplo de mulher empreendedora e com iniciativa no campo das ações sociais, era preciso fazer ver a imagem de um sujeito a ser perseguido e almejado pelas famílias como sendo o melhor projeto para as crianças. Um sujeito ativo no mundo, capaz de compreender suas intempéries, desafios e formas de relação de forma complexa, tendo uma visão de conjunto para poder agir nesse espaço de uma forma otimista, posto que ela era a chave para uma vivência transformadora contrapondo-se ao pessimismo que engessaria, seria pouco produtivo e incapaz de construir as possibilidades

⁴⁹ Cf. nesse sentido, O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Revista HISTEDBR On Line, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006.

⁵⁰ Boletim da LBA, Ano VII, n. 40, Julho, Agosto e Setembro de 1953.

para uma atitude política crítica e transformadora, operando, obviamente, dentro do que o Estado definisse como o melhor caminho.

No intercurso com as autoridades que inseriam essa vida individual no plano coletivo, isto é, a presença imagetivamente apresentada a partir dos conceitos “Deus, lei e dever” que eram valores que tinha foro de autoridade e por isso mesmo deviam ser compreendidos e tomados em consideração na formação da criança. As mães deviam ensinar para sua prole desde cedo que no plano terreno as ações e comportamentos não podiam se dar apenas com base na vontade individual, apesar dessa ser um elemento importante, mas há outros fatores que dialogavam com essa vontade e são intermediários na relação do indivíduo com as coletividades das quais ele fazia parte.

A *lei* referia-se ao controle desses comportamentos do ponto de vista civil, enquanto o *dever* seria o elemento articulador tanto do plano terreno como divino, uma vez que o senso de dever precisaria ser alimentado em relação a Deus, como entidade espiritual construída culturalmente em leituras eminentemente cristãs. Mas um discurso desse tipo, produzido por uma instituição que se pretendia laica, embora usasse de conceitos da religião em seus enunciados, não poderia ser forjado puramente com categorias que diriam respeito a algo metafísico e espiritual. Chamar as ciências à baila era condição *sine qua non* para criar os efeitos de verdade e coerência discursiva almejada, uma vez que a ação social daquele momento se pretendia mais técnica e cientificamente orientada.

“— A psicologia moderna atribui à infância a fonte do bem e do mal na vida dos indivíduos”, informa o boletim ao mesmo tempo em que conforma uma leitura sobre a infância em tom de sentença cientificamente plausível. “Uma boa ou má educação se reflete irremediavelmente sobre toda a vida de uma pessoa”. Dito isto, a infância é singularizada como zona de perigo, espaço nebuloso, passível de produzir efeitos sobre “toda uma vida”. Se a biopolítica forjada pela Legião tinha no controle da vida um dos seus objetivos principais essa leitura em torno de uma totalidade da vida percebida em seu conjunto, compreendendo nisso as diferentes etapas etárias pelas quais o sujeito passaria, torna-se preocupação singular.

Uma política da vida

Apesar de partir da infância e do corpo infantil, tal política do cuidado tinha como foco uma vida inteira, pois planejava e atribuía à infância todo um horizonte de expectativas composto pelo projeto de uma cidadania marcada pela condição de trabalhador/a para os futuros homens e mulheres que teriam naqueles corpos infantis seu instrumento de

sobrevivência usado como força de trabalho. Por isso mesmo a comparação da infância com outras etapas etárias é algo recorrente no boletim, bem como as reflexões em torno da infância como fase preparatória para o adulto que seria formado, em que só se poderia chegar com o mínimo de saúde possível se desde a infância esse corpo fosse bem cuidado, alimentado e construído a partir dos critérios definidos e estabelecidos como corretos para o modo de vida a se ter desde pequeno. Daí a formulação de toda uma regulamentação que teria nos lares e famílias o seu principal espaço de efetivação.

Embora o foco da LBA fosse a maternidade e a infância, a preocupação com a vida adulta era algo extensivo às políticas desenhadas para o governo do corpo infantil, visto que a infância era considerada etapa preparatória e formadora do caráter e do corpo do cidadão. As recomendações sobre o peso e a saúde foram recorrentes, chegando-se a dizer que “principalmente depois dos trinta anos, poucas pessoas conservam a conformação do corpo e o peso que tinham antes dessa idade. Em regra, à medida que vai entrando em anos, o indivíduo vai” apresentando mudanças na sua estrutura corporal perceptíveis por meio do peso e até o momento em que chega à velhice, momento considerado como sendo aquele em que o indivíduo começa a “declinar”⁵¹.

O cuidado com o peso aparecia diretamente relacionado com a questão da mortalidade, pois de um modo geral articulava-se o discurso reiterando que aquele indivíduo que conservava o peso durante a vida adulta tinha menos chance de entrar no índice de mortalidade e nesse sentido tinha melhores condições de saúde. “O contrário acontece com as pessoas gordas”. As possibilidades de viver muito são diferentes para os gordos e para os magros, na medida em que estes últimos têm maiores chances de ter uma vida longa. “Das pessoas de quarenta anos, os magros têm mais probabilidades que os gordos de subir a escada da vida até os oitenta anos”.

“O aumento de peso, além de certos limites é considerado doença. Mais ainda: é, direta ou indiretamente, causador de muita inaptidão física”, na medida em que a condição daquele considerado obeso o colocava em uma linha tênue entre a saúde e a doença e sua própria condição era demarcada muitas vezes como favorável ou como “estado potencial” para a aparição de “doenças graves tais como diabetes, doença do coração, dos rins, na vesícula biliar, das articulações, hipertensão arterial e inúmeros outros distúrbios”⁵².

Como tenho mostrado nessa questão do cuidado com a alimentação infantil, mais uma vez tal enunciado era visibilizado nas páginas do boletim, na medida em que esses problemas

⁵¹ Boletim da LBA, Ano VI, Nº 36, Jul/Ago/Set., 1952, p 15.

⁵² Boletim da LBA, Ano VI, Nº 36, Jul/Ago/Set., 1952, p 16.

que o adulto poderia vir a enfrentar tinha como causa indubitável a “alimentação desregrada, principalmente com abuso de doces, massas”. Nisso, noto como mais uma vez podia-se perceber como a vida aparecia enquanto questão política nas páginas da LBA, uma vez que apesar do recurso retórico de conceitos e categorias do discurso científico e biológico tratava-se a todo o tempo de definir politicamente as condições de existência consideradas adequadas para aquela população de modo mais geral, mas adentrando também de forma capilar nas relações familiares, nas diversas estruturas de funcionamento da sociedade.

Todos estes investimentos operavam dentro daquilo que tenho chamado de uma formação discursiva médico-assistencial, isto é, um sistema de regras que sancionava, autorizava, conformava e tornava visíveis uma série de enunciados que se articulava na conformação de visibilidades e dizibilidades sobre a infância, estando intimamente articulados com dispositivos de poder institucionalizados nos órgãos de assistência à infância e coordenação das políticas de saúde e educação no período. Ao fim e ao cabo, repetia-se, de diferentes formas, uma expressão que dava título a um dos textos de J. Leomax Falcão nas páginas do boletim: “É preciso dar mais atenção à criança”. Sendo um dos médicos autorizados a escrever e publicar suas ideias e leituras no periódico da Legião, em uma dessas oportunidades ele tomava a palavra para dizer que:

Já temos focalizado em trabalhos anteriores, divulgados neste Boletim, aspectos diversos do importante problema da assistência à infância, em nosso País, e, paralelamente, do da proteção à maternidade, que lhe é correlato. E sempre o temos feito, à luz dos dados estatísticos oficiais, visto como são as repartições de Saúde Pública as fontes mais autorizadas, neste particular⁵³.

Um discurso sempre está localizado em uma rede que o torna possível. Tal relação não significa que não existem mudanças no discurso, posto que uma vez estando em uma rede em que saber e poder interagem a todo o momento essa relação deve também ser vista como problemática, na medida em que o poder não confirma o saber a todo o tempo, assim como o saber questiona as invenções e os efeitos do poder com o qual lida e assim produzem-se transformações tanto na composição dos saberes como nas configurações capilares, institucionalizadas ou não, das relações de poder que se configuram historicamente.

O ato de referenciar a autoridade das instituições que gerenciavam a política pública de saúde por meio da disponibilização de informações técnicas – a exemplo dos dados estatísticos que abriam chaves de leitura sobre a população – pode ser vista como estratégia

⁵³ Boletim da LBA, Ano III, n. 21, Novembro e Dezembro de 1949, p. 3.

discursiva que visava instituir um discurso autorizado para falar da infância. J. Leomax Falcão era membro do Departamento de Saúde da Paraíba e sua inferência sobre a validade dos dados estatísticos dizia respeito ao próprio espaço de trabalho e a função que ele exercia no serviço de Bioestatística vinculado ao Departamento.

Trata-se de um discurso que se referencia como legítimo para definir a infância como objeto de saber, localizando-a no conjunto da população e prescrevendo em relação a este grupo populacional ações específicas. A preocupação central de Leomax era com os números que demonstravam o alto índice de mortalidade infantil e materna na Paraíba. Por isso mesmo havia a necessidade de fortalecer as ações da LBA que, por todo o país, vinham prestando serviços nessa direção, contando com a ajuda da “iniciativa privada” e ocorrendo junto com as ações empreendidas pelas “autoridades sanitárias da classe médica, das associações científicas e de uma parcela de nossas elites intelectuais”⁵⁴ que agiam no sentido de minimizar essa situação que assolava a população e exigia mais esforços.

“Países há”, dizia Leomax no seu texto, “como os Estados Unidos da América, onde, nestes últimos anos, o coeficiente de mortalidade infantil foi reduzido à metade, o que representa, sem dúvida, uma conquista espetacular, digna de encômios e de imitação”. Mas os desafios eram grandes e embora ele diga em determinado momento do seu artigo que “o problema da mortalidade infantil é, antes de tudo, um problema econômico”, há também referência às dificuldades e resistências culturais na medida em que a “deseducação de nossa gente” somada ao “pauperismo” que se alastrava no seio das “classes menos favorecidas” constituíram entraves consideráveis aos investimentos feitos à época.

Sinto também que na medida em que constrói uma leitura sobre a realidade da infância na Paraíba, apresentando uma pauta do que deveria ser feito e a partir de quais referências (inclusive políticas), o autor também fazia uma desqualificação da população que ele chamava de deseducada, justamente por não atender aos critérios de higiene e instrução que esses agentes do Estado compreendiam como sendo os corretos e que deveriam ser adotados por todas as famílias e pela sociedade de um modo geral.

Apesar de não desqualificar o discurso produzido no passado acerca da saúde pública e de melhores condições de vida para a população infantil na Paraíba, uma leitura historiográfica assume para si a tarefa de perceber criticamente como tal discurso se impôs por meio de uma retórica da desqualificação intelectual e moral da população. Havia ainda uma leitura encantada do exemplo estadunidense, visto como modelo para a ação do Estado

⁵⁴ Boletim da LBA, Ano III, n. 21, Novembro e Dezembro de 1949, p. 3.

brasileiro na conformação de suas políticas. Tal influência apareceu ao lado da produção de uma visão estereotipada da infância e da população mais pobre, marcadas pela falta de civilidade e educação quando efetivamente a força desse discurso médico se colocava contra uma série de práticas médicas não-formais e cientificamente autorizadas mas que foram culturalmente constituídas para atender às demandas ao longo da história, antes que o discurso médico emergisse historicamente como um saber verdadeiro e somasse aos instrumentos de poder do Estado impondo suas interpretações e visões de mundo.

“Eleve-se o nível econômico das populações e dê-se-lhes uma instrução conveniente, e podemos estar certos, diminuirão os nossos altíssimos coeficientes de mortalidade infantil e materna”, dizia Leomax Falcão em tom de proposta política somada aos esforços da LBA. “Ao lado dessas providências, desenvolvam-se as atividades de assistência médico-social, multipliquem-se as maternidades, os berçários, os postos de puericultura, os lactários e cantinas maternas” como formas de empreender transformações na vida da população no que concernia aos serviços oferecidos para ela. Por outro lado, suas propostas também se construíram em torno de uma instrução, afirmando que: “distribuem-se publicações de educação sanitária, conselhos de higiene, etc., e dentro, digamos de um decênio, teremos alcançado um êxito impressionante”⁵⁵.

A gramática que conforma a linguagem desse autor é permeada pela alusão aos números, quantidades, recortes temporais estabelecidos como meta para alcance dos objetivos traçados naquele texto e que deveriam ser assumidos por todos aqueles comprometidos efetivamente com a questão da mortalidade infantil e materna no país e na Paraíba, particularmente. Esse tipo de preocupação e sua correlata estruturação discursiva guarda certa continuidade nos pronunciamentos que J. Leomax Falcão fez no periódico da LBA.

Mas sua leitura da infância também aludia ao caráter moral na formação da criança pois, segundo ele: “cuidando do caráter da criança e da integridade de seu organismo, afim de que a mesma possa enfrentar, durante a maturidade, os árduos embates da vida”. A Legião assumira a responsabilidade de desenvolver os projetos e processos educativos e higiênicos necessários para que tal vida fosse resguardada e tal corpo e subjetividade fossem formados a partir desses cuidados que convergiam para a formação daquilo que ele nomeava como “brasileiros conscientes e patriotas” que seriam as células fundamentais para a conformação do Brasil como país que se almejava “grande e poderoso”⁵⁶.

⁵⁵ Boletim da LBA, Ano III, n. 21, Novembro e Dezembro de 1949, p. 3.

⁵⁶ Boletim da LBA, Ano III, n. 21, Novembro e Dezembro de 1949, p. 3.

A presença dessa linguagem e sua alusão aos serviços, práticas, técnicas, saberes e demais instrumentos para conhecer e agir sobre a população caracteriza um dispositivo, isto é, “um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc.” visto que o dispositivo⁵⁷ “é a rede que se estabelece entre esses elementos” tendo sempre uma função estratégica concreta se inscrevendo em relações de poder-saber, tendo como objetivo também a produção de subjetividades (AGAMBEN, 2009, p. 29).

Noutra edição J. Leomax Falcão também tomara a palavra para fazer ver o problema da mortalidade infantil na ótica dos dados estatísticos produzidos no Estado. Naquela oportunidade ele se colocava como desafio demonstrar as causas da mortalidade infantil na cidade de João Pessoa tendo como critérios básicos os itens idade e sexo e o recorte referenciado na análise correspondendo ao ano de 1947, isto é, ao ano anterior do qual ele falava e sobre o qual tanto a LBA quanto o serviço de bioestatística do Departamento de Saúde já tinham produzido informações sobre as quais se poderia lançar olhares críticos e avaliações que permitissem redesenhar as ações e percursos vivenciados até então na gestão daquela política da vida.

O material apresentado por Leomax foi publicado em primeira página, sendo o texto dividido em três colunas e contando com apresentação de uma tabela com dados pormenorizados. Tratava-se de um texto que expressava a preocupação da LBA com os índices de mortalidade infantil na Paraíba e o próprio texto de introdução buscava gerar um efeito de preocupação nos leitores na medida em que dizia: “Alarmante os nossos coeficientes de mortalidade infantil – Tuberculose, causa de morte relevante, entre nós – O papel da L.B.A no setor da assistência à maternidade e a à infância”. O texto ocupou toda a primeira página do periódico e uma parte da segunda, com duas pequenas colunas de conclusão na parte inferior. Já na primeira página foi construída uma tabela com os grupos de idade e sexo, montada da seguinte forma:

⁵⁷ Sobre a noção de dispositivo criada por Foucault e desenvolvida por Giorgio Agamben, cf. o terceiro volume da obra *Ditos e Escritos* quando Foucault apresenta sua compreensão em torno desse termo técnico criado no interior de sua analítica do poder.

Anos completos	H	M	H e M
0	537	504	1041
1	94	92	186
2 a 4	54	59	113
5 a 9	28	16	44
10 a 19	48	28	76
20 a 29	87	139	226
30 a 39	95	110	205
40 a 49	88	84	172
50 a 59	80	69	149
60 e +	148	186	334
Ignorada	15	7	22

Tabela 1: Mortalidade infantil na Paraíba. Boletim da LBA, Ano II, Maio e Junho de 1948, n. 10, p. 1.

O discurso sobre a proteção à infância ganhava então outro tom com o uso das estatísticas fornecidas pelo Departamento de Saúde. Considerando que o conceito de governamentalidade aponta para uma forma de governo que atua direta e estrategicamente sobre a população enquanto problema político é provocativo o fato de haver na Paraíba, naquele momento, um serviço de *bioestatística* junto ao Departamento de Saúde. A vida passou a ser lida por meio de números. Os números como operadores de um discurso sobre a vida e sobre as possibilidades de existência dos indivíduos.

O projeto racional moderno e a proposta de um saber construído a partir dos conceitos e metodologias da ciência enquanto discurso autorizado a falar sobre a vida, a saúde e a sociedade como um todo aparecia também nesse tipo de abordagem sobre a população no boletim da LBA, uma vez que os números são também enunciados que podem ser analisados considerando-se a cadeia enunciativa da qual fazem parte. Se nenhum outro tipo de enunciado deve ser considerado isoladamente, uma vez que um discurso se constrói pela dispersão de seus elementos, mas também por forças ou práticas não-discursivas que exercem influência na sua produção e divulgação, penso ser fundamental reconhecer a natureza estratégica desse tipo de enunciado tão amplamente usado nas páginas da LBA como forma de corroborar suas teses ou ilustrar os problemas vividos pela população, além de mostrar a efetividade dos serviços de saúde no Estado que produziam saberes sobre a população infantil.

Os números constituem enunciados compostos de uma materialidade específica e, por isso mesmo, provocam, incitam constroem e desconstroem camadas de sentido também específicas sobre a realidade. Vistos como enunciados estratégicos no discurso da LBA e da sua política da vida infantil, os números podem ser problematizados levando-se em conta sua materialidade particular e lendo-o como parte da formação discursiva médico-assistencial que construiu, atualizou, permitiu e definiu as regras para que o saber articulado pela Legião fizesse parte da ordem do discurso. Ao construir uma visibilidade para a infância na Paraíba a

partir do uso de dados estatísticos a LBA estava também reforçando uma forma de governar, certa arte de governo dos vivos.

A preocupação com a mortalidade infantil evidencia claramente a preocupação com a vida, isto é, com as condições materiais de existência. Junto a isso, e como justificativa política também, está toda uma política do corpo e de controle sobre a vida. Isso não significa negar, por sua vez, a construção de uma sensibilidade diferenciada em relação à vida e mesmo uma maior valorização dela e/ou atenção com as condições econômicas e políticas que a tornavam possível. Esse tipo de abordagem e tratamento do problema da vida indica uma transformação no modo como as instituições sociais, e em especial o Estado, percebiam a população.

Apesar de que analiso a historicidade das doenças no discurso da LBA apenas na última cena desse exercício historiográfico, posso adiantar que a forma como a doença aparece nas páginas do boletim referia-se quase todo o tempo a uma aura de risco, perigo, vulnerabilidade e fragilidade do corpo infantil e que por isso mesmo era preciso cuidar dele e evitar que doenças como a tuberculose, a diarreia e enterite continuassem ceifando tantas vidas, na medida em que o maior índice de doenças é desses três tipos. Somado a isso leio nos números da LBA o mesmo tipo de preocupação que aparece noutros tipos de registro e que se refere ao cuidado com a infância enquanto fase de fragilidade e perigo, tendo em vista que sua condição era medida pela falta e pela necessária atenção de pais, familiares, educadores, puericultores e demais agentes institucionalizados ou não que deveriam contribuir para a redução da vulnerabilidade desse corpo infantil, como se vê nos discursos de J. Leomax Falcão e tantas outros médicos ou autoridades que publicaram no boletim.

Doenças	Número de pessoas doentes
Diarreia e enterite (abaixo de 2 anos)	866
Tuberculose do aparelho respiratório	274
Doenças do coração	177
Debilidade congênita, vícios de conformação congênitos, nascimento prematuro, etc.	172
Paludismo (malária)	81
Doenças do fígado e das vias biliares	75
Outras doenças	923

Tabela 2: Mortalidade infantil na Paraíba. Boletim da LBA, Ano II, Maio e Junho de 1948, n. 10, p. 1.

Os dados quantitativos construíram de modo particular uma leitura sobre as condições de vida da população infantil naquele momento, operando com interesses e formas específicas que também são dotadas de historicidade. Ao tematizar o percurso histórico de formação da

estatística como campo de estudo e seus usos sociais, identificando especialmente sua emergência enquanto uma ciência no século XIX, Olivier Martin (2001) afirma que houve uma transformação no transcurso do século XVIII para o XIX criando as condições para que os dispositivos estatísticos não mais pertencessem exclusivamente aos reis e suas administrações, mas fosse operado como dispositivo autônomo destinado a uma análise científica do corpo social.

Considerando o século XIX como tendo sido marcado pela emergência das ciências humanas, Martin (2001) identifica as articulações entre a estatística e a sociologia como disciplinas que de forma dialogada, e intercambiando metodologias e critérios de pesquisa, se construíram em uma profícua interação do ponto de vista epistemológico⁵⁸. A emergência desse tipo de saber ocorreu em um momento histórico marcado também pelo surgimento da governamentalidade enquanto uma “arte de governar”. Nisso pode-se perceber a articulação do desenvolvimento de um saber com um exercício de poder, tendo em vista que é essa interação que marca as condições de emergência da população enquanto problema político. Localmente, as ações da Legião referendavam-se científica e socialmente a partir dos usos dos dados estatísticos como formas de leitura sobre a realidade.

Em relação à tabela apresentada com a curva de mortalidade o texto afirma que “os dados acima confirmam, como se vê, a assertiva feita, linhas atrás, no tocante à forma da curva de mortalidade por grupos de idade, em talho U ou do tipo antimodal (U – shapped, dos ingleses (sic) e americanos”⁵⁹. A relação que se estabeleceu entre o texto e o enunciado estatístico foi com o objetivo de confirmação das hipóteses e especulações apresentadas verbalmente. Faz uma referência aos ingleses e americanos, o que indica a cultura do quantitativismo que foi incorporada pela gestão pública brasileira a partir da década de 1920 com os intercâmbios dos intelectuais brasileiros para escolas dos Estados Unidos, trazendo de lá um arcabouço teórico e metodológico montado a partir de critérios desse tipo⁶⁰.

⁵⁸ Ao tratar das diferentes formas de abordar e usar os dados estatísticos na Europa, Martin (2001) afirma que: “Progressivamente, durante os séculos XVII e XIX, a abordagem francesa (centrada nos recenseamentos e nas descrições do país com fins administrativos e contábeis), a abordagem alemã (centrada numa abordagem descritiva e analítica, raramente quantificada) e a abordagem inglesa (centrada na aritmética e na análise matemática de dados quantitativos) vão se encontrar e dar nascimento à estatística tal como nós a conhecemos hoje, isto é, ao mesmo tempo “ciência da contagem dos constituintes da sociedade” e “ciência do cálculo em vista da análise das contagens”. Este encontro duradouro, que havia antes acontecido de forma pontual e circunscrita no espaço, foi possível graças às traduções, adaptações, “mediações”. Entre as “mediações” que permitiram a difusão dos instrumentos saídos da aritmética inglesa, é preciso contar as trocas regulares entre os eruditos franceses, alemães e ingleses sobre os instrumentos do cálculo estatístico e probabilístico”.

⁵⁹ Boletim da LBA, Ano II, Maio e Junho de 1948, Número 10, p. 01.

⁶⁰ Sobre isso, cf. a obra de Dávila (2006) com informações precisas sobre a interferência dos modelos de gestão pública dos Estados Unidos nas políticas de educação e saúde pública no Brasil com o advento da Escola Nova, por exemplo, nos anos iniciais da década de 1930.

Do número de mortes apresentado no conjunto da população, 1041 delas correspondiam às crianças que haviam falecido antes de completar um ano de idade. Neste sentido, o boletim aponta que em um número relativo tinha-se um coeficiente de mortalidade infantil em 259 mortes por mil nascidos. Entre os três elementos que o texto visa dar conta também se pode observar a causa da mortalidade infantil. Outra tabela é construída com o objetivo de estimar a presença das doenças causadoras de morte na infância, no ano anterior. Desse modo, o boletim foi construindo uma visibilidade para a infância por meio desse tipo de enunciado que reforçava uma forma de exercer governo sobre o corpo infantil, especialmente, na medida em que tais números faziam parte de saberes autorizados a dizer como o corpo devia ser tratado tanto no sentido profilático de preservar o corpo do risco das doenças, como também no sentido interventivo de dar as condições para que o corpo doente fosse curado. A preocupação com a mortalidade infantil evidencia claramente um cuidado com a vida.

Ao analisar tais enunciados numéricos não tomo como princípio uma postura avaliativa e julgadora dessas ações que ocorreram no passado e que tiveram na infância o seu foco. Não nego o surgimento de sensibilidades e leituras interessantes em relação à infância e suas necessidades específicas, mas por outro lado ponho em questão os critérios para definição dessas políticas, os recursos usados, as referências conceituais e as posturas políticas adotadas nesse processo histórico. O recurso à estatística foi apenas uma das tecnologias usadas pela medicina social na Paraíba para construir saber e exercer poder sobre o corpo infantil, pois as referências constantes ao avanço da ciência e suas promessas de superação das dificuldades partilhadas pela parcela mais pobre da população é algo recorrente no período. No dia 2 de fevereiro de 1942 o jornal *A União* lançou uma matéria sobre a questão da medicina social e seus desafios na assistência à infância⁶¹.

“Quem quer que aprecie à luz dos conhecimentos atuais”, dizia o pediatra João Medeiros, cujo nome e profissão figuravam logo abaixo do título do texto,

[...] os avanços e os progressos que a medicina moderna auferiu das novas condições de vida, que a técnica impôs ao homem, há de surpreender-se que, tendo alcançado tão longe no discernir e aplicar as noções recentes que a terapêutica (assim a clínica, como, sobre tudo (sic), a cirúrgica) e a higiene lhe proporcionaram, em benefício da humanidade, muitos males ainda a aflijam dos que fora de esperar já estivessem expungidos da face da terra, mercê do adiantamento científico de hoje⁶².

⁶¹ Medicina social e assistência à infância. *A União*, 2 de fevereiro de 1942, p. 4.

⁶² Medicina social e assistência à infância. *A União*, 2 de fevereiro de 1942, p. 4.

Na fala do autor “tal contradição aparente, [...] cria a perplexidade no espírito da gente, encontra, todavia, a mais plausível das explicações na observação, que só em recente se passou a fazer, das condições existenciais de ser humano, no estudo acurado de uma biologia social”. Foi com base nesse tipo de estudo orientado cientificamente que se pôde conhecer que as enfermidades não têm apenas um fato biológico determinante, mas também os aspectos relacionados ao “estado social do indivíduo”, compreendendo nessas suas possibilidades econômicas. Isto é, o autor defende a tese de que antes de se referirem apenas a mudanças e alterações de ordem biológica, as enfermidades diziam respeito aos espaços sociais, formas de sociabilidade, características individuais socialmente constituídas e demais fatores que determinavam a sua sobrevivência e que favoreciam ou não a disseminação das enfermidades.

Buscando historicizar o processo em que se encontrava, diz ainda que foi com “a guerra de 14 a 18, que, na realidade, não ultrapassou de simples prelúdia (sic) da atual, que forçou o espírito do homem a conjecturar em torno do movimento geral de ideias dessa ordem, cuja evolução a crise a que assistimos de certo precipitará”, contribuindo para a configuração de uma nova era “no sentido do bem-estar social econômico, político, e cultural da humanidade num futuro próximo”.

“A medicina sem desmerecer as contribuições de Pasteur e seus continuadores, nem esquecer tão pouco, as do Instituto Experimental de Higiene, de Pettankoffer, deixou pouco a pouco de ser puramente microbiológica”, passando a atribuir, além das causas “morbígenas” que atuavam sobre o organismo humano tais como o ar, água, solo, os agentes “infecciosos e parasitários, de fácil investigação e experimentação, um papel saliente áqueloutras [sic] causas que resultam das disposições gerais”, compreendendo as de ordem social e também aquelas que se referiam ao trabalho, pois eram também preponderantes na conservação da saúde ou na produção da doença.

Diante de tais desafios o “espírito do médico e do sociólogo” teriam sido estimulados a pensar sobre tais questões, buscando para elas soluções por meio da elucidação das causas, da evolução clínica e da produção de prognósticos que se somassem na configuração de um saber útil socialmente que se articularia “na esfera da assistência e da previsão público-social”. Dentro de tais condições históricas e sociais o autor afirma que se havia constituído uma mudança no próprio estatuto da medicina posto a sua necessária articulação com a assistência social na consecução das demandas sociais, o que fez com que expressões como medicina social ou sociologia médica fossem forjadas para designar tal campo de estudo científico com pretensões de intervir nas dinâmicas sociais.

“É que ela, a medicina social”, diz o pediatra, “é, efetivamente, uma criação do espírito médico contingente à época em que vivemos” seu nascimento teve a ver com uma nova interpretação sobre o homem à luz da economia, de sua valorização como fator econômico. “A análise das perturbações e desequilíbrios familiares em virtude de doença, invalidez ou morte dos respectivos chefes” que passou a ser vista não apenas como obra de misericórdia e filantropia, mas na qualidade de “desfalque do capital humano” que repercute de maneira muito forte sobre a “balança social”, quer do ponto de vista da coletividade ou do trabalho a ser executado. Um dos tipos de preocupação central do autor, como sujeito autorizado a falar em nome do discurso médico e em prol da sociedade, é a questão de preparar o corpo humano da melhor forma possível, prevenindo doenças e demais vicissitudes com o intuito de protegê-lo enquanto força de trabalho, visto que naquele momento, a noção de cidadão estava intimamente articulada com a de trabalho.

Cristina Fonseca (2007) aponta que nesse período de fortalecimento da máquina estatal, caracterizada também por um processo de burocratização e centralização das políticas do governo, a ideia de cidadania foi usada de maneira bastante forte para garantir uma maior legitimidade da ação estatal em relação aos grupos populares. Todavia, essa ideia de cidadania deve ser relativizada na medida em que ela foi uma “cidadania tutelada” pelo Estado marcadamente centralizador e autoritário. Neste sentido a percepção em torno da cidadania é que ela estava “embutida na profissão, e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece (SANTOS, 1987, apud Fonseca, 2007, p. 38).

Mas o discurso no jornal *A União* diz ainda que: “o homem é, portanto, mais que simples valor econômico. Representa, também por sua vez, um capital social, que similarmente merece amparo, proteção, desenvolvimento”. Buscando justificar e ilustrar um suposto desenvolvimento ou evolução histórica de forma qualitativa o pediatra diz ainda que desde as tribos mais primitivas observa-se o enriquecimento da coletividade pela valorização do indivíduo. Na vida civil, segundo ele, sociologia e economia articulam-se para identificar a “finalidade biológica, que visa a melhoria das condições gerais de vida, de modo a permitirem que a humanidade deixe de se dicotomizar [sic] entre os que riem, gosam [sic], trabalham e repousam e os que choram, penam, se esfalfam e morrem sempre na miséria”.

“Entre o céu e o inferno deve haver, com efeito, lugar ao menos para a visão dantesca do purgatório”, segue o autor nas suas metáforas em torno da vida do homem, inclusive aludindo para uma dimensão metafísica como saída para as situações de miséria humana e

como forma de ilustrar que há possibilidades efetivas de driblar aquilo que ele chama de dicotomias. Estas, na visão dele, se constituem como processos de desigualdade e exploração entre os seres humanos, o que reverbera na construção da sociedade a partir desse tipo de delineamento das relações de trabalho e das relações homem a homem, corpo a corpo, na medida em que uns são marcados pelo signo da falta e da miséria absoluta enquanto outros ocupam espaços marcados pela opulência que só é possível tendo em vista a exploração da outra ponta miserável. Fato era que, na ótica do autor, “o valor econômico do homem entra em relação com o enriquecimento da sociedade, do país, do universo”, pois se efetivamente é o trabalho humano que “cria riqueza, que as produz” ele também deve participar da partilha dessa riqueza, fazendo parte do ciclo de distribuição e circulação, possuindo e consumindo essas riquezas.

O pediatra João Medeiros demonstrava uma análise que situava o desenvolvimento da medicina frente às questões sociais dentro do contexto de desigualdade econômica, atentando para a relação capital/consumo e a redução da mão de obra naquele momento. Tal crise teria reduzido a capacidade de consumo do homem a níveis que ele considera como de verdadeira “pré-indigência”. Diante disso, a medicina articulou-se com a sociologia com o objetivo de compreender as leis da economia, percebendo as relações entre salário real e custo de vida, compreendendo elementos como alimentação, moradia, “repouso fisiológico”, visto como tão indispensável para uma vida saudável.

Fazendo referência a Mendez e Pontez, o pediatra esclarece ainda que a medicina social estuda os fatores econômicos que se apresentam na vida do homem e que podem lhe afetar a vida. E na medida em que a higiene se desenvolveu e criou raízes com áreas como “a sociologia, a economia humana, a psicologia, a filantropia, o direito e a moral” foi que, segundo os autores referenciados por João Medeiros, a medicina “foi levada ao terreno social”, constituindo-se como uma medicina social. Tal processo envolveu o intercâmbio de múltiplos olhares sobre a condição humana, articulando estes diversos fatores econômicos, políticos, culturais, psicológicos e físicos que o autor destacou e que favorecia a compreensão da ação humana em sociedade.

A medicina social consistia, então, na “arte de prevenir e curar considerando, em suas bases científicas, como em suas aplicações individuais e coletivas, o ponto de vista das relações recíprocas que religam a saúde dos homens às suas condições de vida”. Desse modo, a higiene não observava apenas o “[...] homem doente, mas sobretudo o homem são, apreciando o desenvolvimento de sua vida no meio social que o cerca, para orientar-lhe o

aperfeiçoamento como para elevá-lo física e espiritualmente em vista – é essa a função da medicina social – dos motivos de ordem médica que subsistem nas questões sociais”⁶³.

Trata-se, claramente, de um discurso autorizado a tomar a medicina como ciência que se dá na articulação com a demografia e aquilo que o autor chama de “eugenesia” e que podemos compreender que se trata da eugenia considerada como ciência do bem viver e da prescrição das formas adequadas para tratar do corpo e da saúde física e mental desde a mais tenra idade. Se no primeiro momento o pediatra dedicou-se a descrever as condições de surgimento da medicina social, posteriormente, ao afirmar que a medicina social vincula-se diretamente com a assistência social, passa a destacar questões que envolvem diretamente a infância e a maternidade como objetos centrais.

A elevada finalidade da proteção à maternidade, a preservação da assistência à infância, as enfermidades sociais, do industrialismo, do pauperismo e suas relações com o salário, a higiene mental, a infância abandonada e delinquente, do mesmo modo que com a orientação profissional (psicotécnica), a reeducação e readaptação dos lisiados (sic), retardados, difíceis anormais de toda espécie e as instituições de previsão e amparo, quais sejam os seguros, ajudas sociais, mutualismo, cooperativismo, caixa de pensões, compensação, o de auxílio aos velhos e aos incapazes de toda ordem⁶⁴.

São apresentadas as condições críticas que podem favorecer a vulnerabilidade social da maternidade e da infância. Justamente por isso mesmo precisavam agir na tentativa de minimizar tais condições e “preservar a infância”. Mas do que preservar e o que, exatamente? Como o discurso do médico procura esclarecer, a eugenia e a puericultura trataram do corpo infantil numa perspectiva preventiva e que tinha uma visão integrada, compreendendo seus aspectos físicos e interação com as relações sociais, familiares, condições mentais e psicológicas etc. Produziu-se então um saber que tinha a pretensão de construir uma leitura integral do corpo para poder melhor definir os tratamentos e recursos a serem dedicados a ele tendo em vista a prevenção de doenças e a preservação de caracteres biológicos com o fim de fortalecê-los.

Esse saber era urdido no interior de uma ampla e complexa teia na qual circulavam critérios e princípios de análise da infância e de suas condições existenciais. Por este motivo o autor aponta que “estudando as transformações sucessivas que conduzem a revolução final, isto é, à metamorfose que se diria repentina, DE VRIES formulou as leis que presidem as mutações rápidas” e que também “marcam as modificações bruscas como último termo duma

⁶³ Medicina social e assistência à infância. A União, 2 de fevereiro de 1942, p. 4-5.

⁶⁴ Medicina social e assistência à infância. A União, 2 de fevereiro de 1942, p. 5.

evolução silenciosa”. Nessa direção, João afirma ainda que “esses princípios, firmados no domínio puramente biológico, encontram aplicação tanto no campo físico da natureza, quanto na seara abstrata das conquistas do pensamento”.

Tal alusão a essa teoria biológica da evolução é feita com o intuito pedagógico de afirmar que “é a vida um todo indizível e precária” e assim seria equivocada “qualquer conclusão que busque cindir o físico do espiritual; a matéria da alma”, o que permite pensar como tais teorias em torno do desenvolvimento do corpo humano tinham na *relação* entre diferentes fatores um de seus primados fundamentais, como nos faz ver o pediatra João Medeiros no modo com que constrói referências às ideias do holandês Hugo de Vries sobre mutação, formuladas por este autor no início do século XX, marcando a história da genética com reformulações em torno das leis da hereditariedade, ou Leis de Mendel, que focavam no processo biológico em uma leitura predominantemente evolucionista.

“No biológico, tanto quanto no social, os fenômenos se repetem com a mesma sincronia”, afirma o autor. Diz ainda que os avanços e êxitos sociais que estavam sendo alcançados no momento eram na verdade um efeito direto, um “fruto imediato da revolução desencadeada pela guerra, como agente catalítico que precipitou as reações gerais e especiais conducentes a uma nova realidade universal, a uma nova concepção da sociedade”. No argumento dele não se pode negar que tudo aquilo que estava sendo vivenciado era resultado de uma “evolução lenta e muita vez obscura, que mal bruxoleia (sic), aqui e acolá, por meio de manifestações críticas isoladas, qual expressão do esforço esquecido de gerações e gerações de artífices e trabalhadores de todos os gêneros”.

É nesse sentido evolutivo que construía sua leitura da sociedade e dizia não existir outra razão para a transformação que irrompia de forma violenta na sociedade daquele momento, mas nem sempre aquela geração, segundo o autor, se recordava do “passado de sofrimentos, de angústias e injustiças que ele encerra” e dentro daquele contexto de intensa transformação social e irrupção de novas questões os “problemas médico-sociais” assim como os concernentes à assistência social exigiam olhares cuidadosos que pudessem compreender e traçar caminhos para sua superação. Por isso mesmo ele dizia que ninguém poderia negar, legitimamente, a influência histórica de acontecimentos como a revolução francesa. Uma influência que se dava menos pela forma do acontecimento em si e muito mais por sua “essência”, “impulsionando o homem a adquirir a consciência da dignidade própria e o pleno exercício de suas convicções libertárias”⁶⁵. Tal leitura acerca de um acontecimento histórico

⁶⁵ Medicina social e assistência à infância. A União, 2 de fevereiro de 1942, p. 5.

distante no tempo e espaço demonstra algo que destaquei anteriormente acerca de que naquele momento na Paraíba o discurso em torno da assistência social e da medicina buscavam legitimação e explicação em acontecimento do passado, destacando a conquista de direitos, a percepção em torno do indivíduo como sujeito portador de cidadania que vinha sendo conquistada em um percurso histórico mais amplo e que remetia a origens longínquas.

As referências a acontecimentos históricos distantes no tempo e no espaço apareciam com certa frequência também no boletim da Legião, assim como no jornal *A União* e atendia a dois tipos de objetivos: a) contextualizar eventos e situações políticas, sociais e econômicas a partir do recurso de uma retórica sobre o passado, buscando inserir o acontecimento do presente numa cadeia histórica no qual ele estaria devidamente situado e podia ser visto, inclusive, como legatário de certa herança desse passado e, necessariamente, seu continuador; b) afirmar uma origem para as conquistas e desafios do presente, mostrando como os direitos da criança, por exemplo, estavam sendo garantidos tendo como referência uma série de acontecimentos históricos no qual essa cidadania podia ser vislumbrada de forma embrionária, como na própria revolução francesa que é usada na narrativa de diferentes articulistas da Legião. No caso de João Medeiros, ainda no texto sobre medicina social publicado em *A União*, faz referência à obra do filósofo iluminista Jean Jacques Rousseau como um pensamento relevante na construção da própria “época hodierna”, tendo influenciando na definição de questões que dali em diante já começavam a fazer parte da agenda dos governos, a exemplo dos temas sobre a assistência à infância.

Há certa compreensão da história como acúmulo, ou seja, como uma série de processos que se somam de maneira direta na produção de determinadas percepções e ações em relação à sociedade. Parece-me ser possível inferir isso na medida em que o autor terminou seu texto apresentando a ideia de que, como afirmara Ellen Kay, “este século, o nosso, é o século da criança”⁶⁶ e, nesse sentido, compreendendo essa linha do tempo traçada brevemente, conclui que: “ao que parece só agora fixou o homem que a infância é o alicerce físico da raça, o substrato material da espécie e da humanidade, que precisa de cuidado, preservação e amparo” desde que se quisesse a infância integrada nos “grandes destinos que novas perspectivas lhe abrem para o futuro”. Todo esse discurso para afirmar um tipo de ideia que circulava naquela época e que se materializava de diferentes formas, dizendo respeito ao problema da relação entre a sociedade e a família e que o pediatra atualiza, a seu modo, a

⁶⁶ Essa noção de “século da criança” aparece em outros momentos no boletim da LBA a partir de outro tipo de abordagem e com outros sentidos, como na leitura do médico Giuseppe Orlando de Paula Marques, ao tratar da relação infância e psicanálise, que tomo como objeto no terceiro instante desse exercício de análise.

partir da seguinte frase: “a criança vale pelo lastro de hereditariedade, seja no sentido biológico, seja no social, tanto quanto pela soma de aquisições que o contacto (sic) com o mundo exterior lhe imprime á (sic) personalidade física e moral”⁶⁷.

Mas a vida em sua força pulsante, em sua inventividade sorrateira não se adequava integralmente aos preceitos de higiene e civilidade que à época tomava de assalto os sonhos dos construtores da nação. Àquela época a literatura apresentava sujeitos como Pedro Bala, menino abandonado e delinquente, mas poeta da cidade de Salvador, conhecedor dos segredos e prazeres da Bahia de Todos os Santos. Fugidio e sorrateiro criou uma experiência própria de liberdade e um afeto só seu com os companheiros de uma vida marcada por uma miséria ignorada e uma tristeza pisada pela soberba da sociedade cristã e desejanse do progresso prometido pela propaganda do Estado Novo.

Pedro Bala fora um poeta da liberdade, um menino-homem cuja existência foi marcada pelas dores e prazeres do mundo, fazendo-o reconhecer-se como sujeito em formação, como a promessa de continuidade de uma luta travada por seu pai, cujo sangue parecia figurar ainda no cais do porto. Pedro Bala pode ser lido como uma metáfora inventada por Jorge Amado para tocar na ferida do abandono e descaso com a infância no Brasil. Abrindo seu romance com cartas ao *Jornal da Tarde* parecia enunciar em sua literatura a missão documental e social que assumia em sua narrativa que visava dar a ler aquelas vidas apagadas pela burocracia do Estado e pela hipocrisia das classes dirigentes. Infâncias no plural que surgiu na sociedade brasileira, ora sendo marcadas pela narrativa comovente de um Jorge Amado, ora pelas pinceladas de um Portinari, em cujas telas figuravam corpos infantis cadavéricos, com expressões tomadas de um assombro diante do mundo, com rostos assustados, tristonhos e marcados por uma miséria pisada que denunciava, em suas últimas forças, os espaços onde a famigerada assistência do Estado jamais chegava, apesar da dor lancinante que era esperar por dias melhores.

Eram tempos marcados pelo desejo de construir o homem brasileiro a partir de um ideal. Ao discutir essa construção, Jerry Dávila (2006, p. 48) faz uma história das políticas de educação produzidas no Brasil entre os anos de 1917 e 1945, atentando para a permanência do discurso eugenista no processo de escolarização da infância dentro de um projeto de nação. Em 1938 o ministro da educação, Gustavo Capanema, ficou incomodado com a estátua do “Homem brasileiro” que ele havia encomendado para ser posta na entrada do novo prédio do Ministério da Educação e Saúde (MES). “Capanema estava preocupado com a aparência

⁶⁷ Medicina social e assistência à infância. A União, 2 de fevereiro de 1942, p. 5.

dessa escultura porque concebia a nova sede do MES como uma afirmação sobre o futuro e o papel do governo em sua moldagem.

Os dois temas que expressavam o pensamento de Capanema não estavam retratados na escultura”. Primeiramente, na ótica do ministro “o ‘Homem Brasileiro’ deveria simbolizar o produto da engenharia racial e social que era a responsabilidade especial de Capanema” e tal recomendação estava explícita quando Getúlio Vargas encomendara a obra, e de acordo com tal orientação “a escultura teria essa forma “justamente porque o Ministério da Educação e Saúde se destina a preparar, a compor, a afeiçoar o homem do Brasil. Ele é verdadeiramente o ‘ministério do homem’”, em segundo lugar “a figura degenerada não combinava com o prédio modernista ”.

As análises de Dávila nos permite pensar como a educação que passou a se constituir dentro de uma política estatal programada se articulava a um projeto de nação e para tal via-se como necessária a regeneração do povo brasileiro, salvaguardando-o cultural e biologicamente dos signos da miscigenação e com isso não houvesse a continuidade de genes e características biológicas consideradas de uma raça inferior. A eugenia, como ferramenta científica e política de Estado, consistia na “[..] prática de ‘aperfeiçoar’ física e mentalmente a raça brasileira pela manipulação dos traços genéticos, primeiro por meio de controles sobre o ato e o contexto de procriação”.

Percebendo então as continuidades que marcaram aquela época pode-se situar o discurso do pediatra João Medeiros no jornal *A União* em 1942 dentro dessas condições de possibilidade. A medicina social na Paraíba tem uma história que antecede e se soma às ações da LBA e é preciso destacar que apesar daquele pediatra ter escrito seu texto no ano em que a LBA foi implantada na Paraíba não há uma clara referência a essa instituição, mas sim aos processos sociais e políticos que tornaram possível sua aparição no estado.

Também inspirada pela abordagem biopolítica foucaultiana e construindo uma genealogia do governo da infância escolarizada, a historiadora Nayana Cordeiro Mariano (2015) analisa o discurso médico-higienista na construção de um modelo hígido de educação escolar primária na então Parahyba do Norte entre os anos de 1849 e 1886. Analisa o papel da legislação na produção de um modelo escolar pautado na ideia de construção da nação e formação de corpos disciplinados e higienizados, assim como tematiza o conflito e a articulação entre o saber médico e os saberes práticos, isto é, as artes de curar protagonizadas por parteiras, barbeiros, benzedeiros e boticários no momento em que a presença de profissionais diplomados na área da medicina ainda era muito escassa na região.

Compreendo com Foucault que a biopolítica “lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 2010, p. 206) que surgiu no século XVIII, produzindo uma série de efeitos no modo como os estados nacionais iriam lidar com a questão da população, não vista de forma homogênea, mas por meio de recursos como a estatística – e as primeiras formas de demografia – pôde-se dessa maneira recortar a população em grupos sem perder de vista a noção de conjunto, permitindo pensar o tema da natalidade e do governo da infância.

Construiu-se historicamente a biopolítica como forma de “levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação”, tratando-se portando de uma tecnologia que articula saber e poder para o governo da população, ou seja, “um poder contínuo, científico, que o poder de ‘fazer viver’. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2010, p. 206).

Nayana Cordeiro Mariano (2015) tece uma história da educação em que a escolarização é lida como processo não apenas político, mas fundamentalmente biopolítico na Paraíba da segunda metade do século XIX, uma vez que tal modelo de educação foi construído na interação com todo um conjunto e demandas sociais do momento, a exemplo das epidemias que se tornaram frequentes depois de 1840.

Nessa história o governo do corpo infantil, as estratégias para torná-lo são e economicamente útil, foram lidas como dispositivos regulamentares que tomam a vida e o processo educativo como questão de governo e por isso foram fundamentais no processo inicial de constituição da política de educação na Paraíba do segundo reinado. Nesse sentido, de meados do século XIX até a metade do século XX um amplo conjunto de ações em prol do saneamento da infância e uma intensa produção discursiva em torno do corpo infantil na sua interface com a educação e a saúde foi produzida. “Em nome da infância dialogavam médicos, educadores, Imprensa” (BRITES, 1999, p. 21) e com isso desde o início do século XX a infância passou a ser tematizada, abordada, teorizada, definida e dada a ler para a sociedade por um grupo de profissionais que cada vez se pluralizava mais (sendo composto por médicos, juristas, psicólogos, psicanalistas, assistentes sociais, educadores, políticos, etc.) e visava aperfeiçoar o conhecimento sobre este sujeito⁶⁸.

⁶⁸ Para uma leitura sobre a relação dos intelectuais com a história da infância, não apenas no século XX, mas em outros momentos da história do Brasil, cf. Freitas e Kuhlmann Jr (2002).

Governar a população era um tipo de problema que vinha fazendo parte da história da Paraíba há longa data, mas que de fato recorreu a diferentes estratégias e dispositivos institucionais para lidar com tal questão. No caso da Legião efetivamente não se trata de uma instituição escolar, como aquela analisada por Nayana Cordeiro Mariano, mas que a seu modo também constrói práticas educativas diversas na medida em que realizou cursos de formação em que a higiene, a saúde, a puericultura e a educação dos costumes, bem como o trato com o corpo infantil e feminino, foram questões centrais.

Além disso, como mostrei acima, a ação da Legião não se dava de forma isolada, na medida em que ela construiu uma rede de instituições e pessoas que contribuíram para a consecução dos objetivos traçados nacional e localmente. Por isso mesmo a LBA financiou a alimentação de alunos de escolas de João Pessoa, por exemplo, e fez questão de fortalecer os vínculos entre essas diferentes instituições na medida em que todas elas foram parceiras fundamentais para que se chegasse ao resultado esperado. Todas, por diferentes caminhos, ajudavam a Legião a chegar perto do corpo infantil fosse na educação escolar ou ainda nos postos de saúde e demais espaços em que o corpo era examinado, medido, descrito, classificado, alvo de prescrições e exames que visaram compreender suas particularidades no conjunto da população.

...



Fig. 9 Cenas de cuidado com o corpo infantil. Boletim da LBA, Ano IV, n. 26, Out/Nov/Dez de 1950.

A política do cuidado criada pela Legião teve uma política da imagem que lhe foi correlata. As páginas são repletas de textos informativos, conselhos, orientações médico-pedagógicas, mas também nessas páginas figuram imagens que participam da produção de uma visibilidade sobre o corpo infantil que raramente aparece dissociado dos instrumentos médicos, dos saberes, instituições e profissionais que agiam para tornar o seu cuidado uma prática efetiva. A arquitetura do boletim pode ser lida como um castelo de palavras em que a imagem assume uma função enunciativa fundamental na medida em que, como nos sugere Jacques Rancière (2012), a relação entre as palavras e as imagens não se dá apenas no que se refere a uma prescrição ou doutrinação do signo verbal sob o imagético e sim em uma profícua e complexa relação.

As formas por meio das quais esses discursos se mostram são correlativamente harmônicas com as palavras que as “instalam na visibilidade”. Fazer ler e fazer ver são

procedimentos que caminham juntos no castelo de signos da LBA, constituindo uma estrutura marcada pela intensa e produtiva exibição de discursos sobre o corpo nunca visto como elemento dissociado dos dispositivos de poder e saber que o inventaram historicamente.

Um olhar vigilante mais uma vez acompanhado de um toque sobre o corpo infantil que, no berçário, tem sua condição de fragilidade e vulnerabilidade reafirmada a cada entrada de médicos, enfermeiras e mesmo da família que visita os corpos recém-nascidos ou adoecidos, é a cena que figura no centro de uma das páginas criadas pela Legião de cuidadores da infância.

É uma imagem que se repete, um gesto preso numa cadeia de signos do qual faz parte e incutido numa cultura do cuidado com o corpo infantil. É uma imagem eminentemente política pela posição que ocupa e pela relação que estabelece com as demais que a circundam numa página branca sob a qual desenhos de crianças e mulheres figuram num tom alaranjado. Tal discurso, reafirmado a cada nova edição era alimentado pela intensa produção de textos, imagens e números exibidos pela Legião em suas páginas que anunciam um novo tempo. Uma imagem assim demonstra um ato contínuo, um sentimento a ser compartilhado e uma percepção acerca do corpo que devia ser subjetivada com foro de verdade por aqueles que, de forma direta ou não, mantivessem relação com o corpo infantil e em relação a ele deveriam endereçar cuidados.

Apesar de não ser uma fotografia, como tantas que apareceram nas páginas do boletim, trata-se de uma imagem que, a seu modo, também toca o real. Mais do que tocar essa realidade da qual busca ser um referente fidedigno, uma imagem desse tipo arde, suscita estranhamento ou mesmo um efeito de beleza sobre as formas como o corpo é exibido, descrito, dado a ler e significado por uma ótica do detalhe, do cuidado perene e das atenções que olhares treinados dedicarão a ele. Uma imagem só faz arder na medida em que toca os sujeitos para os quais se destina se conectando com uma experiência sobre a qual ela busca ser uma leitura coerente e digna de confiança e verossimilhança.

Tenho pensado como as imagens são apresentadas e instituídas no mundo a partir de uma relação com as palavras que a inserem nesse próprio mundo visando traduzí-las ou explicá-las. Mas, como busco ler com Rancière (2010), não se trata de uma atitude prescritiva ou normativa, hierarquizando o signo verbal sobre o não-verbal. São recursos distintos,

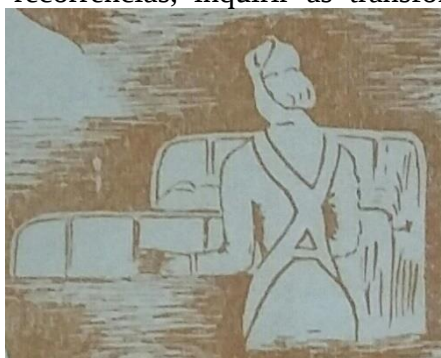


dando-se a ler por materialidades diversas que inserem o corpo fabricado em imagens na ordem do discurso.

Uma imagem nunca está dissociada de uma cultura que a constrói. De fato a Legião buscou produzir efeitos na sociedade paraibana a partir da invenção de uma cultura do cuidado que foi desenhada, exemplificada, amplamente descrita e ensinada com imagens que tinham uma função política de pedagogizar corpos e mentes. Não se trataram também de serem apresentadas sem um princípio organizador que as tornou publicáveis. O estatuto de imagens públicas e para um público heterogêneo não é uma informação meramente complementar, mas condição de possibilidade para que tais imagens tivessem se tornado possíveis para figurar nas páginas de um boletim cuja pauta principal era o governo da infância via saúde e educação. Entendo também que eram imagens intimamente articuladas tanto umas com as outras, no caso de fotografias, desenhos e/ou gravuras, como também em relação aos textos.

Penso com Georges Didi-Huberman (2012) na relação entre a imagem e o real como sendo marcada por um certo incêndio e nesse sentido tomar a imagem como ponto de partida para uma leitura histórica e uma escrita historiográfica será sempre, indubitavelmente, lidar com cinzas. E na medida em que coloco em questão as condições que tornaram possível tal imagem chegar até o presente, de onde a inquirio, será também um desafio perceber que ela é, metaforicamente, um braseiro que não esfriou e cujo potencial de fazer arder no presente mantém-se também viva.

O desafio de tomar uma imagem como monumento do passado consiste em saber olhá-la. “Uma imagem bem olhada seria, portanto, uma imagem que soube desconcertar, depois renovar nossa linguagem e, portanto, nosso pensamento” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 215). Operar, então, sobre essas cinzas, esses restos do passado que venceram as defasagens e as imposições do tempo até chegar aqui será, do ponto de vista da escrita historiográfica, agir sobre um morto, como já dizia Michel de Certeau, mas cujo corpo parece ainda quente, cujos vestígios nos tocam, nos incitam a pensar, nos estimulam a identificar recorrências, inquirir as transformações e ponderar sobre os discursos e práticas que os tornaram “sobreviventes” no tempo.



A relação que ocorre, no boletim, entre texto e imagem ocorria com uma finalidade pedagógica e visando efeitos de complementaridade na medida em que, a exemplo da edição em que figura essa capa da Legião,

pode-se ler na primeira e na última página textos que convocam, incitam, convidam, estimulam e tentam mobilizar pessoas e instituições para que se somem a *Campanha Nacional da Criança*, cujo objetivo era reduzir os índices de mortalidade infantil e criar uma “consciência coletiva” acerca desse problema⁶⁹. Por sua vez, a última página trazia orientações sobre como lidar com a criança no dia-a-dia, pois “na sua fragilidade, na ignorância das coisas que as rodeiam, as crianças estão constantemente expostas a perigos que somente os pais são capazes de evitar”, como, por exemplo o uso de roupas muito apertadas que podem sufocar a criança, objetos cortantes ou penetrantes como giletes, facas, alfinetes, tesouras que podem ferir, quedas que podem ser dar pela subida em móveis da casa etc. As orientações eram destinadas aos pais, a fim de que pudessem evitar tais situações “afritivas e momentos de angústia”⁷⁰.

Não são muitos os objetos que compõem as cenas representadas, mas a cama e o berço são suficientes para passar a mensagem intencionada pela Legião. Se naquela edição do boletim mais uma vez se noticiava os números de atendimento às crianças e suas mães na maternidade Cândida Vargas, bem como noções de puericultura e atendimentos nos postos de higiene infantil de Cajazeiras e Mamanguape, a imagem cumpria uma função introdutória aos temas que seriam discutidos. Mas é fato também que aquele era um momento em que nacionalmente uma campanha buscava angariar recursos e desenhar percursos para reduzir o índice de mortalidade infantil, uma vez que cerca de 300 mil crianças morriam anualmente no país⁷¹.

“Que faz você por mim?”, diz o texto inicial, como se assumisse a voz de uma criança indagando o leitor sobre como ele agia em relação à sua condição naquele momento. O texto foi estruturado basicamente por perguntas que tinham a intenção de informar e sensibilizar o leitor sobre a grave situação em que se achava o país, uma vez que tinha sua própria história comprometida, pois centenas e centenas de vidas continuavam sendo perdidas a cada ano, o que exigia uma ação forte e capaz de mobilizar a sociedade, posto que: “... A solução do problema da Infância Brasileira não depende de alguns... Mas da participação de



⁶⁹ Campanha Nacional da Criança. Boletim da LBA, n. 26, Out/Nov/Dez de 1950, cf. primeira página não numerada.

⁷⁰ Cuidado com as criancinhas. Boletim da LBA, n. 26, Out/Nov/Dez de 1950, cf. última página não numerada.

⁷¹ Boletim da LBA, n. 26, Out/Nov/Dez de 1950, cf. primeira página não numerada.

tôdos [sic]. De uma Consciência Coletiva, em que cada um pergunte a si mesmo: — Que faço eu pela Infância?”⁷².

Evidentemente as ações da LBA constituíam naquele momento as primeiras experiências de políticas públicas para a infância e a maternidade no país, na medida em que eram planejadas, financiadas e avaliadas pelo Estado, apesar de que a iniciativa privada também tinha participação nas ações. Mas havia a compreensão, não apenas nesse momento específico de que trata esta matéria, de que as ações da Legião só seriam efetivas na medida em que houvesse participação da sociedade civil nos projetos e ações em prol da infância, pois como foi dito em diferentes momentos apenas o Estado não teria condições de fazer as transformações necessárias para que a vida de milhares de crianças fosse transformada. Apesar do fato de se viver sob governos com posturas autoritárias e obstruindo a possibilidade de crítica e interferência da sociedade nas estruturas de Estado havia, paradoxalmente, esse apelo ao envolvimento e participação de todos em uma política da vida.

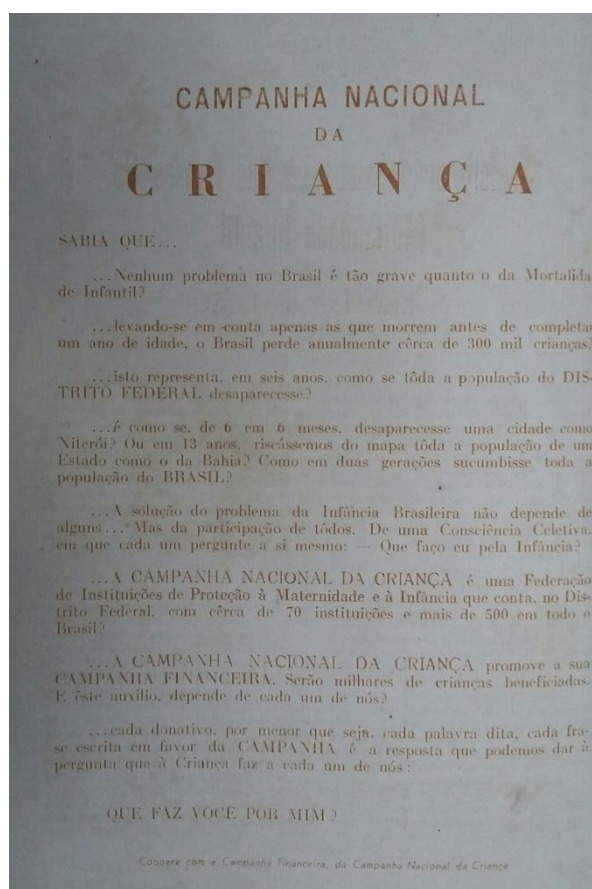


Fig. 10 Campanha Nacional da Criança. Fonte: Boletim da LBA, n. 26, Out/Nov/Dez de 1950, cf. primeira página não numerada.

⁷² Campanha Nacional da Criança. Boletim da LBA, n. 26, Out/Nov/Dez de 1950, cf. primeira página não numerada.

A produção imagética da mulher como personagem que assumiu a dianteira das ações da LBA foi outro elemento fundamental na arquitetura discursiva do boletim. Se nacionalmente a figura da presidente da comissão central, Darcy Vargas, ganhara repercussão, localmente também se produzia imagens em que o corpo feminino ganhava contornos, significados e rostos desenhados ou capturados em eventos e demais espaços promovidos pela



comissão estadual. “A Legião Brasileira de Assistência foi conduzida sobretudo pelas mulheres e se utilizava particularmente da mobilização feminina no enfrentamento dos problemas sociais gerados pela participação do país na guerra” (TUMELERO, 2010, p. 90), no primeiro momento em que ações foram realizadas. Depois do fim da guerra o tema da infância continuou sendo considerado central na formação da nação brasileira e tal participação e mobilização das mulheres continuou sendo uma marca da Legião.

Neste sentido, percebo que a produção histórica do corpo infantil na Paraíba com base nas ações da LBA só foi possível pela relação estabelecida de forma naturalizada entre o corpo infantil e o corpo feminino. Um não se constitui sem o outro, na medida em que o corpo feminino é condição para que o outro venha ao mundo e possa ser cuidado, higienizado e educado de acordo com as transformações culturais em curso. Se o corpo infantil seria cuidado e educado isso só seria possível na medida em que as mãos maternas se pusessem a trabalhar nesse sentido, acalentando, amamentando, cuidando nos mínimos detalhes e por todas as horas do seu dia daquela criança que era vista como aposta para a formação de um cidadão útil à nação que, por sua vez, também estava sendo parida aos poucos.

Uma vez estando articulados, o corpo infantil e o feminino foram construídas narrativas sobre as condições em que esse corpo feminino trazia ao mundo as crianças que eram estudadas e acompanhadas pelos médicos da LBA desde a gestação, uma vez que eram ofertados serviços de ginecologia e obstetrícia⁷³. “Não senti as dores do parto”, está assim intitulada uma matéria cujo objetivo central é informar às mães sobre os novos procedimentos médicos no que tangia ao parto, pois uma das questões mais candentes sobre esse momento na vida da mulher era a ocorrência de intensas dores. Por isso mesmo o artigo visa informar sobre uma técnica desenvolvida por dois médicos, não brasileiros, os Drs. Max Berlowe e Francis L. Herrick. Tal técnica fora criada e usada pela primeira vez em 1946 e consistia “em

⁷³ Sobre estes serviços, cf., por exemplo, a edição supracitada.

injetar pequenina dose de nupercaina veiculada em glicose no trato inferior da medula espinhal”⁷⁴.

— “Eu não duvidava de que pudesse dar à luz sem dor, pois não vejo razão para se sofrer quando as penas podem ser evitadas”, disse a Sra. Irma Weiner. — “Tenho para mim que não há diferença alguma entre isso e a injeção novocaína de que nos dá o dentista para nos livrar de uma insuportável dor de dente”⁷⁵. Como era de costume o boletim da LBA informava sobre procedimentos médicos, avanços da ciência e uma série de notícias que narravam sobre experiências externas ao Brasil, mas que poderiam ser vividas aqui desde que fossem adotadas tais novidades para o atendimento das mães e crianças.

Essa atitude editorial conota uma percepção da medicina como chave de explicação da experiência da maternidade e consequentemente dos procedimentos de trazer ao mundo e criar uma criança a partir de pressupostos cientificamente aceitos e valorizados. A medicina como dispositivo estratégico estava inserida em uma política que tinha na vida uma questão fundamental, pois “o biopoder se define com o crescimento das ciências que abordam as populações, a higiene pública, a pedagogia, enfim, todas as ciências que encontram um ponto de apoio nos corpos e na vida”, visando sempre “submetê-los às normas e às exigências produzidas” (CARDIM, 2009, p. 139).

Trata-se então de um amplo investimento da Legião sobre o corpo infantil e feminino que compreende uma série de investimentos e expectativas. O corpo infantil também é mostrado como algo a ser trabalhado na dimensão física e biológica a fim de que possa crescer de forma saudável para atender aos interesses da nação. O olhar que o perscruta desde a mais tenra idade é também o que o acompanha no seu crescimento, o insere nos espaços considerados propícios à infância, como a escola que por sua vez era investida de tecnologias que iriam agir sobre o corpo da criança escolarizada com o interesse de ordená-la e formá-la como cidadã letrada, mas disciplinada e condizente com um conjunto de expectativas forjado por uma elite nacional e local. Mas embora o corpo seja visto no seu aspecto biológico de fato ele é culturalmente construído e nesse sentido o boletim orientava que a formação dessa criança exigia cuidados em torno do seu processo de aquisição da língua, a fim de que ela não falasse “nomes feios”⁷⁶.

“Todas as crianças passam por um período em que usam dizer ‘nomes feios’. A princípio dizem essas palavras inocentemente. Sentem-se orgulhosas por terem aprendido

⁷⁴ Não senti as dores do parto. Boletim da LBA, Ano VI, n. 33, Janeiro e Fevereiro de 1952, p. 5.

⁷⁵ Não senti as dores do parto. Boletim da LBA, Ano VI, n. 33, Janeiro e Fevereiro de 1952, p. 6.

⁷⁶ Nomes feios na boca da criança – Medo ao dentista. Boletim da LBA, Ano VI, n. 37, p. 4.

palavras diferentes”, afirma o articulista não identificado na edição. “Repetem-nas sempre, pois a repetição faz parte da primeira infância. Só quando um adulto se mostra horrorizado é que esses principiantes se[m]tem curiosidade em descobrir o verdadeiro sentido da palavra”.

Uma educação em que a palavra assume um estatuto relevante aparece nas páginas do boletim, pois a linguagem é o caminho para a socialização e apropriação dos conceitos próprios a uma educação moral considerada adequada. Assim, sobre como os pais deveriam proceder quando a criança desse a falar “nomes feios” orientava-se “em primeiro lugar, não lhes dar atenção”, pois talvez tais termos fossem esquecidos. “Se houver estardalhaço a criança se lembrará sempre da palavra e ficará gostando dela”. Diz ainda que se a criança já fosse alfabetizada poderia ser estimulada a descobrir novas palavras e “soltá-las” para outras crianças, no processo de socialização. “Assim os amiguinhos mais velhos desistirão de mostrar que sabem mais e a criança que começou a usar nomes feios tomará um novo interesse pela linguagem”.

Como a infância era vista também como período de descobertas e aprendizados iniciais os cuidados deviam ser tomados em vários aspectos e dimensões da vida da criança, atentando-se inclusive para a curiosidade delas⁷⁷. O boletim dizia que havia uma fase da vida da criança que deveria ser objeto de muito esmero e dedicação dos pais e essa fase consistia na da curiosidade infantil. “O menino tudo quer saber, tudo quer investigar e os adultos se vêm tontos com uma verdadeira cachoeira de perguntas” e entre tais questões que fazem parte das curiosidades infantis estava a que dizia respeito ao nascimento dos bebês. Diante de tal situação o discurso do boletim é direto:

A Higiene Mental nos ensina que os erros praticados pelos adultos, principalmente diante da criança, acarretam uma série de consequências desagradáveis e nefastas. Inúmeros defeitos de carácter, vários desvios de comportamento, distúrbios nervosos e angústias (sic) que só aparecerão na vida adulta, tem origem nas atitudes errôneas dos mais velhos, em face da curiosidade da criança⁷⁸.

Mais uma vez pode-se ver como a compreensão de uma educação integral da criança é alvo do investimento discursivo da LBA na medida em que a ideia de higiene compreendia não apenas um corpo são, física e biologicamente bem tratado, mas também a própria subjetividade da criança. Sua relação com o conhecimento, o aprendizado, eram questões

⁷⁷ A curiosidade das crianças. Boletim da LBA, Ano VI, n. 33, Janeiro e Fevereiro de 1952, penúltima página não numerada.

⁷⁸ A curiosidade das crianças. Boletim da LBA, Ano VI, n. 33, Janeiro e Fevereiro de 1952, penúltima página não numerada.

centrais nas orientações e prescrições da Legião para as famílias. Diante da questão de como orientar os pais nesse sentido o texto finalizava da seguinte forma: “Nunca enganar a criança, nem tão pouco deixá-la sem resposta e em hipótese alguma repreendê-la pelas perguntas”.

O sorriso saudável da criança também era outra questão que preocupava médicos e por isso mesmo orientava-se a criança a sempre fazer visitas de rotina a um dentista que fosse de confiança da família. Todavia, ocorria que muitas crianças resistiam aos tratamentos dentários, choravam muito e se comportavam de tal forma que, informa o boletim, nada podia ser feito. Por isso mesmo orientava-se que a família tivesse paciência com a criança e buscasse um médico que gostasse de crianças e concordasse em “perder tempo para conquistar a confiança de seu filho, antes de iniciar o tratamento”⁷⁹. Diante disso, um verdadeiro ritual era necessário para que a criança aos poucos tivesse confiança no médico e não fugisse dos cuidados ortodônticos, como indica o texto:

Na primeira visita o dentista se limitará a apresentar-se a criança como um amigo, conversar com ela algum tempo e, na saída, dar-lhe um presente qualquer (sic): uma revista, uma escova de dentes, uma fruta, etc. Na segunda visita ele a fará sentar-se na cadeira do consultório e lhe mostrará o esguicho de água ou um outro objeto. Da terceira vez, já provavelmente ela consentirá em um exame dos dentes, para na próxima vez deixar que o tratamento seja iniciado. É preciso algum tempo e muita compreensão, mas muitos dentistas lhe dirão que a criança às vezes coopera mais que muitos adultos, desde que se convença de que o dentista é seu amigo⁸⁰.

Fazer da criança uma parceira no processo de medicalização, uma vez que tal disciplinamento e subjetivação da ideia de que o dentista era um amigo traria condições para que a criança também se entregasse de forma confiante para outros médicos, era visto como um recurso fundamental. Investe-se no corpo da criança por meio de várias técnicas com o intuito de incutir valores e compreensões acerca do seu próprio corpo e dos cuidados com ele. A família e os médicos formariam então um elo forte sobre o qual uma série de investimentos seria dado tanto da parte do Estado na promoção da saúde pública e da educação regeneradora da infância, como pela parte da família como instituição social básica, tendo como efeito desse processo um corpo educado e situado nesse tipo de medicalização e escolarização.

...

⁷⁹ Nomes feios na boca da criança – Medo ao dentista. Boletim da LBA, Ano VI, n. 37, p. 4.

⁸⁰ Nomes feios na boca da criança – Medo ao dentista. Boletim da LBA, Ano VI, n. 37, p. 4.

Construiu-se então uma política do corpo infantil na Paraíba com base na articulação de uma série de elementos aparentemente desconexos e dispersos, mas que na prática médica e educativa adotada pela Legião foram articulados de modos distintos para dar visibilidades e dizibilidades ao corpo infantil, inventando-o em uma rede composta por discursos, instituições, práticas profissionais, propostas escolares, prescrições alimentares, terapêuticas e, fundamentalmente, a articulação do corpo infantil com o corpo feminino que também foi alvo de investimentos em termos de uma produção de saber e poder.

A interação entre diferentes instituições e setores públicos foi uma estratégia central para viabilizar uma atuação em rede que pudesse apreender o corpo infantil nos diferentes espaços por onde ele circulasse e nas distintas relações estabelecidas com a criança, desde as consultas iniciais nos serviços de atendimento às gestantes, passando pelo espaço da Maternidade Cândida Vargas e acompanhando todo o ciclo de vida da criança desde sua mais tenra idade. Ao chegar à escola às ações da LBA também se somaram para intervir na educação infantil por meio do repasse de recursos financeiros que garantissem a alimentação diária que era pensada pelos puericultores e médicos da Legião a partir das referências e prescrições de intelectuais de fora do país no que concernia à higiene alimentar e à dietética a ser adotada na alimentação da criança desde pequena.

Uma política do corpo infantil foi inventada de forma ampla e com diferentes objetivos, criando múltiplas formas de fazer ver o problema da “criança brasileira”, a exemplo da questão da mortalidade materna e infantil. Enfim, a arquitetura do boletim construiu todo um repertório de imagens e um arquivo em torno dessa questão da criança que fosse capaz de registrar as ações da LBA e ao mesmo tempo prestar um testemunho acerca do que estava sendo feito pelas crianças da Paraíba em um momento de profundas dificuldades. Pensar então sobre como foi desenhada uma cartografia dessa assistência à infância, caracterizando melhor as diferentes ações, os espaços governáveis, a política de formação de voluntárias da LBA, assim os conflitos e desafios enfrentados por Alice Carneiro, a exemplo das fortes estiagens que montaram cenários áridos e íngremes nos quais as ações da LBA também chegaram multiplicando um canteiro de ações, são aspectos fundamentais dessa experiência da Legião. Tais personagens, cenários e emoções compõem, na verdade, as cenas do próximo capítulo.

II - CARTOGRAFIAS DA ASSISTÊNCIA



Fig. 11 Capa - Boletim da LBA, Ano III, n. 16, Janeiro e Fevereiro de 1949.

O diagrama não é mais o arquivo, auditivo ou visual, é o mapa, a cartografia, co-extensiva a todo o campo social. ...]. É uma máquina quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e falar.

Gilles Deleuze, *Foucault – um novo cartógrafo*, 2005.

A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação.

Michel Foucault, *Em defesa da sociedade*, 2010.

Os discursos não se enunciam, a partir de um espaço objetivamente determinado do exterior, são eles próprios que inscrevem seus espaços, que os produzem e os pressupõem para se legitimarem.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior, *A invenção do Nordeste e outras artes*, 2009.

Espaços governáveis

E eis que no castelo de palavras e imagens emerge uma figura inusitada. Trata-se de um mapa. Em 1949 quando a arquitetura do boletim da LBA passou por uma transformação visual e de conteúdo eis que emerge em sua primeira capa, iniciando um novo ano, essa imagem espacial. Na ordem do discurso em que a infância aparecia como objeto de cuidado e proteção, recortada no conjunto mais amplo da população, o “espaço” ganha espaço, para provocar uma redundância. A arquitetura discursiva do periódico daria a ler, a partir de então, a construção de um espaço sobre o qual as ações da LBA continuariam sendo incentivadas, disseminadas, criadas e recriadas em um circuito que se retroalimentava e instituía um valor estratégico para a questão do terreno em que essas ações e esses objetivos biopolíticos estavam sendo postos em prática.

Sob um fundo branco de uma página marcada pelo tempo emerge a figura de um espaço. Surge quase que como uma personagem desse enredo em que o corpo infantil é protagonista e a assistência médico-social é condição para garantia de sua existência. As linhas que definem os contornos geográficos da Paraíba operam um corte, instituem uma divisa. Há um recorte mais amplo do qual esse “espaço” é retirado, isto é, do mapa do Brasil, da nação que é reforçada imagneticamente pela presença do logotipo da LBA na parte inferior esquerda da imagem, com as 21 estrelas referentes ao número de estados. São linhas que operam politicamente na invenção de um espaço que a partir de então tornar-se-á objeto de um olhar, de uma gestão e de um investimento.

De um ponto a outro as linhas se entrecruzam, fazem articulações diversas, compondo um mapa esmiuçado, detalhado, atravessado de canto a canto por diferentes marcações gráficas que fazem dele um instrumento político. A legenda ao lado tem função estratégica e permite notar que uma série de traços mais fortes na parte litoral indica a presença de maiores condições de mobilidade, já que se refere às rodovias do estado. Adentrando pelo interior e seguindo até o sertão esses traços mais fortes vão se tornando mais ausentes, mais solitários em meio às demais linhas que demarcam os territórios municipais. Um lineamento desse tipo e com essa proporção descreve muito bem a situação do estado naquele momento: as condições de mobilidade, transporte, comunicação, circulação e distribuição de pessoas e mercadorias pelo espaço paraibano.

A composição desse conjunto de linhas que se atravessam e se justapõem obedecia a um critério de medição que tinha por efeito a produção ou reafirmação discursiva de um território. Mas um território, apesar de ser uma noção eminentemente geográfica, “é antes de

tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder” (FOUCAULT, 2012, p. 250). O fato de uma imagem como essa emergir no boletim de uma instituição criada com fins de atuação em todo o território nacional na defesa de uma parcela considerada significativa de sua população – mulheres e crianças – é um dado no mínimo fundamental para compreender em que tipo de rede o enunciado aparece e funciona.

Na medida em que o boletim da LBA pode ser lido como instrumento de saber e poder da instituição, pode-se ler a emergência de um monumento como esse obedecendo a um conjunto de regras que o torna possível em dado momento. “Existe uma administração do saber, uma política do saber” (FOUCAULT, 2012, p. 251), e a presença de um mapa estava intimamente articulada com toda uma maquinaria em que o saber e o poder se somavam na produção de objetos estratégicos sobre os quais seria preciso falar, opinar, descrever, fotografar, comentar, criticar, dar a ler a partir do critério de valor que a instituição lhe atribuía.

A aparição de um enunciado desse tipo no momento em que a Paraíba passava por um processo de redemocratização e no instante em que as forças políticas pareciam se recompor, refazerem-se dos efeitos da política de Getúlio Vargas durante fins dos anos 30 e até a metade da década de 1940, sintonizava-se com um momento em que a nação parecia passar por uma revisão, um passar a limpo, um reconhecimento de suas possibilidades e capacidades. Compor a imagem de um território sobre o qual as ações da LBA haviam chegado, esmiuçando seus contornos, fazendo ver suas potencialidades geográficas e políticas parecia ser um dado eminentemente fundamental para recompor um quadro nacional. Daí a presença de uma espécie de título para o mapa que figura na capa do boletim: “Vias de transportes e comunicações”.

Uma vez que o espaço parece emergir como figura relevante no interior de uma política cujo foco principal era o governo da infância e da maternidade no território nacional, por meio de comissões estaduais e municipais como as que atuaram na Paraíba, parece ser fundamental pôr em questão as condições de emergência em que tal “objeto” *acontece* na ordem do discurso e no sistema de regras discursivas em que a própria LBA se mantinha. Devo ainda ressaltar que do ponto de vista analítico tomo como ponto de partida o conceito de governo, elaborado por Michel Foucault, como desdobramento de suas análises em torno do poder, estando tais reflexões sistematizadas em cursos ministrados no *Collège de France* entre as décadas de 1970 e 1980, a saber, *Em defesa da sociedade* (1975-1976), *Segurança, Território, População* (1977-1978), *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979) e *Do Governo*

dos Vivos (1979-1980). Nesse sentido será necessário entender o governo⁸¹ aqui “não no sentido estrito e atual de instância suprema das decisões executivas e administrativas nos sistemas estatais, mas no sentido lato, e aliás, antigo, de mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens” (FOUCAULT, 2014, p. 13).

Mas tendo em conta que neste momento do percurso busco cartografar a rede assistencial construída e fortalecida na Paraíba, a partir da atuação da LBA nos anos 1940, buscando entender como ela foi fundamental para equipar e formar agentes que atuaram no governo da infância e na construção de modelos de conduta para as crianças, faz-se necessário expandir a questão com outra pergunta: afinal, o que significa governo da infância? Uma vez construída uma análise que toma essa biopolítica como ponto de partida para a produção de uma conduta idealizada para a criança, mas que parte da experiência da infância como questão central, como posso pensar a construção de um governo em que se busca formar subjetividades e individualidades que, apesar de suas diferenças, não estivessem desarticuladas de um projeto de nação?

Na esteira aberta pelas teorizações foucautianas Alfredo Veiga-Neto (2015) também se indaga sobre *Por que governar a infância?* e afirma que “governar a infância significa educar as crianças, moldando-lhes a alma que é, ao mesmo tempo, efeito e instrumento de uma anamopolítica dos e sobre os corpos infantis” e nesse sentido “se governa a infância a fim de que aqueles que não estavam aí passem a estar aí, de modo que aqueles que não faziam parte da nossa cultura passem a fazer parte dela, a fim de que os não integrados integrem-se a nós” (VEIGA-NETO, 2015, p. 55).

Quando a Legião Brasileira de Assistência emergiu na década de 1940 ela também trouxe consigo um projeto que pretendia fazer da infância um objeto e das crianças os sujeitos sobre cujos corpos se inscreveriam discursos e práticas educativas que iriam modelar comportamentos, classificar condutas e premiar aqueles que adotassem para si os preceitos higiênicos e morais que aquela instituição fazia circular, como bem demonstrou a experiência dos concursos de robustez realizados desde o início do século XX, sob orientação de médicos como Moncorvo Filho e que tiveram como objetivo criar modelos de corpos infantis considerados saudáveis e higiênicos.

⁸¹ Etimologicamente, “governar deriva do verbo grego ‘kubernan’, pela forma latina ‘gubernare’. Originalmente esse verbo era empregado no sentido de conduzir alguma coisa, algum animal ou alguém, por um caminho qualquer. Assim, quem governa *leva* (algo ou alguém) *com*. Tal acepção de governar diversificou-se muito, a ponto de esse verbo denotar a ação de um chefe (governador) que exerce sua autoridade sobre outros (governados), ou a ação de mando, dominação ou administração de uns sobre outros, ou até mesmo a condução de um veículo”. Cf. VEIGA-NETO (2015, p. 51).

Os pais e mães participavam desses concursos exibindo seus filhos e recebendo prêmios pela conduta adotada na criação deles⁸². Assim, “governa-se a infância com o objetivo de conduzi-la para determinados ‘lugares’ numa cultura, para determinadas posições numa sociedade e para determinadas formas de vida já partilhada por aqueles que já estavam aí” (VEIGA-NETO, 2015, p. 56).

Partindo então dessas questões, o estudo visa cartografar a rede assistencial tecida pela LBA no estado da Paraíba, descrevendo as estratégias de composição, bem como os atores, instituições, serviços, técnicas e formas de disseminação de certa pedagogização do corpo infantil na complexa articulação entre o individual e o coletivo, ou em outros termos, entre o público e o privado, o indivíduo e a população. Nesse sentido, não assumo como desafio a tarefa de fazer a história *do* espaço, mas justamente compreender *como* e em que medida o espaço foi tomado como alvo de investimento por esse dispositivo biopolítico, ou seja, por essa rede complexa e dinâmica da qual fizeram parte distintas instituições, serviços e sujeitos cujas ações e performances se articulavam com os objetivos da LBA e daquilo que ela compreendia como ação social.

Uma vez delimitado o eixo sobre o qual a análise se debruça, três cuidados metodológicos parecem se impor: a) descrever o movimento de composição de uma rede, sem limitar à historicização exaustivamente os diferentes pontos que a compunham (a exemplo das instituições e organizações estatais ou não, embora sejam pontos estratégicos); b) considerar a multiplicidade de pontos de atravessamento e interconexão que participaram da produção dessa rede e os efeitos que ela produziu, tanto do ponto de vista pragmático e empírico, como também do ponto de vista das formas de subjetivação que intencionava fazer circular pelo território; essa questão de método indica a próxima, que lhe é correlata, c) desconsiderar qualquer pretensão que tome o Estado como único ponto de partida para composição ou, mais exatamente, para a atualização dessa rede em seu conjunto ou de seus diferentes pontos isoladamente.

Apesar da construção de uma rede assistencial ser um tipo de objetivo perseguido pela LBA e orientado nacionalmente pela Comissão Central, é fato que as demandas e questões que foram destacadas por essa política pública não partiram dela como essência primeira, mas só se tornaram possíveis a partir de uma série de influxos e forças externas à LBA e que possibilitaram que ela tomasse tal questão, ou seja, uma rede de assistência médico-social como objeto de seu interesse, financiamento e investimento político. Para isso foram

⁸² Sobre as experiências dos concursos de robustez, ver Brites (1999), Tumelero (2010), Grotti (2016).

engendradas relações de influência entre políticos, estadistas, intelectuais e atores de diferentes espaços sociais. Houve também o empenho ou investimento discursivo, estando essa política intimamente articulada com os discursos da medicina social, pediatria e da puericultura, que exerceram força tanto no governo daquela parcela da população como também na promoção imagética da LBA para a sociedade civil e grupos de empresários.

...

Cartografar. Isto é, traçar um desenho que institua a visibilidade de um espaço ou que ponha em questão as formas com base nas quais certas visibilidades espaciais foram possíveis. Diferentemente de uma cartografia tradicional que “encontra-se ligada ao campo de conhecimento da geografia e busca ser um conhecimento preciso, fundado em bases matemáticas, estatísticas, contando com instrumentos e técnicas sofisticadas” e definindo como especialidade de seu campo “traçar mapas referentes a territórios, regiões e suas fronteiras, demarcações, sua topografia, acidentes geográficos, como pode ainda tratar da distribuição de uma população em um espaço, mostrando suas características étnicas, sociais, econômicas, de saúde, educação, alimentação, entre outras” (PRADO FILHO & TETI, 2013, p. 47), proponho aqui outro movimento.

Partindo de diálogos com Deleuze (2005) e Foucault (2012) busco pensar a cartografia não apenas como esse “método” que delimita, circunscreve, posiciona e institui um espaço pela linguagem do mapa geográfico. Na esteira aberta por esses autores pode-se pensar a produção discursiva do espaço e desenhar uma cartografia que seja antes de tudo uma *estratégia* de abordagem que circunscreva e analise a produção do espaço cartografando múltiplas relações de força.

É o próprio Deleuze quem nos diz que “todo diagrama é intersocial e em devir. Ele nunca age para representar um mundo preexistente, ele produz um novo tipo de realidade, um novo modelo de verdade” (DELEUZE, 2005, p. 45). Logo, a tomada do espaço em que a assistência social iria se efetivar como ação social teve uma conotação fortemente política na medida em que definir as linhas, limites e contornos espaciais dessa intervenção na vida infantil foi questão estratégica.

Deslindar essa trama, pondo em questão as imagens e palavras que operaram na visibilidade desse tema é fundamental para não apenas compreender, mas fundamentalmente, cortar, implodir e desconstruir as linhas e amarrações que urdiram tais ideias e imagens, produzindo um efeito de rarefação cujo objetivo é, de fato, perceber como tais enunciados

operaram e de que modo contribuíram na articulação entre o governo de um corpo (e da vida em seu sentido político, por extensão) e os espaços em que esse governo se fez ação. Nesse sentido, uma *cartografia social* como faço aqui “liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico,” considera, na medida do possível, questões mais plurais e “trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade” (PRADO FILHO & TETI, 2013, p. 47).

A emergência de um mapa na capa do periódico da LBA em 1949 pode ser considerada um acontecimento que em sua sutileza e quase banalidade provoca, suscita, intui e até certo ponto constitui transformações que se desdobram no tempo. A partir daquela capa o interesse em *mostrar onde* as ações da comissão estadual da LBA estavam chegando passou a aparecer de maneira mais contínua e incisiva, o que não quer dizer, é claro, que tal interesse já não existisse antes e não fosse algo constituinte da própria instituição que a partir de 1942 foi se disseminando pelos estados e municípios do Brasil, erguendo a bandeira da assistência, assistindo aos pobres e suas necessidades e criando uma rede de solidariedade e cooperação entre Estado e sociedade em diferentes pontos da nação.

Mostrar quais investimentos foram feitos para dar a ler e ver as ações da Legião, desconstruindo e provocando desarticulações na estrutura visual e discursiva desses enunciados é o que busco fazer daqui em diante. Para tal estabeleci uma série construída a partir do critério cronológico e por meio da qual penso, inicialmente, como as imagens fotográficas de instituições de assistência foram usadas como elemento dessa performance visual em que a LBA buscava fazer ver as diferentes instituições que ela formou ou com as quais cooperou do ponto de vista técnico e financeiro. Em um segundo momento mostro as ações, atividades e “rostos” imagetivamente forjados da população assistida pela LBA e que por sua vez figuraram também em suas capas. Tal série se constitui em dois movimentos que põem em questão os modos pelos quais tais objetos foram inventados e figuraram nas páginas iniciais de um periódico oficial. Enquanto o primeiro movimento mostra a imobilidade dos prédios institucionais, no segundo instante capturam-se os movimentos, andanças e gestos que atravessaram tais estruturas.

Ao passo em que se buscou mostrar os caminhos e espaços em que a instituição chegava, investiu-se também na expressão de um sentido para a ação da LBA que aparecia logo nas primeiras edições do boletim como forma de legitimar seus discursos e as tecnologias que tomavam a maternidade e a infância como objeto de tratamento político.

“A Legião Brasileira de Assistência é uma sociedade civil, de âmbito nacional, cuja finalidade é a proteção à maternidade e à infância”⁸³, diz o texto de abertura de um dos primeiros números do periódico. Inicialmente “criada para atender às necessidades resultantes do desajustamento econômico e social suscitado pela guerra nas famílias dos convocados militares, tais foram seus esforços, o espírito de sua organização, a eficiência e a expansão de sua capacidade realizadora” uma vez “que, encerrado o ciclo de nossa beligerância, novos horizontes se abriram à continuidade de sua dedicação, do seu senso prático, de sua atuação em favor da coletividade brasileira”. O fim “das hostilidades no campo cruento da luta, com efeito, epilogou apenas o episódio bélico. Os quadros do sofrimento humano, esses, ao contrário, recrudesceceram com a debacle da economia mundial e a ruína financeira das nações tragadas na voragem do Moloch guerreiro”. Com isso,

novos problemas vieram, portanto, complicar e agravar a realidade de todos os povos. Assim, o desencadeamento de nova crise econômica, tão ao sabor de períodos históricos que tais, com as consequências inelutáveis de tamanho cataclismo, gerou condições de inacreditável miséria não só para aqueles países que mais se extremaram na peleja, como até mesmo para os não participantes do conflito cuja riqueza, estruturada em bases não muito sólidas, ou em fatores de necessidade compulsória no mercado internacional, depende essencialmente dos excedentes de disponibilidade monetária que de fato só existem em períodos normais de prosperidade⁸⁴.

“Em tais conjunturas, não poderíamos deixar de ser arrastados pela avalanche da crise universal”, continua a matéria. “Na verdade graves problemas humanos de nossa gente jaziam de há muito na insolvência tropicalista de nossa desídia. Outros povos, nossos contemporâneos ou bem mais jovens que nós, providentes e solertes”, - em um claro movimento de comparação com nações europeias e norte-americanas – “já se haviam advertido da preservação de seu capital humano valorizando-o por uma hábil política sanitária. Ao contrário dos nossos, os seus padrões-de-vida se elevavam constantemente numa singular afirmação de diferenciação política, social e financeira”.

Considerando a infância o esteiro evolutivo duma nação jovem, cuja virilidade futura está em função de sua validade atual, para ela convergiram a sua atenção e o seu desvelo. Modificaram e corrigiram assim as causas como os efeitos que incidiram numa alta morbidade (sic) infantil retificando dessarte os algarismos de seus coeficientes de mortalidade infantil⁸⁵.

⁸³ O Sentido Atual da Legião Brasileira de Assistência. Boletim da LBA, Ano I, Julho de 1947, n. 3, p. 1-2.

⁸⁴ ⁸⁴ O Sentido Atual da Legião Brasileira de Assistência. Boletim da LBA, Ano I, Julho de 1947, n. 3, p. 1-2.

⁸⁵ ⁸⁵ O Sentido Atual da Legião Brasileira de Assistência. Boletim da LBA, Ano I, Julho de 1947, n. 3, p. 1-2.

A infância como um processo em desenvolvimento evolutivo, como algo que se cultiva para ser o melhor possível, adiante. Assim aparece em diferentes momentos nas páginas da LBA. O texto prossegue:

Aceitaram de boamente o capital representado pela imigração selecionada, que se incorpora à riqueza pública, mercê de sua produtividade imediata, mas nem por isso desdenharam da consolidação das reservas raciais preexistentes em cuja exuberância se contém a cépa ancestral, a experiência de outras gerações, o apego ao solo, os liames religiosos, os laços familiares, a identidade da língua e as ligações históricas indispensáveis ao bom caldeamento do sangue na miscigenação futura. Tais acontecimentos nos induziram, afinal, a atentar bem no doloroso panorama que se nos descortina em derredor. As cifras apavorantes de nossas estatísticas demográficas conseguiram, por fim, despertar o interesse de todos para esse angustiante problema nacional que um pugilo de homens abnegados vem expondo continuamente ao exame descuidoso da “opinião pública”. É que, para muitos, “menino não é gente”. Não merece atenção. Deixá-los morrerem uma aplicação um tanto ou quanto sinistra, mas necessária, da lei de Galton. Uma contingência obrigatória que teríamos de pagar à seleção natural. O após guerra, com as terríveis decorrências da crise econômica, agravou, porém, de tal forma o vulto dessa situação que ele passou a impressionar todos os quadrantes da vida indígena. Pensou-se então em estruturar um organismo extra oficial que, não obstante em estreita colaboração com o governo, pudesse livre das fórmulas prosaicas e avassalantes da burocracia administrativa, empreender a tarefa dum largo programa de realizações capazes de enfrentar a questão com eficiência e patriotismo intervindo imediatamente na luta contra a enorme mortalidade dos nossos jovens patricios⁸⁶.

“Tomando a si por uma reestruturação estatutária de seus fins sociais o desempenho desse importante papel na comunidade pátria da Legião Brasileira de Assistência revalidou os créditos já abertos em seu favor por toda a nação” e diante desse contexto “[...] não somente promoveu a modificação de sua organização em si, mas tratou de se adaptar à técnica científica duma assistência e proteção à infância em correspondência com sua alta finalidade” e um “exemplo frisante disso é a sua estreita correlação com o Departamento Nacional da Criança, ao qual legal e racionalmente se atribui a orientação e supervisão de quaisquer iniciativas desse jaez”.

Iniciando a sua tarefa nos moldes preconizados pelo alto descortino daquela entidade oficial, a Legião passou a disseminar por todo o território nacional a ação benfazeja dos seus inestimáveis serviços quer no campo social, quer no da medicina (social ou individual) ainda que no jurídico, aspecto este, da assistência à família, cuja relevância não será demais salientar e de que não se cogitara ainda em nosso meio com a amplitude, a elevação e a eficiência por ela empreendidos.

^{86 86} O Sentido Atual da Legião Brasileira de Assistência. Boletim da LBA, Ano I, Julho de 1947, n. 3, p. 1-2.

A proteção e a assistência à maternidade e à infância encontraram, portanto, um sentido largo e humano, patriótico e nobilitante na nova conceituação de sua finalidade. E ela ponde, dessarte, desfraldar outra vez a flâmula das velhas campanhas em prol do BRASIL, a que sempre serviu com efetiva compreensão cívica, com alevantado sentimento de solidariedade humana, com o carinho acrisolado que merecem as coisas belas e puras como o amor de mãe – que dá tudo em sacrifício, desprendimento e renúncia e só pede para si amor e compreensão. Não é outra a oferta do seu esforço. Este o sentido atual da Legião Brasileira de Assistência⁸⁷.

Apresentar seus objetivos e atividades realizadas foi uma função do boletim institucional da LBA. Mas nele também foram narrados acontecimentos que acometeram o mundo e que, por sua vez, produziram efeitos para boa parte da população planetária. Falar em “universal” tem como efeito de sentido colocar em questão a existência do ser humano como um todo, independentemente das idiosincrasias culturais e sociais que variam de um espaço para outro. Abrir a possibilidade para pensar no humano para além de suas diferenças parece ter sido um dos objetivos também da LBA já que sua existência institucional só foi possível em um momento marcado por uma tragédia que ceifou milhões de vidas e comprometeu, dali em diante, até mesmo a possibilidade humana de imaginar o tempo por vir, o futuro.

Como construir uma nova experiência diante de um desastre? Diante de tantos destroços, mortes, memórias e vidas desperdiçadas por uma guerra imoral e injusta (como todas elas são, afinal) parecia se colocar a questão de como agir diante daquela situação. Se o exército brasileiro composto por homens foi atuar nos campos de batalha e defender os Aliados naquele conflito com proporções mundiais foi preciso que internamente se compusesse um exército, mas de outro tipo, como sugere a própria expressão “Legião”. Tratava-se de um exército comandado em grande medida por mulheres que passaram a ser formadas para tomar a linha de frente de outra guerra histórica que o Brasil precisaria travar como condição para se tornar uma nação moderna e civilizada: combate à mortalidade infantil. Não parece ter sido à toa que naquela mesma edição de junho de 1947 Clóvis Corrêa da Costa dissesse de forma sucinta, mas provocante que “a primeira pedra sobre a qual se assenta a defesa nacional é a puericultura, que prepara gerações de homens fortes, aptos a disputar seu lugar ao sol”⁸⁸.

Compor um exército de mulheres que tomasse para si a missão de construir uma nação cuidando daqueles que constituíam uma promessa e uma condição para que esse mesmo

⁸⁷ O Sentido Atual da Legião Brasileira de Assistência. Boletim da LBA, Ano I, Julho de 1947, n. 3, p. 1-2.

⁸⁸ Boletim da LBA, Ano I, Julho de 1947, n. 3, p. 5.

projeto se efetivasse, isto é, o corpo infantil, tornava-se missão. Compor um canteiro de ações para atender, cuidar, medicar, classificar, registrar e produzir saber sobre a infância brasileira foi um dos pontos de partida para aquela ação institucional. Ao passo em que conhecer essa infância era fundamental para aquela política, por outro lado também foi preciso recortar no grande mapa da nação os estados, municípios e bairros nos quais a LBA iria atuar a partir da construção de suas comissões locais. Por isso mesmo parece curioso que no início de 1949 figure na capa do boletim o mapa da Paraíba como signo de um espaço governável.

Um mapa é também uma imagem. Trata-se de uma imagem diferente das demais que aparecerão ao longo deste texto, mas de um modo geral pode-se dizer que todas, com gêneros específicos, são marcadas por essa condição imagética, esse desejo de representar por meio do apelo à visão. Mas, em se tratando de imagens a historiadora Maria Bernadete Flores (2015), inspirada nas leituras do também historiador e filósofo da imagem Georges Didi-Huberman, nos diz que diante da imagem a pergunta do historiador “não seria tanto sobre o que ela, a imagem, documenta, ou de que história ela é testemunha, mas, que tempos, que memórias e que tradições ela carrega” (FLORES, 2015, p. 240). Uma provocação nesse sentido abre a possibilidade de perscrutar as imagens, desmontá-las, desconstruí-las com a finalidade de assim poder pensar as múltiplas temporalidades que a atravessam, as referências e regras que a instituíram como objeto visual, os jogos de poder e saber, as vontades de verdade e os possíveis efeitos de sentido desejados por seus produtores.



Fig. 12 Da esquerda para a direita tem-se as edições de novembro e dezembro de 1949 (Ano III, n. 21) e a de janeiro e fevereiro de 1950 (Ano IV, n. 22).

Um gramado verde e bem cortado acompanha uma leve vegetação que sobressalta no terreno e antecipa as paredes que se destacam adiante. Não há pessoas, rostos, corpos humanos em cena, é o cenário que predomina. Parece ter sido essa a intenção de quem captou tal cenário: o olhar que enquadrou e inseriu num tempo futuro, por meio da viagem possibilitada pela manutenção da imagem fotográfica, parece ter desejado, de fato, fazer ver o prédio em seu conjunto.

Recortado entre um céu que não se sabe se nublado ou repleto de raios solares e um gramado que divide o espaço da natureza e da instituição marcada pelo concreto e o tijolo, a imagem que se produziu foi a de um prédio. Tal recorte operado e divulgado nas páginas do boletim não foi feito de forma aleatória, pois se tratava do Hospital Arlinda Marques dos Reis. Fruto dos empenhos de Alice Carneiro durante os anos em que esteve à frente da comissão estadual da LBA na Paraíba, este hospital foi criado por meio de campanha empreendida pela esposa de Ruy Carneiro e contou com a cooperação financeira de empresários da Paraíba⁸⁹, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. O hospital foi criado em 19 de setembro de 1945 e o nome da instituição foi dado em homenagem a uma das freiras que contribuiu com as ações da

⁸⁹ Dona Alice Carneiro. In. Alice Carneiro (imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais). Senado Federal: Brasília, 1977, p. 159.

LBA, inclusive na captação de recursos de particulares para a formação do hospital – que só seria tomado como instituição estatal na década de 1980⁹⁰.

O dispositivo de assistência social à infância na Paraíba operado pela LBA contou com uma série de instituições que passaram a prestar atendimento médico e social aos considerados mais necessitados. A construção dessa rede foi financiada em grande medida pela LBA por meio de seus recursos próprios, bem como com a cooperação de outras organizações sociais e mesmo de empresários, a exemplo dos Irmãos Fernandes. Desde que a comissão estadual começou dar seus primeiros passos a relação com os empresários já estava presente.

No dia 30 de setembro de 1942 a edição do jornal *A União* divulgava os trabalhos iniciais da primeira dama. “Sob a orientação da sra. Alice Carneiro estão sendo encaminhados dentro de um ambiente de maior entusiasmo, os trabalhos de organização neste Estado, da Legião Brasileira de Assistência”. Assim como em diferentes momentos, o tom de abordagem das ações é sempre elogioso, o que se explica pelo fato de se tratar de um órgão de imprensa do Estado, tratando de um projeto cuja realização era feita também pelo Estado por meio da coordenação da primeira-dama. Elogiou-se, naquela oportunidade, o “nobre objetivo” daquela instituição considerada “patriótica e humanitária” dirigida nacionalmente pela primeira-dama Darcy Vargas com a “finalidade de prestar amparo às famílias dos nossos bravos soldados, à nossa terra, por todas as suas classes, vem emprestando o seu apoio decidido e unânime, numa justa compreensão das responsabilidades e deveres da hora presente”⁹¹.

Ainda nessa publicação pode-se perceber o processo inicial de organização e composição da comissão estadual da LBA. Se nacionalmente a comissão central era dirigida por Darcy Vargas – e ela, por sua vez, enviara telegramas para as primeiras-damas dos estados do país com o intuito de convocá-las para fazer parte daquela rede assistencial às famílias dos pracinhas –, localmente a composição também se deu a partir do convite às autoridades políticas e profissionais que, de acordo com os objetivos da instituição, poderiam contribuir para seu trabalho médico-assistencial.

Desse modo, mostrar visualmente as personagens que faziam parte daquela rede e começavam a compor uma trama política que tomava a infância e a maternidade como

⁹⁰ O Hospital Arlinda Marques foi fundado em 19 de setembro de 1945, para atender crianças com tuberculose. O nome é uma homenagem a Arlinda Marques dos Reis, freira da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA) e uma das capitãs do processo de construção do hospital. Na década de 80, o Estado assumiu o hospital como uma instituição de saúde estadual e hoje ele atende a diversas especialidades. Informações disponíveis em: <http://paraiba.pb.gov.br/inauguracao-da-reforma-de-ambulatorio-e-entrega-de-equipamentos-marcam-os-70-anos-do-arlinda-marques/>. Acesso em 10 de jun. 2016.

⁹¹ A União, Quarta-feira, 30 de setembro de 1942, p. 3.

problemas políticos era fundamental. Captar os gestos, olhares, cumplicidades e parcerias que se somavam naquele processo consistia em um investimento discursivo que daria a ler uma visão positiva da LBA e seus objetivos no trato com a população.



Fig. 13 Alice Carneiro recebe doação para a LBA. A União, Quarta-feira, 30 de setembro de 1942, p. 3. Acervo da Fundação Casa de José Américo de Almeida.

Mãos que não se tocam, olhares que não se encontram, mas cujo movimento a lente da câmera pôde captar como símbolo da parceria e cooperação entre Estado e classe empresarial representado pela doação em cheque recebida por Alice Carneiro das mãos do Sr. João Fernandes de Lima. “Os IRMÃOS FERNANDES, proprietários da Usina Monte Alegre, num gesto espontâneo de patriotismo, ofereceram á Legião Brasileira de Assistência um donativo de 5:000\$000, como sua contribuição para o êxito dessa humanitária organização que se destina a prestar amparo ás famílias dos nossos bravos soldados”. A legenda destacava o nome do doador do auxílio financeiro e trazia também uma lista de nomes de pessoas que a primeira-dama convocava para uma reunião que se realizaria no palácio da Redenção na sexta-feira dessa semana, isto é, dois dias depois, com “elementos representativos das nossas classes, com o fim de ser assentada a organização definitiva do Departamento que dirigirá a patriótica campanha neste Estado”⁹².

A primeira dama convidava as seguintes pessoas para a reunião: João Fernandes de Lima, Abílio Dantas, Miguel Falcão de Alves, Evilacio Feitosa, João Brasil de Mesquita, prefeito Francisco Cicero, Odon Bezerra, Henrique Cândido Cavalcanti de Albuquerque,

⁹² A União, Quarta-feira, 30 de setembro de 1942, p. 3.

Arthur Sobreira, João Henriques, João de Vasconcelos, Jandhuy Carneiro, Oscar de Castro, Abelardo Jurema, Ascendino Leite, José Newton Nogueira, José Leal, Rocha Barreto, Orris Barbosa, Otacilio Nóbrega de Queiroz, Alberto Diniz, José da Silva Mousinho, Abelardo Andréa dos Santos, Efigenio Barbosa, prof. Sizenando Costa, João Úrsulo Ribeiro Coutinho, Humberto Marques, Martins Ribeiro, monsenhor João Coutinho, Vasco de Toledo, Avelino, etc. Médicos, padres, políticos e mesmo familiares foram convidados para participar do processo de formação da comissão estadual, a exemplo de Jandhuy Carneiro que como o próprio sobrenome sugere era irmão do interventor Ruy Carneiro e cunhado da primeira-dama que convocava a reunião. Apesar de que não visso contar trajetórias pessoais faz-se preciso articular algumas trajetórias nos cruzamentos que se deram com a história da própria LBA, uma vez que diferentes personagens e de distintas formas contribuíram para que essa política se tornasse possível.

Mas o que a LBA compreendia como obra social, na medida em que a todo o tempo se refere a projeto social, questão social, obra social ou expressões semelhantes? Ainda no primeiro ano de publicação do boletim a instituição dedica um espaço para deixar claro o que entende por “obra social” e como seu projeto se diferenciava, naquele momento, de uma ação que tivesse caráter predominantemente religioso e caritativo. Em uma matéria cujo objetivo é classificar as obras sociais para priorizar aquelas que receberiam ou continuariam recebendo auxílios financeiros da Legião, tendo em vista as finalidades e projetos traçados por esta instituição nacionalmente, dizia-se que era preciso entender por *obra social*

uma instituição que presta qualquer forma de serviço de caráter assistencial, a indivíduos necessitados, gratuitamente ou mediante contribuição segundo as possibilidades dos assistidos visando promover o seu bem-estar individual e coletivo⁹³.

Os indivíduos necessitados deveriam ser sempre mães e crianças, que eram o foco da entidade. Mas o cuidado com a concepção adotada nas suas ações fez também com que se categorizassem quatro tipos de obras sociais que poderiam ser auxiliadas financeiramente pelo órgão federal presidido por Darcy Vargas. “É um critério um tanto teórico, talvez porque as condições locais variam e com elas as necessidades do meio, mas cada CE⁹⁴ e CM⁹⁵ fará a

⁹³ Classificação das obras sociais para efeito de “prioridade” nos auxílios financeiros concedidos pela L.B.A. Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 6.

⁹⁴ Comissão Estadual - CE.

⁹⁵ Comissão Municipal – CM.

adequada aplicação aos casos particulares, baseando-se naquela classificação geral”⁹⁶, como segue:

1) Obras essenciais:

São aquelas, como indica o qualificativo, absolutamente indispensáveis em qualquer comunidade, porque representam o mínimo desejável para que, numa dada população, a infância e a maternidade sejam convenientemente assistidas nas suas necessidades fundamentais;

2) Obras necessárias

São aquelas que, não sendo de urgência, como as primeiras, são contudo, necessárias porque veem ampliar o serviço prestado pelas anteriores, assegurando melhores condições de assistência à infância e a maternidade.

3) Obras complementares

São aquelas que, não sendo nem, indispensáveis nem necessárias, veem completar a ação das precedentes, oferecendo à comunidade uma série de recursos que muito concorrerão para consolidar a obra realizada pelas demais e, progressivamente, elevar o nível das condições sanitárias, de educação e de trabalho do meio⁹⁷.

Uma vez definidos os tipos de ação social, informa-se que “de acordo com essa explicação preliminar deduz-se que do ponto de vista do auxílio financeiro da L.B.A., teem (sic) prioridade sobre as demais as do 1º grupo, em segunda as do 2º grupo e finalmente as do 3º grupo (somente quando as anteriores estiverem em condições de cumprir suas finalidades)”. Vê-se então que existiu desde as primeiras edições do periódico da LBA na Paraíba a preocupação de usá-lo como instrumento não apenas para dar visibilidade às ações, mas também para orientar as/os presidentes das comissões estadual e municipal por meio da divulgação dessas orientações elaboradas nacionalmente pela comissão central e pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr).

⁹⁶ Classificação das obras sociais para efeito de “prioridade” nos auxílios financeiros concedidos pela L.B.A. Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 6.

⁹⁷ Classificação das obras sociais para efeito de “prioridade” nos auxílios financeiros concedidos pela L.B.A. Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 6-7.

CLASSIFICAÇÃO DAS OBRAS SOCIAIS		
<i>Obras essenciais</i>	<i>Obras necessárias</i>	<i>Obras complementares</i>
Obras de assistência à família ⁹⁸ (Agência de Serviço Social) Consultório de higiene infantil; Lactário; Consultório de higiene pré-natal; Consultório de pediatria; Cantina maternal (isolados ou constituindo o Posto ou Centro de Puericultura).	Creche, Escola Maternal; Jardim da infância (isolados ou constituindo a Casa da Criança). Parque infantil; Educandário (obra de assistência ao menor desamparado); Escola profissional; Escola doméstica; Hospital infantil ou enfermaria para crianças; Consultório para pré-escolar e escolar; Consultório dentário.	Abrigo de gestantes; Banco de leite humano; Abrigo maternal; Prêmio de amamentação; Abrigo de lactentes; Ninho; Obras do berço; Colocação familiar; Abono familiar; Sopa escolar; Preventório; Colônia de férias; Escolas de anormais; Casas para convalescentes; Bibliotecas infantis; Clubes agrícolas; Escolas para formação de pessoal técnico, de acordo com a finalidade da LBA e mantendo convênio com a CE ou CM, (Escolas de Serviço Social, de Enfermeiras, de Puericultores, etc.).
<i>Obras que não se enquadram na finalidade da LBA</i>		
Obras que prestam assistência indireta à maternidade e à infância (vilas operárias, etc.) Obras que estão afetas aos Serviços Públicos (ex: escolas, hospitais, etc.) Obras de assistência aos adultos e à velhice (ex.: asilos de velhos, obras para trabalhadores etc.).		

Tabela 3: Classificação das obras sociais. Quadro construído a partir de dados do periódico. Fonte: Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 6-7.

Construir toda uma classificação acerca das atividades e projetos que poderiam ser auxiliados pela LBA atendia ao objetivo principal de conferir coesão e coerência ao trabalho, bem como otimizar seus recursos tendo em vista a ampla demanda social que não teria condições de atender satisfatoriamente em um curto período de tempo. As justificativas para essa classificação das obras sociais são as seguintes:

⁹⁸ No boletim informa-se que “Obra de Assistência à Família (ou Agência de Serviço Social) é o serviço que faz o estudo do problema do indivíduo que recorre à Legião e presta o auxílio necessário. É o órgão que faz assistência direta e encaminha os assistidos a outros serviços da L.B.A (médico legal, etc.) ou a outras obras sociais”. Cf. Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 7.

- a) Limitar os auxílios da LBA às obras sociais especificamente de assistência à maternidade e à infância, de acordo com a nova finalidade expressa nos estatutos em vigor;
- b) Suprimir os auxílios áquelas obras que, embora de assistência à maternidade e infância, ou não se enquadram exatamente dentro do âmbito de ação da LBA (por serem, por exemplo, da alçada de determinados Serviços Públicos, tais como Ministério da Educação e Saúde e Ministério do Trabalho, Juizado de Menores etc.) ou não são de urgente necessidade do meio⁹⁹.

Visava-se delimitar espaço na própria estrutura do Estado no sentido de assim poder priorizar e focar ações e problemas sociais que pudessem ser atendidos diretamente por cada setor. Tratava-se de uma transformação importante no sentido de que a LBA constituiu-se efetivamente como uma política pública que se desenhou a partir de um conjunto de demandas e pautas que, se não foram apresentadas pela sociedade civil visando a institucionalização de um serviço específico, partiram do próprio âmbito do governo na pessoa do presidente Getúlio e de sua esposa Darcy Vargas. Delimitar esses espaços institucionais era também construir oportunidades para melhor exercer um governo contínuo sobre a população em seu conjunto.

Essa rede articulou instituições públicas e privadas, religiosas e laicas, médicos e demais profissionais considerados importantes na gestão daquela política. Ao assumir o governo do Estado e instituir uma política de assistência social desvinculada oficialmente da Igreja Católica, Ruy Carneiro entrou em contato com essa instituição, e em especial com o monsenhor Zé Coutinho –, o nome dele também aparece na lista de convidados da primeira dama, dada a sua experiência na lida com as “questões sociais”.

A primeira imagem desta série sobre as instituições representa o Hospital Arlinda Marques dos Reis, em João Pessoa. Abriu uma edição cuja única imagem foi essa de capa e no seu interior informava sobre o município de Araruna, trazendo dados estatísticos e o considerando um ponto daquela rede assistencial. Também apresentava textos informando sobre a posse do Dr. Lauro Wanderley como novo diretor da Maternidade Cândida Vargas. Destaca-se nessa edição um texto sobre a questão das hemorragias de menopausa e câncer uterino e outro em que se afirmava, já no título, que era preciso dar mais atenção à criança, assinado por J. Leomax Falcão, personagem que já apareceu anteriormente nessa trama, que fazia parte do Serviço de Bioestatística do Departamento de Saúde, e escrevia periodicamente para o boletim¹⁰⁰. Por sua vez, a segunda imagem consiste na fotografia do posto de

⁹⁹ Classificação das obras sociais para efeito de “prioridade” nos auxílios financeiros concedidos pela L.B.A. Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 6.

¹⁰⁰ É preciso dar mais atenção à criança. Boletim da LBA, Ano III, n. 21, novembro e dezembro de 1949, p. 3-4.

puericultura localizado em Cajazeiras, no sertão do estado, fazendo parte de uma edição em que o município abordado com destaque é a cidade de Umbuzeiro. Na mesma edição novamente J. Leomax Falcão assina um texto sobre a natimortalidade infantil na Paraíba à luz de dados nacionais e regionais como será possível ver adiante quando essa cartografia social tomar a historicidade da saúde e da doença como questão. O periódico trazia também naquela edição um relatório com as atividades do posto de puericultura em Campina Grande, no interior do estado, entre outras informações.

Um pequeno muro delimitava o espaço entre a rua e o posto de puericultura da cidade de Cajazeiras. Duas colunas erguem três entradas para o público que era diariamente atendido pela instituição, apoiada técnica e financeiramente pela LBA, que tem seu nome estampado com letras garrafais na parede do posto. Não seria nem preciso adentrar pelo pequeno portão rente ao muro para saber que ali havia um espaço construído e mantido pela LBA, cujas lideranças políticas de maior fôlego político estavam na capital, mas que volta e meia passavam por outros municípios. Assim, médicos e demais autoridades do saber veiculado pela instituição iam formando um corpo técnico que atuaria continuamente no interior do estado, fortalecendo a rede assistencial à criança e à mulher.

As imagens das instituições apoiadas pela LBA passaram a figurar nas capas do boletim acompanhadas de um momento em que a própria arquitetura discursiva do periódico também passou por transformações importantes no que se refere à sua forma, formato, composição e aos elementos estéticos que passariam a fazer parte dele em fins da década de 1940 e início da década de 1950. A partir daquele momento o periódico passou a circular com cores diferentes a cada edição e explorando melhor, de quando em vez, o recurso das cores e imagens fotográficas, além da exposição de tabelas com dados estatísticos, balancetes e levantamentos sobre os números de atendimento realizados em espaços como o Hospital Cândida Vargas ou o Arlinda Marques, assim como nos próprios lactários e bancos de leite humano apoiados pela instituição.

Cada edição passou a ter uma cor específica e também no mesmo tom apareciam os textos da coluna *Nossos Municípios* na primeira página não numerada do boletim e o texto da última página, também não numerada, que antecedia os créditos finais do boletim com informações sobre os componentes das comissões central e estadual. Devo destacar que a coluna *Nossos Municípios* não consistiu em um espaço fixo no boletim, mudando a cada edição a sua localização entre as páginas do periódico ou mesmo sequer aparecendo em alguns números. Era um momento em que a própria instituição passava por transformações em âmbito nacional, e nisso refletindo diretamente na comissão central da LBA no Rio de

Janeiro, uma vez que não se vivia mais sob o comando de Getúlio Vargas e de sua esposa Darcy Vargas na coordenação dos trabalhos dessa instituição.

Era um momento em que a guerra já havia passado, os pracinhas sobreviventes voltaram aos seus lares e em todo o país a própria experiência das famílias retornava certa normalidade. Do ponto de vista internacional era um momento já marcado pelas relações tensas no contexto da Guerra Fria, mas também um momento marcado por promessas políticas, do ponto de vista institucional e jurídico na medida em que a emergência da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, apontava caminhos no sentido de que a partir dali outros contornos deveriam ser desenhados e alimentados no que dizia respeito à relação entre os Estados-nação, mas, fundamentalmente, no que concernia aos Estados com suas populações, os grupos considerados mais vulneráveis e as formas de proteção que dali em diante deveriam ser produzidas e efetivadas tanto internamente pelos Estados como também com base em acordos bilaterais e multilaterais que envolvessem a defesa dos direitos humanos.

Percebe-se que a produção de imagens que representavam instituições que atuavam na defesa e proteção dos direitos da infância e da maternidade obedece a um conjunto de regras discursivas que não se limitam nem ao escopo político regional da Paraíba naquele momento nem apenas ao ordenamento institucional da própria LBA, na medida em que se referiam às mudanças que de modo mais amplo e geral produziam-se no Ocidente, após os horrores da Segunda Guerra Mundial, a partir de quando a própria vida fora redimensionada como categoria política e objeto de definição programática.

Apesar de que essa política de governo tenha emergido singularizada em um momento histórico em que a discussão em torno dos direitos humanos ganhava contornos políticos bastante fortes e desenhava possibilidades novas para o papel do Estado não compreendo que esse “contexto histórico” determinasse a emergência da LBA de forma unilateral, uma vez que o Brasil fez parte dos debates em torno dos direitos da criança no plano internacional. Não havendo determinação também não se exclui que imbricações, intercâmbios e influências tenham se configurado e participado da construção de uma política como aquela, até porque as políticas destinadas à infância brasileira no século XX, tendo ora um caráter protetivo ora um posicionamento mais corretivo e disciplinar, foram fortemente inspiradas e influenciadas por iniciativas desenvolvidas em outros países – como Itália, Portugal e França – como demonstra a análise que Sônia Câmara (2007) construiu acerca do caráter jurídico e educativo das ações de prevenção à infância pobre com base em um estudo comparativo entre as políticas voltadas para a infância em Brasil e Portugal, entre as décadas de 1910 e 1920. No

que diz respeito aos intercâmbios ocorridos no continente americano, vale destacar que o Brasil participou de congressos em que a discussão em torno da criança e da maternidade foram temas principais, a exemplo do *Congresso Pan-Americano da Criança* cuja primeira edição foi em 1916 na Argentina.



Fig. 14 Da esquerda para a direita tem-se os exemplares de Março e Abril de 1950 (Ano IV, n. 23) e o de Janeiro e Fevereiro de 1951 (Ano V, n. 27).

É no conjunto dessas múltiplas produções em torno da infância que as imagens da rede assistencial paraibana emerge. Como esta série de fotografias tem mostrado, tratam-se de imagens que privilegiaram que as próprias instituições fossem divulgadas, postas em destaque no periódico, a fim de que a própria população tomasse conhecimento dessas instituições, mas também com o intuito de que os próprios interlocutores oficiais da LBA também soubessem quais caminhos estavam sendo trilhados, quais territórios estavam sendo já administrados pela Legião, no sentido de sua biopolítica do corpo infantil.

É o que sugere o fato de um carimbo com o nome “Procuradoria” aparecer na capa de uma das edições do boletim, sugerindo algo que em si já abre o interessante leque de estudos acerca da própria circulação desse periódico. Uma instituição a qual fosse destinado um exemplar, ao tomar posse dele e realizar sua leitura, estaria também se informando e

participando do fluxo de informações sobre a ação da LBA no estado e conhecendo os cenários que a instituição dava a ver.

Prédios aparentemente simples com apenas um andar térreo e que aparenta serem casas alugadas pela Legião para fazer funcionar os postos de puericultura em cidades como Pombal e Caiçara: as representações desses dois espaços de atendimento à infância e maternidade foram elaboradas de modos distintos, apesar de funcionarem da mesma maneira na maquinaria discursiva do periódico. Ambas são imagens de capa, mas ao passo em que uma aparece ocupando todo o espaço da fotografia, o que denota uma escolha de delimitar e circunscrever bem os contornos até mesmo arquitetônicos da instituição, a outra aparece quase num segundo plano, sendo circundada por um amplo espaço limitado por um muro grande que a envolve como um todo e sugere que a propriedade é mais ampla, apesar do prédio em que o posto funcionaria ser apenas uma parte desse espaço mais amplo.

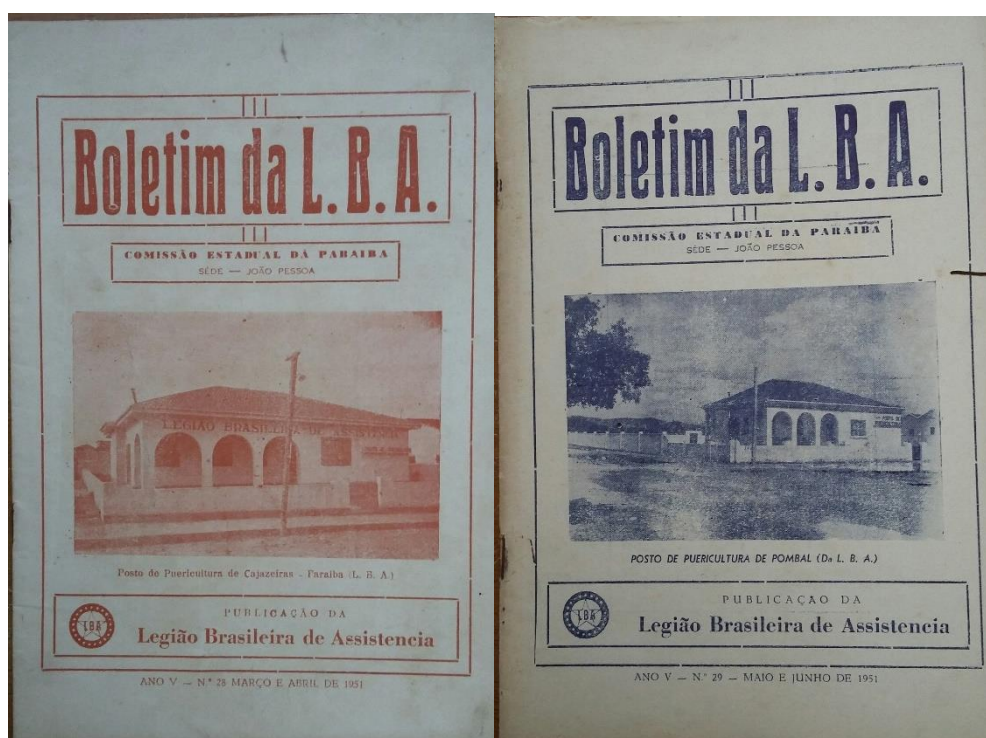


Fig. 15 Da esquerda para a direita tem-se as edições de Março e Abril de 1951 (Ano V, n. 28) e Maio e Junho de 1951 (Ano V, n. 29).

Sempre privilegiando mostrar o exterior das instituições tais imagens mostravam espaços destinados à prestação de serviços para a população considerada carente e no oferecimento de serviços considerados importantes na formação de uma população saudável e uma infância também construída dentro dos signos da higiene e da civilidade. Imagens que figuraram em páginas de um boletim que anunciava um novo tempo no cuidado com a

infância e na busca de salvação do país por meio do combate às doenças e males sociais que afetavam e colocavam em risco a própria posição do Estado como instituição reguladora e garantidora dos meios pelos quais a população poderia ser administrada e polida.

Mas eram tempos tensos – lembrando que a emergência da LBA deu-se com a Segunda Guerra Mundial, justamente no sentido de prestar assistência às famílias dos pracinhas –, assim como ao longo de sua história, outros momentos de intensas transformações também condicionaram os rumos e as escolhas que a Legião foi tomando. No caso da Paraíba, particularmente, a emergência da comissão estadual deu-se com a Interventoria de Ruy Carneiro, que durou de 1940 até 1945, e posteriormente, já no quadro de uma redemocratização do país, após retirada de Getúlio Vargas da presidência, seguindo suas atividades quando o estado da Paraíba já era administrado por outros políticos: Samuel Vital Duarte (1945), Severino Montenegro (1946), Odon Bezerra Cavalcanti (1946), José Gomes da Silva (1946-1947), Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo (1947-1951) e José Américo de Almeida (1951-1956), considerando esses governos como aqueles que se configuraram no período sobre o qual esta pesquisa se debruça.

A descontinuidade na exibição da coluna *Nossos Municípios* no periódico pode ser demarcada na edição de março e abril de 1951, publicada com tom avermelhado. A edição composta por dezesseis páginas não exhibe a coluna em que se falava sobre os municípios do estado, trazendo informações demográficas e sociais e sobre a ação da LBA naquele território. A primeira página não numerada do boletim é dedicada a divulgar a semana da criança e a campanha em torno da solução do problema do aleitamento materno para as mães que trabalhavam e tinham filhos recém-nascidos¹⁰¹.

“Os pediatras concordam em que a criança deveria receber, quando humanamente possível, até os seis meses de idade, todos os benefícios que só o aleitamento materno pode lhe proporcionar”, diz o texto não assinado que figura na contracapa do boletim. “Infelizmente, por causa das exigências de seu trabalho, muitas mães acham-se na impossibilidade de poupar o tempo de amamentar suas crianças”. Mas, no sentido também de trazer à baila os comportamentos das próprias mães, e não apenas as interferências do mercado de trabalho no exercício da maternidade, diz ainda que: “Outras usam o seu trabalho como pretexto, afirmando que o ato de amamentar constitui (sic) um esforço para seu organismo”.

¹⁰¹ Semana da Criança – Solucionando o problema do aleitamento materno para as mães trabalhadoras. Boletim da LBA, Ano V, n. 28, março e abril de 1951, primeira página não numerada (contracapa).

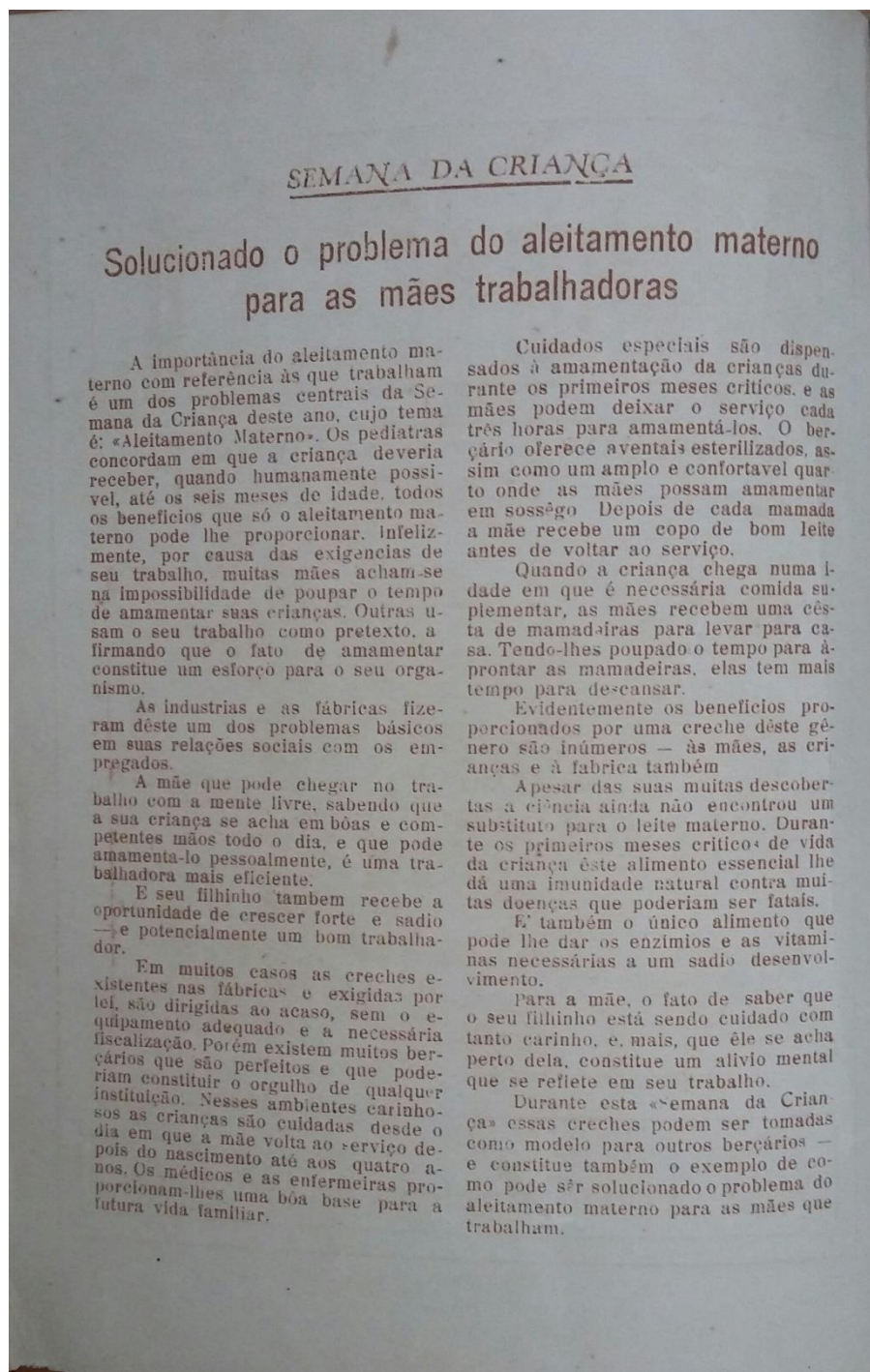


Fig. 16 Semana da Criança – Solucionando o problema do aleitamento materno para as mães trabalhadoras. Boletim da LBA, Ano V, n. 28, março e abril de 1951.

Articulando trabalho e vida maternal, a instituição faz a crítica sobre o fato de que as empresas não dispunham de todas as condições necessárias para que a criança fosse bem cuidada e alimentada por suas mães, pois as creches das fábricas muitas vezes não eram equipadas o suficiente nem tampouco fiscalizadas com regularidade, de modo que tais condições pudessem vir a ser implementadas. Tratava-se de uma questão delicada na própria história do trabalho feminino no Brasil e que, apesar de ser tratada nesse boletim na década de

1950, remontava a experiências anteriores quando a mulher, a partir do começo do século XX, começou a adentrar de maneira mais incisiva no mercado formal de trabalho.

Embora a discussão em torno da maternidade e da relação da mulher com o aleitamento de filhos recém-nascidos no espaço de trabalho não faça parte do horizonte de sua abordagem, Esmeralda Moura (1982) historicizou as condições da mulher e do menor no trabalho da indústria nascente em São Paulo entre o fim do século XIX e as duas primeiras décadas do XX. Trouxe à baila dentro dos interesses da historiografia dos anos 1970 e 80 a condição de exploração em que a mulher e o menor estiveram, atentando para os fatores sexo e idade como componentes da dinâmica do capital e do uso daquelas forças produtivas.

Por terras paraibanas o boletim da LBA circulava dizendo: “Apesar das suas muitas descobertas, a ciência ainda não encontrou um substituto para o leite materno”. Assim, “durante os primeiros meses críticos de vida da criança este alimento essencial lhe dá uma imunidade natural contra muitas doenças que poderiam ser fatais”, o que denota a importância atribuída pela LBA ao aleitamento materno, apesar da resistência a ele tanto por parte da dinâmica do trabalho em que a mulher se inseria, como também tomando em conta os próprios comportamentos das mulheres em relação ao aleitamento materno. Segue, adiante: “É também o único alimento que pode lhe dar os enzímios (sic) e as vitaminas necessárias a um sadio desenvolvimento”, reforçando a ideia de que o corpo infantil precisava ser cuidado, saneado, higienizado desde a mais tenra idade com o intuito de promover um bom desenvolvimento integral, promovendo, assim, o “melhoramento da raça, pelos cuidados dispensados à educação, saúde e desenvolvimento físico e intelectual da criança”¹⁰².

Tal recomendação que se repete em diferentes momentos nos boletins da LBA funcionava de modo a reiterar o poder do médico que orientava e apresentava as regras para que a criança fosse cuidada da forma considerada adequada para ser um cidadão ou cidadã no futuro. Um discurso racista e que a seu modo também segregava e partia de um pressuposto científico que circulava à época e que entendia diferenças qualitativas (e que geraram hierarquias) entre aqueles considerados passíveis à degeneração racial. Cuidar do corpo era também policiar para que ele não trouxesse marcas de um processo de miscigenação social e cultural que, visto à flor da pele, serviria para hierarquizar os sujeitos. Esse discurso tinha ainda outro efeito: a produção discursiva de uma maternidade também articulada com os propósitos e critérios daquilo que a instituição considerava sendo a maternidade ideal a ser vivenciada pelas mulheres da Paraíba, e do país como um todo por extensão.

¹⁰² Maternidade e Infância. Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 1.

Considerando essa ampla produção e divulgação de imagens sobre as próprias instituições pode-se dizer que houve um investimento intenso na sociedade paraibana da época, e os esforços da LBA se somaram a isso, no sentido da produção de um espaço público que de maneira geral se pode nomear no singular, mas do ponto de vista de sua efetividade ele só pôde ser construído na medida em que articulava um feixe complexo e heterogêneo de instituições e serviços. Entendo que tal invenção de um espaço ou esfera pública foi um dos efeitos políticos do dispositivo biopolítico implementado na Paraíba naquele momento também pela LBA, cuja atuação foi marcada por uma significativa força tanto por ser uma instituição federal, como também pelo fato de que aportou recursos financeiros que garantiram condições para que políticas se efetivassem no estado e fortalecessem iniciativas locais na área da saúde e educação, principalmente, a exemplo da instauração da alimentação escolar nas escolas de João Pessoa, como tratei no capítulo anterior. Tal fato deu-se com a contribuição financeira da LBA e sob a coordenação e orientação de sua líder no estado, Alice Carneiro.

Outro efeito significativo desse dispositivo foi o da normalização das práticas sociais de cuidado e atenção com o corpo infantil. Apesar da força da lei na definição de uma série de regulações e controles na vida em sociedade e no que diz respeito à infância especialmente, o período aqui em análise foi marcado por mudanças estratégicas no plano jurídico, demonstrando que efetivamente só a lei, usada como instrumento de coerção, não basta. À lei soma-se a norma para lidar e controlar corpos e comportamentos de forma capilar, horizontal, não marcada pelo signo da violência e por uma voz que coage.

O dispositivo que articulou uma série de serviços, atividades e instituições vinculadas à LBA teve na norma uma forma sutil de moldar os corpos, construir imagens que teriam caráter exemplar e comportamentos aceitos como corretos em relação ao trato com a infância. Por meio da puericultura e da prescrição em torno da alimentação, saúde, etc., tratou-se de investir sobre o corpo para que ele cumprisse os critérios de utilidade e certa passividade. Em outros termos pode-se dizer que se tratou de moldar o corpo sem ferir a pele. Esse poder de governo é marcado por seu caráter produtivo na medida em que ele inventa os meios para agir diretamente sobre os corpos, olhares, rostos, gestos. Ele produz sujeitos.

A norma se torna o critério de divisão dos indivíduos (FOUCAULT, 2011, p. 395), e o investimento na normalização das práticas de higiene, alimentação, educação e controle da saúde da criança que foram inventadas pela LBA visava justamente articular o desejo de instituir um modelo de comportamento a ser repetido e um estilo de vida a ser assumido por

cada mãe e suas crianças, definindo dessa maneira os contornos de uma história política do corpo da criança na Paraíba.

Sobre a produção de um espaço público na Paraíba naquele momento, e considerando nisso as imagens produzidas e veiculadas pela LBA em seu periódico, podem-se tomar em conta duas condições de possibilidade para a emergência desse espaço e dessa noção em torno do “público”: a) uma vez que naquele momento houve um forte investimento político na produção imagética da nação brasileira visando efetuar uma unidade nacional, é possível que tais produções estivessem articuladas com aquele princípio, pois afirmar a nação pressuponha conhecê-la em suas múltiplas diferenças e variedades locais e regionais.

Daí o investimento da LBA para que localmente fosse dada visibilidade a um canteiro de ações que garantissem uma unidade para o espaço paraibano, pois mostraria um compromisso que fora nacionalmente instituído pelos líderes da nação, mas que localmente se efetivava com trabalho e produção de espaços de atendimento médico, jurídico e social. Tais imagens, uma vez que foram produzidas com um objetivo institucional, afirmavam a existência de um espaço público para uso coletivo que tinha um valor positivo, na medida em que visava mostrar que a nação só se faria plena, saudável e forte quando todos, nos diferentes pontos daquela cartografia social e geográfica, estivessem sendo atendidos, tutelados e inseridos como parte daquela rede; b) associada à condição de possibilidade anteriormente destacada soma-se uma mudança na relação entre o público e o privado que toma como aspecto central a individualidade, a corporeidade de cada indivíduo tomado como sujeito a ser cuidado, educado, classificado, inserido em relações sociais mediadas pela presença do Estado por meio das instituições criadas com fins pedagógicos, sanitaristas e de prestação de serviços de assistência médico-social.

Apesar de construir uma análise sobre outro registro histórico, mas ainda marcado pelo afã da construção da nação e a implantação de uma primeira república no Brasil, a leitura de José Murilo de Carvalho (1999) sobre a revolta da vacina no Rio de Janeiro em 1902 aponta diretamente para a questão de como o Estado toma o corpo coletivo (população) como objeto de um governo, cuja efetividade, entretanto, só se constrói na relação com o corpo individual – justamente em direção a esse corpo individual que o Estado agiu de forma autoritária e coercitiva.

Pensar, então, os contornos dessa relação que se constrói historicamente entre o corpo individual e o corpo coletivo, dando-se de forma complexa e com múltiplas combinações, pode ser visto como uma das condições de possibilidade para a construção de uma ideia de esfera pública como espaço comum mantido por regras não necessariamente elaboradas com a

participação direta dos sujeitos sobre cujos corpos e vidas se dariam os efeitos de sua aplicação como ordenamento social.



Fig. 17 Da esquerda para a direita tem-se as edições de Julho e Agosto de 1951 (Ano V, n. 30) e Novembro e Dezembro de 1951 (Ano V, n. 32).

Se o castelo de palavras em que consistiu o boletim emergiu numa articulação íntima e complexa com as fotografias pode-se dizer que houve um trabalho surdo das imagens cujo efeito principal, pelo menos do ponto de vista de como a arquitetura do boletim foi sendo gestada no tempo, parece ter sido certa calcificação da imagem da assistência pública. Mostrar postos de puericultura, lactários, hospitais, assim como demais recursos e serviços ofertados à população foi uma função estratégica. Isso ocorreu pelo fato de que uma das necessidades que havia naquele momento era tornar a população algo possível de se compreender melhor. A população era, então, esse objeto que pouco a pouco se buscava conhecer melhor por meio de definições etárias, classificações sociais em termos de condição econômica e social, assim como do registro das condições físicas e de saúde dos “grupos” que começavam a ser recortados no conjunto mais amplo da sociedade.

A edição de julho e agosto de 1951 foi estampada com a imagem do Hospital Cândida Vargas, um dos maiores empreendimentos da LBA no estado, o que se percebe pela própria

estrutura física exterior que a fotografia representa. No seu interior a coluna *Nossos Municípios* trazia informações sobre a cidade de Cabaceiras, a cerca de 220 quilômetros da capital e ao sudoeste dela, fazendo limite com as cidades de Campina Grande, Umbuzeiro, Soledade e São João do Cariri. “A despeito de ser o município mais seco da Paraíba” tinha uma produção intensa de algodão e cereais, tendo também investimento na pecuária. De acordo com o Censo de 1950 o município tinha uma população de 31.076 habitantes distribuídos em 7 distritos. Por sua vez, a edição de novembro e dezembro do mesmo ano não trazia a coluna sobre os municípios, mas enfatizava em sua primeira página não numerada um tipo de atividade que será destacada mais adiante: o natal dos pobres.

A imagem foi um recurso que preencheu uma função pedagógica que apontava, na cartografia da assistência social, os pontos onde as famílias poderiam ser assistidas e a partir dali inseridas naquela rede marcada e significada pelos signos do cuidado e da proteção à infância e maternidade. O uso da imagem fotográfica como forma de construir uma visibilidade para as instituições de saúde pública foi um tipo de investimento que ocorreu em várias partes do país entre fins do século XIX e início do XX, como apontam as reflexões de James Roberto Silva (1998) sobre a produção e circulação de fotografias por instituições de saúde pública em São Paulo entre 1880 e 1920.

O autor toma como fontes as fotografias produzidas por instituições de saúde pública (que também divulgaram tais fotografias em seus periódicos e impressos) tais como Instituto Pasteur de São Paulo, Serviço Sanitário do Estado de São Paulo e periódicos e outros documentos como: *Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia*, SP, 1913-1925; *Gazeta Clínica*, SP, 1903-1925; *Imprensa Médica*, SP, 1904-1914; *Monografias do Serviço Sanitário*, SP, 1918-1920; *Revista do Instituto Adolfo Lutz*, SP, 1950-1954; *Revista médica de São Paulo*, SP, 1898-1914; *A Ilustração Brasileira*, SP, 1903.

Construindo então uma análise que problematiza o uso científico das fotografias por tais instituições e articula a produção visual com as questões centrais que motivaram a construção de tais artefatos, especialmente a higienização da cidade frente ao controle das doenças, James Roberto Silva (1998) mostra a importância de se perceber como questão crucial o fato das fotografias sobre as instituições de saúde aparecerem num conjunto produzido ao longo do tempo. Esse investimento acerca da visibilidade das instituições de assistência médico-social também ocorreu na LBA da Paraíba ao longo do tempo, o que denota pelo menos duas questões importantes: a) estender no tempo o investimento imagético em torno da rede assistencial, de modo que o convencimento da população acerca da necessária medicalização e higienização fosse subjetivado paulatinamente; b) produzir um *arquivo*,

representado não apenas pelo boletim da LBA uma vez que no periódico *A União* também fez um investimento para divulgar instituições e ações, que desse a possibilidade de registrar um mapeamento das instituições e seus respectivos serviços.

Houve um trabalho silencioso, marcado por uma regularidade discursiva no conjunto de imagens produzido e veiculado nas páginas do boletim. Uma monotonia óptica? Pode-se tratá-la assim? Desconfiar então dessa aparente repetição talvez constitua uma das condições necessárias a uma leitura genealógica que põe em suspeição essas banalidades, essas idiossincrasias aparentemente pouco articuladas aos grandes acontecimentos que fizeram parte da ação política da LBA.

O investimento contínuo, edição a edição, reafirmando imagens das instituições foi um recurso fundamental na propaganda que a LBA fazia de si própria, mostrando desde a capa dos boletins ao interior dessa publicação os recursos financeiros inseridos no território paraibano e – as parcerias entre políticos e intelectuais ou profissionais cujos ofícios eram considerados importantes para a almejada eficiência dos trabalhos – tudo isso, enfim, precisava não apenas ser vivenciado pelos agentes daquela instituição: era preciso buscar respaldo, fazer ver, deixar-se ver por meio de fotos, que ao captarem aquelas ações e comportamentos os deslocariam no tempo e permitiriam que outras pessoas pudessem construir sentidos para aquela ação em que muitos poderiam vir a se tornar beneficiários.

O palco dos inomináveis

Os anos de 1950 foram caracterizados no boletim por essa ampla produção de imagens das instituições e dos serviços oferecidos. Mas eis que na ordem do visível emergem corpos, olhares, gestos e comportamentos que foram captados pelas lentes da máquina fotográfica e perpetuados no tempo naquele tipo de suporte material, pois como tenho mostrado até aqui a produção de um boletim informativo cuja publicação se dava mensalmente (e quando não ocorria assim investia-se na narração de mais de um mês) consistia em um instrumento eminentemente político, tanto por fazer parte de uma política pública propriamente dita como também pelo fato das próprias questões abordadas terem uma natureza também política no âmbito de um governo da infância.

Ao seu modo, as imagens narram os passos trilhados pela LBA no estado. Um prédio alto, composto por dois andares impõe-se diante de um grupo de aproximadamente 23 pessoas, a contar das crianças no colo de cerca de duas ou três mulheres. Todos miram a câmera fotográfica, que por sua vez também os observa de longe, captando seus gestos e

expressões diante da sede da Legião na rua Duque de Caxias. À porta de entrada um profissional recepciona e controla o ingresso das pessoas. Com seu rosto magro e seu corpo esguio enfeitado pelo terno, estava encostado na parede, coordenando a entrada e saída de pessoas enquanto ao seu lado o mesmo gesto de olhar quem os olhava também era praticado por duas crianças do começo da fila. Um menino e uma menina observam atentamente algo que está diante deles, que tenta captar não o menino e a menina em suas individualidades, mas aquele coletivo que estava sendo assistido pela LBA, recorrendo a seus serviços e atividades.

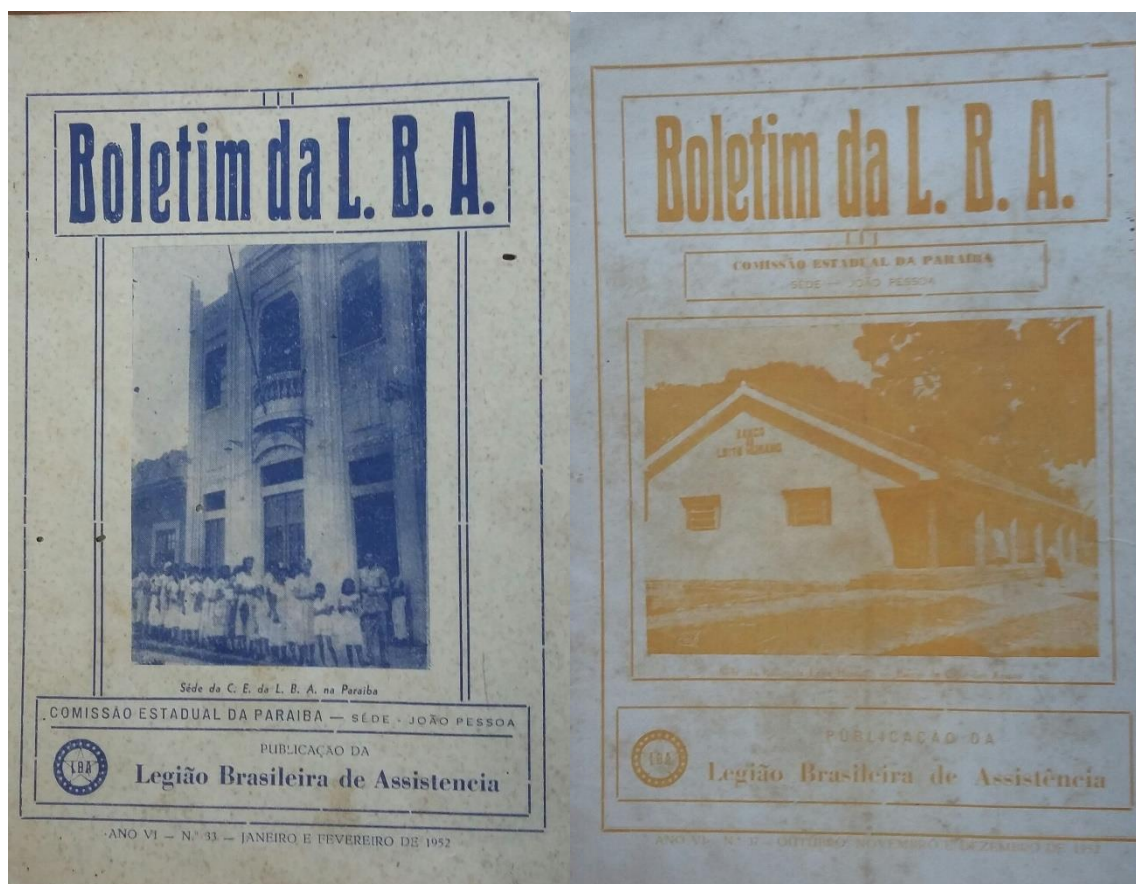


Fig.18 Da esquerda para a direita tem-se as edições de janeiro e fevereiro de 1952 (Ano VI, n. 33) e outubro, novembro e dezembro de 1952 (Ano VI, n. 37).

Próximo à rua, à espera do atendimento desejado, aquele que era o público alvo da Legião à porta da entidade. São mulheres e crianças, são pobres. Seus corpos vestidos com roupas simples demonstram a magreza do menino que de longe observa aquele que também ao cargo da LBA capta e constrói imagens de rostos e corpos daqueles que eram “beneficiados” pela ação da entidade – que naquele momento estava sob a presidência de Ana Alice Melo de Almeida, esposa do então governador da Paraíba José Américo de Almeida, e

que teve seu nome inscrito no boletim da Legião Brasileira de Assistência na edição de março e abril de 1951¹⁰³.

A história da LBA na Paraíba fez-se por nomes de mulheres como Alice Carneiro e Ana Alice Melo de Almeida, que a seu modo conduziram os trabalhos da comissão local da instituição. Os nomes e breves traços das trajetórias dessas mulheres são parte de outro momento deste texto. Talvez por ora seja ainda possível insistir não naquelas personagens que tiveram seus nomes estampados no boletim da LBA ou nas páginas d'A *União*, mas daqueles sujeitos cujos nomes não figuram nas produções oficiais. Trilhando o percurso das imagens e tons que emergiram nas páginas do boletim talvez seja possível inquirir essa arquitetura discursiva que, do ponto de vista dessa *ausência de uma presença nomeada/nomeável*, eu poderia chamar de um palco dos inomináveis.

Dar um nome. Tarefa aparentemente banal e naturalizada, mas que do ponto de vista político institucional é uma ação de caráter estratégico uma vez que é o nome que viabiliza – não de forma unilateral e isolada de outros processos – aquilo que, do ponto de vista da cultura, parece ser fundamental: a identidade. Se quando personalidades como Darcy Vargas apareciam no boletim, por motivo da visita que fez à Paraíba em 1951¹⁰⁴, um conjunto de nomes de políticos, intelectuais, profissionais ligados à LBA e suas esposas compunham a página noticiosa por terem ido receber a primeira-dama do Brasil, por que e como foi possível que o público-alvo da instituição não fosse também nomeado, delimitando assim individualidades e presenças particulares? O que quer dizer dar um nome? Uma vez que nomear é fazer existir, atribuir um nome aos personagens que participaram de determinadas ações da LBA significou atribuir posições de sujeito e formas de existência distintas para os diferentes personagens daquela trama (LOPES, 2002).

Nomear é incidir um corte, uma ruptura, estabelecer uma diferença. Todavia, quais os nomes das mulheres e crianças que figuram nessa capa do boletim da LBA às portas da sua sede? Se por um lado a imagem os captou, tornou perene aquele instante de suas existências articuladas com a instituição, por outro não é possível saber quem são. Talvez essa economia no discurso da LBA se devesse a uma impossibilidade técnica de listar os nomes das pessoas atendidas, mas por outro lado o próprio boletim apresenta listas e mais listas de atividades, balancetes e quando se tratava de cursos de puericultura, por exemplo, os nomes das alunas apareciam nas páginas do boletim nos parágrafos seguintes àqueles em que apareciam os

¹⁰³ Cf. a última página não numerada. Boletim da LBA, Ano V, n. 28, março e abril de 1951.

¹⁰⁴ Cf. A visita da Sra. Darcy Vargas à Paraíba. Boletim da LBA, Ano V, n. 30, Julho e Agosto de 1951, p. 1.

nomes dos médicos e enfermeiras que participavam da mesma atividade coordenando e ministrando o curso.

Autoridades, funcionários e as alunas, são nomeados, os “atendidos” não... É a lógica da instituição disciplinar, que por um lado afirma o Estado (pela autoridade política e científica reconhecida e, mais ainda, reconhecível) e, por outro conforma, constrói e consolida a população enquanto cifra, inominável, mas quantificável... Aqueles que são objeto direto do assistencialismo estatal, por princípio, não têm nome, são somente número.

No sentido de pôr a espessura dessa linguagem em questão torno tensa essa relação entre os nomes e as imagens, apontando um descompasso entre as imagens que se vêem e os nomes que não se leem. A visibilidade das imagens fotográficas de mães, mulheres pobres e crianças escamoteia a possibilidade do nome daqueles sujeitos figurarem nas páginas do boletim. A citação dos nomes de políticos e profissionais da assistência ocupava então a função de delimitar espaços de poder e também identificar os sujeitos sobre os quais a população poderia depositar a confiança das ações e mesmo confiar nos procedimentos e meios pelos quais o atendimento se daria, fosse em casos clínicos ou de assistência jurídica, social e/ou financeira.

A edição de janeiro e fevereiro de 1952 não apresenta a coluna *Nossos Municípios*, mas não deixa de contribuir para o desenho da cartografia social que o boletim ia construindo. Nessa edição a contracapa trazia um texto breve sobre a “Atuação da LBA na Paraíba, por meio de sua maternidade, em João Pessoa”.

A Maternidade “Cândida Vargas” é, no gênero, uma das mais importantes, do norte do Brasil, e, na Paraíba, ocupa o primeiro plano. Dirigida e custeada pela Legião Brasileira de Assistência, tem o modelar estabelecimento conquistado os aplausos e a gratidão da sociedade paraibana dados os benefícios que ela proporciona á terra. Conquanto esteja sediada na metrópole do Estado, a Maternidade “Cândida Vargas”, serve também aos habitantes do hinterland paraibano, sendo frequente a internação de elementos das classes pobres, vindos de diversos municípios do interior, que a procuram, sobretudo gestantes. Dispondo de um corpo médico especializado, para as tarefas com a Maternidade e a Infância, conta ainda o excelente departamento assistencial, com a cooperação de dedicadas religiosas e diligentes e competentes enfermeiras¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Atuação da LBA na Paraíba, através de sua maternidade, em João Pessoa. Boletim da LBA, Ano VI, n. 33, Janeiro e Fevereiro de 1952, primeira página não numerada.

Compõem-se com palavras e imagens os contornos de um espaço marcado pela assistência e não mais apenas pelo quadro de miséria, seca e fome. Formular essa cartografia da assistência social significava antes de tudo compor um espaço de poder, delimitando instâncias de governo. Havia um investimento na nação que atravessou as décadas do século XX e continua tagarelando aqui e ali como chave de explicação política. Diversos elementos são chamados a compor esse desenho geográfico-político: médicos, enfermeiras, religiosas e um público alvo (mães e crianças) que participariam daqueles espaços localizados em diferentes pontos.

Afirmar sua autonomia administrativa e financeira dava o tom para o discurso que a instituição produzia sobre si própria, o que marcou a continuidade de suas ações em diferentes momentos políticos do estado da Paraíba, desde a interventoria de Ruy Carneiro até aquele momento em que publicava o texto sobre a Maternidade Cândida Vargas e o Estado era governado por José Américo de Almeida.

Na esteira de uma leitura que problematiza a produção de um espaço articulado a uma política de assistência social, Igor Robaima (2013) constrói uma análise no campo da Geografia que busca compreender as condições de surgimento da Fundação Leão XIII em 1947, no Rio de Janeiro, - que atuou até 1962 -, com o intuito de intervir nas políticas públicas destinadas ao interior das favelas e sobre seus habitantes. Essa instituição desenvolveu projetos em 33 favelas do Rio de Janeiro nas áreas de educação, saúde, alimentação, lazer, apoio jurídico e urbanidades. O autor põe em questão justamente essa política de assistência social que partiu de um setor religioso, e não do Estado, mas que teve como efeito correlato a produção de um espaço controlado a partir dos critérios e conceitos defendidos pela Fundação Leão XIII.

Trata-se de uma análise diferente da que empreendo neste trabalho uma vez que a LBA foi efetivamente uma política de Estado que, no caso da Paraíba, foi implementada com a expressa intenção de separar os âmbitos do Estado e da Igreja e dar às ações de assistência social um caráter secular, apesar de que do ponto de vista das parcerias que construiu ao longo dos anos, a Igreja Católica continuou sendo uma instituição importante na colaboração técnica e política.

Por sua vez, o boletim de novembro e dezembro de 1952 cuja imagem de capa é o Banco de Leite Humano localizado no bairro de Cruz das Armas em João Pessoa, sob a direção do Dr. João Soares, traz também em sua edição composta por 17 páginas a coluna *Nossos Municípios* sobre a cidade de Patos. Situada no alto sertão da Paraíba, a 310 km da capital e 173 km de Campina Grande, essa cidade foi apresentada como sendo composta por

uma população de cerca de 50 mil pessoas, caracterizando-se também pelo fato de que “a agricultura e a pecuária eram particularmente notáveis” naquele município que também “produzia algodão e frutas, contando com um regular sistema de açudagem (sic) de pequeno porte”.

Apesar da existência da coluna *Nossos Municípios*, não era somente aí que a instituição construía leituras sobre os espaços em que atuava, pois toda a arquitetura do boletim tinha essa preocupação, em maior ou menor medida, uma vez que no interior das edições os serviços prestados e as instituições executoras apareciam por meio de fotografias e textos, sempre com o intuito de informar sobre local, público atendido, número de atendimentos, etc. Todas as colunas sobre os municípios traziam informações demográficas, econômicas, sociais, geográficas e também sobre espaços e instituições existentes na localidade abordada. Fazia-se referência a distância geográfica que os municípios tinham em relação à capital João Pessoa e Campina Grande, consideradas referências no estado.

...



Fig. 19 NATAL DOS ASSISTIDOS DA L.B.A – Em frente a sede da L.B.A. os portadores de cartões aguardam a distribuição (legenda original). Boletim da LBA, Ano VI, n. 37, outubro, novembro e dezembro de 1952, p. 3.

Era o dia 22 de dezembro de 1952 e mais um ano findava com a chegada do Natal. Aquele era um momento em que a LBA assumia a dianteira na prestação de um serviço que

além de ter um caráter assistencial, pois atendia necessidades imediatas da população pobre, também parecia assumir uma dimensão que tinha o efeito de romper com uma visão meramente presentista ou momentânea no cuidado com aquelas famílias e crianças.

Era Natal, e na tradição cristã aquela data significava (e continua significando) período de renovação, de nascimento de esperanças e novas expectativas em relação ao futuro. Nesse sentido, partindo de um campo de experiência partilhado por todas aquelas mulheres de aparência sofrida, mas ainda assim atentas para o profissional que diante delas manipulava uma engrenagem que produzia fotografias, talvez a LBA estivesse buscando levar às casas daquelas famílias não apenas o pão que alimenta o estômago ou a roupa que protege o corpo, mas fundamentalmente a esperança que alimenta corações diante de um ano por vir, os aquecendo diante da frieza da intolerável indiferença que aquela instituição tentava combater por meio dos meios técnicos e políticos possíveis àquele momento e àquela estratégia de intervenção social.

“Desde cedinho que se iniciou na rua Duque de Caxias a aglomeração das mulheres e mães pobres, à espera da distribuição do seu Natal”. Entre às 09hs e 13hs foram atendidas “SEISCENTAS E VINTE E UMA PESSOAS”, relata o boletim da LBA em letras grandes. Era mais uma manhã em que Alice de Almeida, “digníssima Presidente da Comissão Estadual da LBA na Paraíba”, desenvolvia seu trabalho de assistência aos pobres na capital por meio da realização do “Natal dos Assistidos da LBA”, como aparece no título da matéria. Preocupada com a distribuição de roupas e alimentos e com a “solicitude, a paciência e a ternura que tem para com as mães pobres” foi assim que Alice, que também era elogiada no boletim pela sua “compreensão humana” e sua postura “cristã” passou mais aquele dia na realização de atividades da LBA que, naquela ocasião, distribuiu roupas a 621 famílias além daqueles “não fichados na instituição”¹⁰⁶.

Havia um cadastro prévio das famílias que eram beneficiadas pela instituição, o que denota um grau de organização técnica para operar a distribuição dos donativos e na própria organização da instituição na prestação dos seus serviços. Como destaca Irene Rizzini (2011) a filantropia se distinguiu das práticas caritativas a partir da década de 1930 justamente pelo fato de que operava a partir de critérios técnicos e científicos que tinham como efeito outra leitura e interpretação sobre a ação assistencial e a própria forma de combater as dificuldades enfrentadas pelos grupos menos favorecidos.

¹⁰⁶ Natal dos Assistidos da LBA. Boletim da LBA, Ano VI, n. 37, outubro, novembro e dezembro de 1952, p. 3.

Agir de forma racional, planejada, delimitando públicos e objetivos claros passaram a ser prerrogativas da ação assistencial que buscava a partir dali oferecer ações que, diferentemente da caridade, não tinham como objetivo oferecer conforto e promessa de uma salvação no plano imaterial e pós-humano, mas justamente o contrário¹⁰⁷. Uma ação secular, laica teria como premissa o fato de que a política era a possibilidade de organizar a sociedade de modo que pudesse superar suas dificuldades e desigualdades sociais com base em projetos e políticas com foco bem claro. Em uma edição de 1947, o periódico trazia essa leitura sobre a realidade do país e da Paraíba ao dizer que:

Se por um lado os sentimentos de religiosidade nos movem ao exercício da caridade, a vocação de servir, e nos anima á prática do amor, por outro lado, olhando a vida pelo prisma da realidade, assiste nos o dever de como bons patriotas, concretizar os nossos esforços para a formação de uma mentalidade social ativa, fecunda e esclarecida, em torno dos graves problemas que se agitam, reclamando soluções mais racionais e compatíveis com o meio em que vivemos¹⁰⁸.

É claro que na prática política instituições como a LBA não ficaram totalmente alheias às crenças e interpretações religiosas inspiradas no catolicismo, uma vez que em diferentes momentos frisava-se o fato de que Ruy, Alice Carneiro e Alice de Almeida eram cristãos católicos e isso funcionava como uma chave de leitura sobre as posturas e as conotações morais que poderiam resultar das ações empreendidas por aquelas pessoas que, a seu modo, representavam também os modelos de comportamento e de família perseguido para a nação brasileira.

Participavam também daquele momento as crianças junto às suas mães. Atenta diante da fotografia a ser feita, uma criança observa em silêncio enquanto algumas mulheres ao seu lado parecem distraídas em conversas particulares. Mais uma vez estavam ali para receberem as doações das mãos da própria mulher que fundara a instituição na Paraíba, e que por anos a fio dedicou suas forças e energias naquela causa.

Evidentemente que tal investimento produz efeitos políticos fortes, uma vez que permitiu uma inserção da imagem de Alice Carneiro no conjunto da população e consequentemente deu visibilidade ao seu marido durante os anos em que esteve na coordenação da comissão estadual. Se Ruy Carneiro entrou para a história da Paraíba como um governante marcado por sua “bondade”, “prestimosidade” e por ter feito uma “política do coração” – como apontam algumas obras laudatórias também analisadas por Jean Patrício

¹⁰⁷ Maternidade e Infância. Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 1.

¹⁰⁸ Maternidade e Infância. Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 1.

Silva (2013) –, é fato também que a sua repercussão e popularidade junto aos diversos segmentos sociais se fez possível em grande medida por conta da influência do trabalho realizado por sua esposa.

Mas se na arquitetura discursiva do boletim um princípio de regularidade foi fundamental para fazer funcionar o conjunto de fotografias das instituições criadas e/ou apoiadas técnica e financeiramente pela LBA, a mera repetição de fotografias também foi outro recurso utilizado no periódico. Como fica claro nas imagens de capa das edições de Abril, Maio e Junho de 1953 e Julho, Agosto e Setembro de 1952 as imagens são a repetição daquelas já usadas nas edições de Julho e Agosto de 1951 e de janeiro e fevereiro de 1952.

A repetição não parece ter operado de maneira gratuita, na medida em que as imagens que se repetem são, respectivamente, a de uma ação social de grande popularidade na cidade de João Pessoa, isto é, o Natal dos assistidos pela Legião, e também a imagem de uma das maiores instituições criadas e/ou mantidas pela LBA, a Maternidade Cândida Vargas. Essa instituição passou a contar com o apoio da LBA a partir do dia 21 de agosto de 1946, por força do decreto-lei nº 843 do dia 9 de agosto do mesmo ano. Em matéria de capa, a LBA informa que reconhecia a “magnitude dessa obra social que visa assegurar às crianças o seu desenvolvimento físico, moral e intelectual”, contribuindo para a criação de condições para a “felicidade humana e eficiência de um novo povo”, daí a firmação de uma parceria técnica e financeira que tinha por objetivo somar forças em prol da causa da criança pobre no estado¹⁰⁹.

A respeito da repetição das fotografias, elas voltam ao boletim na mesma posição de capa que ocuparam anteriormente, mas é possível dizer que preenchem funções distintas, na medida em que capa e conteúdo interno se relacionavam diretamente, além do fato de que, apesar de serem feitas em branco e preto, as fotografias aparecem com tonalidades diferentes no conjunto da capa. Cada edição apresenta uma cor diferente que individualizava a capa, assim como também a primeira e última página não numerada do boletim, além da página final com o expediente.

¹⁰⁹ Maternidade e Infância. Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 1.



Fig. 20 Da esquerda para a direita tem-se as edições de Abril, Maio e Junho de 1953 (Ano VII, n. 39) e Julho, Agosto e Setembro de 1953 (Ano VII, n. 40).

Na edição de abril, maio e junho de 1953 não foi publicada a coluna *Nossos Municípios* em nenhuma das suas 18 páginas, contando que duas delas não são numeradas. No lugar da coluna sobre os municípios aparece outra coluna que também teve descontinuidades no seu aparecimento no boletim, a coluna *Conselhos às Mães*. Dividida em seis parágrafos divididos entre si por três pequenas estrelas cada, os textos têm o objetivo de aconselhar as mães na sua experiência com o corpo infantil e na criação de seus filhos.

Os cuidados com o sono da criança foram constantes nas edições do boletim, a fim de que as mães não criassem vícios nos seus bebês na hora de dormir, como aquele que consistia no vício de embalar as crianças sempre antes de dormir, o que fazia com que a criança se acostumasse e tivesse dificuldades para dormir se isso não ocorresse. Daí o fato do boletim dizer: “evite-o desde o princípio e estará afastada a possibilidade de o bebê se habituar”¹¹⁰.

Essa pedagogia em torno da infância aludia a efeitos da imaginação infantil no seu próprio desenvolvimento físico e social. Um dos conselhos afirmava que: “O medo das crianças deve ser construtivo. Assim, por exemplo, deve-se ensiná-la a temer a atravessar a

¹¹⁰ Conselhos às Mães. Boletim da LBA, Ano VII, n. 39, abril, maio e junho de 1953.

rua sozinha (quando ainda são muito pequenas), por causa dos automóveis e não assustá-las”, como parece ser costume, “com lendas para que adormeçam mais depressa”¹¹¹.

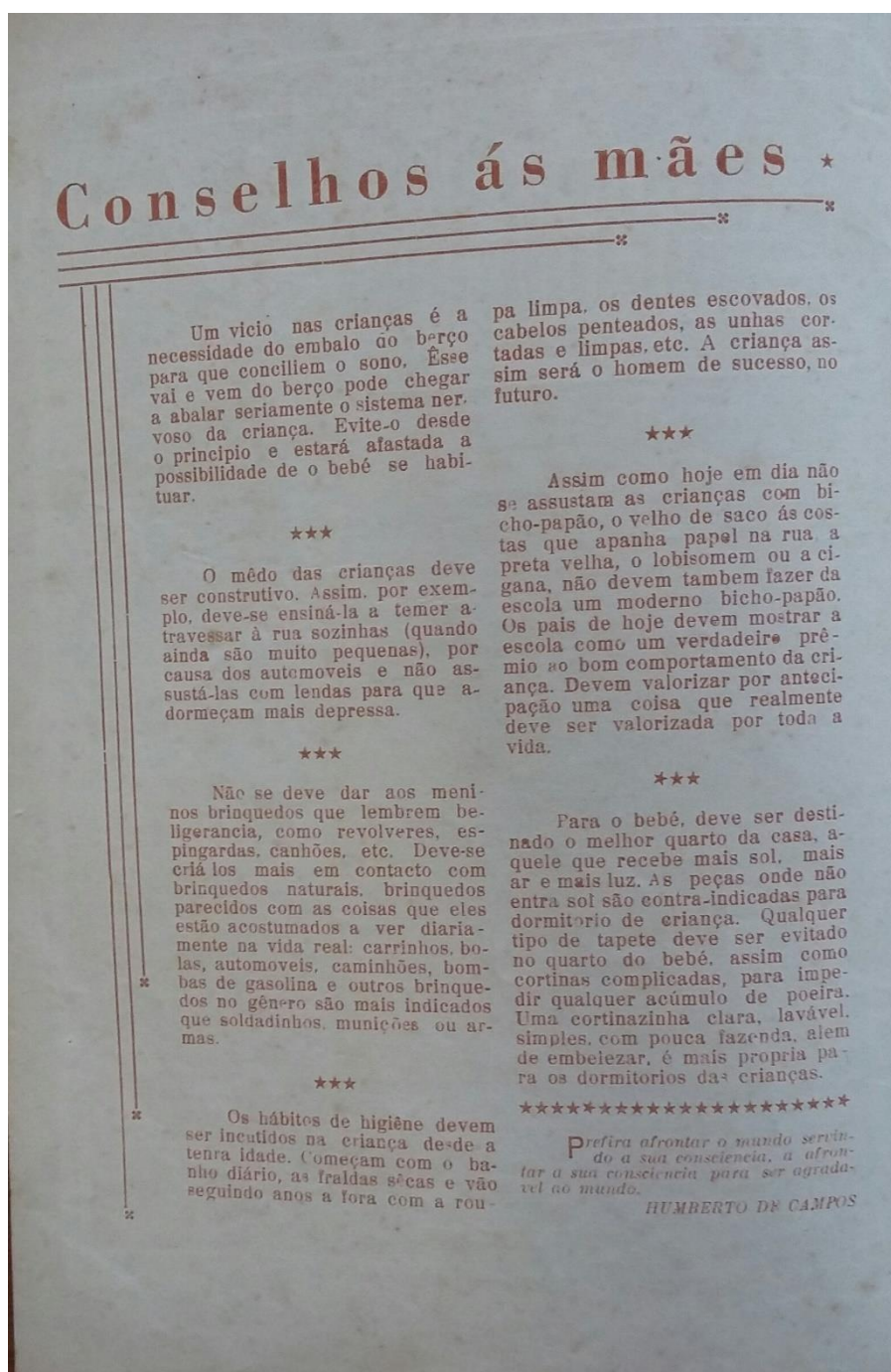


Fig. 21 Conselhos às Mães. Boletim da LBA, Ano VII, n. 39, abril, maio e junho de 1953.

A dimensão lúdica da infância é construída por meio das orientações acerca dos brinquedos que poderiam ser oferecidos às crianças, tendo em conta que “não se deve dar aos meninos brinquedos que lembrem beligerância, como revólveres, espingardas, canhões, etc.”.

¹¹¹ Conselhos às Mães. Boletim da LBA, Ano VII, n. 39, abril, maio e junho de 1953.

A prescrição em torno desse brincar da criança dizia o seguinte: “Deve-se cria-los mais em contacto com brinquedos naturais, brinquedos parecidos com as coisas que eles estão acostumados a ver diariamente na vida real: carrinhos, bolas, automóveis, caminhões, bombas de gasolina [...]”, bem como “outros brinquedos no gênero são mais indicados que soldadinhos, munições ou armas”. Tal conselho permite perceber que havia uma preocupação com a formação de cidadãos que era alvo de um investimento do boletim, o que é demonstrado também por outra coluna existente no periódico e que tinha “Os direitos da criança brasileira” como título.

Tratava-se de educar para uma experiência de paz, uma vez que há poucos anos tinha-se saído de uma guerra que construiu destruição e terror para toda a humanidade, de forma direta ou indireta, parecia consistir em algo que deveria fazer parte das preocupações em torno da educação da infância. Como tenho mostrado até aqui, foi característico da política de assistência da LBA naquele momento o fato de que tinha conexões e efeitos em outras políticas públicas, o que justifica a presença da articulação contínua entre assistência social, saúde e educação como questões profundamente articuladas nos discursos produzidos pelo boletim da instituição.

A preocupação com a saúde aparece em outro conselho em que se dizia:

Os hábitos de higiene devem ser incutidos na criança desde a tenra idade. Começam com o banho diário, as fraldas secas e vão seguindo anos a fora com a roupa limpa, os dentes escovados, os cabelos penteados, as unhas cortadas e limpas, etc. a criança assim será o homem de sucesso, no futuro¹¹².

Criança como signo do futuro e investimento no presente que tem como horizonte de expectativa um tempo que só começa se constituir na condição de uma esperança, uma expectativa. Esse tipo de leitura da criança como chave do futuro, como objeto que se explica pela condição de um *vir a ser* foi constante nas páginas do periódico da LBA, como, por exemplo, quando o médico Orlando de Paula Marques disse que aquele era o século da criança¹¹³. Ele, que foi diretor do Hospital Arlinda Marques, escreveu diferentes textos sobre saúde da criança para o periódico e também defendeu a prerrogativa de que os cidadãos tivessem, para si e para sua descendência, “o direito a uma vida de saúde e compreensão”¹¹⁴. Essa continuidade em torno da preocupação com a saúde da criança foi aparecendo de

¹¹² Conselhos às mães. Boletim da LBA, Ano VII, n. 39, abril, maio e junho de 1953.

¹¹³ Análise da Infância. Boletim da LBA, Ano II, n. 10, maio e junho de 1948, p. 3.

¹¹⁴ Da necessidade de uma Escola de Puericultura em nosso meio. Boletim da LBA, Ano II, n. 7, janeiro e fevereiro de 1948, p. 1.

diferentes maneiras ao longo dos anos, lançando mão de formas diferentes para dizer o mesmo: cuidar da criança, torná-la uma promessa possível de se realizar no futuro. Algo em que se podia e deveria investir porque teria um retorno tanto individual como coletivo.

Dizia o boletim que “assim como hoje em dia não se assustam as crianças com bicho-papão, o velho do saco às costas que apanha papel na rua, a preta velha, o lobisomem ou a cigana, não devem também fazer da escola um moderno bicho-papão”: tal preocupação em torno de fazer da educação algo aprazível e visto como reconhecidamente importante e agradável para a própria criança se constituía em um desafio. “Os pais de hoje devem mostrar a escola como um verdadeiro prêmio ao bom comportamento da criança. Devem valorizar por antecipação uma coisa que realmente deve ser valorizada por toda a vida”. E, na medida em que se construíam orientações e conselhos que tomavam a vida da criança na sua integralidade, o espaço destinado a ela na casa também foi alvo da coluna destinada às mães.

Para o bebê, deve ser destinado o melhor quarto da casa, aquele que recebe mais sol, mais ar e mais luz. As peças onde não entra sol são contraindicadas para dormitório da criança. Qualquer tipo de tapete deve ser evitado no quarto do bebê, assim como cortinas complicadas, para impedir qualquer acúmulo de poeira. Uma cortinazinha clara, lavável, simples, com pouca fazenda, além de embelezar, é mais própria para os dormitórios das crianças¹¹⁵.

Uma vez que as famílias eram vistas como parte estratégica na composição da nação, o investimento sobre elas se dava em diferentes campos, garantindo a interferência do Estado no espaço privado das famílias não com a força e coerção, mas por meio de formas de convencimento e construção de subjetividades que se somassem e reforçassem os objetivos traçados para o corpo da população em seu conjunto.

Não compondo diretamente a coluna de conselhos às mães, mas fazendo parte da página em que ela figurou apresentou-se ainda uma frase do político e escritor brasileiro Humberto de Campos, que tinha forte conotação moral e se articulava diretamente com o que fora dito nos seis conselhos às mães naquela seção: “Prefira afrontar o mundo servindo a sua consciência, a afrontar a sua consciência para ser agradável ao mundo”. Qual seu lugar no mundo? É o que aquela página de uma maneira geral parece indagar. Qual a condição da mãe na sua tarefa diária de cuidar dos filhos e contribuir na composição da família? Apesar de numa mesma página figurarem conteúdos aparentemente tão díspares é possível perceber que entre eles operava um desejo de construir subjetividades que se articulassem com aquelas prescrições que apareciam em tom de orientação médica, mas também de forma poética.

¹¹⁵ Conselhos às mães. Boletim da LBA, Ano VII, n. 39, abril, maio e junho de 1953.



Fig. 22 Posto de Puericultura da L.B.A. em Pombal – Distribuição do café as mães assistidas no Posto de Puericultura, que a L.B.A mantém em Pombal, vendo-se também o Pe. Vicente Freitas, presidente da C.M., dr. Atencio Wanderley, enfermeira e senhoras da sociedade local (legenda original). Boletim da LBA, Ano VII, n. 40, julho, agosto e setembro de 1953, p. 5.

A edição de julho, agosto e setembro de 1953 também não contou com a seção *Nossos Municípios*, mas em sua quinta página um breve texto intitulado “Comissões Municipais” trazia uma fotografia captada durante o café da manhã oferecido às mães assistidas pelo posto de puericultura criado pela LBA em Pombal, no sertão do estado.

Aquele era um dia festivo, um dia de confraternização e reforço das atividades da LBA. As mulheres predominam na cena. Mulheres acompanhadas pelas crianças que provavelmente eram seus filhos. Protagonizam a cena por comporem também um número, pois há uma quantidade considerável de pessoas participando da atividade e um dos intuitos da Legião, como já foi dito, era produzir um discurso laudatório sobre si própria, demonstrando popularidade das ações e grande quantidade de pessoas envolvidas. Vê-se logo que se tratava de uma atividade que contava com a participação de várias pessoas. A forma como o boletim representa tais personagens em imagens e palavras permite perceber que aquele tipo de evento parecia ter um apelo forte ao seu público.

O espaço já era conhecido por todas elas, na medida em que não se tratava de uma inauguração, mas de mais uma atividade em um posto de Puericultura no interior do estado. O Pe. Vicente Freitas estava ao lado do presidente da comissão municipal da LBA em Pombal, o Dr. Atencio Wanderley, e eram os anfitriões que estavam próximos à porta e faziam às vezes de quem recepciona, acolhe, oferta o serviço para aquelas mulheres e crianças.

Se a imagem do padre reforça a parceria entre Estado e Igreja, mesmo que noutros contornos, a imagem das quatro crianças parece ter como função também conferir um aspecto angelical, sutil e suave àquela cena. Uma vez que a própria LBA tinha como proposta educar moralmente as crianças e suas famílias, uma fotografia como essa permite pensar de que forma ela atualiza a representação em torno da formação de um rebanho, um coletivo adestrado, governado, civilizado dentro daquilo que se chamava (e se almejava) como modelo de civilidade.

À Igreja coube historicamente o papel de formar o rebanho a ser educado e orientado para a salvação espiritual, enquanto ao Estado coube, naquele momento, tomar conta também do seu rebanho, não mais no sentido religioso, mas no sentido prático de conhecer um corpo coletivo sobre o qual deveria atuar, criando as condições para que compusesse os espaços sociais da forma como aquelas instituições orientavam.

Esse tipo de intervenção social ocorre em várias partes do Brasil desde a primeira república. Em seu estudo sobre as políticas de educação e assistência às infâncias – no plural – Paloma Rezende de Oliveira (2012) faz o mapeamento das condições de surgimento dessas políticas em Juiz de Fora, demonstrando a complexidade de tais práticas laicas e religiosas, bem como seus entrecruzamentos com as transformações ocorridas na legislação para menores nos primeiros anos do século XX.

Tratando-se de uma imagem pública e produzida por uma instituição de assistência social também pública, é possível pensar que uma vez estando a LBA preocupada em oferecer uma formação para a sociedade paraibana que atendesse a população tanto do ponto de vista material como moral, talvez seja possível pensar como as imagens "têm muitas vezes contribuído para politizar pessoas comuns, especialmente – mas não exclusivamente –, em sociedades pouco letradas" (BURKE, 2004, p. 182).



Fig. 23 Da esquerda para a direita tem-se as edições de outubro, novembro e dezembro de 1953 (Ano VII, n. 41) e janeiro e a junho de 1955 (Ano IX, n. 45).

Na edição de fim de ano de 1953 a fotografia de capa não era inédita, mas as informações no interior do periódico tinham suas peculiaridades. Em uma seção avulsa chamada “Viajantes” noticiava-se que a comissão estadual da LBA havia recebido a visita do Sr. Lício Luiz de Matos, da comissão central da Legião, e que tinha ido à Paraíba, sob recomendação da presidente Darcy Vargas, com o intuito de fazer um levantamento do quadro de pessoal da comissão paraibana.

Naquele ano a presidência da comissão estadual estava sob a direção de Ivan Bichara Sobreira, que por muito tempo acompanhara as ações da LBA. Uma vez estando vinculada à comissão central é possível perceber que havia momentos em que atividades de avaliação e acompanhamento dos trabalhos locais eram feitas por membros da comissão central sob orientação da presidente e com o suporte da equipe montada por ela e o Departamento Nacional da Criança¹¹⁶.

Por sua vez, a edição referente aos meses de janeiro a junho de 1955 também traz em capa a imagem da Maternidade Cândida Vargas, já apresentada em outras edições. Todavia,

¹¹⁶ Viajantes – Sr. Lício Luiz de Matos. Boletim da LBA, Ano VII, n. 41, outubro, novembro e dezembro de 1953, p. 2.

no que diz respeito à materialidade dessa edição, chama a atenção o fato de que foi composta em 32 páginas numeradas, sem contar com as duas páginas iniciais (com capa e um texto informativo sobre a questão das emoções vividas pelos pais no convívio com seus filhos) e as duas finais (com um texto tratando do desmame das crianças e o expediente).

A materialidade diferenciada – tendo em vista essa edição possuir um expressivo número de páginas se comparada com as edições anteriores que chegavam ao número de 20 ou 25 páginas – refere-se diretamente ao próprio tempo de seis meses que a edição visava relatar. Se em edições anteriores houve situações em que o boletim referia-se a dois ou três meses nessa edição de 1955 busca-se compreender um período de seis meses de atividade. Não tenho como afirmar categoricamente as condições materiais e/ou políticas que provocaram esse distanciamento no tempo, mas de todo modo é possível perceber que apesar de eventuais dificuldades operacionais ou financeiras para produzir o boletim a instituição fazia um esforço para mesmo com atraso apresentar informações sobre o período em que continuou atuando, apesar do periódico não ter circulado.

Constaram naquela edição do boletim informações sobre a relação emocional entre pais e filhos, notícias sobre avanços no tratamento da poliomielite, estatística com o movimento de público no Centro de Puericultura de Cruz das Armas referente ao ano de 1954, bem como dados sobre o movimento no Banco de Leite Humano, no Hospital Arlinda Marques, Maternidade Cândida Vargas, dados da assistência jurídica prestada à população. Há ainda uma matéria que se inicia na página 5 inteira e depois segue em colunas à esquerda das páginas 6, 7 e 8 sobre os primeiros socorros, dando conselhos sobre como proceder em casos de estrangulamento, imersão, choque elétrico, ingestão do monóxido de carbono, inalação de gás irritante para os pulmões, respiração artificial e venenos ingeridos.

O movimento do Posto de Puericultura de Pombal também é divulgado com dados referentes aos meses de janeiro a junho de 1955, sendo que a cada mês são apresentadas informações sobre: consultório pré-natal, consultório de higiene infantil, mamadeiras distribuídas, merendas distribuídas na cantina e litros de leite fornecidos. Ao fim das informações, costumeiramente apresentava-se no canto inferior a assinatura dos profissionais responsáveis por aquele serviço específico que, no caso Posto de Puericultura de Pombal, eram Atencio Wanderley (chefe de serviço) e Ephigenio Barbosa (chefe do D.M.I – Departamento de Maternidade e Infância).

Em seguida aparecem os dados sobre o movimento no lactário e cantina do Centro de Puericultura de Cruz das Armas referente ao ano de 1954; uma matéria sobre “peixes leves e carregados”; dados sobre a assistência jurídica em 1955, sendo possível perceber a

intervenção de um leitor no boletim referente a essa tabela sobre assistência jurídica, escrevendo à mão a palavra “Maio” sob a palavra Novembro que estava impressa no boletim; dados sobre o posto de puericultura de Caiçara referente aos meses de dezembro de 1954 e janeiro a abril de 1955; movimento da Maternidade Cândida Vargas referente aos meses de maio e junho de 1955, cada tabela ocupando uma página.

Oito páginas foram dedicadas para exposição de balancetes referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1954 e janeiro a abril de 1955, com dados sobre os recursos materiais, financeiros e patrimoniais da instituição. As informações sobre o movimento dos ambulatórios, banco de sangue e gabinete dentário da Maternidade Cândida Vargas são expostos em duas colunas da página 22 e referem-se aos meses de janeiro a maio de 1955. Sempre demonstrando dados sobre diferentes espaços atendidos pela LBA na página 24 é apresentado um documento com dados sobre a comissão municipal de Campina Grande, endereçada à presidência da comissão estadual, que naquele momento estava sob responsabilidade de Ana Alice Melo de Almeida. Os dados de Campina Grande são referentes aos meses de janeiro a março de 1955, e descrevem estatísticas sobre os seguintes serviços: gabinete de higiene infantil, gabinete pré-natal, gabinete dentário e enfermaria da Criança do Hospital Pedro I. Figura ainda na edição um texto sobre o veneno de cobras e ainda as portarias institucionais costumeiramente publicadas com as resoluções da instituição.



Fig. 24 Da esquerda para a direita tem-se as edições de maio e junho de 1952 (Ano VI, n. 35) e março e abril de 1952 (Ano VI, n. 34).

Diversos eram os tipos de ações promovidas pela LBA. Nesse sentido, a produção de imagens, que foi alvo de um forte investimento institucional, estava articulada diretamente com a preocupação em torno das próprias significações e leituras que a sociedade poderia construir em relação à instituição. Fazer uma história *com* imagens e *a partir* das imagens torna-se um estímulo e um desafio ao mesmo tempo, pois, como destaca Peter Burke (2004, p.187) "os historiadores precisam estar alertas para não tomarem imagens idealizadas pela realidade que elas dizem representar". Não sendo de modo algum uma forma de acessar ou reconstruir o passado na sua integralidade, as imagens são, por outro lado, mosaicos e possibilidades para captar fragmentos desse passado e também imaginá-lo em suas cores, tons, gestos, comportamentos, expressões e emoções de quem o vivenciou. É nesse sentido que, "sejam eles pintados ou fotografados, os retratos registram não tanto a realidade social, mas ilusões sociais, não a vida comum, mas *performances* especiais (BURKE, 2004, p. 34-35, grifo no original).

São muitas as faces que do passado parecem nos fitar, inquirir e se interpor entre esses dois tempos dos quais elas participam de alguma maneira por meio da linguagem fotográfica. A imagem é uma presença inquietante. E dela podem-se operar desvios de análise, imaginar o

passado colocando-o em suspeição, indagando não apenas se (e em que medida seria possível) ela diz alguma verdade, mas como ela participa dessa articulação entre dois tempos. De que forma ela se insurge contra o passado? A imagem nos faz pensar ainda de que forma ela também pode inquietar o presente em que se situa e na qual é dada a ler. Quais as palavras que acompanham e também compõem o suporte em que tais imagens figuram? Pode-se pôr a pensar ainda como as palavras instituem ou colocam estas imagens *no* presente apesar de não serem *do* presente. Como objeto/fonte a imagem articula uma relação sempre tensa e complexa que, a seu modo, Michel de Certeau¹¹⁷ nos convidou a pensar sobre a estrutura do passado histórico e a estrutura do presente historiográfico.

São imagens que têm um efeito retórico tanto pelos espaços que produzem como pelos sujeitos que instituem na espessura de uma realidade também imaginada, também construída nesse discurso que forja a seu modo as figuras do mundo que pretende dar a ler. Fabrica-se, assim, os sujeitos, as emoções, ações e relações que se julgavam ser merecedoras de estampar nas imagens do periódico. Há um trabalho ardiloso e silencioso das imagens que representam o passado, isto é, o tornam presente de um modo diverso e com funções diferenciadas. Um trabalho silencioso, apesar de sua eloquente tagarelice ao dizer a todo o tempo múltiplas coisas sobre as pessoas e espaços que se oferece a uma leitura na condição de objetos visuais.

“Dar a ver é sempre inquietar o ver, em seu ato, em seu sujeito. Ver é sempre uma operação de sujeito, portanto, uma operação fendida, inquieta, agitada, aberta”, pois “todo olho traz consigo sua névoa, além das informações de que poderia num certo momento julgar-se detentor” (DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 77). Pensar então essa condição de objetos visuais produzidos institucionalmente com fins de legitimação de um projeto talvez seja condição para uma leitura que possa pôr em questão as imagens que não apenas ilustram um *fazer político* da LBA, mas participa desse próprio *fazer*.

No dia 18 de março de 1952 foi inaugurado o posto de puericultura Sant’Ana da cidade de Caiçara, no interior da Paraíba. “Às 10 hrs, o dr. Ivan Bichara e sua comitiva chegaram ao posto de puericultura, sendo recebidos com salva de palmas e pétalas de flores atiradas pelas crianças das escolas daquele município”. O então vice-presidente da comissão estadual foi recebido também por Palmira Xavier que “falou em nome do povo caiçarense”. “Vieram os ilustres visitantes trazer á nossa terra, ás nossas criancinhas pobres da nossa terra,

¹¹⁷ Refiro-me aqui ao texto *História e Estrutura* presente na obra “História e Psicanálise – entre ciência e ficção”, cuja referência completa pode ser acessada no fim desse texto.

uma assistência que já se fazia necessária, pois todos sabem como é completo o abandono em que vivem os pequeninos seres do interior do nosso país”¹¹⁸.

— “Devemos a fundação desse posto a um filho de Caiçara, quando presidente da L.B.A, e desejamos que todos os caiçarenses se unam para que essa obra tenha prosseguimento”, discursou Palmira Xavier na ocasião.

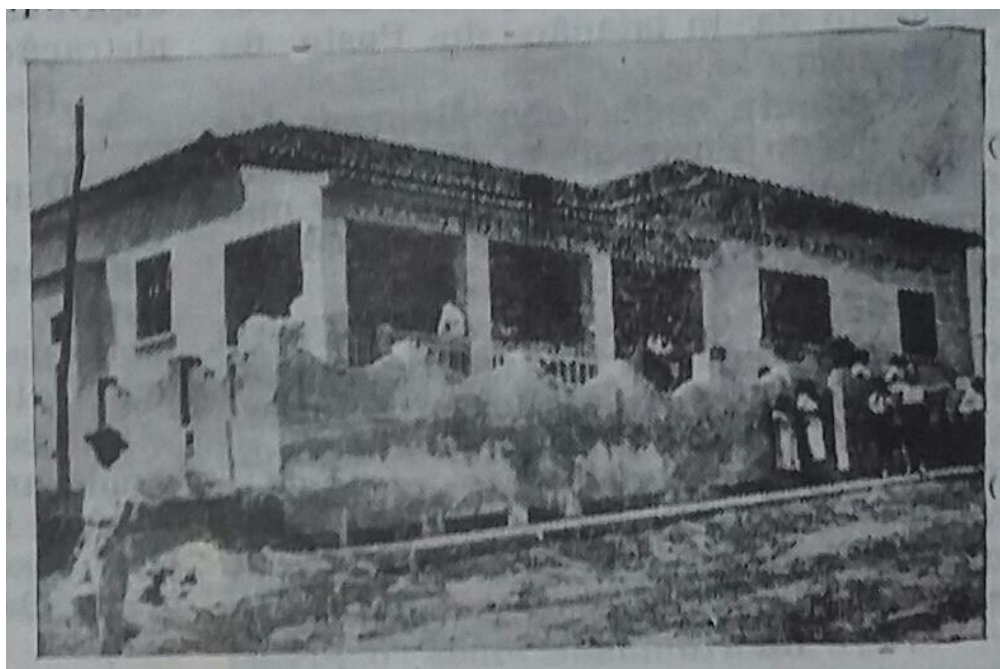


Fig. 25 Posto de Puericultura de Caiçara. Boletim da LBA, Ano VI, n. 35, maio e junho de 1952, p. 3.

A ação da LBA ia cada vez mais se interiorizando pelo país inteiro e na Paraíba o movimento não foi diferente. Mostrando então os espaços que iam sendo formados, bem como as pessoas que se somavam naquele empreendimento coletivo, o boletim contribuía para divulgar aqueles múltiplos espaços que iam se tornando governáveis. Em meio àquelas festividades e inaugurações de novos postos de atendimentos, as crianças são narradas e singularizadas sob a ótica da gratidão. Uma vez que Caiçara era uma cidade pequena do interior, e por conta de sua condição, as crianças sofriam os efeitos da miséria social e do esquecimento político. Diante de uma ação como aquela a narrativa construída pelo boletim tematiza justamente a gratidão diante de um feito de tão relevante importância.

— “Sabemos que essa iniciativa terá o apoio de todos os homens de responsabilidades na administração pública, notadamente desse grande brasileiro que é o Governador José Américo de Almeida, que deixou de ser uma glória do seu estado para ser uma das forças

¹¹⁸ Inauguração do Posto de Puericultura “Sant’Anna”, na cidade de Caiçara. Boletim da LBA, Ano VI, Maio e Junho de 1952, n. 35, p. 3.

morais da Nação Brasileira”, fala ainda Palmira Xavier em seu discurso no ato de instalação do posto de puericultura. E continua: “— Contamos, com certeza, também, com a cooperação valiosa e sincera desses dois grandes corações de mulher que são as Exma. Sras. D. Darcy Vargas e D. Alice de Almeida, votadas e abnegadas protetoras da criança pobres do Brasil e da Paraíba.



Fig. 26 Ivan Bichara na instalação do Posto de Puericultura de Caiçara.
Boletim da LBA, Ano VI, n. 35, maio e junho de 1952, p. 3.

Tratando-se de uma cerimônia ou atividade de caráter oficial as roupas parecem obedecer à exigência de que se fizesse boa figura, que a participação de todos aqueles que acolhiam e recebiam os representantes da comissão estadual no município fosse lembrada como honrosa, generosa e acolhedora. As palavras que acompanham essas duas fotografias no boletim reforçam o tom elogioso em torno do que a LBA fazia e de como a partir dali a cidade de Caiçara havia sido agraciada e faria parte daquela cartografia social, aparecendo nela seus contornos geográficos e sociais, possibilitando assim que se conhecesse melhor aquela cidade até então afastada e esquecida, como sugere a matéria.

Um intenso e frutífero investimento foi feito pela LBA no sentido de produzir saberes sobre a população paraibana, a infância, o corpo infantil e materno, os avanços da ciência no mundo, entre outros temas. A imagem também consiste em um dos tipos de registros por meio dos quais esse saber foi formulado e feito circular. Eram imagens que mostravam relações complexas, articulando pessoas selecionadas para figurar com destaque nelas. E

mesmo quando se tratava de fotografar uma multidão à espera do atendimento na rua Duque de Caxias ou em outros espaços, ainda assim tal registro operou por cortes, escolhas, delimitações e pela priorização de determinados ângulos, cenários, rostos a serem captados, gestos a serem percebidos, estruturas físicas a serem mostradas para a população e demais leitores do periódico.

Por onde criou as comissões estaduais e municipais, o objetivo de oferecer as condições e canais para divulgar suas atividades foi contínuo na missão da LBA no Brasil. Ao estudar a ação da Legião Brasileira de Assistência em Rio Branco, no Acre, Giane Lucélia Grotti (2016) destaca que a comissão estadual no Acre foi criada em novembro de 1942 sendo presidida pela Sra. Isolette Cavalcanti Coelho, esposa do governador Cel. Luis Silvestre Coelho. Também naquele estado, segundo Grotti, a ação da instituição se pautou pelo foco na maternidade e infância, reforçando os objetivos e ações da *Campanha pela Redenção da Criança*, considerando-a como verdadeiro “embrião da nação” sob o qual devia-se tomar uma série de cuidados médicos, sociais e assistenciais (GROTTI, 2016, p. 96 e 99).

Quanto à divulgação das ações assistenciais a autora destaca que “as atividades que a LBA desenvolveu no Acre foram largamente registradas nos jornais com ênfase na colaboração em criar soluções aos problemas relativos à pobreza” e assim “o envolvimento da elite rio-branquense junto a LBA também foi amplamente divulgado pelos impressos locais” (GROTTI, 2016, p. 108). Por sua vez, Michele Tumelero (2010) pesquisou a ação da LBA em Chapecó, Santa Catarina, que foi instalada por lá no ano de 1943 e presidida por Elsa Bertaso. No caso de Chapecó houve uma diferença, pois Elsa Bertaso não era esposa do então prefeito da cidade, Vicente Cunha, que era solteiro, mas sim de Serafim Bertaso. Por tal razão ela assumiu a presidência da instituição na condição de funcionária da Legião Brasileira de Assistência, diferente da condição em que outras mulheres adentraram na coordenação daquela política. A própria esposa do interventor Nereu Ramos, quando da implantação da comissão estadual da LBA, assumiu conforme a orientação dada nacionalmente pela presidência da comissão central e a presidência da república, a função de gerenciar as ações da comissão local da Legião. .

Em relação à divulgação das ações, a autora menciona a produção do boletim da comissão central, mas efetivamente utiliza outros periódicos a exemplo dos jornais *A Voz de Chapecó* e o *Jornal Imparcial*, além de relatórios anuais da LBA (anos de 1943, 1944, 1945, 1965 e 1978), dossiês com prestações de contas com os gastos da LBA com notas fiscais referentes aos gastos com alimentação, infraestrutura, material didático, contratação de funcionários, cartões ponto, etc. As duas autoras operam com o conceito de representação

formulado por Roger Chartier e têm como questão comum a preocupação em torno da condição “legionária” da mulher no momento em que a LBA emerge na história do Brasil. De diferentes maneiras as duas autoras apontam caminhos e questões fundamentais para pensar o papel assumido pelas mulheres para que a LBA se efetivasse na construção de uma política que tomou a vida como questão central, em especial a vida das mulheres e crianças, em um momento histórico marcado pelos efeitos de uma guerra aterradora, assustadora e impossível de se esquecer pelos efeitos que produziu e pelas tragédias que engendrou.

Formou-se então um “exército de legionárias”, como publicou o jornal do Acre analisado por Grotti (2016) e “esse chamamento às mulheres brasileiras para atuarem junto à Legião Brasileira de Assistência gerou uma identificação como verdadeiras missionárias, mulheres benevolentes, cuja missão as designara a “assistir carinhosamente os homens” que estavam lutando pelo país [...]” (GROTTI, 2016, p. 100). Ao passo em que a figura masculina passou a ser símbolo de uma ausência, pois a convocação dos pracinhas para os campos de batalha na Itália deixou lares e famílias desamparadas, a mulher emerge como aquela que também comporá um exército distinto: o das mulheres em prol da criança pobre no país. Uma vez que as lideranças femininas que assumiram postos de destaque na estrutura institucional da LBA eram brancas, com formação escolar e parte da elite econômica e política, também foram feitos esforços para que mulheres de outras realidades sociais aparecessem junto à LBA, e daí a realização de campanhas e promoção de um corpo de voluntárias, como também destacam Giane Grotti (2016) e Michele Tumelero (2010).



Fig. 27 Darcy Vargas, presidente e fundadora da Legião Brasileira de Assistência em 1942.

Fonte: Casa do Pequeno Jornaleiro – Fundação Darcy Vargas. Disponível em: <http://www.fdv.org.br/nossafundadora.asp>. Acesso em 22 de jun. 2016.

A mulher que deu os passos iniciais na formação da LBA foi a esposa de Getúlio Vargas. Nascida em 1895 em São Borja no Rio Grande do Sul e falecida em 1968 na cidade do Rio de Janeiro, Darcy Sarmanho Vargas não teve a LBA como sua primeira experiência no

trabalho assistencial. Ao construir a biografia histórica dessa mulher na sua articulação com a história política brasileira na primeira metade do século XX, Ivana Guilherme Simili (2008) traça um panorama histórico desenhado a partir de um percurso metodológico que não tem em Darcy a figura de uma personagem naturalizada e marcada por uma história linear.

Tomando a experiência de Darcy Vargas como mulher, sujeito político, a autora articula suas escolhas, sentimentos e experiências individuais com uma série de condições familiares, regionais, nacionais e internacionais que marcaram as condições em que ela se inseriu como uma mulher que contribuiu para a formação de uma percepção diferente em torno da infância e da própria maternidade. “Em 1930, durante o movimento revolucionário que marcou o golpe e a chegada de Getúlio ao poder, Darcy Vargas criou a Legião da Caridade” que consistiu em “uma associação de mulheres organizada com o objetivo de produzir roupas para os revolucionários e distribuir alimentos para as famílias cujos membros acompanharam Getúlio” (SIMILI, 2008, p. 10).

No ano de 1934 apoiou a fundação do Abrigo Cristo Redentor no Rio de Janeiro e “outras iniciativas seguiram-se a essa, tais como a de um abrigo para mendigos, a Escola de Pesca Darcy Vargas e a Escola Agrícola Presidente Vargas. Em 1938 atuou na criação da Fundação Darcy Vargas” que tinha o objetivo de oferecer “assistência a menores e a coordenar escolas para crianças e idosos. Em 1940 inaugurou a Casa do Pequeno Jornaleiro, que prestava serviços de proteção à infância” (SIMILI, 2008, p. 10) e ainda de acordo com a mesma autora também na década de 1940 Darcy “expandiu essas atividades com a Casa do Pequeno Lavrador, a colônia de férias da Casa do Pequeno Jornaleiro, a escola primária Álvaro Sodré e o restaurante da casa do Pequeno Trabalhador” (SIMILI, 2008, p. 10-11).

Posteriormente, no ano de 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, Darcy Vargas criou aquela que entraria para a história política do país como uma das primeiras experiências de política pública destinada especificamente para a infância e a maternidade, construindo toda uma rede médico-assistencial com instituições parceiras e milhares de pessoas envolvidas na condição de funcionários ou voluntários/as e que duraria até o ano de 1995 quando a Legião Brasileira de Assistência foi extinta pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso e substituída pelo Programa Comunidade Solidária.

Criar a comissão central da Legião Brasileira de Assistência foi o primeiro passo para a construção de toda uma rede que multiplicaria essa instituição federal por meio das comissões estaduais e municipais. Descentralizar as ações da LBA por todo o território nacional foi o principal objetivo e é interessante destacar que “embora com apenas três anos de existência, em 1945 a Legião Brasileira de Assistência já existia em 90% dos municípios

brasileiros” (SPOSATI & FALCÃO, 1989, apud TUMELERO, 2010, p. 57), o que demonstra um efeito importante de todo o investimento financeiro e político empreendido.

Uma vez que a comissão central era presidida pela esposa do presidente da República, a orientação era que as comissões estaduais fossem presididas pelas esposas dos interventores federais indicados por Getúlio e as comissões municipais fossem presididas pelas esposas dos prefeitos. Coube a Darcy Vargas fazer o convite às primeiras-damas de todos os estados para que se somassem às ações da LBA e formassem as comissões estaduais e assim fossem dadas as condições para que os municípios também entrassem naquela rede. Foi então que Darcy enviou um telegrama destinado àquelas mulheres, esposas de políticos. Ivana Simili (2008) apresenta a íntegra do telegrama que ganhou notoriedade na imprensa brasileira e foi publicado em periódicos como o jornal *Correio da Manhã* no dia 30 de agosto de 1942.

Visto grandes dificuldades atravessa nosso País, mulher brasileira será chamada cumprir missão na proteção famílias bravos soldados e execução todos os deveres civis forem necessários. Com esse objetivo foi fundada nesta capital sob égide Federação das Associações Comerciais do Brasil LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Desejando estender todo o País benefício esta organização sugerimos assuma nesse Estado a direção do movimento em conjunto Associação Comercial que a procurará imediatamente. Muito grata por sua colaboração. Saúda cordialmente – a) DARCY VARGAS. (*Correio da Manhã*, 30.8.1942, p. 1 apud SIMILI, 2008, p. 140).

Trata-se de um documento oficial e que singulariza o tipo de participação política que Darcy Vargas teve na história do Brasil naquele momento, desenvolvendo um poder de mobilização de mulheres em prol da causa da criança e da família. Claro que todo seu investimento pessoal não se deu de maneira desarticulada de todo um conjunto de regras e condições políticas que fizeram com que naquele momento os temas família, criança, infância, cidadania, população fossem tratados e abordados por órgãos do Estado e outros que a ele se relacionaram ou se somaram de alguma maneira.

Analisando o papel assumido pela LBA nessa engrenagem estatal, Michele Tumelero (2010, p. 45) aponta que caberia à LBA difundir os valores condizentes com os interesses do Estado naquele momento e desse modo o trabalho educacional, terapêutico e profissionalizante que realizou estava articulado com os preceitos do civismo e da moral instituída e legitimada por práticas fundamentalmente católicas que deveriam ser absorvidas por crianças e jovens. “Getúlio Vargas delegou à Legião Brasileira de Assistência a função de desenvolver a gestão populacional da nação, por meio de suas políticas assistencialistas” produzidas e executadas com base em “convênios estabelecidos nas áreas da assistência social

e da educação, que caminham em direção ao controle da população” (TUMELERO, 2010, p. 67).

O historiador Alcir Lenharo (1986) problematizou as políticas do governo Vargas e como elas conceituaram o corpo a partir dos objetivos de formação da nação brasileira. Por isso mesmo, o processo de militarização do corpo de crianças e jovens foi algo que marcou esse período. O objetivo era a formação do cidadão que dentre as várias possibilidades de servir ao país o exército era um dos espaços de trabalho mais privilegiado.

O ideal de patriotismo e as práticas de estímulo à saudação da bandeira e demais símbolos da nação consistiam também em um momento de adequação do corpo ao conjunto de preceitos e ordens militares, de modo a familiarizar esse corpo com um conjunto de operações e definições conceituais que o constituiriam dali por diante, no que se referia a sua relação com a nação. Esse tipo de relação visibiliza o que Foucault já havia pensado acerca do corpo enquanto “superfície de inscrição dos acontecimentos, espaço experimental de conflitos e da coexistência da repressão e de incitamentos” (LENHARO, 1986, p. 75).

Foi nesse cenário político que a mensagem da LBA chegou às mãos de Alice Carneiro, esposa de Ruy Carneiro, que tinha assumido em 1940 o posto de Interventor Federal na Paraíba, sendo escolhido pelo presidente Getúlio Vargas.



Fig. 28 O casal Ruy e Alice Carneiro.

Fonte: Alice Carneiro (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais). Senado Federal, Centro Gráfico, 1977.

Alice Carneiro nasceu em 27 de março de 1905 na Paraíba e faleceu em 4 de novembro de 1976 na cidade de Brasília. Ao longo dos anos em que seu marido esteve à frente do governo do Estado e mesmo depois que ele saiu ela continuou contribuindo com as ações realizadas pela comissão estadual da LBA na Paraíba, que foi instaurada em 1942 sob sua presidência. O trabalho de Alice, assim como o de Darcy, esteve intimamente articulado com as demandas dos governos e com as posições políticas tomadas por seus esposos diante dos diferentes momentos históricos que vivenciaram.

Assim como Darcy não ficou todo o tempo na presidência da comissão central, Alice Carneiro também não e por isso mesmo os resultados práticos e os efeitos políticos dessa instituição devem ser compreendidos em médio e longo prazo, tendo sido produzidos por um investimento coletivo, apesar de que uma ou outra personalidade tenha se destacado. Sendo assim, Alice Carneiro foi a primeira presidente da LBA na Paraíba, mas esse cargo também foi ocupado por diferentes pessoas ao longo do tempo, a exemplo de Carlos Fernandes de Lima¹¹⁹, Severino Ismael e Ana Alice Melo de Almeida que assumiu a função de presidente da comissão estadual entre os anos de 1951 e 1956, durante o governo de seu esposo José Américo de Almeida.

Ivana Simili (2008, p. 14) afirma que “um dos problemas destacados por aqueles que estudam política e mulheres é a desigual presença e participação dessas personagens no cenário nacional e, por consequência, a dificuldade enfrentada”, do ponto de vista da investigação, “para a obtenção de fontes de pesquisa que permitam conhecer e avaliar as experiências femininas e políticas do passado”. Apesar de neste estudo eu não tomar como objeto a trajetória política de Alice Carneiro ou Ana Alice, pensar a existência da LBA na Paraíba exige que se considere o tipo de participação dessas mulheres e também dos homens com os quais elas se relacionaram. Fato é que, apesar de serem lideranças no trabalho da assistência, elas foram acompanhadas a todo o momento por um grupo de homens ligados ao comércio, indústria, Igreja e à política de Estado propriamente, além dos médicos ligados às instituições de assistência.

¹¹⁹ No boletim de janeiro e fevereiro de 1949, quando pela primeira vez surge uma lista com o expediente de funcionários e cargos da LBA na Paraíba, com seus respectivos nomes, este é o nome que aparece na função de vice-presidente e entre parêntese diz que estaria na condição de representante da Indústria. Nessa edição não há o nome do presidente da comissão estadual, apenas do seu vice. Cf. Boletim da LBA, Ano III, n. 16, janeiro e fevereiro de 1949. No número seguinte, referente aos meses de maio e junho (Ano III, n. 18) também não consta o nome do presidente, mas informa-se que de fato é o Carlos Fernandes de Lima que está na condição de presidente da comissão. Na edição de novembro e dezembro (Ano III, n. 21) informa-se que ele está na condição de vice e o presidente passou a ser Severino Ismael.

Alice Carneiro e a estrutura do gesto



Fig. 29 Alice Carneiro, Presidente da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba, distribuindo roupas e remédios à população pobre de João Pessoa. (Legenda original). Alice Carneiro (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais). Senado Federal, Centro Gráfico, 1977, 177 p.

Um dos primeiros gestos do ofício do historiador é o gesto da caça. Entro em salas abarrotadas por livros e materiais de todos os tipos, algumas vezes bem organizados e catalogados, outras vezes estando em um ambiente marcado pela dispersão e total ausência de critérios para organizar toneladas de informações. O olhar se perde diante de estantes e mais estantes até tentar se disciplinar pela leitura de um catálogo pelo qual busco pistas mais diretas e ligações mais estreitas entre o conjunto de informações já colhidas e organizadas e todas aquelas que ainda preciso recolher, sistematizar e sentir. O gesto de caça, que é condição para meu ofício, é marcado pelo jogo disciplina/indisciplina e pela descontinuidade de um trabalho cujos resultados podem ser alterados a todo o tempo, a depender de uma nova miríade de informações que surjam, ou apenas uma que seja significativa ao ponto de desmontar o castelo de argumentos que as leituras prévias e os documentos já consultados permitiram erguer.

Deparei-me com essa imagem de Alice e Ruy juntos ao abrir um livro de homenagem elaborado pelo Senado Federal em 1977 que habitava as estantes mais afastadas de um dos sebos que serviram de morada por horas a fio na pesquisa. Sua publicação ocorreu no ano seguinte ao do falecimento da esposa do ex-Interventor da Paraíba e então Senador da

república. Trata-se de uma publicação eminentemente laudatória à figura de Alice e o próprio título já denota o discurso que constrói sobre aquela personagem: *Alice Carneiro (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais)*.

Prefaciado por Ronaldo Cunha Lima, poeta e político paraibano, e contando com textos e depoimentos de diversos políticos e amigos afeiçoados ao casal, pode-se dizer que todo o impresso é montado sobre o ar da perda, da dor sentida por familiares e amigos próximos, bem como pelo tom pesaroso diante do sofrimento vivenciado por Alice no seu processo de doença ocasionado por um câncer na cabeça que a fez permanecer dias a fio no leito hospitalar, chegando a falecer na manhã do dia 4 de novembro de 1976, tendo grande repercussão na imprensa e nos espaços políticos o seu “desaparecimento”, como assim nomearam sua partida alguns amigos que comentaram sua morte.

E assim, diante da escassez de fontes sobre a história da participação feminina na história política do Brasil, como destaquei acima no depoimento da historiadora Ivana Guilherme Simili acerca de suas pesquisas sobre Darcy Vargas, eis que surgiu um pequeno livro azul que traria novas informações sobre a trajetória da mulher que orientou os primeiros passos da LBA na Paraíba. Um livro azul composto por páginas já amareladas pelo tempo, e que provocou contentamento, este verdadeiro acontecimento em um ofício marcado por tantas esperas, buscas, ansiedades e esperanças para que as fontes sejam encontradas, lidas e sentidas.

Trata-se de um impresso elaborado por pessoas que mantinham relações familiares, afetivas e/ou políticas com a ex-presidente da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba e seu esposo. Fabricado nas dependências e com os recursos de um órgão vinculado ao parlamento brasileiro, isto é, no Centro Gráfico responsável pela impressão de materiais elaborados pelo Senado, este lugar de produção demarca por sua vez os próprios procedimentos retóricos que deveriam compor tal publicação, uma vez que se refere ao papel que a mulher desempenhou na história de um estado brasileiro, promovendo transformações na forma como o governo passou a se relacionar com a população.

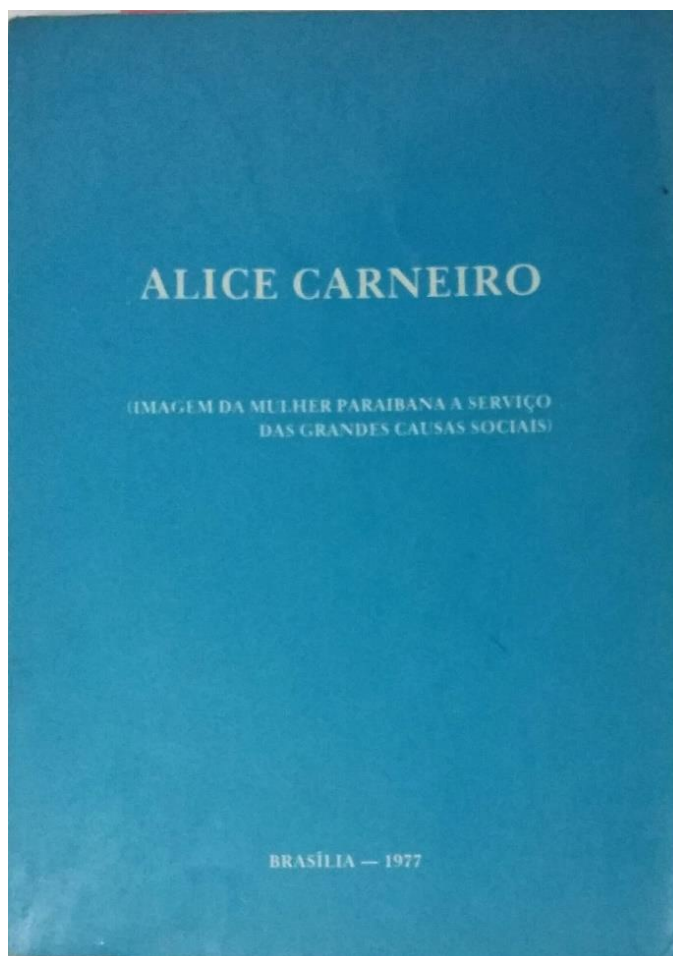


Fig. 30 Alice Carneiro Capa (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais).
Senado Federal, Centro Gráfico, 1977, 177 p.

A maioria dos registros que compõem esse impresso relacionam a figura de Alice com a LBA na Paraíba, demonstrando sua relevância naquela política e como sua imagem foi impressa naquela experiência que surtiu muitos efeitos inclusive de caráter eleitoral, na medida em que a ação social coordenada por Alice fortaleceria a imagem do seu esposo como representante do povo paraibano, quando saísse do cargo de interventor e passasse a ocupar outras funções na vida política brasileira.

Com sua capa e contracapa na cor azul, composto por 177 páginas e apenas duas fotografias, o livro se dedica a apresentar discursos em torno da figura de Alice, de modo a exaltar a memória dos seus feitos pelos mais pobres e carentes. Trata-se de um exemplar que pertenceu ao próprio Ruy Carneiro, dada a sua assinatura na primeira página com dedicatória para dois amigos e com a data de assinatura sendo 8 de maio de 1977.

Uma vez que se trata de um livro que presta homenagem a uma pessoa com relevante importância política e que havia falecido a pouco tempo, a citação de um trecho da Bíblia parece ter uma função discursiva interessante na medida em que ao longo da obra ressalta-se

frequentemente a identidade cristã de Alice. Cita-se: “Bem-aventurados os mortos que morrem no Senhor. Que repousem de seus trabalhos, porque as suas obras os acompanham” (Apocalipse, XIV – 13). A retórica da dor associa-se então a uma gramática da esperança que diante da finitude da experiência humana traça um olhar retrospectivo que contempla o trabalho já feito e constrói possibilidades para vislumbrar num plano metafísico as consolações provocadas pela dor da perda.

O livro foi organizado em sete seções como consta do sumário, contando com o prefácio de Ronaldo Cunha Lima que se inicia da seguinte maneira: “Como fiandeira do amor e peregrina da bondade, saiu pelos caminhos de sua terra, distribuindo as benesses do seu imenso e generoso coração”¹²⁰. A fim de apresentar a coletânea de relatos e registros sobre a imagem de Alice Carneiro, o poeta e político paraibano constrói um texto explicitamente articulado pelo critério da emoção e se constrói com termos e expressões que denotam admiração, respeito e o sentimento de perda provocado pelo acontecimento dado naquela manhã de novembro de 1976.

Em sentimentos altruísticos, vinha-lhe um novo gesto de solidariedade humana ao contemplar e sentir o sofrimento alheio. Os quadros de aflições que seus olhos viam, levavam seu coração a fazer maravilhas. A pena e a comiseração que a dor alheia lhe causava, dentro dela se transformavam em desafio. Não lhe bastava ter pena de quem sofria. Era preciso superar a dor, mitigando-lhe os efeitos se não fosse possível cessar suas causas. As crianças desassistidas, os velhinhos desamparados, os pobres e os necessitados viam suas aflições aninharem-se dentro daquele coração pleno de bondade e cheio de forças para a prática do bem. Era assim D. Alice Carneiro, a esposa do extraordinário homem público – Senador Ruy Carneiro, que nela encontrou, como prêmio de Deus aos seus méritos, a companheira ideal, com ele se identificando na construção de uma bela vida e de um grande destino¹²¹.

Vê-se que há um investimento na construção de uma identidade estável, permanente e que teria marcado a existência da esposa de Ruy Carneiro como mulher generosa, solícita, bondosa. Evidentemente que do ponto de vista historiográfico, e com a postura teórico-metodológica assumida nesse texto, não se trata de fazer uma crítica ou avaliação sobre esses sentimentos que teriam motivado as ações da senhora Alice Carneiro, o que incorreria na análise de “intenções” e não na forma como sua participação foi possível e os efeitos que produziu.

¹²⁰ Prefácio. In. Alice Carneiro (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais). Senado Federal, Centro Gráfico, 1977.

¹²¹ LIMA, Ronaldo Cunha. Prefácio. In. Alice Carneiro (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais). Senado Federal, Centro Gráfico, 1977, p. 17.

Pode-se tomar como desafio, então, pensar *como* aquela mulher pôde participar e colaborar para que a comissão da LBA se constituísse na Paraíba produzindo um legado em prol da infância e da maternidade, especialmente. Estudar essas tecnologias que tomaram o corpo infantil como objeto de saber e exercício de um poder tem sido um dos focos sobre os quais tenho dado atenção nas linhas traçadas até aqui. Apesar de não me propor construir uma biografia histórica ou mesmo desenhar as trajetórias individuais das mulheres que compuseram a LBA na Paraíba, é fundamental perceber as condições de possibilidades em que tais participações se tornaram viáveis e a quais relações de poder e saber estavam articuladas.

À época em que seu marido era Interventor Federal, contam-se as crônicas e dizem os depoimentos contemporâneos, iniciou um trabalho de assistência e promoção social, que se prolongou por toda a sua vida, ao lado de outras obras que se materializaram para perpetuar gestos de um grande espírito e ação de uma grande alma. Se os natais dos pobres, se as roupas distribuídas com detentos, se a merenda escolar (já por ela instituída àquela época, como nos fala Abelardo Jurema), se os remédios entregues aos doentes, se tudo isso pudesse ser esquecido, restariam a revelar a ação abnegada de D. Alice Carneiro, os hospitais, os abrigos, as escolas os ambulatórios que construiu e os que ajudou a manter¹²².

Ao passo em que se produz um discurso em torno da figura de Alice, mostra-se desde o início suas características pessoais, bem como as formas por meio das quais buscou contribuir com a sociedade. Evidentemente que o fato de ser a primeira-dama do Estado e ter assumido junto com este cargo a presidência da comissão estadual da LBA foram condições que diretamente contribuíram para sua visibilidade e para que ela tivesse os recursos necessários para realizar objetivos e projetos que já poderia ter em sua mente, como pessoa.

Diferentemente de Darcy Vargas, não há registros que permitam perceber se Alice Carneiro havia construído algum projeto social ou instituição anterior à sua atuação junto a LBA, mas uma vez adentrando nessa instituição ela continuou contribuindo nas atividades e dando visibilidade para a questão da saúde e educação da infância. Todas as edições do boletim a que tive acesso foram produzidas a partir de 1947, uma vez que antes a comissão não tinha esse veículo de divulgação de suas ações. Naquele momento Alice já não estava mais à frente da comissão na condição de presidente, mas em entrevista ao Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, em 1977, Ruy Carneiro diz que ela continuou os projetos em que se envolveu mesmo depois dele ter saído da interventoria e ido trabalhar no Banco do Brasil.

¹²² LIMA, Ronaldo Cunha. Prefácio. In. Alice Carneiro (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais). Senado Federal, Centro Gráfico, 1977, p. 17.

E ainda no prefácio do livro feito em homenagem a Alice trazia-se uma informação pessoal sobre a vida daquela mulher e que diante de seus amigos parece ter sido um dos elementos motivadores, talvez, que fez parte do seu posicionamento diante da sociedade. Ronaldo Cunha Lima, diz: “Por não ter filhos, como bem disse Rosilda Cartaxo, adotou como seus todos os pobres da sua terra, as quais se identificou e onde seu nome é reverenciado com saudade, num preito de gratidão dos humildes” e tendo em vista os feitos que ela promoveu, “hoje, sua lembrança e sua saudade se misturam à própria paisagem da Paraíba que sempre a viu pelos seus caminhos, com riso nos lábios e amor no coração, enfeitando de esperanças e de otimismo o quadro que sua sensibilidade emoldurava”.

...

Uma vez que se trata de um documento produzido com fins de afirmação e invenção de uma memória em torno da figura de Alice e que as palavras que instituem essas leituras e compõem tais memórias foram escritas por um poeta, pode-se considerar que estas mesmas palavras participam da produção dessa memória sensível. Diante da tarefa de construir uma cartografia social da LBA na Paraíba, como tenho me proposto neste texto, pensar essa figura humana como parte da “paisagem” paraibana, como afirma o prefaciador, é de fundamental relevância.

Essa cartografia se constitui não apenas pela representação de espaços físicos e paisagens naturais ou instituições construídas pela ação humana, mas, compõe-se também por meio de múltiplas forças, emoções, sensibilidades, posturas assumidas em momentos específicos por diferentes sujeitos, etc. Captar a imagem de Alice nessa cartografia, imaginando os passos dados por ela pelo território paraibano e pelos espaços inventados pela LBA para governar a infância e torná-la saneada, civilizada e higienizada, permite pensar as lutas que travou, os encontros que viveu e as emoções que sentiu e provocou naqueles com os quais se relacionou.

Num espaço movimentado, marcado pela pilha de roupas a distribuir e as mãos estendidas para ofertar e receber, Alice assume o lugar dos demais funcionários/as e voluntários/as da LBA, trabalhando no atendimento da população e distribuindo os insumos destinados para esta. Atuar naquela instituição possivelmente teria significado para ela não apenas cuidar dos aspectos burocráticos e administrativos na gestão da comissão estadual que orientava os trabalhos a serem desenvolvidos em todo o território paraibano, bem como na prestação de serviços de assistência técnica e financeira, mas fundamentalmente lidar com as

pessoas. Protagonizar o encontro corpo a corpo, o diálogo, a construção de uma relação pautada talvez não pela autoridade de quem distribui e a condição de necessitado daquela que aceita, mas pela condição ética de quem se dispõe a estar junto, apesar de oferecer apenas o mínimo necessário e que atenderia apenas a necessidades imediatas e circunstanciais.

Ao seu modo as imagens demarcam posições de sujeito, delimitam ou instituem fronteiras, criam ou não possibilidades de diálogo. Mais do que dizer por onde a ação da LBA havia estado ou já tinha chegado, quando se tratava de instalação de postos de puericultura, por exemplo, me parece que as fotografias produzidas fazem parte de uma política da imagem que atribuía ao gesto um estatuto político. Fabricar imagens, compor contornos corporais, registrar ações, mostrar o número de pessoas atendidas.

Roland Barthes (1986) nos incita a pensar que nas imagens, como estruturas que são, há algo de óbvio que salta aos olhos, mas também muito de obtuso que deles foge ou se apresenta apenas sorrateiramente. Essas imagens figuram em um periódico oficial e são acompanhadas por um conjunto de mensagens textuais que as inserem na visibilidade geral do boletim. Pensando sobre as características de uma fotografia de imprensa, como se aproxima àquelas divulgadas pela LBA, Roland Barthes (1986) destaca que “a estrutura da fotografia não apresenta autonomia dista; mantém, no mínimo, comunicação com outra estrutura que é o texto (manchete, nota de rodapé ou artigo) que acompanha sempre a fotografia jornalística”¹²³.

Efetivamente a fotografia se constitui a partir de

duas estruturas diferentes (uma das quais é linguística) [que] suportam a totalidade da informação; essas duas estruturas concorrem, mas, estando em unidades heterogêneas, não podem se misturar: numa (o texto), a substância da mensagem constitui-se de palavras, na outra (a fotografia), de linhas, superfícies, tons”¹²⁴ (BARTHES, 1986, p. 12).

Se tudo isso fazia parte das funções políticas da imagem que a instituição queria produzir sobre si e os sujeitos que dela faziam parte na condição de funcionários ou público, parece que ações aparentemente banais, politicamente insignificantes diante de um olhar apressado, ganham um estatuto político. Para uma instituição cuja missão era prestar

¹²³ A tradução é minha e na versão em espanhol lê-se: “la estructura de la fotografía dista de ser una estructura aislada; mantiene, como mínimo, comunicación con otra estructura que es el texto (titular, pie o artículo) que acompaña siempre a la fotografía de prensa”.

¹²⁴ Também tradução minha: “dos estructuras diferentes (una de las cuales es lingüística) soportan la totalidad de la información; estas dos estructuras concurren, pero, al estar por unidades heterogéneas, no pueden mezclarse: en una (el texto), la sustancia del mensaje está constituida por palabras, en la otra (la fotografía), por líneas, superficies, tonos”.

assistência social à maternidade e infância, como o *gesto* é captado? Que estatuto lhe é atribuído? De que forma e a partir de quais signos ele é instituído na ordem do visível como parte constitutiva de uma política? Olhar as imagens como traços da história talvez exija num primeiro momento assumir o dever de deter-se diante da imagem.

A que tempos essa imagem pertence? Quais sentidos a tornaram possível e de que modo ela nos chega como essa estrangeira que vem do passado e inquieta o presente? Se ao *gesto*, como o toque de Alice ou as mãos estendidas da senhora que espera o presente da LBA, foi atribuído um estatuto político forte, podendo figurar como detalhe fundamental nas fotografias da LBA, talvez uma experiência como essa nos incite a pensar que gestos continuam a aparecer como signos do cuidado e da proteção com o outro em nossa contemporaneidade – para aqueles que assumirem o desafio de serem contemporâneos, é claro, como sugere Giorgio Agamben¹²⁵ - e em quais registros eles figuram e são apresentados publicamente.

Na composição de uma cartografia da assistência, isto é, no desenho de uma rede sob a qual seria semeada em diferentes pontos e efetivada com diferentes mãos toda uma política do cuidado com o corpo infantil e materno, considerar os gestos como partes substanciais desse processo me parece considerar antes de tudo a dimensão humana que a LBA parece querer imprimir às suas ações e as imagens que as tornaram perenes. A proximidade dos corpos é condição para que as mãos sejam estendidas e ofertem aquilo que o outro sujeito precisa. Trata-se de roupas e remédios, isto é, são objetos que longe de marcarem uma distinção social por significar privilégio ou luxo, critérios que também se definem no palco da história, constituem produtos que exercem uma função básica: *fazer viver*.

Assegurar a durabilidade e produtividade da vida é um dos objetivos da biopolítica. Apossar-se da vida em todas as dimensões possíveis, administrá-la das mais diferentes formas, garantindo que o discurso em torno de sua saúde torne-se praticado nas estruturas mais infinitesimais da sociedade é um efeito buscado a todo o tempo. Articular então o discurso que faz funcionar a biopolítica e uma política de assistência social talvez constitua um amplo desafio. Mas o fato é que se trata de distribuir roupas para não apenas adornar e enfeitar o corpo, mas proteger, bem como permitir, em última análise, que sua locomoção se torne possível.

¹²⁵ Refiro-me aqui ao ensaio “*O que é o contemporâneo?*” escrito pelo filósofo italiano Giorgio Agamben, cuja referência completa lê-se na lista bibliográfica ao fim deste texto.

Se a todo o momento trato aqui de *vidas nuas*¹²⁶ no sentido de que são vidas tomadas como objeto de definição política e de exercício de um poder que em diferentes momentos tomou feições autoritárias, o corpo em si não poderia ser nu. Pelo menos não o poderia do ponto de vista de sua visibilidade e utilidade pública. Vestir o corpo, garantir sua proteção em noites de frio constituía uma necessidade imediata sobre a qual aquela política deveria agir também de forma rápida.

O remédio, por sua vez, é condição para a manutenção da saúde, algumas vezes. Distribuir remédio estava também diretamente articulado com esse investimento na vida, na sua manutenção e na sua duração controlada e classificada pelo Estado. Percebe-se então como a partir das décadas de 1930 e 1940 o Estado cada vez toma parte no conjunto dos problemas da população e constrói uma série de mecanismos e tecnologias políticas que garantiriam sua incursão no cotidiano e no lar das famílias. Tratou-se, como diria Foucault nas suas análises sobre a biopolítica, de um processo de estatização que criou um conjunto de meios pelos quais o governo da vida foi se tornando cada vez mais exercitado, incitado, produzido e feito ver por uma política em que a imagem exerceu um papel fundamental, como no caso da LBA.

É preciso dizer que não compreendo o conceito de estatização tal como ele se configura no âmbito de uma teoria geral do Estado, mas na esteira aberta por Michel Foucault, isto é, como um processo progressivo, fragmentado, mas até certo ponto contínuo, que articula certo “número de práticas, de maneiras de fazer, e se quiserem, de governamentalidades” (FOUCAULT, 2008, p. 105), pois partindo da concepção de que o “Estado não tem essência” e ele “nada mais é que o efeito, o perfil, o recorte móvel de uma perpétua estatização, ou de perpétuas estatizações, de transações incessantes que modificam, que deslocam, que subvertem, que fazem deslizar insidiosamente, pouco importa, as fontes de financiamento”, assim como também “as modalidades de investimento, os centros de decisão, as formas e os tipos de controle, as relações entre as autoridades locais, a autoridade, etc.” (FOUCAULT, 2008, p. 106).

¹²⁶ Vida nua é um conceito formulado pelo filósofo italiano Giorgio Agamben no conjunto de suas reflexões sobre a biopolítica e o poder sobre a vida nas sociedades contemporâneas. Compreendemos por vida, na esteira de Agamben, a vida de sujeitos vulneráveis a todo tipo de violência seja por parte da sociedade ou mesmo pelo Estado. São vidas passíveis de perderem-se, mas que são tomadas e absorvidas pela tecnologia biopolítica de gestão dos corpos individuais como forma de os submeter a um outro tipo de controle, apesar e por meio das promessas de assistência e bem-estar social. Tomar a vida como questão política significa atribuir a ela significados muito específicos e um determinado horizonte com expectativas e possibilidades já desenhadas. Isto é, há um destino possível de ser medido, controlado e gerido seja enquanto possibilidade num tempo futuro seja como experiência num tempo presente. Sobre este conceito e demais desdobramentos da análise biopolítica desenvolvida por este autor na perspectiva crítica aberta por Michel Foucault, ver Agamben (2010).

Considerações de tal tipo produzem efeitos de caráter metodológico e analítico interessantes para pensar políticas públicas e as diferentes relações que os sujeitos, as organizações e instituições adotam com a figura do Estado enquanto instituição social também, na medida em que conforme Foucault nos conduz a pensar,

o Estado não tem entranhas, como se sabe, não só pelo fato de não ter sentimentos, nem bons nem maus, mas não tem entranhas no sentido de que não tem interior. O Estado não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas” e assim torna-se um desafio estudar não o Estado em sua “essência”, interrogando o seu “segredo”, que são simplesmente inexistentes, mas tocar no problema do Estado pela sua exterioridade e assim pôr em questão as práticas de governamentalidade que o produzem de determinada maneira no tempo e no espaço (FOUCAULT, 2008, p. 106).

Uma dessas práticas de estatização que possibilitou a entrada cada vez mais contínua e regular do Estado na dimensão privada, no trato com os indivíduos foi por meio dos discursos em torno da saúde do cidadão que apareceram de diferentes maneiras na década de 1930 e tiveram na criança e na mulher seus focos centrais. Mas ocorre que esses discursos não sugeriram deslocados de um processo de transformação histórica demarcado, por sua vez, no próprio Ocidente, uma vez que o investimento em torno da saúde humana é efeito de uma nova prática médica e política em que a saúde surgiu como um novo direito do homem.

Anne Marie Moulin (2011, p. 15) destaca que este novo direito foi interpretado como “a plena realização da pessoa, direito de fato compreendido, sobretudo, como o direito de assistência médica”. Considerando a saúde como sendo uma das principais noções que orientaram a elaboração conceitual do corpo no século XX, a historiadora Annie Marie Moulin, identifica as transformações no tratamento e abordagem do corpo ao longo da história, enfatizando que:

[...] a preocupação com a saúde é superior taticamente à preocupação com a doença. Se a palavra-chave do século XVIII era felicidade, e a do século XIX a liberdade, pode-se dizer que a do século XX é a saúde. Afirmado em 1949 o direito à saúde reconhecida como preocupação universal, a Organização Mundial de Saúde (OMS) dotou o século XX de um novo direito ao homem. Ele aparece hoje na maioria das constituições nacionais. A definição da saúde da OMS como estado de completo bem-estar físico, mental e social, tornou-se referência inevitável colocando a noção positiva de saúde no lugar da ausência de enfermidade ou de uma deficiência conhecida, a OMS propõe um novo ideal, mas um ideal dificilmente acessível. A extensão dos fatores que intervêm na definição da saúde, que cobrem a totalidade do campo biológico e social, torna de fato improvável a posse desse estado de bem-aventurança, privilégio inatingível: não apenas a saúde no silêncio resignado dos órgãos, definição minimalista do fisiologista e cirurgião Leriche, mas a saúde exuberante, a grande saúde como proclama

com eloquência Nietzsche. A saúde passou a ser a verdade e também a utopia do corpo, aposta da ordem social de uma ordem internacional futura, mais equitativa e mais justa, no conjunto do mundo (MOULIN, 2011, p. 18).

No conjunto de conceitos que o século XX fez aparecer com uma força discursiva singular esteve o de saúde. Dentro de uma trajetória histórica de conquistas legais de direitos civis e políticos que seriam efetivados pelos Estados nacionais em forma de políticas públicas, cabe pensar que o conceito de saúde operou dentro de um discurso estratégico de controle e manutenção da vida em sociedades marcadas pelo princípio de que a vida era o maior dos bens e que por isso mesmo era preciso salvaguardá-la de toda e qualquer ameaça. Uma percepção como essa foi incorporada também nas práticas da LBA, tal como sugere a própria fotografia que narra a distribuição de roupas e remédios – na qual Alice Carneiro aparece.

O conjunto dessas transformações repercutiu e esteve presente no modo como a LBA funcionou e também no modo como posteriormente foram criadas leituras em relação ao papel desempenhado por suas líderes. A obra feita em homenagem a Alice Carneiro é composta, como disse anteriormente, por mais seis itens após o prefácio: II – A fala dos amigos; III – Homenagens póstumas; IV – Pronunciamentos de amigos e admiradores sobre a figura de Alice Carneiro; V – Registros da Imprensa; VI – Curriculum de uma vida; Agradecimento.

Na segunda seção sobre *A fala dos amigos* se diz que “amigos de Ruy Carneiro, promovem a edição desta plaqueta, em homenagem à sua esposa, Senhora Alice de Almeida Carneiro, que tem o seu nome vinculado à Paraíba e à sua Gente, sobretudo às classes mais humildes” e lista-se os nomes dos amigos que produziram o livro: José de Magalhães Pinto, Basileu Gomes, Raul de Góes, Victor do Espírito Santo, Fernando Cunha Lima, Alvino Pimentel, Pedro Calheiros Bonfim, Abelardo Jurema.

Os textos dedicam-se a reiterar a figura de dona Alice como promotora de ações sociais em prol do povo, reconhece e retoma conceitos como filantropia e obra social¹²⁷. Basileu Gomes se dedicou a narrar, nas três páginas que pôde ocupar no livro, algumas histórias e feitos da senhora Alice, contando sobre sua colaboração na reforma do Seminário Diocesano, o velho Educandário de estudos religiosos que estava prestes a desabar, mas ela ajudou na sua revitalização por meio de campanha, bem como destaca o fato de Alice ter instituído a merenda escolar na cidade de João Pessoa nos anos iniciais da década de 1940.

Alice “convocou suas amigas, senhoras de boa vontade; professores, técnicos em educação. Construiu grupos escolares, escolas, aparelhou outras carentes de material e sem

¹²⁷ Texto de José de Magalhães Pinto, p. 25.

condições de funcionar”. Foi a “boa samaritana”¹²⁸ e uma amiga que deixou saudades. Nesse sentido pode-se notar sempre ao longo do livro a produção de imagens que relembram episódios ligados à história do cristianismo, dos mártires, e daqueles sujeitos que entregaram suas vidas em prol dos outros.

O fato de Alice ser católica também é fortemente mencionado como forma de instituir um exemplo de caráter religioso e social e ao mesmo tempo demarcar diferenças sociais na medida em que ela teria aquele tipo de postura por ter uma formação cristã, algo que deveria ser almejado e seguido por todos e todas. O seu exemplo não é apenas ilustrativo, mas convidativo para que outros sejam semelhantes a ela. No discurso de Raul de Góes sobre ela, lê-se essa alusão ao seu lugar religioso de maneira explícita: “Na condição de Presidenta da Legião Brasileira de Assistência da Paraíba, coube-lhe realizar um trabalho de alto sentido humano e social ainda hoje justamente lembrado”, e tal trabalho seria a manifestação de algo que lhe seria interior, pois “o sentimento da comunidade, decerto, um de seus característicos, testemunhando seu espírito cristão”¹²⁹.

Entre as mulheres que colaboram nos projetos de Alice estava Rosilda Cartaxo que construiu também uma trajetória ligada à história política da Paraíba. “No dia 20 de novembro de 1941 recebeu o diploma de professora, pela Escola Normal Padre Rolim, em Cajazeiras; no ano seguinte, já lecionava no Grupo Escolar ‘Joaquim Távora’, no município de São João do Rio do Peixe, onde permaneceu como professora até 1947”.

Desde jovem criou meios e articulações políticas e intelectuais que favoreceu seu engajamento político, tendo sido “uma das lutadoras pela emancipação da mulher, ao lado de Omezina Azevedo, Hortense Peixe e outras valorosas líderes pelo Progresso Feminino. Sua personalidade começou a se impor na área educacional” e para “aprimorar seus conhecimentos, participou de vários cursos e treinamentos realizados em João Pessoa, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro”. Articulou-se a várias instituições paraibanas e uma delas foi a Legião Brasileira de Assistência, onde desempenhou trabalhos nos serviços sociais da entidade¹³⁰.

O fato também de Alice e Ruy não terem tido filhos é abordado em um dos textos da seção inicial por Victor do Espírito Santo que diz que ela não teria realizado “o maior de seus anseios: o da maternidade”, o que só reafirma as expectativas social e culturalmente construídas em relação às mulheres, visto que a elas foi destinado o papel da maternidade

¹²⁸ Texto de Basileu Gomes, p. 29-31.

¹²⁹ Texto de Raul de Góes, p. 35-36.

¹³⁰ As informações sobre Rosilda Cartaxo podem ser acessadas no site do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), no site: <http://www.ihgp.net/luizhugo/rosilda.html>. Acesso em 25 de jun. 2016.

como sendo a realização da condição feminina. Por se tratar de um homem escrevendo sobre uma mulher que não teve filhos e que assumiu a posição de quem cuidaria e assistiria de diversas formas as crianças da Paraíba¹³¹ pode-se pensar não num processo de determinação dessa visão feminina sobre o masculino, mas como um processo educativo por meio do qual ele subjetivou e atribuiu sentidos de verdade a tal discurso, reproduzindo-o.

“Em convívio frequente com o casal: Dr. Ruy e D. Alice Carneiro, foi-me sempre dado o ensejo de colher ao longo dos anos, extraordinários exemplos de suas grandes virtudes de moralidade e civismo”, relata Fernando Cunha Lima partindo de uma experiência pessoal com as personagens em questão para construir, ao seu modo, uma leitura sobre Alice.

Dona Alice – a companheira incansável de todos os momentos – sempre teve participação relevante na honrada e gloriosa vida pública do Dr. Ruy Carneiro, pois ela, em época alguma, declinou daquele modo simples de ser nem da grandeza de saber lutar, apoiar, orientar, transmitir algo de si e de seu espírito sempre aberto esta sempre soube ser útil com distinção e presteza em qualquer ocasião. No recinto do lar, naquela convivência de grandeza e compreensão, plasmou a base perfeita, de onde se emanou a tranquilidade necessária ao homem público. De modo que sua atuação, em quaisquer circunstâncias, sempre deixou transparecer bondade, equilíbrio e sensatez. O ético e o humano sempre se irmanaram na conduta exemplar daquela mulher de excepcional valor. Em seu valioso empenho, em trabalhos de extensão social, participou ativamente de programas de educação e saúde para nossos conterrâneos. Nas contingências mais difíceis da vida pública, quando é exigida maior reflexão, maior serenidade, mais coragem e determinação a inesquecível D. Alice nunca faltou ao estímulo e ao apoio para as grandes deliberações de seu dedicado e querido esposo. Ao lado dele sempre se fez presente e confiante, autêntica e participadora, fosse na ventura, fosse nas vicissitudes da vida¹³².

Apesar de ser construído todo um discurso em que valores morais e a alusão aos grandes feitos, comportamentos e a conduta exemplar do casal Alice e Ruy Carneiro serem contemplados, o lugar feminino ainda é delegado a discrição. Os seus feitos, a postura adotada na condução da assistência social na Paraíba qualifica Alice como mulher e como participante da política por ela ocupar um lugar que também é o da discrição e da serenidade. Uma presença que em si reforça a presença e autonomia de outro que não seria ninguém menos que seu próprio marido, este sim que teria entrado para a história como um grande líder, uma espécie de “pai dos pobres” tal como Getúlio também foi, ou melhor, como foi construído nos discursos que o singularizaram dessa maneira.

¹³¹ Texto de Victor do Espírito Santo, p. 39-40.

¹³² Texto de Fernando Cunha Lima, p. 43-44.

Discrição, presteza, empenho e disposição para o trabalho em qualquer momento são qualificativos da postura de uma mulher como Alice Carneiro. Um discurso como o de Fernando Cunha Lima ao passo em que teve a intenção de adornar a figura de Alice com uma série de adjetivos e uma postura elogiosa em relação ao casal pode servir de ponto de partida para pensar as leituras e percepções que ele não criou, mas fez circular no seu texto de alguma maneira. Serve, não no sentido meramente utilitário, mas como ponto de inflexão no pensamento, para refletir sobre as imagens que os homens produziram acerca das mulheres que participaram da política ao longo do século XX.

Digo isto não no sentido de generalizar um discurso tão específico e localizado como este, mas sim no intuito de perceber que as qualificações de mulheres que participaram da política assistencial no país como Alice Carneiro e Alice de Melo na Paraíba, Isolette Cavalcanti Coelho no Rio Branco, Elsa Bertaso em Chapecó, e mesmo Darcy Vargas – com atuação nacional – sempre apontam para questões morais, posturas individuais que teriam reverberado na condução de trabalhos de auxílio ao próximo. Se essas políticas de assistências consistiram também em artes de governar populações, corpos, grupos sociais e, em última instância, indivíduos, parece que partiam do pressuposto básico que o exercício do governo do outro tinha no governo de si uma condição *sine qua non* na medida em que constituiria um exemplo, um modelo.

Por sua vez, Alvino Pimentel escreveu um breve texto sobre Alice que em nada destoa dos demais, mas a sua relação parece ter guardado um pouco mais de proximidade com o casal e ele agradece a amizade afirmando que ambos foram presenças constantes em seu coração, construindo uma amizade consolidada no tempo e que tinha as “cores de coisas definitivas”¹³³. Pedro Calheiros Bonfim escreveu um texto intitulado “A obra assistencial de Alice Carneiro” em que, assim como os demais, narra a trajetória de Alice sempre articulada com a de seu esposo. Destaca que o foco das preocupações de Alice foi na criança carente e tendo desenvolvido uma “campanha de assistência médico-infantil da qual resultou o Hospital Arlinda Marques”¹³⁴.

No entanto, destaca ainda que “não se deteve aí sua obra assistencial. Percebeu ela, quando poucos estavam conscientizados para o assunto, que inexistiam resultados educacionais positivos em escolas frequentadas por crianças desnutridas” e diante dessa necessidade “planejou e implantou um programa de assistência alimentar para escolares,

¹³³ Texto de Alvino Pimentel, p. 47.

¹³⁴ A obra Assistencial de Alice Carneiro. Texto de Pedro Calheiros Bonfim, p. 51-52.

realizando desta forma, em grande escala, trabalho pioneiro no campo educacional no estado da Paraíba”.

Mas “esses fatos, para não citar outros que concorreram para marcar sua personalidade, revelam não somente a grande sensibilidade de Alice Carneiro pela sorte dos menos favorecidos da fortuna, mas também a sua perspicácia na percepção das consequências na vida adulta dos estados de desnutrição e subnutrição na infância”. Por tais empreendimentos “a obra de Alice Carneiro ficou assinada em João Pessoa e no interior da Paraíba. Aqueles aos quais ela amparou com assistência social, haverão de recordá-la com a perenidade do reconhecimento que não se extingue”¹³⁵.

Sob a imagem de uma mulher boa, generosa e empenhada na proteção da infância, foi feito todo um investimento na produção de uma memória sobre Alice Carneiro. Como ela deveria ser lembrada pelo povo paraibano? Quem produziu estas memórias e de que maneira elas exerciam uma função política? Sabemos que toda memória é produzida no presente, a partir das demandas e das questões que esse presente suscita.

O ato de lembrar, rememorar, é eminentemente político e estabelece uma relação que também é de criação em relação ao passado. Nesse sentido, o livro produzido como documento que registra memórias sobre Alice Carneiro foi urdido a partir de um conjunto de regras discursivas que o permitiram se tornar um instrumento de afirmação de uma identidade considerada coesa e coerente e que por isso mesmo precisava ser protegida, resguardada e principalmente divulgada para que o povo paraibano conhecesse a mulher que contribuiu grandemente para a busca de solução dos problemas sociais durante mais de duas décadas.

“A presença de Alice Carneiro no ensino” é o título do último texto da seção que apresenta falas de amigos do casal Ruy e Alice. Escrito por Abelardo Jurema, que foi um dos diretores do Departamento de Educação na época da interventoria de Ruy Carneiro e se dedicou a narrar a situação do ensino na Paraíba conforme foi encontrada por Ruy. Em seu texto ele visa “testemunhar” a ampliação da rede de escolas pelas fazendas, com base na construção das escolas rurais. Naquele momento o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos que era dirigido pelas “duas maiores figuras da pedagogia brasileira”, os professores Anísio Teixeira e Murilo Braga, teriam contribuído de forma concreta durante o governo do General Gaspar Dutra para ampliar as unidades federativas e naquele momento a Paraíba contou com ajuda na construção de 106 escolas e esse processo prosseguiu com o governo de Oswaldo Trigueiro e José Américo de Almeida.

¹³⁵ A obra Assistencial de Alice Carneiro. Texto de Pedro Calheiros Bonfim, p. 52.

Visitando todos os municípios paraibanos, suas sedes municipais e distritais, verifiquei a sua precariedade em instalações, não só de material escolar como de elementos acessórios (sic). Não dispunham os Grupos e Escolas nem sequer de relógio para orientação das professoras e alunos; a bandeira brasileira era pintada nas paredes para o culto cívico da criança; de esporte, não havia nem uma bola de pano; farda escolar era o grande problema para uma meninada pobre que não podia confeccioná-la; e, como problema maior, a evasão escolar provocada pela fome e pelas condições dentárias das crianças.

Aí que surgiu o Anjo Benfeitor, a Sra. Alice Carneiro, esposa do então interventor Ruy Carneiro, que, como Presidente da Legião Brasileira de Assistência, baixou suas mãos em favor da criança paraibana¹³⁶.

A retórica da moral e do exemplo é constitutiva de todos os discursos que compõem o livro divulgado pelo Senado Federal sobre a esposa de Ruy Carneiro. O *anjo benfeitor* é apenas mais uma das expressões que tentam singularizar e criar uma memória sensível em relação àquela mulher. Tais memórias foram produzidas em um momento marcado pela perda. E tratou-se de uma perda dolorosa que deixou em todos aqueles que eram próximos à família de Alice a sensação de profunda impotência diante de sua doença que tanto a fez sofrer por longos dias, mas que não deu a oportunidade para que ninguém a salvasse daquele sofrimento quando tantos outros tinham sido auxiliados por ela em suas misérias e dores.

A segunda seção do livro, “Homenagens póstumas”, destaca depoimentos de Ivan Bichara Sobreira, que participou das atividades da Legião na Paraíba, e que na condição de governador do estado naquele momento lançou o decreto nº 7.211 de 7 de março de 1977 criando a Escola Estadual de 1º Grau “D. Alice de Almeida Carneiro”, no bairro de Tambaú, em João Pessoa, com o objetivo de prestar uma homenagem perene àquela mulher que tinha contribuído fortemente para a transformação da educação escolar na Paraíba desde a década de 1940, quando instituiu a merenda escolar e possibilitou, com os recursos da LBA, outros apoios à rede escolar básica do estado.

Com o objetivo de demonstrar como a morte de Alice teve grande repercussão no país, a segunda seção mostra ainda que a assembleia legislativa do estado do Rio de Janeiro também teve uma sessão em que o deputado Frederico Trotta propôs uma moção em que lamentou o falecimento e prestou condolências não apenas pessoais, mas de todo o parlamento do Rio de Janeiro no sentido de amparar o então senador Ruy Carneiro naquele momento de dor, no dia 5 de novembro de 1976¹³⁷.

¹³⁶ A presença de Alice Carneiro no ensino. Texto de Abelardo Jurema, p. 55-56.

¹³⁷ Manifestação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (moção apresentada pelo deputado Frederico Trotta), p. 77.

A quarta seção, “Pronunciamentos”, traz uma variedade de documentos que se repetem no conteúdo, mas diferem na forma de apresentação, pois são cartas¹³⁸, crônicas¹³⁹, fragmentos de outros jornais¹⁴⁰, escritos também por amigos e familiares, a exemplo da crônica publicada em *O Norte* no dia 17 de novembro de 1976 e escrita por Selma Maria Lianza Dias, afilhada de Alice¹⁴¹, em que se presta homenagem¹⁴² ao seu trabalho¹⁴³.

São textos que trazem sempre as mesmas informações, pois o livro em grande medida pode ser visto como uma coletânea de informações produzidas sobre Alice e sua morte em 1976. Recolhe materiais publicados em diferentes periódicos e os reúne em um único suporte, sem haver um trabalho de comentar, diferenciar, ou fazer qualquer outro tipo de elaboração em relação aos materiais-base que noticiaram¹⁴⁴ em diferentes meios¹⁴⁵ de divulgação¹⁴⁶.

Por sua vez, a quinta seção do livro, “Registros da Imprensa”, apresenta 27 pequenos textos divulgados em jornais como *Correio Braziliense* (coluna de Brasília), *Jornal da Paraíba*, *Diário de Brasília*, *O Momento*, *A União*, *Jornal de Agá*, *O Norte*, *Diário da Borborema* (de Campina Grande), *Correio da Paraíba*, *Diário de Pernambuco*, *Jornal de Brasília*, *Jornal do Commercio* (de Recife), *Correio do Povo* (de Porto Alegre) e o *O Globo*.

Por fim, a última seção do “livro de saudades”, como assim ele é definido na página 168, tem como título a expressão “Curriculum de uma vida” que apresenta as datas de nascimento e morte de Alice, os nomes dos pais Henrique de Almeida e Júlia Cipriano de Almeida, seu casamento com Ruy em 1925 quando ele ainda era jornalista. Refere-se também ao fato dele ter assumido a interventoria nos cinco primeiros anos da década de 1940 como mote para mostrar que aquele foi o momento em que Alice também se destacou e desenvolveu uma série de ações que são sintetizadas em 10 pontos, como segue:

- 1 – Pioneira na Merenda Escolar, fornecendo, por intermédio do Departamento de Educação do Estado, recursos para o fornecimento, em todos os grupos escolares do Estado, alimentos quentes e frios aos escolares;

¹³⁸ Carta do Monsenhor Abdon Pereira, p. 87.

¹³⁹ Do cronista Gonzaga Rodrigues, p. 91.

¹⁴⁰ De Ari Cunha, do *Correio Braziliense*, crônica “Visto, lido e ouvido”, p. 93.

¹⁴¹ Alice Carneiro, minha incomparável madrinha. De Selma Maria Lianza Dias, crônica publicada no jornal *O Norte* de João Pessoa, em 17 de novembro de 1977, p. 95.

¹⁴² De Saulo Mendonça Marques, crônica publicada pela Rádio Tabajara, anunciando o desenlace em 6 de novembro de 1976, p. 97.

¹⁴³ Rosilda Cartaxo, em crônica publicada no *O Momento*, de 13/20 de dezembro de 1976, p. 99.

¹⁴⁴ Do cronista da Rádio Arapuan, de João Pessoa, José Domingues Filho, transmitindo o seu “adeus” com o espírito envolto na tristeza que cobria todos os paraibanos ao impacto da notícia, p. 103.

¹⁴⁵¹⁴⁵ De João Bernardo, advogado e poeta homem de atuação na vida paraibana com sensibilidade diz: “o nome é o mais doce dos nomes. É o mais singelo e paraibano dos nomes – Alice Carneiro”, p. 105.

¹⁴⁶ De Ecila Lins de Mendonça velha amiga que a acompanhou em toda a sua peregrinação paraibana nas campanhas desenvolvidas para assistir o desassistido para atender o desatendido, p. 107.

- 2 – Construiu o Hospital Arlinda Marques dos Reis, com recursos angariados em festas sociais e doações de empresários do Sul do País;
- 3 – Construiu o Ambulatório Desembargador Novais, anexo ao Hospital Santa Izabel;
- 4 – Assistiu e construiu dependências para melhoria de instalações no Preventório “Eunice Weaver”, no Orfanato “Dom Ulrico”, no Asilo de Mendicidade “Carneiro da Cunha” (hoje “Lar da Providência”), no Abrigo de Menores “Jesus de Nazaré”, no Leprosário “Getúlio Vargas” e no Abrigo “Bom Pastor”;
- 5 – Durante 5 anos na presidência da LBA, promovia o “Natal dos Pobres”, armando barracas nos bairros da Cidade de João Pessoa, para distribuição de alimentos, roupas, remédios e brinquedos, assistindo principalmente famílias numerosas;
- 6 – Visitava municípios paraibanos, acompanhada de auxiliares da LBA, estimulando as esposas dos Prefeitos Municipais a uma prestação de serviço constante às populações pobres;
- 7 – fazia doações de gabinetes dentários e material esportivo aos grupos escolares do Estado, através do Departamento de Educação do Estado;
- 8 – Inúmeras foram as famílias amparadas pela LBA, no seu tempo, com doações de pernas mecânicas, cadeiras de rodas, óculos, muletas, numa caridade racional que se realizava em seguida a investigações sociais da Legião Brasileira de Assistência;
- 9 – Quando o atual Senador Ruy Carneiro foi Secretário do Presidente do Banco do Brasil, Diretor Superintendente da Companhia de Navegação Costeira, Diretor Superintendente do Banco Lar Brasileiro, Alice Carneiro mobilizava as amigas do casal e frequentemente estava a assistir paraibanos, comparecendo a concentrações periódicas no Estado, para assistir às populações pobres, com roupas, alimentos e medicamentos;
- 10 – Participou de todas as campanhas enfrentadas pelo seu esposo, atual Senador Ruy Carneiro e, na opinião geral, este deve grande parte de sua popularidade e aos êxitos crescentes e continuados de sua vida pública, à participação da Sr^a Alice Carneiro que era uma verdadeira “madrinha” do povo paraibano¹⁴⁷.

O que é um currículo? Parece-me que seja um tipo de documento em que se sistematiza uma série de experiências, conquistas, bem como o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de um conjunto de competências que qualificam um sujeito para o exercício de uma determinada ação ou projeto. Mas por que encerrar o livro sobre Alice destacando o currículo dela? Se de fato não foi uma funcionária da LBA, mas muito mais uma ativista que empenhou esforços pessoais naquela causa, como encarar aquilo como uma profissão, como poderia sugerir o uso da expressão “currículo” naquele fim de um “livro de saudades”?

A palavra *curriculum*¹⁴⁸ origina-se do latim *currere* e significa “correr, cumprir um percurso”. Ao passo em que as palavras que compuseram aqueles discursos sobre Alice também cumpriram um percurso ao longo do livro, gestando memórias e contando histórias

¹⁴⁷ Curriculum de uma vida, p. 167-168.

¹⁴⁸ Sobre a etimologia da palavra curriculum, ver: <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/curriculum-vitae/>. Acesso em 26 de jun. 2016.

de suas experiências e os desafios que enfrentou, ao fim da obra parece que os autores se colocam o desafio de sintetizar o percurso de uma vida, os caminhos e contornos de uma experiência construída com os outros e para os outros.

Trata-se de uma linha não cronológica nem causal, mas a construção que enfatiza os feitos de Alice. As instituições que construiu ou apoiou, as novidades e transformações que provocou (não de forma unilateral, mas partilhada) na educação e na saúde pública destinada à infância pobre da Paraíba, etc. Os passos de Alice percorreram o estado como um todo, orientando e sugerindo que outras mulheres, neste caso esposas de prefeitos, se envolvessem na cartografia da assistência que a LBA vinha desenhando em todo o país. Multiplicar os canteiros, somar as múltiplas forças e construir distintas parcerias foram alguns dos objetivos e certamente um dos efeitos conseguidos pelo trabalho dela em conjunto com diversas pessoas.

Percebe-se então como essa rede de assistência médico-social produzida no estado nos anos iniciais da década de 1940 foi composta por uma série de elementos sociais, políticos, discursivos, assim como envolvendo diferentes relações sociais e afetivas que na combinação mais geral, se posso dizer assim, efeturaram a invenção de uma rede assistencial composta por múltiplas instituições articuladas por um projeto político que tinha na infância e na saúde do corpo infantil uma questão fundamental.

Todavia, é fato que se a LBA emergiu na década de 1940 e produziu essa série de efeitos, tal instituição também não pode ser vista de maneira isolada nem do ponto de vista de ser uma proposta totalmente original e fora das condições sociais e políticas em que estava inserida nacional e internacionalmente, como também não se pode deixar de ver que ela deu continuidade e fortaleceu uma série de práticas que lhe antecederam. Nesse sentido, se é fato que uma das questões centrais acerca da ação assistencial da LBA foi formar uma rede composta por serviços e instituições para atender a infância e a maternidade também cabe destacar que algumas daquelas instituições tinham surgido antes da LBA e esta passou a dar apoio técnico e financeiro para utilizar os potenciais que já existiam no território paraibano em termos de equipamentos para atender as mulheres e crianças.

Um dos médicos que fez parte da LBA na Paraíba, sendo convidado no momento de formação da comissão estadual como citei anteriormente, foi o paraibano Oscar Oliveira Castro que foi médico, professor universitário, jornalista e escritor, tendo desempenhado funções de Secretário de Educação de João Pessoa, professor do Colégio Diocesano Pio X, Colégio Nossa Senhora das Neves, Liceu Paraibano, Faculdade de Filosofia, Escola do Serviço Social, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito da Universidade Federal da

Paraíba, ingressando no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) em novembro de 1947.

Este médico publicou um livro chamado *Medicina na Paraíba – flagrantes de sua evolução* (1945) pela editora *A União*, traçando um quadro histórico da medicina no estado desde o período colonial até o momento em que vivia, demonstrando uma visão evolutiva do processo histórico e da ciência médica que era seu ofício. Em sua obra Oscar Oliveira Castro abre possibilidades para pensar a emergência dos discursos em torno da higiene pública no estado na primeira metade do século XIX. O capítulo sobre *Instituições médicas e de assistência*¹⁴⁹ permite pensar como se formou inicialmente a rede assistencial sobre a qual a LBA investiria seus recursos na década de 1940.

Um ponto de partida para a montagem dessa rede foi certamente a construção do Instituto de Proteção e Assistência à Infância na Paraíba, cuja emergência em muito se deveu ao envolvimento do médico Walfredo Guedes Pereira que foi seu diretor-fundador. Sobre essa instituição o médico Oscar Oliveira Castro diz que a “útil instituição tem por finalidade amparar a criança. Esse cuidado é uma história que vem de longe. Tem sido contínua e sem intermitência. É velha, entre nós, a dedicação pela infância”.

O Instituto foi fundado no dia 1 de novembro de 1912 sob a legenda “Per infantes futuro serviamus”, proposta pelo Dr. Manuel Tavares Cavalcanti, e o investimento de Waldredo Guedes Pereira foi no sentido de que o estado criasse um instituto nos moldes daquele já existente no Rio de Janeiro sob a direção do Dr. Moncorvo Filho, que imprimia seu nome na história da pediatria e da infância ao tratar de questões referentes ao aleitamento materno e higiene infantil.

¹⁴⁹ CASTRO, Oscar Oliveira. Instituições médicas e assistenciais. In. *Medicina na Paraíba – flagrantes de sua evolução*. Editora A União, 1945, p. 351-418.

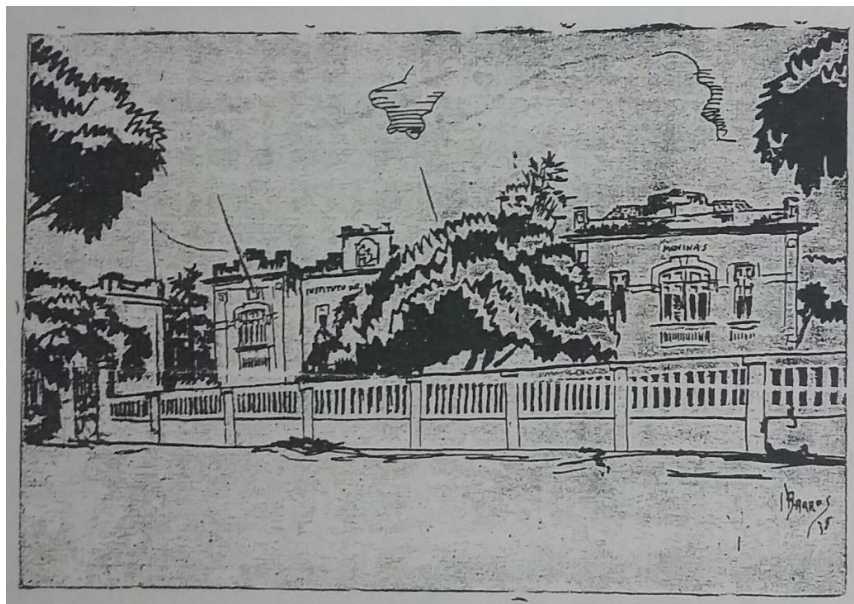


Fig. 31 Instituto de Proteção e Assistência à Infância criado em 1912 na Paraíba.

Fonte: CASTRO, Oscar Oliveira. Medicina na Paraíba – flagrantes de sua evolução. Editora A União, 1945.

O Instituto funcionou inicialmente, a partir de sua primeira seção de Ambulatório ou Policlínica, na rua Duque de Caxias, nº 413, mudando-se depois para a rua do Carmo nº 50 e esteve instalado na “rua Visconde de Pelotas nº 9 e por fim na rua Duarte da Silveira, no antigo Hospital da Santa Casa de Misericórdia, onde demorou por alguns anos” (CASTRO, 1945, p.382).

O Orfanato Dom Ulrico surgiu inicialmente na estrutura do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, mas em seguida desligou-se, ganhando esse nome em homenagem a um frade alemão chamado Ulrico Sonntag que, segundo Ruy Carneiro, “veio para a Paraíba e foi um exemplo de bondade e caridade para a pobreza da nossa terra, daquela capital”¹⁵⁰.

¹⁵⁰ Ruy Carneiro. Entrevista ao CPDOC, p. 38.

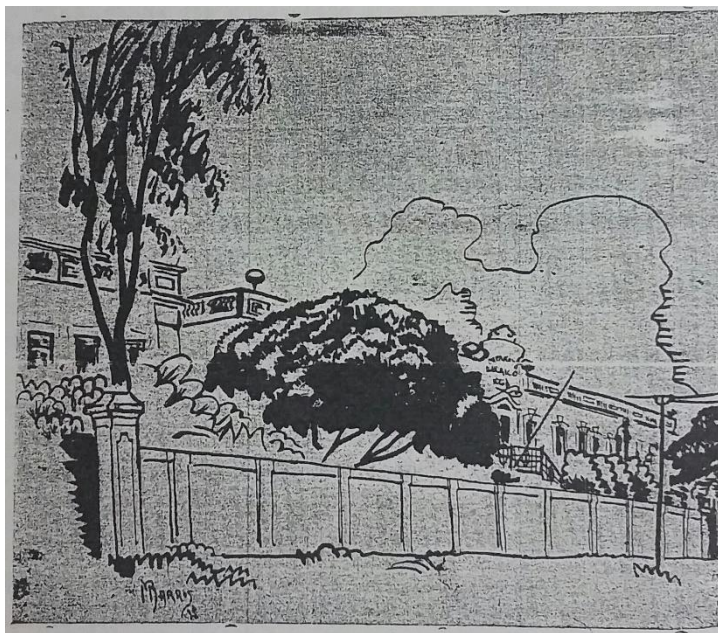


Fig. 32 Orfanato Dom Ulrico criado em 1913 na Paraíba.

Fonte: CASTRO, Oscar Oliveira. *Medicina na Paraíba – flagrantes de sua evolução*. Editora A União, 1945.

Oscar Oliveira conta em seu livro que “D. Gaspar Lefèvre, membro da primeira diretoria do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, quando da criação dos seus departamentos de assistência, tomou a seu cargo organizar e dirigir um orfanato” e que “esse acontecimento ocorreu em 13 de julho de 1913. D. Gaspar foi escolhido diretor e estabeleceu comissões e planos, para, logo em seguida, entregá-los aos cuidados do desembargador Heráclito Cavalcanti”¹⁵¹.

O orfanato, desde a sua fundação, “vem amparando com o devido carinho e o conforto que lhe permitem as suas possibilidades financeiras, grande numero de jovens órfãs, abandonadas, que dali saem educadas e capazes de desempenhar as mais diversas profissões adequadas a mulher”¹⁵². E uma condição para adentrar na instituição era que o “o Orfanato só aceita órfãs com a idade mínima de seis anos e máxima de onze tendo lotação para 86 internas”¹⁵³, caracterizando uma instituição destinada especialmente para meninas em situação de pobreza e abandono material e familiar.

Por outro lado, o Educandário Eunice Weaver, que também é chamado pelo nome de preventório no livro sobre a primeira presidente da LBA, foi uma das instituições apoiadas pela Legião e se destinava ao recolhimento e tratamento dos filhos sadios dos hansenianos e estava situado na propriedade do Rio do Meio, sendo um edifício “grande, tipo monobloco, de

¹⁵¹ Orfanato Dom Ulrico. CASTRO, Oscar Oliveira. *Medicina na Paraíba – flagrantes de sua evolução...*, p. 386.

¹⁵² Orfanato Dom Ulrico. CASTRO, Oscar Oliveira. *Medicina na Paraíba – flagrantes de sua evolução...*, p. 386-387.

¹⁵³ Orfanato Dom Ulrico. CASTRO, Oscar Oliveira. *Medicina na Paraíba – flagrantes de sua evolução...*, p. 386.

aspecto monumental”, como descreve o médico¹⁵⁴. A instituição era uma “realização da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, é obra construída com donativos particulares e com auxílio do Governo do Estado”. A construção dessa instituição contou com o apoio dos engenheiros Abelardo Andréa dos Santos, Hermenegildo Di Lascio e Leonardo Arcoverde. O autor do livro diz ainda que “muitos progressos tem feito a Paraíba na sua rede de organização hospitalar e de assistência” com aquelas instituições que tinham como foco “o amparo à saúde do povo”¹⁵⁵.

E uma das instituições que mais se destaca na rede criada pela LBA, assim como no próprio boletim, é a Maternidade Cândida Vargas. Sobre esta instituição o autor de *Medicina na Paraíba – flagrantes de sua evolução*, diz que esta instituição, que à época estava localizada na avenida Coremas, estava com sua construção já concluída e podia-se dizer que talvez fosse “o maior estabelecimento no gênero, existente no Nordeste. É uma imponente massa arquitetônica, cujas linhas modernas e sóbrias dominam parte da zona hospitalar da cidade”, tendo sido feita com a “cooperação valiosa do Governo Federal, sob orientação do Departamento Nacional da Criança, dispondo o edifício, cujo valor é de cerca de dois milhões e trezentos mil cruzeiros, de uma área de doze mil metros quadrados, dos quais mil, ocupados pela construção”¹⁵⁶.

O projeto da Maternidade Cândida Vargas, que tem dois pavimentos de 2.500 m² cada um, é de autoria do arquiteto J. Correia Lima, tendo sido a obra dirigida pelo engenheiro Francisco Cicero de Melo Filho.

Afóra as salas de operações e gabinetes de análises, farmácia e da diretoria, dispõe de berçários, lavanderia, cozinha, dietética, capela, acomodações para enfermeiras e pessoal da administração.

Tem capacidade de 120 leitos para indigentes e 11 apartamentos para pensionistas.

Nela funcionará, ainda, um serviço completo de ambulatório pré-natal e lactário, destinado à população pobre do bairro em que está localizada¹⁵⁷.

A produção em torno da política sobre a infância que começara a se desenvolver desde o fim do século XIX na Paraíba e que teve na instituição do Serviço de Higiene Infantil em 1931 outro ponto de partida, ocorria de diferentes formas e por meio de distintos atores sociais que produziam saber sobre aqueles acontecimentos em torno da vida infantil e materna. Impressos, jornais, boletins institucionais, livros de médicos, imagens fotográficas. Foram várias as formas de produzir registros sobre como a emergência do problema da

¹⁵⁴ Educandário Eunice Weaver. CASTRO, Oscar Oliveira. *Medicina na Paraíba – flagrantes de sua evolução...*, p. 403.

¹⁵⁵ CASTRO, Oscar Oliveira..., p. 404.

¹⁵⁶ Maternidade Cândida Vargas. In. CASTRO, Oscar Oliveira..., p. 408.

¹⁵⁷ Maternidade Cândida Vargas. In. CASTRO, Oscar Oliveira..., p. 408.

população infantil, especialmente, ia se tornando cada vez mais alvo de um intenso investimento que envolvia a invenção de toda uma rede assistencial que operava na produção de saber sobre a infância, a criança, a maternidade, a família.

Objetos de saber e poder, questões eminentemente políticas diante das situações de crise econômica e financeira, epidemias como as de cólera que vinham ceifando vidas desde o século XIX, intensas estiagens, problemas com alimentação e saúde das crianças, lactação, etc. Um conjunto de problemas que exigiram um conjunto de ações que lhes fossem correlatas e que garantissem a manutenção da vida.

Saber mais sobre a infância era condição para melhor cuidar, atender, exercer poder não de forma coercitiva, mas produzindo comportamentos, subjetividades, gostos, costumes diferentes daqueles considerados não civilizados e modernos. Todo o investimento feito pela LBA foi também na direção de produzir uma Paraíba mais articulada com os ideais de modernidade e progresso que chegaram aqui e de diferentes maneiras foram alvo de investimento, incitação, produção.

Esse trabalho exigiu mãos firmes, corpos dispostos a encarar a tarefa de percorrer o território que se pretendia governar com base em uma política do cuidado e na qual uma nova forma de compreender a infância era apresentada, sendo correlata dessa concepção uma aposta em um novo tempo. Novas vidas, novas formas de lidar com o corpo, a casa, a maternidade, a educação e a saúde. O que as páginas do boletim registraram foi também uma promessa, uma aposta em um novo tempo que não se faria sem a participação de todos e cada um. Naquele momento em que a população era convocada como parte fundamental para instituir a identidade nacional, a coesão necessária para livrar o país do perigo vermelho e criar um espaço governado e moderno, um dos principais objetivos desse investimento é romper com um tempo marcado pela tradição e instituir práticas que seriam signo da modernidade a se fazer presente desde o trato com o corpo até o convívio social e institucional.

A nação que fabricava seus líderes para dela melhor cuidar – e sobre ela também investir suas forças – não pode ser vista como essência assim como estes indivíduos não podem ser visto de forma naturalizada como predestinados desde o nascimento para se tornarem os heróis da nação, os patronos da identidade nacional nem tampouco como dotados de uma potência que só precisaria do espaço propício para se desenvolver. Sujeitos como Getúlio, Darcy, Ruy e Alice foram efeitos – na medida em que os sujeitos não são essências a-históricas, mas também produzidos na relação social – de um conjunto de condições históricas que os tornaram possíveis. A relação entre o indivíduo e o coletivo – assim como entre o

particular e o geral, o singular e o plural – é sempre marcada por uma complexidade e por meio de uma miríade de combinações possíveis, mas, pode-se pensar como esses sujeitos foram parte de uma cultura na qual nasceram e que por meio das relações de poder e saber que protagonizaram tiveram possibilidades diferenciadas para agir, criar e inventar formas individuais e coletivas de participação e intervenção no mundo.

Qual o mundo de Alice Carneiro? Ela que nasceu na Paraíba e percorreu o país com seu marido na condição de companheira fiel e discreta no apoio incondicional aos trabalhos dele, foi também protagonista de um projeto que tomava a infância como promessa de futuro. A parceira fiel, a mulher dedicada que agiu na construção de uma cartografia social em que caridade e filantropia se combinaram de diferentes formas, em que a lógica da razão como critério para as intervenções sociais não esteve desarticulada totalmente das crenças e posturas religiosas que davam forma a maneira de pensar e agir diante da miséria alheia.

...

Ruy Carneiro concedeu duas entrevistas ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, em 1977. O objetivo dos entrevistadores Lúcia Hipólito e Eduardo de Vasconcellos Raposo era traçar um panorama da trajetória política dele e ao mesmo tempo sistematizar informações sobre o processo de gestão da Interventoria de Ruy entre 1940 e 1945, sob ordem de Getúlio Vargas. Ou seja, tratava-se de buscar perceber os efeitos e as particularidades da implantação do Estado Novo em terras paraibanas. A primeira entrevista foi concedida em 07 de março de 1977 em Brasília e a segunda ocorreu em 09 de março do mesmo ano, também na capital federal.

O suporte material do qual parto para leitura e análise dessas duas entrevistas de Ruy Carneiro é uma publicação da editora *A União*, da Paraíba, que produziu uma “Série Histórica” chamada “Paraíba - Nomes do Século”, cuja finalidade é registrar os feitos e os ditos de uma série de sujeitos que marcaram a história da Paraíba, principalmente na política. Trata-se de um suporte produzido por um órgão de imprensa oficial, escrito e organizado por Antônio Carneiro Arnaud, sobrinho de Ruy Carneiro, e que lança mão de outros materiais produzidos por instituições como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou mesmo fotografias particulares para poder construir um quadro histórico da atuação do político paraibano.

O discurso desse impresso se constrói a partir de uma narrativa que desenha linearmente a trajetória do homenageado e busca elaborar uma memória para que seus feitos

não sejam esquecidos pelo povo paraibano. Articulando temas como “família”, “trajetória política”, “coerência de princípios”, “religiosidade”, “avesso a ofensas e calúnias”, “lealdade aos amigos”, “dirigir o Estado”, “amor à Paraíba” e “avenida Ruy Carneiro” as falas parecem querer fabricar uma narrativa sobre a figura do líder político desde suas origens familiares em Pombal até sua chegada ao campo da política. Isto tem como efeito retórico e narrativo a construção de um sujeito que se construiu linearmente e como se estivesse com um destino já traçado para ele desde sua infância e pode-se pensar com Bourdieu (2006) como isso tem como pressuposto básico uma “ilusão biográfica” que põe o sujeito numa cadeia de acontecimentos e processos que o destinariam a ser aquilo em que se tornou¹⁵⁸.

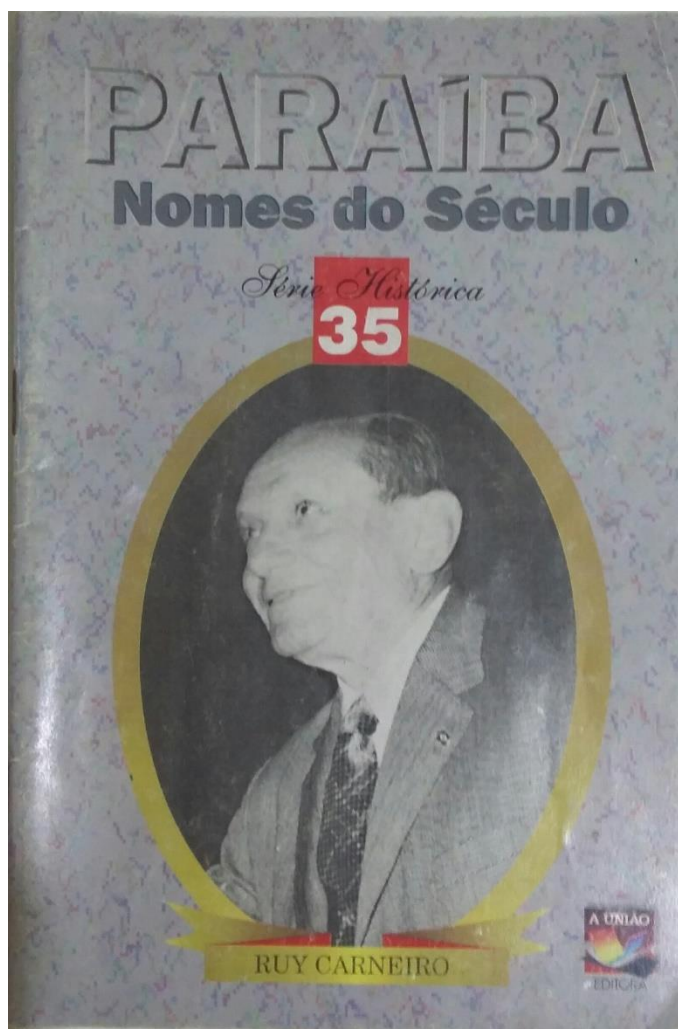


Fig. 33 Coleção Paraíba Nomes do Século. Série Histórica, n. 35. Editora A União, 2000.

¹⁵⁸ Refiro-me ao texto “A ilusão biográfica” do sociólogo francês Pierre Bourdieu presente na coletânea organizada por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado sobre história oral, cuja referência completa encontra-se no fim deste texto.

Alice Carneiro aparece como tema nas duas entrevistas e dela o então Senador fala com carinho e respeito, diante do trabalho desenvolvido por ela junto ao governo do estado. Quando fala sobre sua juventude diz: “Eu fiz o exame vestibular para a Faculdade de Direito do Recife e, na vida boêmia da imprensa, não quis continuar a estudar” e, delimitando a presença de Alice, continua: “depois que me casei, minha mulher, Alice de Almeida Carneiro – que faleceu agora, no dia 4 de novembro de 1976 – me incentivou, e foi o grande incentivo em toda a minha vida pública”¹⁵⁹.

Evocar e construir uma memória no momento em que as impressões da morte dela ainda eram muito recentes parece dar contornos específicos nas palavras que instituem essa lembrança. “Ela foi, na realidade, a grande orientadora, o meu estímulo; tudo era ela. Devo a ela todo o êxito de minha vida pública e privada”¹⁶⁰. No fim da primeira entrevista ele diz, sobre sua popularidade e a relevância disso para ter chegado a ocupar outros cargos na vida pública federal, que: “O forte do meu governo sempre foi a capital; é até hoje o meu amparo e meu apoio. E eu devo ter me conduzido bem porque vivia lá”, mas também destaca que “graças a Deus, a ação de minha mulher no setor de assistência social concorreu imensamente para criar boa situação para mim”¹⁶¹.

Quando perguntado sobre a situação em que encontrou o estado quando assumiu a interventoria em 1942, Ruy toca na questão da emergência da LBA num momento em que a Paraíba vivia uma intensa estiagem, uma das secas mais significativas da história do estado, ele diz:

Encontrei as dificuldades normais de quem governa um estado pobre do Nordeste. Mas fiz tudo o que foi possível, atacando alguns problemas: educação, agricultura – desenvolvimento da agricultura e pecuária –, estradas e assistência social. Esta era dirigida por minha mulher, Alice de Almeida Carneiro, presidente da Legião Brasileira de Assistência. Ela dava colaboração, porque o primeiro secretário do Interior, dr. José de Borja Peregrino, morreu poucos meses depois de assumir. Estava doente e, lamentavelmente, esse companheiro e saudosa memória desapareceu; foi convidado para substituí-lo o dr. Samuel Vital Duarte, grande advogado, homem que chegou a ser presidente da Câmara dos Deputados, foi deputado federal, grande jornalista, homem muito brilhante e muito capaz. Ele dirigia a assistência social, com a cooperação que lhe dava minha esposa. A Legião Brasileira de Assistência dava, paralelamente, uma colaboração profunda e

¹⁵⁹ Ruy Carneiro. Entrevista ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Entrevistadores: Lúcia Hippolito e Eduardo de Vasconcelos Raposo, p. 30-31. In. Coleção Paraíba Nomes do Século. Série Histórica, n. 35. Editora A União, 2000.

¹⁶⁰ Ruy Carneiro. Entrevista ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Entrevistadores: Lúcia Hippolito e Eduardo de Vasconcelos Raposo, p. 30-31. In. Coleção Paraíba Nomes do Século. Série Histórica, n. 35. Editora A União, 2000.

¹⁶¹ Ruy Carneiro. Entrevista ao CPDOC, p. 44.

sensível a esse problema que era vital para mim, a assistência social, pela minha formação espiritual¹⁶².

Apesar de a LBA ser uma das primeiras políticas públicas de Estado criadas no país é fato também que essa transformação não esteve isolada de uma série de continuidades históricas e uma delas refere-se a essa percepção em torno da assistência social ser vista por parte de agentes públicos não ainda como questão de direito, mas como bem-estar e continuação de uma lógica da caridade, apesar de agora com critérios mais técnicos e às vezes científicos. Foi nesse quadro complexo de ruptura e continuidade que a LBA surgiu e produziu uma série de mudanças na história política do país.

Uma vez delimitados os princípios e critérios que orientaram a produção de um espaço governado, ou melhor, uma cartografia que inventou percepções e leituras sobre um espaço amplo, heteróclito e complexo a ser investido, descrito, catalogado, inventariado e governado por uma política de assistência social às mães e crianças, talvez essa análise possa desviar seu olhar para outros detalhes e outros pontos dessa cartografia. Uma vez que o discurso da LBA também lançou mão da noção de esperança e da percepção da infância como promessa de um futuro melhor para a Nação, pode-se imaginar e perscrutar os passos pelos quais se buscou vencer a grande ameaça que assolava a infância naquele momento: a mortalidade infantil.

Ocupando páginas e mais páginas do boletim da LBA, a preocupação em torno da mortalidade infantil no Brasil foi uma das questões centrais que motivou a permanência da Legião na cena política após o fim do conflito mundial que a havia originado. Uma vez construído um olhar sobre as miragens do corpo infantil e as formas por meio das quais se buscou construir condutas para sua existência cívica e logo depois traçados os contornos de uma cartografia social da assistência a esse corpo, talvez agora se imponha a tarefa de descrever as condições por meio das quais a saúde e a doença foram enunciados que operaram no discurso da LBA como signos de uma oposição não apenas sintática, mas política.

Se a saúde do corpo foi vista como condição para a saúde da nação se impõe descrever as condições de possibilidade em que os discursos em torno da saúde e da doença inventaram modelos de tratamento e quais regras que tornaram visíveis os múltiplos enunciados que instituíram esse discurso na ordem do visível e do dizível. Na tarefa de historicizar os conceitos de saúde e doença pode-se problematizar a que espaços de experiência e horizontes de expectativas tais noções se referiram quando de sua elaboração por saberes autorizados em projetos políticos que se afirmavam.

¹⁶² Ruy Carneiro. Entrevista ao CPDOC, p. 34.

Se o corpo doente foi metáfora de uma nação adoecida, faz-se necessário desenhar uma história em que as figuras do corpo doente e seu oposto sejam descritas em seus detalhes e condições históricas, analisando o lugar da ciência médica e a emergência da medicina social nesse processo. Sendo assim, narrar as ações propostas pela LBA para combater a poliomielite e a tuberculose infantil, entre outras doenças, dando visibilidade aos médicos e intelectuais que fizeram parte desse investimento, bem como descrevendo os saberes, relações de poder e as condições locais em que esse enfrentamento foi realizado na Paraíba, articulada em prosa e verso com o que estava acontecendo internacionalmente, e situando essas práticas entre as duas fortes estiagens de 1942 e 1951 que compuseram um cenário desolador em que todo um sentimento de esperança foi afirmado, são quadros que pinto nas cenas a seguir.

III - NARRATIVAS DA ESPERANÇA



Figura 34 - Os meninos e o fotógrafo.
Jornal *A União*, 1 de janeiro de 1942.

A infância, entendida como algo outro, não é o que já sabemos, mas nem tampouco é o que *ainda* não sabemos. O que *ainda* é desconhecido justifica o poder do conhecimento e inquieta de maneira absoluta sua segurança. O que *ainda* não sabemos não é outra coisa além do que se deseja medir e anunciar pelo que sabemos, aquilo que se dá como meta, como tarefa e como percurso. A arrogância do saber não somente está na exibição do que já conquistou, mas também no tamanho de seus projetos e de suas ambições, em tudo o que ainda está por conquistar, mas que já foi marcado e determinado como território de possível conquista.

Jorge Larrosa, *O Enigma da Infância* in *Pedagogia Profana*, 2016, p. 184-185.

Sob nossos olhos, fora de nossa visão: algo aqui nos fala tanto do assédio como do que nos acudiria de longe, nos concerniria, nos olharia e nos escaparia ao mesmo tempo. É a partir de tal paradoxo que devemos certamente compreender o segundo aspecto da aura, que é o de um *poder do olhar* atribuído ao próprio olhado pelo olhante: “isto me olha”.

George Didi-Huberman, *O que vemos, o que nos olha*, 2010, p.148.

Qualquer historiador é, no começo, delegado por uma sociedade para reabsorver essa diferença do passado. À semelhança do etnólogo, ele recebe a incumbência de uma sociedade para diminuir ou obliterar a ameaça representada por algo diferente, seja próximo ou passado.

Michel de Certeau, *História e Psicanálise*, 2011, p. 167.

Os direitos humanos só se tornam significativos quando ganham conteúdo político. Não são os direitos de humanos num estado de natureza: são os direitos de humanos em sociedade.

Lynn Hunt, *A invenção dos direitos humanos – uma história*, 2009, p. 19.

Direitos da criança, horizonte para a infância

Ainda não era meio-dia, mas o sol em Brejo do Cruz já estava a pino. Forte, intenso e pouco motivador para quem precisava caminhar carregando barris e galões de água como os “menores” capturados pela ótica do jornal *A União* no primeiro dia do ano de 1942. Aqueles eram dias tensos em um território paraibano marcado pela seca, fome e a necessidade de construir alternativas e esperanças para um povo. A propósito disso narra-se a viagem de Gaspar de Paiva, diretor da Repartição de Saneamento do governo de Ruy Carneiro às cidades do estado a fim de realizar uma cartografia da seca e das dificuldades enfrentadas pelo povo. O noticiário afirma, quase em tom laudatório, como se não fosse mera obrigação administrativa, que o percurso desse engenheiro tinha o objetivo de subsidiar informações e apoios técnicos para o abastecimento de cidades como Brejo do Cruz, Antenor Navarro, Cajazeiras, São João do Cariri e Cabaceiras diante da estiagem que se experimentava naquele momento.

Assim, são entre múltiplas palavras que os corpos infantis, acompanhados pelos barris e galões para levar água para suas casas, são construídos na arquitetura da página do periódico oficial da Paraíba. Para poder melhor observar aquele que o fotografava um dos meninos faz um gesto: protege o olhar da intensa luz do sol. A mão que faz essa sombra sobre os olhos parece falar ainda mais do cenário marcado pelo sol causticante que iluminava o caminho a ser trilhado pelos quatro “menores” – chamados assim no texto da reportagem –, ao mesmo tempo em que tornava sua passagem penosa e cansativa.

O início das décadas de 1940 e 1950 foi marcado por duas intensas estiagens e naquela época a produção de uma série de discursos sobre o problema da seca, as necessidades que os governos deviam assumir para garantir melhores condições de vida às populações e evitar um êxodo desordenado pelo território do estado, tudo isso apareceu de diferentes formas, mas com uma frequência relativamente grande, nos jornais da época. O tema da seca no Nordeste se tornou uma questão central para destinação de investimentos financeiros por parte do governo central e do estado da Paraíba, em particular. Mas é curioso que entre as cinco crianças apresentadas imagetivamente na fotografia haja *uma outra* presença que aparece de forma sorrateira e como resultado não de um ato planejado e desejado, mas do puro efeito físico produzido pela sombra de um corpo exposto à luz do sol.

As protagonistas da cena são as cinco crianças pobres cujas imagens são articuladas em uma série de enunciados que criam visibilidade para aquele problema social enfrentado pela Paraíba e outros estados do Nordeste naquele momento. São imagens que compõem uma

série em relação a todas as outras que este texto trouxe nas páginas anteriores. Todas, mas cabendo perceber as múltiplas diferenças entre elas, participam da retórica da pobreza e da necessidade de assistência para a infância. Trata-se de uma narrativa que se propaga no tempo, marcando vidas e perpetuando promessas.

Um ano novo, mas um tempo velho compõem a imagem.

O fotógrafo aparece por meio de sua sombra que, intrusa, expõe sua presença que deveria ficar, a princípio, apagada pelo registro que se busca fazer e que teria maior importância do ponto de vista jornalístico do momento. Mas eis que ela, a imagem do criador da imagem, também compõe a fotografia. Trata-se de um espectro, uma presença que podia ser vista até como desnecessária do ponto de vista visual uma vez que ao olhar para uma fotografia já se poderia saber que ela foi produzida por alguém, mas cuja autoria não seria o mais importante a ser mostrado e sim o conteúdo apresentado na narrativa visual. Se não se pode perceber em detalhes as expressões e as fisionomias das crianças, a do fotógrafo torna-se verdadeiramente impossível. Assim como sempre sabemos que alguém fabrica uma fotografia, nesta imagem esta certeza primária se preserva, mas agora atravessada por um vestígio a mais.

Uma sombra. Uma inquietante presença.

Pelo desenho vemos que o fotógrafo segura o equipamento que capturava a imagem e a permitiria chegar noutros tempos, habitar outros espaços, fabricar outros sentidos e permitir outras leituras. Como temos visto até aqui as imagens fabricadas pela comissão estadual da LBA e outros órgãos do governo da Paraíba naquela época para tematizar as questões referentes à infância e maternidade sempre aparecem acompanhadas por textos cujos objetos centrais são serviços e projetos de assistência para este público. Neste sentido, narram a todo o tempo os investimentos que eram feitos em prol da infância, urdindo leituras e compreensões historicamente situadas sobre como melhor cuidar da infância vista, como já se disse em outros momentos deste texto, como sementeira do futuro. Mas é também sob o signo da carência que esta infância aparece. É pela pobreza e pela falta – não apenas, mas preponderantemente – de alimentos e recursos econômicos básicos para a sobrevivência que esta infância é singularizada.

Depois de pensar um pouco sobre as imagens e miragens do corpo infantil e da infância presentes no boletim da LBA e em seguida visualizar uma cartografia da assistência médica e social às crianças e suas mães – tendo podido pensar sobre a rede médico-assistencial desenhada no estado da Paraíba – talvez seja possível esboçar algo que até agora não esteve totalmente fora das leituras urdidas nas páginas anteriores, mas que pode ser

melhor detalhada por meio de um esforço específico: as narrativas em torno de um sentimento de esperança.

Depois das primeiras aproximações com as fontes, especialmente o periódico da LBA, foi possível perceber momentos específicos em que se procurava narrar de diferentes maneiras o sentimento da esperança que se desejava incutir na população, diante de situações limite como as estiagens que marcaram as décadas de 1940 e 1950. E articulada a isto esteve a séria questão da mortalidade infantil. Assim, neste momento do texto procuro pensar a retórica da esperança, compreendida aqui como objeto de um discurso marcado por duas temporalidades distintas, mas complementares e conexas: o presente e o futuro que são duplamente atravessados pela ideia de passado.

Apesar de não se tratar de uma discussão detidamente epistemológica em torno do tempo como conceito, eu busco pensar de que modo as narrativas presentes no boletim da LBA e em outras fontes permitem ver como a esperança foi um sentimento construído no contraponto entre um presente saturado de experiências marcadas por desafios (e que por sua vez só se constituía na relação com o passado) e em que medida isso impôs a necessidade de demarcar a diferença e a transformação como possibilidade de um futuro (também mediado pela figura do já vivido, o já dito, o já feito – o passado).

Procuro pensar por meio de quais narrativas essa questão foi desenhada nas páginas da LBA que tinham como função situar o tempo presente das vivências coletivas, mas ao mesmo tempo articular um espaço de experiência situado no passado que por sua vez era presentificado. “A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (KOSELLECK, 2006, p. 309). Contudo essa relação não era isenta de tensões, na medida em que a relação do passado com o futuro se constituía no boletim por meio da configuração de um discurso em torno da esperança. Tal aspecto eu procuro analisar por meio do conceito de *horizonte de expectativas*, que permite pensar esse futuro como um tempo novo, um tempo outro, marcado pelo signo da diferença. Segundo o historiador alemão Reinhart Koselleck a expectativa “é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto”. Desse modo, “esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem” (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Partindo da problematização de Reinhart Koselleck (2006) sobre o tempo histórico busco pensar – por meio dos conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa – em que medida os discursos em torno da esperança (presentes no periódico da LBA de forma

direta por meio dessa noção ou por reflexões mais gerais dando também a conotação de um tempo novo a ser esperado e visto como expectativa positivada) participaram de um conjunto mais amplo de ações situadas no presente e que tiveram efeitos sobre a política de governo da infância.

Os conceitos de espaço de experiência e horizonte de expectativa não constituem um par de opostos, uma dicotomia, mas conceitos que podem ser compreendidos como imbricados um no outro e que em seu conjunto possibilitam pensar de forma complexa o tempo histórico e a relação entre o passado e o futuro, na medida em que ambos são articulados no presente e pelo presente a partir de relações sociais específicas. Nas análises de Koselleck (2006) fica clara a sua percepção sobre a modernidade e como ela foi fundamental para uma nova concepção de tempo histórico na medida em que, por exemplo, a ideia de profecia – muito cara ao discurso religioso cristão que marcou toda a idade média e que elaborou uma concepção específica de tempo – foi transformada ou superada por uma ideia de expectativa como projeção, como produção de um futuro, isto é, uma experiência ainda não configurada, nem experimentada, mas elaborada como desejo de transformação, como ânsia de progressão (progresso, um conceito muito caro ao discurso filosófico da modernidade).

Na proposta teórico-metodológica de Koselleck para a produção da história dos conceitos e a análise das percepções temporais na história, há um cuidado em relação aos sentidos que a modernidade como experiência histórica produziu na noção de tempo. A modernidade se instituiu sob o signo do novo e, uma vez que faço uso dessa expressão no título desse texto, parece chegar o momento de deixar um pouco mais claro o que entendo por “novo” e a quem se destina essa novidade ou pseudomodernidade articulada à experiência da LBA e da infância na Paraíba e no Brasil. Neste sentido, penso com Koselleck sobre a modernidade como um tempo de transformações importantes na história e que permitiu que novas formas de pensar e se relacionar com o tempo fossem produzidas. Dizer que a modernidade se instituiu sob o signo do novo significa dizer que “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (KOSELLECK, 2006, p. 314).

Tal reflexão me ajuda a pensar os discursos em torno da esperança e as políticas por meio das quais a infância foi inventada como objeto de governo na ação da LBA uma vez que os investimentos dessa instituição e do Estado, de modo geral, parecem ter sido marcados por um escalonamento, um distanciamento, e mais, uma diferenciação entre o que estou pensando como espaço de experiências e um horizonte de expectativas. Isto significa dizer que os discursos em torno da infância, produzidos em todo o país e na Paraíba por meio

da ação da LBA, parecem ancorar-se em uma promessa, um horizonte marcado por um futuro pensado, projetado enquanto experiência nova a ser constituída. Tal projeção parece querer se distanciar de um espaço de experiência, isto é, um passado presente marcado por uma série de histórias e processos de esquecimento e indiferença em relação à infância. Uma vez que a infância foi vista pela LBA como objeto estratégico na formação da nação essa invenção foi possível por meio da tentativa de estabelecimento de um espaço de experiência marcado pela mortalidade, precariedade, abandono e indisciplina. Como contrário a isso, esse horizonte de expectativas que se constituiu apresentou outras possibilidades, criando uma visibilidade sobre um tempo novo por vir¹⁶³.

De modo geral o texto será alinhado por dois movimentos que são sistematizados em três questões básicas: a abordagem da noção de cidadania que circulou no período da ditadura varguista (momento de emergência da LBA e sua política em prol da infância) e o período posterior, de modo que seja possível pontuar transformações e rupturas no discurso da cidadania e do direito social; um segundo momento, como desdobramento do primeiro, busca pensar de que forma a noção de esperança participou desse debate em torno da cidadania, na medida em que por meio da cidadania como promessa constituiu-se um horizonte de expectativa, um tempo de espera que marcou a infância sob a ideia do por vir, do futuro e de certa idealização da infância articulada a um projeto de nação que, também ele, passava por transformações no processo de redemocratização depois do Estado Novo.

Em um momento marcado pela orquestração de políticas de assistência à infância e à maternidade, como tenho mostrado, procuro pensar sempre que possível as defasagens e as discontinuidades, assim como as transformações que se deram neste processo uma vez que diferentes governos assumiram a pauta da infância no período delimitado.

Para problematizar a noção de esperança busco pensar uma espécie de sistema conceitual na qual ela foi urdida e neste sentido impõem-se desnaturalizar e desconstruir as concepções de cidadania e direito que foram alvo de forte investimento discursivo e que aparecem como enunciados-chave do que se pretendia conceituar por infância e as políticas relacionadas a ela naquele momento. Neste sentido, uma premissa básica será questionar tais ideias e percebê-las em suas historicidades e complexidades próprias, marcadas por condições de possibilidade específicas.

Outro desafio se coloca, neste sentido: situar a gramática política e jurídica em que estão situadas as noções de cidadania e direito relacionadas com a infância uma vez que o

¹⁶³ Para uma exposição sobre a teoria da modernidade de Koselleck e sua proposta metodológica para análise das percepções do tempo no contexto de uma história dos conceitos, cf. Duarte (2012) e Barros (2014).

período foi marcado pela emergência de uma legislação internacional que definiu uma série de conceitos e requisitos a serem assumidos pelos Estados signatários de documentos multilaterais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e outros documentos relevantes após o triste espetáculo da II Guerra Mundial.

Não pretendo pensar como a legislação internacional foi apropriada pelos governos brasileiros, o que em si daria outra exaustiva pesquisa, mas situar historicamente estes discursos e pensar de que modo as leituras localmente produzidas em torno da infância na Paraíba articularam-se a eles não como mero resultado político ou efeito direto da macropolítica ocidental, mas por um imbricamento estrategicamente mais complexo na construção do discurso dos direitos humanos.

...

Havia um espaço no boletim da LBA na Paraíba para exposição textual dos direitos da criança brasileira. Trata-se de uma coluna com texto, sem imagens nem outros tipos de enunciados. Um espaço móvel na estrutura do boletim na medida em que aparece em diferentes páginas e posições (no alto ou abaixo da página, etc.).

Embora tenha havido uma descontinuidade na presença dessa seção no boletim desde que foi publicada pela primeira vez em 1948, é possível destacar também que fosse diretamente – por meio de um espaço especial na arquitetura do boletim – ou indiretamente em outros espaços das páginas, tais informações sobre os direitos da criança sempre estiveram presentes. Isso possibilita perceber que assim como no plano internacional a Organização das Nações Unidas (ONU) coordenava um processo que culminaria no mês de dezembro na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, também localmente a Paraíba produziu discursos sobre esse tema a partir das demandas locais e das orientações nacionais por meio da comissão central da LBA no Rio de Janeiro e/ou do Departamento Nacional da Criança (DNCr).

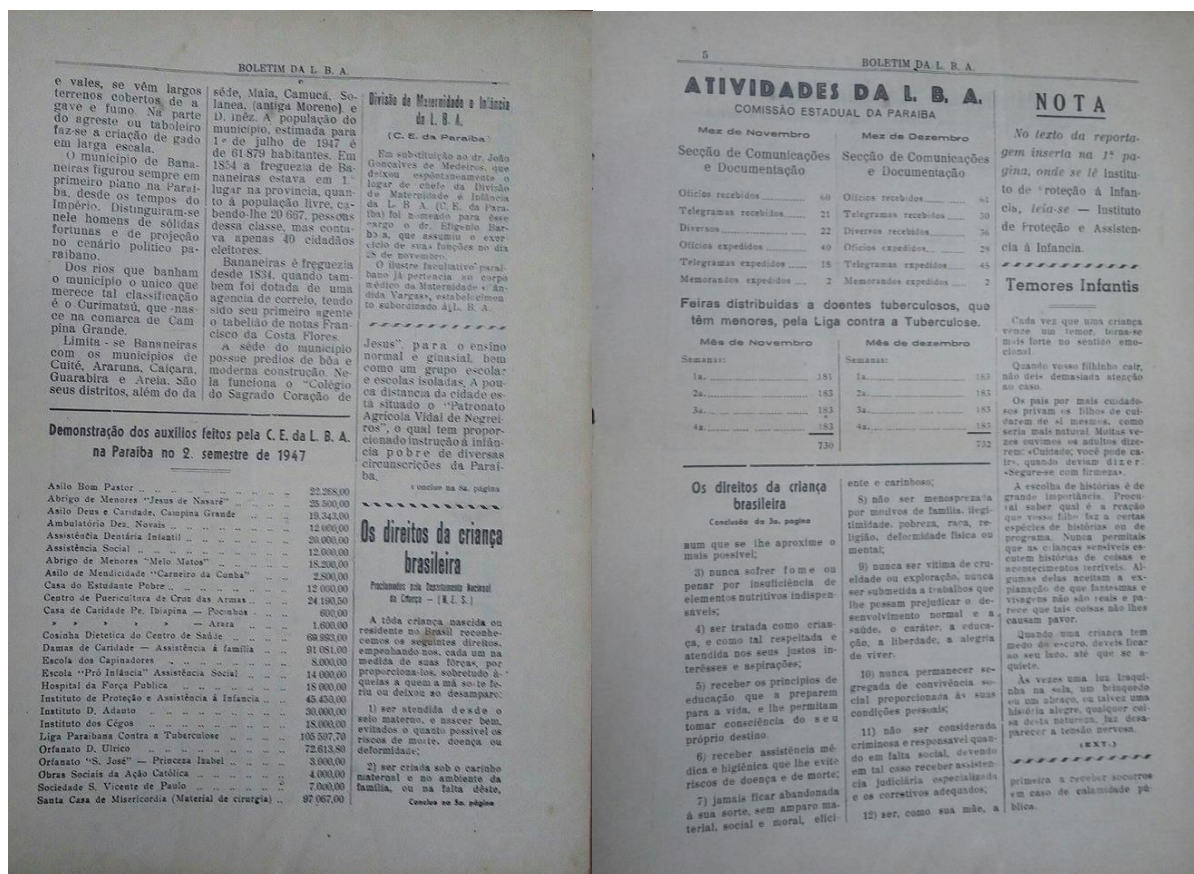


Figura 35 - A seção "Direitos da Criança Brasileira" apareceu pela primeira vez já no primeiro ano de circulação da revista. Boletim da LBA, Ano I, n. 6, p. 3 e 5.

A produção de discursos sobre a infância na Paraíba a partir do boletim da LBA esteve intimamente articulada com os interesses do Estado na formação de espaços institucionais de promoção dos direitos da infância, o que indica logo para a produção de corpos técnicos especificamente destinados para lidar com os problemas e necessidades dessa parcela da população. Tratou-se de formar gestores da população.

Na interação constante entre questões locais e orientações nacionais, o boletim conferia visibilidade para as definições jurídicas e técnicas dos órgãos ligados às políticas para a infância. Neste sentido, no mês de agosto de 1948, a seção sobre os direitos da criança trazia aqueles direitos "proclamados pelo Departamento Nacional da Criança", órgão que fazia parte da estrutura do Ministério da Saúde que fora criado em 1953, da seguinte maneira:

A toda a criança nascida ou residente no Brasil reconhecemos os seguintes direitos, empenhando-nos, cada um na medida de suas forças (sic), por proporcioná-los, sobretudo àquelas a quem a má sorte feriu ou deixou ao desamparo:

- 1) Ser atendida desde o seio materno, e nascer bem, evitados o quanto possível os riscos de morte, doença ou deformação;

- 2) Ser criada sob o carinho maternal e no ambiente da família, ou, na falta dêste (sic), num que se lhe aproxime o mais possível;
- 3) Nunca sofrer fome ou penar por insuficiência (sic) de elementos nutritivos indispensáveis;
- 4) Ser tratada como criança, e como tal respeitada e atendida nos seus justos interesses e aspirações;
- 5) Receber os princípios de educação que a preparem para a vida, e lhe permitam tomar consciência do seu próprio destino;
- 6) Receber assistência médica e higiênica que lhe evite riscos de doença e de morte;
- 7) Jamais ficar abandonada à sua sorte, sem amparo material, social e moral eficiente e carinhoso;
- 8) Não ser menosprezada por motivos de família, ilegitimidade (sic), nobreza, raça, religião, deformidade física ou mental;
- 9) Nunca ser vítima de crueldade ou exploração, nunca ser submetida a trabalhos que lhe possam prejudicar o desenvolvimento normal e a saúde, o caráter, a educação, a liberdade, a alegria de viver;
- 10) Nunca permanecer segregada de convivência social, proporcionada às suas condições pessoais;
- 11) Não ser considerada criminosa e responsável quando em falta social, devendo em caso receber assistência judiciária especializada e os corretivos adequados;
- 12) Ser com sua mãe a primeira a receber socorros em caso de calamidade pública¹⁶⁴.

No processo de definição das políticas públicas federais em prol da infância, adolescência e maternidade o decreto lei que definiu as bases desse tipo de atendimento criou o Departamento Nacional da Criança (DNCr), subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, com o objetivo de coordenar as atividades relativas a essa nova política que passava a se desenhar na década de 1940 (RIZZINI, 2011). Ao DNCr “competia estudar e divulgar o ‘problema social da maternidade, da infância, e da adolescência’[...] e conceder auxílio federal aos Estados e subvenção às instituições de caráter privado” que promovessem serviços destinados a essa parcela da população, bem como fiscalizar essas ações (RIZZINI, 2011, p. 270).

A infância aparece no boletim da LBA sempre na articulação com a família, com o Estado e com a ideia de saúde. Neste sentido, a seção do periódico dedicada para a divulgação dos direitos da criança brasileira demonstra diretamente a forma biopolítica de atuação do Estado no controle sobre a vida e nesse sentido um de seus dispositivos de maior eficiência foi a *biorregulamentação* (Cf. FOUCAULT, 2010, p. 210).

Mas, o que significa definir direitos? Como procede o grupo social responsável por este tipo específico de operação política? Ora, penso que definir direitos seja, em primeiro lugar, apontar e definir um determinado horizonte de possibilidades existenciais que, se não

¹⁶⁴ Boletim da LBA, Ano II, Agosto de 1948, Número 12, p. 05.

forem satisfeitas em sua completude, podem ser alvo de reclamações na esfera pública sob a alegação de que determinados sujeitos estão alijados de condições dignas de sobrevivência no espaço partilhado por todos e dirigido pelo Estado que tem a responsabilidade, inclusive, sobre a manutenção da vida e sua utilização e direcionamento para fins coletivos/nacionais. Historicamente a afirmação de direitos tem como premissa básica o fato deles não serem, sob aspecto algum, mera delegação do Estado ou de um grupo dominante que ocupe essa ou outras estruturas de governo. A conquista dos direitos se deu historicamente em processos de lutas, dominações e resistências e não como oferta.

Ao contar a história cultural dos direitos humanos, Lynn Hunt (2009) permite pensar como desde o século XVIII a linguagem dos direitos humanos passou por transformações importantes, e se tais direitos foram afirmados historicamente não o foram em processos pacíficos, mas justamente marcados por conflitos intensos entre colonos e colonizados, assim como entre grupos econômica e politicamente mais influentes sobre grupos alijados da possibilidade de participação no espaço público. Por outro lado, ao fazer a história das narrativas em torno dos direitos do homem, posteriormente ditos de maneira mais ampla de direitos humanos – apesar de que o termo direitos humanos foi usado pela primeira vez em Voltaire em seu *Tratado sobre a Intolerância* –, a historiadora americana afirma que “os direitos humanos não são apenas uma doutrina formulada em documentos: baseiam-se numa disposição em relação às outras pessoas, um conjunto de convicções sobre como são as pessoas e como elas distinguem o certo e o errado no mundo secular” (HUNT, 2009, p. 25).

Neste sentido, a história dos direitos humanos como conceito ético, filosófico e político tem longa data e foi marcado historicamente por conquistas travadas diante de sérios conflitos envolvendo dimensões como classe, assim como dominações pautadas nas relações entre o masculino e o feminino, o secular e o religioso, etc. Ao lado da pauta dos direitos humanos é interessante notar, e me refiro aqui ao caso do Brasil e ao contexto específico do objeto dessa pesquisa, houve a produção de profissões ligadas à “questão social”.

Assim, ao analisar o surgimento do Serviço Social no Brasil como uma profissão específica – cujas origens partiam da ação missionária católica desde o período colonial e que ao longo do tempo passou por um conjunto de transformações tanto do ponto de vista do posicionamento interno da Igreja como também das estruturas institucionais que passaram a tomar a famigerada “questão social” como objeto de governo após 1930 – Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2014) constroem uma análise que busca pensar o Serviço Social como efeito de relações sociais marcadas pela dominação de classe no processo de desenvolvimento do capitalismo industrial. Problematicam a emergência dessa profissão como forma de manter

as relações sociais racionalmente controladas do ponto de vista do capital, isto é, não se trata de um processo de emancipação da população do ponto de vista de sua cidadania, mas de uma forma de tornar a “questão social” governável, evitando formas de maior questionamento da própria estrutura do Estado que é vista pelos dois autores como espaço classista, controlado do ponto de vista da luta de classes por uma burguesia que não tem como foco a cidadania e emancipação do povo por meio da afirmação e ampliação de direitos.

Se por um lado a análise desses autores parte de referenciais teórico-metodológicos significativamente distintos da perspectiva analítica aqui utilizada, se trata de um trabalho que por meio diferentes busca questionar a ideia de cidadania no período entre 1930 a 1960 e permite pensar questões relevantes não apenas sobre o Serviço Social como profissão, mas sobre a própria assistência social como estrutura montada politicamente para lidar com a “questão social”, considerada como elemento importante a partir do fim da primeira república e, em especial, a - do Estado Novo.

Um dos aspectos levantados por Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2014) refere-se a uma “noção fetichizada de direitos” que foi construída no período em questão. Destacam que tal noção de direitos foi “cerne da política de massas do varguismo e da ideologia da outorga” e teve por “efeito obscurecer para a classe operária, impedi-la de perceber a outra face da legislação social, o fato de que representa um elo a mais na cadeia que acorrenta o trabalho ao capital legitimando sua dominação” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p. 251).

Se a noção de ideologia usada pelos autores para pensar a legislação permite polarizar dois campos de visão e assim dizer que houve uma parte da legislação que foi obscurecida para a população pode-se pensar também que tal legislação partiu de critérios específicos para se erguer como discurso autorizado a determinar como o social se constituiria e quais mudanças seriam operadas – como de fato se deram – nas relações de trabalho, na previdência, saúde e educação.

Penso que, na medida em que se tratou a todo o momento de ações para cuidar e formar a população – que naquele momento passava a ser elemento importante, pois se limitava a entrada de imigrantes no país e precisava-se investir em mão de obra nacional – essa legislação tinha como um de seus aspectos centrais uma determinada forma de sujeito a ser criado para ocupar espaços sociais determinados previamente.

Com isso não entendo que a legislação tenha o poder de formar sujeitos em série, absolutamente iguais e de acordo com os princípios definidos do ponto de vista da lei. Mas compreendo que a legislação tem uma força social importante, pois define, estabelece regras,

delimita critérios, segrega, possibilita formas de inserção social ou dominação e, dessa maneira, participa de maneira ativa nos processos sociais que criam sujeitos, isto é, subjetividades individuais e coletivas que se por um lado não são puro resultado direto dessas forças, também não podem ser vistas de forma isolada delas.

Se a existência de uma coluna específica para apresentar os “Direitos da criança brasileira” poderia remeter primeiramente a uma ideia de concessão ou benesse por parte do Estado, é fato que a história nos mostra que os direitos das crianças só se tornaram possível historicamente devido a processos de disputa e crítica às instituições e processos sociais por meio dos quais se exerceu formas de violências, dominação e negação da infância de modo secular.

O notável trabalho de Maria Luiza Marcílio (1998) constrói uma análise bem documentada da trajetória do abandono da criança partindo de elementos da história do próprio Ocidente – localizando diferentes formas e meios de abandono da infância – e desdobrando as análises por meio das particularidades da sociedade brasileira desde o processo inicial de colonização.

Trata-se de um estudo de fôlego que, por meio do recurso da etnodemografia e da demografia histórica, articula uma série de informações de natureza quantitativa e qualitativa para mostrar a história social da criança abandonada. A abertura do livro é sintomática do tom de denúncia assumido historiograficamente: “Abandonar bebês é um fenômeno de todos os tempos, pelo menos no Ocidente. Variaram apenas, no tempo, as motivações, as circunstâncias, as causas, as intensidades, as atitudes em face do fato amplamente praticado e aceito” (MARCILIO, 1998, p. 21).

Se em seu trabalho a historiadora Maria Luiza Marcílio detém-se na análise das legislações por meio das quais a infância foi sendo tematizada ao longo do tempo, é fato também que um cuidado metodológico importante é o de tratar a legislação não como causa de um processo no tempo – vista de forma unívoca – mas como parte de um processo histórico que tem na legislação um ponto de negociação e afirmação ou não de formas de dominação social.

A legislação não pode ser vista como produção isolada do conjunto da sociedade, pois efetivamente ela é um produto cultural fruto de atravessamento e da interpenetração de diferentes relações de poder e saber. A legislação em torno da infância no período de 1920 a 1950, especialmente, foi gestada a partir da articulação de médicos, pedagogos, juristas, assistentes sociais, pediatras e muitos outros sujeitos que naquele momento produziam saberes que tomavam a infância como objeto e a partir disso delimitavam e definiam as

formas de gestão, isto é, controle e formação da infância dentro de um quadro de referência comum, embora atravessado por diferenças internas.

Em relação ao conjunto de direitos da criança que é divulgado no boletim da LBA na Paraíba cabe pensar as condições históricas que possibilitaram que esse tipo de discurso fosse produzido. Que condições históricas marcaram a sua emergência e que sentidos e vontades de poder fizeram parte dessa experiência?

Todo o investimento discursivo ocorre no sentido de que a nação precisava ser cuidada, defendida do risco iminente de uma ação comunista e, além disso, naquele momento outros inimigos internos eram identificados e em relação a eles logo eram endereçados esforços e um conjunto de ações específicas. Dentre as ameaças em relação ao futuro promissor que a nação deveria ter a doença era um deles.

Por este motivo naquele momento cuidar do corpo era essencial como forma de, por uma extensão, também estar cuidando da nação, do país como um todo. É neste sentido que a biopolítica não se caracteriza como uma oposição à disciplina, esta sim atuante no nível dos corpos e do detalhe, mas atua no plano da massa, da população enquanto conjunto dotado de assimetrias e multiplicidades que deviam ser tomadas continuamente como objetos de controle e gestão pela política estatal.

Como a preocupação do boletim da LBA gira em muitos momentos em torno do atendimento às mães e crianças, logo percebemos a articulação entre esse tipo de preocupação e divulgação da lista de direitos da criança, estando em primeiro lugar aquele que dizia que a criança deveria ser bem atendida, assim como sua mãe, pois esta era uma condição básica para que ela nascesse bem e em condições próprias para um bom desenvolvimento físico e biológico, livre do risco de morte e de quaisquer tipos de deformação.

A transformação na relação entre o público e o privado, que vinha sendo construída, é reafirmada no segundo tipo de direito enunciado, referente aos cuidados que a família deveria ter com a criança. Tal direito além de estabelecer a transformação na relação público/privado põe em funcionamento mais um dos objetivos dessa tecnologia política, na medida em que esta também tomava o espaço como uma das dimensões mais importantes de sua ação, demonstrando-se nisso a sua forma de coordenar e tornar possíveis ou não a circulação dos indivíduos em determinados espaços, a arquitetura das cidades a partir dos objetivos de higiene e medicalização social, etc.

A família pode ser vista como um grupo social que habita continuamente um espaço chave para a biopolítica, isto é, a casa que passou a ser vista como um *meio* no qual seriam criados os futuros cidadãos e por isso mesmo necessitava que fossem montadas, planejadas e

arquitetadas de acordo com os princípios de uma arquitetura preocupada com as influências morais, biológicas e sociais do meio sob a criança que nele habitaria. Isso gerou condições para que uma das mudanças mais significativas se referisse ao fato das crianças passarem a ter um quarto individual, ou mesmo que fosse coletivo era indicado que apenas crianças estivessem nele, diferentemente da dormida das crianças no mesmo quarto (e muitas vezes na mesma cama) que seus pais.

A alimentação também aparece como direito básico da criança, tendo em vista a sua necessidade, como de qualquer outro ser humano, de “elementos nutritivos indispensáveis” à sua sobrevivência. O princípio então do “fazer viver” a criança era posto em prática pela garantia do oferecimento de bancos de leite ou mesmo a distribuição de leite em pó, com o objetivo de suprir as necessidades das crianças.

Nesse momento também houve forte apelo ao aleitamento materno e Teixeira (2010, p. 23) destaca que o próprio “aleitamento foi eleito como um problema de governo”. Nesse sentido, o estímulo para que as mães amamentassem seus filhos foi feito de forma constante e incisiva, evocando enunciados como os divulgados no boletim da LBA que tratava da “arte de ser mãe” e naturalizava, condicionando também o papel da mulher na relação com a família e com a criança.

Daí a culpabilização das mulheres por negar o seio aos filhos, já que de certa forma, estariam lhes negando o direito a uma vida saudável e com expectativas positivas de longevidade. Conquanto um argumento fundamental em favor da amamentação garantisse que se tratava de uma ação determinada pela natureza, uma série de regras higiênicas ditadas pelos pediatras regulavam esse exercício, de modo que a puericultura apropriou-se do aleitamento materno para disciplinarizar as mães e os bebês. O intervalo das mamadas, o tempo da criança em cada mamada, o ambiente tranquilo onde deveria ser realizado o aleitamento, o limite mínimo de idade para a amamentação exclusiva: cada momento da relação mãe-bebê passou a ser regulamentado segundo os preceitos higiênicos e salvacionistas (TEIXEIRA, 2010, p. 23).

E tal investimento na construção social de um ideal de feminilidade ligada à maternidade foi possível a partir de necessidades demonstradas nacionalmente, como fazendo parte do conjunto amplo da população e por isso mesmo dos dispositivos biopolíticos que foram postos em funcionamento. No que se refere à própria produção do discurso e as regras que o tornaram possível dentro de dadas condições históricas vale destacar o fato de que na Paraíba, a partir da fonte aqui tomada em análise, era o homem quem definia e orientava o modo como a mulher deveria se portar socialmente e na família, através do cumprimento daquele considerado como o seu principal objetivo, isto é, a maternidade.

Há ainda um espaço destinado a compreensão de que a criança deveria ser tratada como tal e nesse processo a família deveria saber escutá-la e lhe atender nas suas necessidades e aspirações. A infância produzida visualmente no boletim da LBA é sempre lida e dada a ler por diversas formas que diretamente irão participar de técnicas de governo da infância desde o nascimento, passando pela alimentação e educação, até a formação de crianças mais amadurecidas. Deste modo se atribui à criança uma particularidade que deveria ser compreendida por meio de esforços conjuntos que teriam como efeito a produção de artes do cuidado que, por sua vez, também faziam parte de toda uma política do corpo infantil que articulava a criança, a mãe e o sentido da maternidade a um ideário de família produzido discursivamente naquele momento.

Um enunciado desse tipo aponta claramente para a noção de “cuidado” e como naquele momento ele passava a ser visto não apenas como uma relação unilateral da mãe com o filho ou do médico com o paciente, mas sim como uma relação de mão dupla e marcada também pela escuta do outro, pelo menos do ponto de vista da proposta política daquele momento.

Todavia, sendo a infância considerada como *um outro* em relação à família e ao Estado, o que significaria escutar esse *outro* em um momento como aquele? Ao lado da vontade de atender da melhor forma a criança e garantir o seu bem-estar alinhava-se a vontade de saber sobre ela por diversos meios. Neste sentido, escutar a criança era uma forma de conhecer sua subjetividade, esquadrihar seu campo afetivo e relacional e conhecer melhor o horizonte para o qual ela destinava seu olhar, isto é, conhecer os primeiros sonhos e objetivos que passavam a se desenhar paulatinamente sobre a sua vista.

Compreendendo com Michel Foucault que a subjetividade¹⁶⁵ é construída não por uma interioridade original e essencial, mas na relação com a exterioridade e jogos de saber e de poder que a constroem cultural e historicamente, podemos ler essa proposta de escutar a criança também como uma maneira de formular melhor os modelos sociais e as práticas as quais essa criança seria apresentada e estimulada a reproduzir¹⁶⁶, tendo em vista que já havia sido traçado um objetivo de vida para essa criança, ou seja, fazer dela uma cidadã higiênica, educada, medicalizada. A ela seriam apresentados os caminhos e as formas de se construir enquanto sujeito, enquanto alguém apto a fazer da nação a sua casa, o seu espaço de trabalho e o objetivo para o qual envidaria suas forças como trabalhador potencial que viria a se tornar.

¹⁶⁵ Para uma leitura sobre o conceito de subjetividade na filosofia de Michel Foucault, cf. Fernandes (s/d).

¹⁶⁶ Neste sentido, o 5º direito elencado na seção sobre direitos da criança brasileira, é elucidativo: “receber os princípios de educação que a preparem para a vida, e lhe permitam tomar consciência do seu próprio destino”.

Nessa perspectiva os direitos elencados na seção do boletim estadual enunciam a “assistência médica e higiênica” na prevenção dos riscos de morte da criança desde a mais tenra idade e, posteriormente, destacam também a necessidade de cuidar para que a criança “jamais” ficasse abandonada à própria sorte, sem “amparo material, social e moral”, bem como o eficiente carinho da família.

Assim, pensando a produção dos discursos sempre se dando dentro de condições específicas cabe pensar que no momento em que essa fonte emerge na Paraíba o Estado brasileiro já vinha desenvolvendo políticas de controle sobre a chamada “infância abandonada e delinquente”, pois desde o começo do século XX, e mesmo já no fim do século XIX, o problema da criminalidade envolvendo a infância nas cidades brasileiras vinha sendo observado com cautela pelas autoridades públicas. O próprio Código de Menores surgiu dentro desse momento histórico e se caracterizou pelo viés disciplinador em relação às crianças em situação de vulnerabilidade social. As tentativas de explicar as causas da criminalidade infantil foram de diversos tipos e as explicações em torno disso também.

Elencando-se o conjunto de cuidados com a criança é indicado ainda o direito ao não desprezo dela em nenhuma situação, pois nem o Estado nem a família poderiam desampará-la tanto do ponto de vista material, cuidando de suprir suas necessidades de alimentação e vestimenta, por exemplo, como também do ponto de vista moral. Era preciso investir na formação do cidadão brasileiro e este sujeito foi forjado dentro de relações historicamente localizadas.

Na Paraíba que buscava se industrializar e se modernizar o clima político caracterizava-se no ano de 1948 por um governo pouco democrático, mas marcado por investimentos no campo social, sendo este efetivado inclusive na continuidade das ações empreendidas pelo governo de Ruy Carneiro, que nos primeiros cinco anos da década de 1940 buscou representar-se enquanto um gestor público envolvido com as famigeradas questões sociais. Isso aponta para que apesar de eventualmente existir uma preocupação social com os mais pobres e necessitados da assistência pública, também havia o conflito, a concorrência entre gestores públicos e aqueles que até então tinham envidado recursos e tempo na promoção de ações de caráter assistencial via o conceito de caridade, isto é, a Igreja Católica.

Dentro dos direitos da criança aqueles relacionados ao convívio social, trabalho e condição jurídica da criança enfatizam justamente as diferentes frentes em que o Estado e a família deveriam atuar de modo a favorecer a relação interpessoal das crianças com o meio no qual elas viviam e de modo a fazer dela um sujeito interativo, produtivo, disposto a construir

relações que fizessem dela alguém apto a exercer a cidadania de forma plena e dentro das condições que aquele momento permitia ou não para tal exercício.

Destacamos anteriormente que desde o governo Vargas a cidadania vinha sendo pensada pela lógica do trabalho e o cidadão era aquele visto como um partícipe do processo produtivo enquanto força de trabalho e por isso mesmo o trabalho é um dos conceitos enunciados na lista de direitos da criança. A relação entre criança e trabalho é construída de modo a enfatizar que o trabalho não deve ser um elemento prejudicial à sua formação e ao seu “desenvolvimento normal”, ou seja, um desenvolvimento físico, biológico e intelectual que continuasse a servir aos critérios e objetivos da nação. De acordo com a legislação da época sobre o trabalho de crianças, ele era permitido aos maiores de quatorze anos em condições específicas:

Art. 101 – É proibido em todo o território da República o trabalho aos menores de 12 anos.

Art. 102 – Igualmente não se pode ocupar a maiores dessa idade que contem menos de 14 anos, e que não tenham completado sua instrução primária. Todavia, a autoridade competente poderá autorizar o trabalho destes, quando o considere indispensável para a subsistência dos mesmos ou de seus pais ou irmãos, contanto que recebam a instrução escolar, que seja possível¹⁶⁷.

Considerando que o trabalho foi um dos conceitos mais propalados durante o governo Vargas e durante toda a década de 1940, cabia à legislação articular estas duas preocupações: o trabalho enquanto mola propulsora do progresso econômico do país e a infância enquanto problema político. Na tecnologia biopolítica tanto um como o outro foram vistos como problemas nacionais, pois o estímulo ao trabalho alinhava-se com a proposta de uma nação de trabalhadores e não de malandros. Nesse sentido, a própria legislação menorista enunciava o cuidado com a formação de crianças interessadas na convivência social pautada pela educação formal e pelo trabalho futuro que iriam assumir, sendo as colônias agrícolas escolas de incentivo a isso desde cedo.

Uma abordagem historiográfica interessante sobre infância e trabalho na Paraíba aparece no estudo de Suelly Cinthya Costa dos Santos (2015), que historiciza – delimitando o recorte de 1924 a 1947 – o surgimento do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros na cidade de Bananeiras e por meio da análise dos discursos presentes em leis, decretos, regulamentos e ofícios constrói a história da instituição que exerceu papel importante na incorporação do escotismo, ginástica, assim como em outras metodologias de trabalho com crianças que foram

¹⁶⁷ Código de Menores, Capítulo IX – Do trabalho dos menores, p. 80.

articuladas dentro de uma pedagogia do trabalho, isto é, pela ideia de que via trabalho poderia se desenvolver uma política de recuperação da criança desvalida.

No artigo 104 da mesma lei havia menção, ainda discutindo a questão do trabalho, a proibição do trabalho de menores de dezoito anos de idade em funções que fossem perigosas à saúde, à vida, à moralidade e que fossem excessivamente fatigantes ou que porventura exigissem mais dos menores do que suportaria as suas forças físicas. Desse modo, cuidar, e nisso construir culturalmente o corpo dos sujeitos através de princípios da disciplina e do trabalho, articulava-se com o cuidado com o corpo múltiplo que era a população. Dois níveis de ação e uma única tecnologia de exercício do poder e controle sobre a vida.

Pode-se dizer, em concordância com a reflexão de Claudia Korol, que “nascer é um ato político”, pois a nossa inserção no mundo se dá através dos diferentes signos que a cultura nos oferta e é na/pela linguagem que existimos socialmente. Do ponto de vista da leitura que aqui empreendemos, o nascimento como ato político expressa-se nesses projetos que trataram de definir a infância e montar em torno das crianças um aparato jurídico-médico-assistencial desde o momento de sua gestação até a sua chegada ao mundo, apresentando projetos para a construção de sua vida em sociedade.

Gerir a vida, cuidar dela e protegê-la: estes eram os termos do debate e os investimentos giraram em torno deles. Não se pode negar que essa foi uma transformação importante do ponto de vista do cuidado com a infância. Todavia, compreendendo que esta mesma infância foi inventada historicamente a partir do século XVII é preciso que pensemos, na tentativa de uma ontologia do presente em que habitamos, sobre as modalidades através das quais a infância continua sendo (des) inventada a partir de novos conceitos, valores e critérios socialmente constituídos e que operam a partir de uma relação que já sabemos ser híbrida e produtora de múltiplos efeitos em que o saber sobre as crianças articula-se ou produz um campo de exercício de poder que lhe é extensivo e complementar. Quem atua nesse campo e a partir de que interesses estes agentes continuam a dizer a infância e exercer poder sobre ela é uma questão sempre importante e que deve fazer parte de uma reflexão constante do presente de todos e cada um de nós.

Cidadania como promessa

Toda a maquinaria institucional desenhada para cuidar da questão social a partir da década de 1930 no Brasil permite pensar a cidadania como um conceito central nestes debates. Mas o que é cidadania e como essa noção foi engendrada em toda uma gramática

política pautada pelo desejo de atuação do Estado nas mais distintas formas de relação social, desde a vida doméstica e familiar, passando pelo processo de escolarização e recuperação dos considerados desvalidos e esquecidos até o processo de inserção e manutenção dos grupos populares no mercado de trabalho e a gestão racional do lazer da classe trabalhadora?

No horizonte apontado pela definição de direitos da criança brasileira tratava-se de criar toda uma maquinaria política capaz de gerenciar os problemas da sociedade, e no caso da LBA, em especial, aqueles que dissessem respeito à maternidade e infância. Estava em jogo a todo o tempo a percepção de que era necessário formar cidadãos brasileiros e daí um conjunto de forças se empenhou em participar da definição dos direitos desse cidadão e nas formas de “ser” que ele deveria experimentar.

Daí a relevância de um texto como este na revista da LBA:

COMO A CRIANÇA DEVE VIVER

A criança deve viver alegre como um passarinho... Mas o melhor meio de conseguir isso é o exemplo dos adultos. É preciso constituir em torno da criança um ambiente de tranquilidade e de otimismo. Mesmo diante de uma ocorrência de certa gravidade não devemos mostrar na presença das crianças o nosso estado de apreensão, angústia ou desespero.

A preocupação excessiva com a saúde da criança é outro erro a evitar. Não há palavra para censurar o excesso de agasalhos e as janelas fechadas, frutos de absurdos receios de que a criança venha a ter um resfriado. Mania não menos perniciosa é a de remédios desnecessários, tomando muitas vezes o lugar de um regimen (sic) de vida apropriado, com uma dose maior de ar e de sol. “Doutor o senhor não acha que meu filhinho está doente? Ele está tão magrinho...” Esta frase que se ouve com frequência nos consultórios reflete uma atitude de absoluta incompreensão do problema.

A criança sadia deve considerar a consulta ao médico ou ao dentista como um ato da vida, destinado a melhorar nossas condições de saúde¹⁶⁸.

Ao passo em que as páginas da revista da LBA reforçam certa idealização da infância também permitem ver a situação de pobreza, falta quase absoluta da mínima assistência ao conjunto mais amplo da população e infâncias que parecem não se articular diretamente aos contornos e aos “cuidados” tão propalados no discurso da instituição. A imagem que abre este texto permite pensar outra infância, carente inclusive de um dos recursos mais básicos para a existência humana: a água.

A imagem apresenta crianças que desde cedo precisaram lidar com a falta da água e de outros elementos básicos. E na história da Paraíba, como dito anteriormente, duas grandes estiagens marcaram as décadas de 1940 e 1950, caracterizando um fenômeno curioso na

¹⁶⁸ Boletim da LBA, Ano I, Agosto de 1947, n. 4, p. 8.

medida em que “desde 1922 que as secas no nordeste brasileiro assumiram um caráter cíclico”, pois “eram verificadas a cada dez anos” (Jornal *A União*, apud BARBOSA, 2012, p. 183). Após o processo de redemocratização depois da queda do Estado Novo em 1945 o país entrou em novo momento político em que os líderes do governo estadual não seriam mais definidos pelo presidente da República, mas por voto direto da população.

Se é preciso ter um cuidado ao usar o conceito de “redemocratização” para se referir ao processo pós-1945, o cientista político José Murilo de Carvalho – ao analisar a trajetória da cidadania no Brasil – destaca que este período foi efetivamente marcado por um sopro de democratização da política, isto é, dos processos decisórios no país.

Apesar de que se tratou de uma intervenção militar que retirou o presidente do cargo, o autor destaca que após esse acontecimento deu-se “início à experiência que se poderia chamar com alguma propriedade de democrática em toda a história do país” visto que a partir dali o voto popular começou a ter um peso importante nas eleições, os direitos civis progrediram ainda que lentamente – fazendo-se presentes nas três constituições do período – e “os movimentos sociais independentes avançaram lentamente” (CARVALHO, 2008, p. 87-88).

Para este autor o período de 1930-1945 é considerado como a “era dos direitos sociais” no Brasil, pois foi neste período que se construiu as bases da legislação trabalhista e previdenciária – apesar de que os trabalhadores do campo continuaram a ser alijados da política social do governo, situação que foi modificada em 1963 com a extensão da legislação trabalhista para os trabalhadores rurais.

No caso da Paraíba o período da redemocratização foi marcado pela gestão de três governadores, Oswaldo Trigueiro, José Targino e José Américo de Almeida. Sobre as gestões destes três gestores a bibliografia produzida até o momento é pequena e em relação ao último deles podem-se fazer algumas considerações com base no estudo de Jivago Correia Barbosa (2012) cujo objeto é a política assistencialista efetivada na gestão de José Américo de Almeida, romancista e político com larga experiência na cena pública brasileira e paraibana.

Se as secas se tornaram um processo recorrente na história do Nordeste, outro elemento que marcou continuidade histórica foi a inobservância do governo em relação às contas públicas. No capítulo anterior apontou-se como Ruy Carneiro propôs medidas de racionalização da administração pública com vistas a organizar os recursos públicos e dar-lhes uma melhor operacionalidade do ponto de vista da implementação das políticas públicas após o governo de Argemiro de Figueiredo. Por sua vez, José Américo de Almeida também encontrou o estado em difíceis condições financeiras quando assumiu o governo em janeiro de 1951.

O estudo de Jivago Correia Barbosa (2012) também permite pensar o papel desempenhado pela imprensa durante o governo de Jose Américo de Almeida. Se o jornal *A Imprensa*, de vinculação católica, havia sido fechado durante o governo de Ruy Carneiro, no momento em que José Américo está no governo do Estado este órgão da imprensa desempenha a função de crítica, inclusive no que se referia às ações e projetos da assistência social, ainda no sentido da tensão entre secularização das políticas de assistência e as práticas da Igreja em relação a chamada “questão social” e suas formas de atendimento da população.

Pertencente à Arquidiocese paraibana, o jornal *A Imprensa* era dirigido pelo cônego Odilon Pedrosa e foi um importante meio de comunicação a questionar a imagem de José Américo como “benfeitor” e “salvador dos sertões” diante das calamidades provocadas pela estiagem. Esse tipo de imagem foi produzido por meio de muitos discursos veiculados pelo jornal *A União*, órgão oficial de imprensa do governo do estado, no qual não constavam críticas às ações do governo na consecução da sua política econômica e sua participação na chamada “indústria da seca” (BARBOSA, 2012).

“Ainda que muitas vezes marcasse uma oposição um tanto dúbia – ora a favor das propostas e decisões adotadas pelo governador em relação à seca, ora atacando o governo em setores vitais” como, por exemplo, a assistência social, educação e saúde, este jornal desempenhou papel importante “no sentido de divulgar algumas ações estatais que não lograram êxito durante os anos de 1951-1952” e tais publicações devem ser compreendidas como fundamentais para o cenário político do momento uma vez que se trata de um jornal com a segunda maior circulação impressa na cidade de João Pessoa e em parte considerável da Paraíba (BARBOSA, 2012, p. 241).

Durante o governo de José Américo de Almeida o investimento na causa da infância continuou acontecendo, pois na ótica do governo esta era uma questão diretamente articulada aos problemas da seca e da mortalidade infantil, dentre outros problemas sociais. Ainda no início do governo de José Américo o jornal *A Imprensa* divulgou matéria que nos permite pensar a continuidade dos investimentos em torno da questão da infância. Neste texto o periódico se posiciona em torno de um documento intitulado “Exposição de motivos”, escrito por Osias Nacre, secretário do Interior e Segurança Pública acerca dos problemas de assistência social notificados por ele no estado da Paraíba. No texto, Osias Nacre refere-se aos serviços de assistência coordenados pelo cônego José Coutinho como, por exemplo:

a distribuição de auxílio em dinheiro a mais de quinhentos necessitados, ambulatório de clínica geral, limitado a trinta consultas diárias e visita médica a domicílios, duas vezes por semana; ensino rudimentar a crianças

filhas de mendigos, com uma ‘tentativa de iniciação profissional’ e o fornecimento de refeições à infância desajustada; e um serviço de recolhimento, para atender a indigentes em parte chegados do interior em busca de socorro médico¹⁶⁹.

Apesar do fato de que se trata de duas conjunturas bastante semelhantes sob alguns aspectos, é possível perceber transformações importantes em relação aos governos de José Américo de Almeida e o de Ruy Carneiro no que se refere à infância, dando continuidade a processos iniciados anteriormente.

Ainda no governo de Oswaldo Trigueiro, quando a Paraíba contava com uma população estimada em 1.685.400 habitantes, com apenas 169 médicos e 03 enfermeiras, tentou-se a criação de uma Escola de Enfermagem de alto padrão para o estado, diante das necessidades em termos de saúde pública (LIMEIRA & FORMIGA, 1986, s/p). Tal tentativa foi urdida no momento em que a Organização das Nações Unidas havia aprovado a criação do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) para prestar cooperação aos países mais pobres com alimentação e demais suportes aos governos com os quais fossem pactuados os acordos de parceria.

“O plano de Oswaldo Trigueiro, porém, esbarra em dificuldades de repasse de verbas e se amortece diante das exigências de outros Estados nordestinos de serem incluídos na distribuição dessas verbas, redundando numa ‘iniciativa fracassada’” devido à “inviabilidade e a insignificância do montante que caberia a cada Estado, caso a verba fosse assim repartida” (LIMEIRA & FORMIGA, 1986, s/p).

No fim do primeiro trimestre de sua administração o então governador José Américo de Almeida enviou documento ao poder legislativo informando sobre suas ações e projetos diante da grave situação em que o estado se encontrava. Neste documento é possível perceber que em sua gestão o contato com o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), almejado por Oswaldo Trigueiro, se efetivou após o Brasil – representado pelo seu embaixador junto a ONU, João Carlos Muniz – ter assinado o pacto de cooperação internacional com o comitê executivo do FISI, representado por Maurice Pate.

A mensagem de José Américo de Almeida, enviada para a Assembleia Legislativa em 1º de junho de 1951, dizia dos desafios de gestão encontrados quando assumiu o governo e em relação à situação da região Nordeste e da Paraíba, em particular, diz o seguinte:

O que mais interessa é transportar estoques para todo o nordeste, destinados à revenda com margem limitada de lucro, resolvendo-se, desde logo, o mais

¹⁶⁹ A Imprensa, 14 de fevereiro de 1951, apud Barbosa, 2012, p. 241.

angustioso problema nacional que é o do custo da vida, sempre agravado no nordeste nas irrupções de seca. Mormente nesta hora de exaustão. Seriam então organizados os serviços públicos de preferência os de evidente utilidade, abrangendo o maior número de municípios, para evitar a mobilidade interna e as emigrações entre os Estados, fatores de agravação do problema. O ministério da Educação mandaria missões médicas e enfermeiras, como em 1932, para a vacinação sistemática e completa assistência médico-sanitária, conjurando-se os surtos epidêmicos, como já se vem manifestando no açude "Condado". Nessa emergência, a população desamparada, como os inválidos e famílias sem arrimo, exige uma assistência racional de grandes proporções, por se achar esgotada a própria capacidade de dar esmolas¹⁷⁰.

A narrativa do documento é sempre no sentido de prestar contas ao legislativo sobre suas ações, mas incorre também no reforço das imagens de sofrimento, seca, pobreza e carência do povo nordestino e paraibano. É nesse conjunto de imagens e narrações que o governador fala da aproximação com o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) da Organização das Nações Unidas (ONU), criado em 1946 (neste mesmo ano também foi criada a Organização Mundial de Saúde) com o intuito de prestar cooperação e assistência na área de nutrição e alimentação para crianças, adolescentes, gestantes e mães lactantes de países em territórios com dificuldades econômicas para suprir essa necessidade.

Além das instituições beneficentes e das corporações militares, os Institutos poderiam ser mobilizados para uma tarefa de tamanha envergadura, cuja solução será de empenhar tôdas as forças da solidariedade nacional. Tudo, porém, deverá ser feito em caráter de campanha. Acabo de apelar para o representante do fundo Internacional de Socorro à Infância, dr. Ismael Martinez Sottomayor, para dar aos seus serviços de fornecimento de leite um critério de emergência. Já em Patos estão morrendo vinte crianças por dia. Creio que contando com ampla cooperação dos órgãos mais adequados, será suficiente a cota constitucional para manter essa organização geral. Os Estados, por sua vez, como estou fazendo com o maior sacrifício, terão de colaborar para sua própria salvação. Nem tudo, porém, já está perdido. Previ esta estruturação para o auge da crise, na hipótese de se acentuar a calamidade por falta de chuvas que ainda poderão sobrevir. Atenciosas saudações. —

JOSE' AMÉRICO."

Daí por diante sabe tôda a Paraíba o que fiz, e o que, não podendo fazer, consegui em incessantes apelos dirigidos ao presidente Getúlio Vargas, já vinculado aos destinos de nossa terra como seu bemfeitor, desde 1932. Crédito extraordinário ■— Antes de qualquer socorro que viesse de fora, abri o crédito extraordinário de Cr\$ 6.000.000,00 paia os seguintes fins:

- a) assistência aos inválidos e famílias sem arrimo;
- b) abastecimento, mediante revenda ao preço do custo, de gêneros de primeira necessidade:

¹⁷⁰ Mensagem do Exmo. Governador José Américo de Almeida, no dia 1º de Junho de 1951 à Assembleia Legislativa da Paraíba.
Disponível: https://archive.org/stream/mensagemparaiba1951esta/mensagemparaiba1951esta_djvu.txt. Acesso em 25 de Dez.. 2016.

- c) admissão à médicos e auxiliares para assistência médico-sanitária;
- d) fornecimento água às localidades que tiverem seus mananciais exgoiados;
- e) localização dos flagelados em fazendas do Estado ou particulares que estiverem em condições de recebê-los;
- f) aquisição ou locação de viaturas para transporte de gêneros alimentícios e de flagelados;
- g) cultura irrigada no leito dos rios mediante a utilização de bombas motores; e
- h) admissão de engenheiros, agrônomos e técnicos agrícolas e aquisição de instrumentos agrários.

Comissões de Socorro — Servindo-me desses recursos constituí Comissões de Socorro nos Municípios flagelados compostas das pessoas mais representativas, inclusive de elementos oposicionistas, com o fim especialmente de fixar a população, evitando, dessa maneira, as debandadas históricas que, em outros lances, invadiam todos os recantos do Estado, desorganizando seu ritmo de vida¹⁷¹.

“Já em Patos estão morrendo vinte crianças por dia”. Das vidas que se perderam todos dias a fio, das mazelas sociais que por décadas continuaram (e continuam) a macular vidas infantis sem possibilidades sequer de compreensão da situação em que vivem e das violências que lhes tomam de assalto todos os dias. A história mostra diferentes momentos em que a infância foi negada e morta. Não apenas as intempéries naturais, os ciclos da seca e as violências de outra sorte foram responsáveis pela morte de milhares de crianças, como apontam dados estatísticos do século XX e de outros momentos da história do país, como bem analisa Maria Luiza Marcilio.

Entre as instituições responsáveis pela assistência social – embora não sejam nomeadas no trecho supracitado – estão àquelas citadas no capítulo anterior quando pude cartografar a rede assistencial na Paraíba montada pela LBA, mas não unicamente na medida em que ela deu continuidade e fortalecimento a algumas instituições e construiu outras como a Maternidade Cândida Vargas¹⁷². Como pude comentar um pouco acima, dialogando com a pesquisa de Jivago Barbosa, a imprensa exerceu um forte papel na política assistencial de José Américo de Almeida tanto produzindo críticas como também comentando sobre as posições e escolhas tomadas pelo autor em relação à política social na Paraíba.

O Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) atuava por meio de acordos de cooperação entre os estados e no caso do Brasil, o acordo foi assinado em 1950 e já em suas

¹⁷¹ Mensagem do Exmo. Governador José Américo de Almeida, no dia 1º de Junho de 1951 à Assembleia Legislativa da Paraíba.

Disponível: https://archive.org/stream/mensagemparaiba1951esta/mensagemparaiba1951esta_djvu.txt. Acesso em 25 de Dez.. 2016.

¹⁷² Sobre a atuação dessa instituição, ver, entre outros números: Atuação assistencial da LBA, na Paraíba, através de suas Maternidade, em João Pessoa. In. Boletim da LBA, Ano VI, n. 33, Janeiro e Fevereiro de 1952.

primeiras linhas definiam-se, em seu artigo I, as bases para o funcionamento desse suporte ao Brasil:

- A. O Fundo, de acôrdo com a sua estimativa das necessidades e dentro dos limites de seus recursos, fornecerá alimentos e outros suprimentos e serviços para a ajuda e assistência às crianças, adolescentes, gestantes e mães Lactantes do Brasil.
- B. O Govêrno deverá, de acôrdo com o plano de operações aprovado e sujeito a emendas porventura acordadas mais tarde entre o Fundo e o Govêrno, fornecer alimento (e outros programas especiais) para crianças, adolescentes, gestantes e mães lactantes no Brasil e se compromete a que os alimentos e os suprimentos fornecidos pelo Fundo serão distribuídos para as pessoas indicadas e em benefício das mesmas, de acôrdo com o plano de operações mencionado acima.
- C. As quantidades e tipos de alimentos e suprimentos a serem fornecidos pelo Fundo e pelo Govêrno, respectivamente, para o benefício de crianças, adolescentes, gestantes e mães lactantes do Brasil serão determinados periôdicamente de acôrdo com a conveniência das fases sucessivas das operações, por meio de consultas e entendimentos entre o Fundo e o Govêrno.
- D. O Fundo não requererá pagamento em moedas estrangeiras para os suprimentos e serviços fornecidos nos termos dêste Acôrdo e fica entendido que não terá direito ao mesmo¹⁷³.

O surgimento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) é anterior à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, mas é fato que surgiu no momento em que as negociações do texto estavam ocorrendo no interior da ONU e no diálogo com os vários países que a compunham no momento.

A trajetória de definição dos direitos humanos e das crianças em especial tem uma longa data e se no século XX houve a emergência de legislações supranacionais para regular e pautar agendas para políticas públicas para estes segmentos isto só foi possível mediante múltiplas negociações e mesmo diante de situações calamitosas em que as nações precisaram tomar decisões urgentes sobre como resolver problemas sociais graves como a mortalidade infantil em alta escala, inanição, adoecimentos e a necessidade de pesquisa médica e científica para reduzir o número de mortes nos países como o Brasil, etc.

Ao tematizar a relação entre a historiografia e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, Antoon de Baets (2010) problematiza a historicidade desse importante documento político do século XX e especialmente sua relevância do ponto de vista do ofício do historiador, na medida em que se trata de uma fonte que ao marcar a história do século

¹⁷³ Acordo entre o Fundo Internacional de Socorro à Infância e o governo dos Estados Unidos do Brasil. Nova York, 9 de Junho de 1950. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1950/b_10/. Acesso em 26 de Dez. 2016.

passado também delimita condições específicas para a escrita da História, na medida em que exige uma reflexão sobre conceitos como memória, esquecimento, pessoa humana, publicidade de informações sobre o passado de indivíduos ou grupos específicos. O autor aponta que existe um conflito clássico entre “a liberdade de expressão dos historiadores e a privacidade e reputação daqueles que eles estudam” (DE BAETS, 2010, p. 94).

O direito à informação, à produção de conhecimentos sobre o passado e o compromisso com a divulgação desse saber por parte da comunidade historiadora passa a ser visto como uma questão problemática uma vez que embora muitas vezes a história seja um “trabalho sobre o morto”, como disse Michel de Certeau, o fato de não mais lidar com pessoas vivas e que podem questionar e repercutir de forma diferente o discurso do historiador, ainda assim é necessário que se pense em uma “dignidade póstuma” daqueles que são estudados por estes profissionais e cujos direitos podem ser reclamados por seus familiares, herdeiros, guardiões de suas memórias e documentos que tratam de tais trajetórias.



Figura 36 - Eleanor Roosevelt, primeira-dama dos Estados Unidos da América, segurando o texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Disponível em: <http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL915169-16107,00-DECLARACAO+DOS+DIREITOS+HUMANOS+INSPIROU+TRATADOS+E+CONVENCOES.html>. Acesso em 28 de Dez. 2016.

Além dessa discussão que toca na epistemologia da História, Antoon de Baets (2010) reflete também sobre os conflitos vivenciados no próprio processo de construção do texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e abre um espaço para fazer alusão ao

fato de que a própria pretensão universal que dá título ao documento não demorou em ser alvo de intensos questionamentos que partiram da Filosofia e da Antropologia.

Por mais rico recurso que a DUDH possa ser, ela foi recebida não apenas com entusiasmo, mas também com crítica. Muito da crítica estendeu-se à própria ideia de direitos humanos, e foi dirigida a seus fundamentos e a sua universalidade. Filósofos, por exemplo, sustentaram que o conceito de dignidade humana foi “essencialmente contestado”. Muitos deles argumentaram que, na verdade, existiam dois conceitos, ao invés de um: dignidade humana inerente, como valor inerente do ser humano, e a dignidade humana externa, associada ao valor de respeito. Outros afirmaram que a dignidade humana era um axioma sem fundamento adicional, uma ficção útil, ou mesmo que não existia (DE BAETS, 2010, p. 106).

Embora não seja objeto deste texto a concepção de direitos humanos e suas implicações filosóficas e antropológicas é importante situar que se trata de um conceito urdido em relações de poder, entre disputas, e embora tenha a pretensão de se tratar de uma noção cuja aplicação também visa uma universalidade ela não foi objeto de um total consenso nem mesmo no interior do espaço que a instituiu, pois “quando a Assembleia Geral da ONU adotou a DUDH em 10 de dezembro de 1948, embora 48 países tenham votado a favor e nenhum contra, oito se abstiveram (e dois estavam ausentes): na prática, universalidade significou ausência de desacordo ao invés de unanimidade” (DE BAETS, 2010, p. 107).

Naquele momento países comunistas orientados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) “se abstiveram por causa da falta de ênfase no papel do Estado; a Arábia Saudita por causa dos direitos de casamento igualitário e da liberdade para mudar de religião; a África do Sul por causa da condenação implícita de sua política de *Apartheid*” (MORSINK, 1999, apud DE BAETS, 2010, p. 107, grifo no original).

Se a DUDH teve uma importância fundamental para uma série de desdobramentos por posteriores nas relações entre os países, assim como na definição de políticas públicas que partiram da concepção de dignidade humana como eixo orientador básico, é fato também que do ponto de vista teórico e político este documento precisa ser pensado na sua historicidade, assim se torna possível não naturalizar tal documento – o que não significa incorrer em críticas injustas sobre seu significado ético e político – mas pensá-lo como produção cultural e política e neste sentido sempre participante de relações de poder e saber específicas.

É significativa a imagem de Eleanor Roosevelt, então primeira-dama dos Estados Unidos, segurando o texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Uma mulher, esposa de Franklin Delano Roosevelt, um grande líder mundial do momento cuja postura

política foi estratégica nas negociações em jogo no pós-guerra e protagonista de um conflito ideológico que se demoraria até o fim da década de 1980.

Fato é que a partir dela – e apesar de todas as críticas que se pode fazer a atuação da ONU – a civilização humana passou a ter um novo marco para incitar transformações na convivência entre culturas diferentes e a partir daí abriu-se o leque para que a tão fundamental relação entre diferenças culturais e multiculturalismo pudessem se constituir pautadas minimamente com as alteridades emergentes.

No bojo das discussões em torno dos direitos humanos daquele momento da década de 1940, outro documento importante para a história da infância foi a *Declaração de Caracas* sobre o direito à saúde da criança, promulgada em janeiro de 1948 durante o *IX Congresso Pan-americano da Criança*, sendo referendada posteriormente pela Organização Sanitária Pan-americana e pelo Instituto Internacional Americano de Proteção à Infância. Em boletim de maio e junho de 1949, a LBA noticiava o acontecimento e apresentava o texto da declaração, como segue:

1º - Toda criança tem o direito ao melhor cuidado possível de sua saúde. Os pais e tutores serão instruídos nos deveres que a este respeito lhes cabem e receberão os elementos que lhes permitam cumpri-los.

O Estado e as instituições particulares proverão esses meios nos casos necessários, providenciando a organização eficiente das instituições que realizam esses programas e preparam o treinamento do pessoal médico, sanitário, social e auxiliar.

Com este fim as Faculdades de Medicina e os demais Institutos formadores de pessoal deverão intensificar e ampliar o ensino da puericultura e da pediatria.

2º - Proteger-se-á a saúde da criança desde o nascimento até a adolescência por meio de exames periódicos. Sua vigilância e assistência serão praticadas por pessoal técnico especializado, médicos pediatras, puericultores, odontologistas e auxiliares.

3º - Cuidar-se-á do nascimento da criança de modo completo, incluindo assistência pré-natal, natal e pós-natal, com o fim de assegurar á mãe, gravidez e parto normais, e, ás crianças, as maiores seguranças para a sua saúde ulterior.

A criança prematura será objeto de cuidado especial.

4º - Durante a idade pré-escolar assistir-se-á á criança, para que chegue, nas melhores condições possíveis á idade escolar. Durante esta última, a sua saúde será constantemente vigiada.

Os estabelecimentos escolares preencherão os requisitos necessários de iluminação e ventilação, disporão de equipamento adequado e pessoal especializado se ocupará da educação sanitária, a qual incluirá a recreação física e mental.

5º - Assegurar-se-á a boa nutrição da criança, facilitando-lhe os elementos apropriados, para que disponham de alimentos, leite e água puros.

Tanto na escola como nas instituições sanitárias e de assistência social, organizar-se-ão aulas de alimentação infantil, do modo mais eficiente possível.

6º - Exercer-se-á a proteção específica contra as doenças transmissíveis, de acordo com as características regionais. Para isso se praticará a vacinação precoce contra a varíola, difteria, coqueluche, e, se for necessário, contra a febre tífica e outras infecções; organizar-se-ão a profilaxia das parasitoses e a luta contra os insetos transmissores. Os serviços de saneamento geral, remoção ou tratamento das águas servidas e dejetos, completarão esta proteção.

7º - Proteger-se-á a criança contra as doenças mentais físicas, providenciando-se para que a higiene mental integre os programas de proteção infantil. As crianças deficientes mentais e as que constituem problemas sociais especiais deverão receber, para a recuperação do seu equilíbrio mental perdido tratamento adequado sob o amparo da sociedade e não serão consideradas como seres nocivos a ela.

8º - As crianças empecadas, cegas, surdas, mudas, reumáticas, etc., ou que sofram de qualquer defeito físico deverão ser tratadas convenientemente, dos pontos de vista médico e educativo, para torná-las seres úteis à coletividade.

9º - Para toda criança e para toda idade devem seguir-se as normas aconselhadas pelas autoridades científicas, com o fim de evitar a tuberculose usando os meios aconselhados pelos especialistas. Igual preocupação existirá a respeito do problema da sífilis, lepra, etc.

10 º - Deverão, em suma, ser tomadas todas as medidas necessárias para assegurar a toda criança das Américas, qualquer que seja a sua raça, cor ou credo, as melhores condições de saúde, baseadas em uma higiene geral adequada, boa habitação, alimentação, sol, ar, asseio e vestimentas necessárias, com o fim de que possa aproveitar todas as oportunidades que lhe permitam gozar uma vida sã, feliz e em paz¹⁷⁴.

A Declaração de Caracas tem como objeto central a saúde da criança e da mãe e surgiu em um momento marcado por uma série de encontros nacionais, bilaterais e internacionais entre países das Américas que desde 1902, com a criação da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), passou-se a desenhar todo um percurso político marcado pelo esforço conjunto dos países latino-americanos e dos Estados Unidos em torno da política de saúde pública.

Interessante notar que, etimologicamente, a palavra saúde tem sua origem no latim *salus*, e “significa são, inteiro, salvo, salvação, sendo que dessa palavra derivam: *saluus*, *solidus* e *soldus*, que exprime solda e soldado, ou seja, quer dizer o que é uma única peça, inteiro, completo”, por outro lado em sua origem a Grécia antiga “o sentido desse termo é, entre outros, de inteiro, intacto, real” (CATÃO, 2011, p. 140, grifos no original). Desse modo, compreendo que investir na saúde significava (e continua significando) uma maneira de administrar a formação de determinadas corporeidades e subjetividades, daí o fato de a

¹⁷⁴ Declaração de Caracas sobre a Saúde da Criança. Boletim da LBA, Ano III, n. 18, Maio e Junho de 1949, p. 15-16.

Declaração de Caracas fazer referência – em seu artigo 7º - ao problema da saúde mental e à importância da higiene mental como suporte para lidar com a saúde de crianças acometidas por deficiências mentais.

A inclusão da categoria “crianças deficientes mentais” em um documento com forte peso normativo e descritivo no que concernia às políticas de saúde nos permite pensar um movimento complexo sobre o tratamento da infância e sua abordagem histórica. Como reflete Lilia Ferreira Lobo (2015, p. 211) “é preciso assinalar que a história da criança anormal é a história das múltiplas práticas de objetivação, cujo começo tem data recente”. Desse modo, a autora propõe que é a “história dessas práticas e dos saberes que elas constituem, principalmente nos campos da Medicina e da Medicina Psiquiátrica, da Psicologia e da Pedagogia, como também nos campos jurídico e policial. É uma história de separações, diferenciações, classificações, cortes incessantes, de exclusões por inclusões” (LOBO, 2015, p. 211-212).

Por sua vez, Michel Foucault (2011, p. 306), atento para o caráter burguês, conservador e moralista da medicina, procurou pensar sobre as funções exercidas por essa disciplina na sociedade. Desse modo, diz que uma das suas funções consiste em que “a medicina define não somente o que é normal e o que não é, mas por fim o que é lícito ou ilícito, criminal ou não criminal, o que é abuso ou prática maligna” e assim abre uma provocação sobre o fato de que a medicina não tem simplesmente a função de descrever doenças e pautar formas de tratamento – e isso já seria bastante coisa na medida em que descrever e pautar possibilidades de transformação de uma condição patologicamente dada consiste numa intervenção relevante sobre o corpo e ao conjunto da sociedade -, mas é um saber que também busca se firmar como uníssono em determinados momentos no seio da sociedade, posto que é colocado historicamente como saber autorizado a – em última instância – lidar com a vida, não apenas em seu sentido biológico mas sociocultural e político.

Analisando a história das relações entre o Brasil e a OPAS nos cem anos dessa organização internacional que exerceu forte influência nos debates nacionais sobre a política de saúde e educação nas décadas de 1930 a 1950, Nísia Trindade Lima (2002) afirma que a OPAS não é apenas o mais antigo organismo a atuar na área da cooperação em saúde, mas também uma das primeiras organizações de cooperação internacional cujo papel teve uma importância decisiva na história das políticas públicas de saúde na América Latina, por exemplo, e foi também um espaço político relevante na medida em que uma vez sendo a saúde colocada como tema estratégico, foi por meio deste tema que “as controvertidas ideias sobre o pan-americanismo puderem, de algum modo, se expressar” (LIMA, 2002, p. 25).

A consciência a respeito do 'mal público',¹ representado pelas doenças transmissíveis, e da necessidade de estabelecer medidas de proteção em níveis nacional e internacional contribuíram para a criação de fóruns e organismos de cooperação em escala mundial. Diferentes explicações poderiam ser enunciadas, mas deve-se destacar o crescente fluxo de mercadorias e pessoas, assim como o de doenças. Ações de proteção à saúde foram objeto de constantes debates e tentativas de normalização. Até mesmo quando a eminente eclosão de conflitos entre os Estados nacionais, em seu processo de expansão imperialista, colocou em evidência o tema da guerra, a agenda de saúde intensificou-se como questão internacional (LIMA, 2002, p. 25).

Neste cenário, a *Declaração de Caracas* teve uma relevância considerável, pois se tratava, diante de questões de caráter econômico, demográfico e político, de repensar as relações entre os países na medida em que a circulação de pessoas, produtos e processos poderiam ser partícipes de intercâmbio de fatores de adoecimentos das populações. Se por um lado havia o investimento em novas percepções sobre a dignidade humana e a ideia de saúde já sendo formulada como um direito do cidadão e um dever do Estado, por outro também havia a preocupação com fatores econômicos que também eram importantes para os países em suas relações comerciais.

O fato de o Estado assumir a política de saúde como questão de governo das populações – urdindo assim novas percepções e compreensões em torno da vida, da doença e do corpo humano – é um dado importante na medida em que a genealogia dessa prática de governo da vida exige que a pensemos em relações de força específica em que um certo tipo de saber – criado a partir de critérios também específicos – assume a dianteira e a legitimidade diante da instituição Estado e das decisões e ações provocadas por este. Assim, Marconi do Ó Catão (2011, p. 93) destaca que “a concepção de uma medicina científica acima das demais práticas médicas levou o Estado” por meio de toda uma orquestração das políticas em torno da saúde, “a promover uma regulamentação mais específica das práticas sociais, possibilitando a elaboração de novos dispositivos necessários para a organização da medicina como um sistema de curas de valor universal”.

Todo esse investimento parece buscar, ao fim e ao cabo, capturar vidas, gerenciar existências e reduzir a singularidade e a novidade. Digo isso no sentido de que essa racionalidade médica se institui como saber autorizado e já impondo determinadas possibilidades de existência e, para aquelas consideradas diferentes e passíveis de reforma que acaba por traçar formas de medicar e curar. Ao historicizar a emergência da medicina social no século XVIII, Michel Foucault (2011, p. 403) atenta para tal aspecto, ao dizer que “a

medicalização, ou seja, o fato de a existência, a conduta, o comportamento, o corpo humano se integrarem, a partir do século XVIII, em uma rede de medicalização cada vez mais densa e importante, deixando cada vez menos escapar as coisas”¹⁷⁵.

Nísia Trindade Lima (2002, p. 26) destaca que desde as primeiras décadas do século XX ocorre um “crescente intercâmbio entre especialistas e gestores de saúde, e o papel do organismo deve também ser considerado em termos da construção de uma agenda comum e, de certo modo, de uma comunidade de especialistas” como Oswaldo Cruz, Raul de Almeida Magalhães e Carlos Chagas que participaram como delegados das Conferências Pan-Americanas de Saúde. Além disso, Lima (2002) destaca que os Estados Unidos investiram na concessão de bolsas de estudos para médicos, engenheiros sanitários e outros profissionais ligados à área da saúde através de espaços como a Fundação Rockefeller que ao contribuir decisivamente no ensino médico – isto é, na formação de profissionais para atuar na política de saúde – exerceu papel definitivo na criação da cadeira de higiene na Faculdade de Medicina de São Paulo em 1918 e, posteriormente, em outros processos dessa natureza (LIMA, 2002).

¹⁷⁵ Em sua obra *O Nascimento da Clínica*, Michel Foucault descreve uma transformação na ordem do saber médico durante o século XVIII na passagem de uma mudança de uma medicina das espécies para uma medicina institucionalizada. Diz ele: “Novo estilo de totalização. Os tratados do século XVIII, instituições, aforismos, nosologias encerravam o saber médico em um espaço fechado: o quadro formado podia não se completar em alguns pontos; em sua forma geral, era exaustivo e fechado. Ele é agora substituído por quadros abertos e indefinidamente prolongáveis: Hautesierck já havia dado o exemplo quando, a pedido de Choiseul, propusera para os médicos e cirurgiões militares um plano de trabalho coletivo, compreendendo quatro séries paralelas e sem limites: estudo das topografias (a situação dos lugares, o terreno, a água, o ar, a sociedade, os temperamentos dos habitantes), observações meteorológicas (pressão, temperatura, regime dos ventos), análise das epidemias e das doenças reinantes, descrição dos casos extraordinários. O tema da enciclopédia cede lugar a uma informação constante e constantemente revisada, em que se trata mais de totalizar os acontecimentos e sua determinação do que de fechar o saber em uma forma sistemática: ‘Tanto isso é verdade que existe uma cadeia que liga, no Universo, sobre a terra e no homem, todos os seres, todos os corpos, todas as afecções; cadeia cuja sutileza, eludindo os olhares superficiais do minucioso experimentador e do frio tratadista, se dá a conhecer ao gênio verdadeiramente observador’. No início da Revolução, Cantin propõe que esse trabalho de informação seja assegurado, em cada departamento, por uma comissão eleita entre os médicos. Mathieu Géraud pede a criação, em cada sede administrativa, de uma ‘casa governamental salubre’ e, em Paris, de uma ‘corte de salubridade’, sediada na Assembleia Nacional, centralizando as informações, comunicando-as de um ponto a outro do território, colocando as questões ainda obscuras e indicando as pesquisas a fazer.

O que constitui agora a unidade do olhar médico não é o círculo do saber em que ele se completa, mas esta totalização aberta, infinita, móvel, sem cessar, deslocada e enriquecida pelo tempo, que ele percorre sem nunca poder detê-lo: uma espécie de registro clínico da série infinita e variável dos acontecimentos. Mas seu suporte não é a percepção do doente em sua singularidade, é uma consciência coletiva de todas as informações que se cruzam, crescendo em uma ramagem complexa e sempre abundante, ampliada finalmente até as dimensões de uma história, de uma geografia, de um Estado”. Cf. Foucault (2014, p. 30-31).

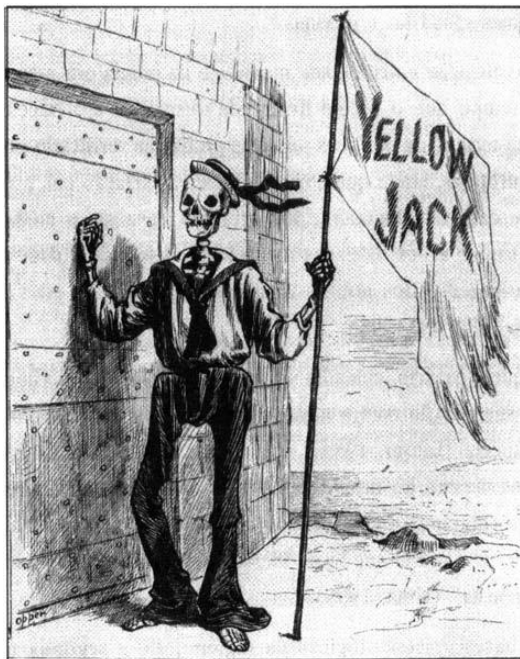


Figura 37 - Imagem que simboliza a ameaça da febre amarela aos países da América.
Fonte: Boletim da OPAS, apud LIMA, 2002, p. 29.

Entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX os países passaram a investir na criação de agendas de combate às doenças que assolavam suas populações¹⁷⁶. “Sob o impacto das epidemias de cólera e febre amarela, realizou-se em Montevideu, em 1873, uma convenção sanitária em que se firmou uma ata pelo Brasil, Argentina e Uruguai determinando medidas comuns de prevenção em relação a doenças como cólera asiático, febre amarela, peste e tifo” (LIMA, 2002, p. 35-36). A autora também destaca que:

No caso das Américas, a febre amarela, em fins do século XIX e início do século XX, era considerada o grande desafio de política sanitária, especialmente no que se refere ao comércio entre as nações. Em parte, desempenhou no continente americano papel similar ao do cólera na Europa. Foi uma das doenças mais marcantes da história da saúde pública brasileira, com impactos sobre os processos políticos e o desenvolvimento científico no país (LIMA, 2002, p. 38).

Nesse processo de surgimento da política de saúde como questão de Estado um dos primeiros encaminhamentos que se deu foi a criação de postos de profilaxia em áreas rurais.

¹⁷⁶ “A doença mais marcante durante o século XIX foi o cólera, dando origem à que foi considerada a primeira pandemia no período de 1817-23, e que atingiu progressivamente países do Golfo Pérsico e aqueles banhados pelo Oceano Índico. O padrão tradicional da expansão dessa doença se viu alterado pela maior densidade do comércio internacional e dos movimentos militares derivados da dominação britânica na Índia. Uma segunda pandemia ocorreu em 1826, atingindo desta vez a Rússia, o Báltico e finalmente a Inglaterra (Veronelli & Testa, 2002). A terceira atingiu a América (1852-59) e a quarta, com início em 1863, chegou a Nova Iorque em 1863, Buenos Aires em 1866 e, em 1867, à região onde se deflagrava a Guerra do Paraguai, afetando as tropas aliadas e paraguaias” (Cf. LIMA, 2002, p. 35).

No caso da LBA houve todo um esforço para multiplicar as comissões por todos os municípios do país a fim de criar um canteiro de ações coordenado pela LBA e outras instituições como os postos de puericultura que tinham uma função importante tanto no processo de reconhecimento da população e das condições de natalidade, como também desenvolvia atividades com o objetivo de contribuir para a formação das mães para melhor assumirem a maternidade como ainda na formação de voluntárias para contribuir nesse processo eminentemente educativo. Já no segundo ano de circulação do periódico da LBA pode-se perceber – nos boletins de março e abril de 1948 – este tipo de investimento nas fotografias e textos publicados. Para tal, apresento a seguir duas imagens que ajudam a pensar sobre tal trabalho educativo das mães.

A série construída para análise é composta por três fotografias, sendo duas delas referentes a uma mesma matéria e edição do boletim, e uma referente a outro número do informativo, figurando sozinha dentro da matéria. Um dos critérios de análise foi o aspecto cronológico e, por este motivo, serão analisadas inicialmente as duas fotografias veiculadas na edição de março e, posteriormente, será problematizada a referente ao mês de abril. Essa edição do boletim foi construída tendo como matéria de capa o texto “A arte de ser mãe”, problematizado no capítulo anterior. Este número apresenta informações sobre a situação das maternidades na Paraíba, bem como apresenta “revelações demográficas” dando ênfase ao fato de que naquele momento 66% da população era analfabeta. Além disso, são apresentados dados e informações textuais sobre a tuberculose e atuação da Liga Paraibana contra essa doença, sendo o artigo assinado pela médica Neura de Andrade.

Na seção “Nossos municípios” aborda-se a cidade de Alagoa Grande e também constam neste número do boletim dados sobre o dispensário da LBA em cooperação com as damas de caridade, maternidade Cândida Vargas, descrição das atividades da LBA, o movimento do banco de leite humano, o balancete referente ao mês de fevereiro e, por fim, a matéria de página inteira sobre o curso de puericultura organizado pela LBA e o Departamento de Saúde, naquele momento sob a direção do dr. Humberto Nóbrega.



Figura 38 – Curso de puericultura promovido pela LBA. Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual sediada em João Pessoa. Ano II, Março de 1948, Número 8, p. 08.

As duas fotografias aparecem dividindo a página na medida em que uma é posta na posição superior e outra na inferior, deixando o espaço central para o texto escrito em duas colunas, relatando a atividade em questão. Em relação à própria composição da edição e da última página em especial o texto é curto, não apresentando detalhes da atividade, neste caso o curso de puericultura, e enfatiza muito mais os nomes e cargos das autoridades envolvidas.

Entre as autoridades presentes no curso estavam Ednaldo de Luna Pedrosa (presidente da LBA no momento), dr. Humberto Nóbrega (diretor do Departamento de Saúde da PB), Efigênio Barbosa (diretor do Departamento de Maternidade e Infância – DMI da LBA), João Soares (diretor do Departamento de Maternidade e Infância – DMI – do Departamento de Saúde) e Neusa Andrade (chefe do Centro de Puericultura). O texto faz menção ainda às enfermeiras Ana Neri, Doralise Pinheiro Kluppel e Ana de Paula Barbosa.



Figura 39 – Professores e mulheres participantes do curso de puericultura. Boletim da Legião Brasileira de Assistência LBA. Comissão Estadual de João Pessoa. Ano II, Março de 1948, Número 08, p. 08.

O texto informa ainda que o curso destinava-se à “preparação do Pessoal (sic) necessário ao funcionamento dos Postos de Puericultura de Pombal e Cajazeiras” que seriam inaugurados no mês de julho daquele mesmo ano. Trata-se, portanto, de uma ação articulada

diretamente com a política do corpo empreendida pela LBA nacional e localmente, formando um corpo técnico capacitado para operar no estudo, classificação e prevenção das doenças e demais formas de enfermidade que poderiam acometer a infância e a maternidade.

Uma ação politicamente produzida a partir do cuidado com a nação, antes de tudo. Analisando esse período, Alcir Lenharo (1986, p. 16) destaca que no discurso da época foi utilizada em diferentes momentos a alegoria simbólica do corpo. A nação, nesse sentido, “[...] é associada a uma totalidade orgânica, à imagem do corpo uno, indivisível e harmonioso”. Do ponto de vista da gestão do Estado enquanto instituição essa imagem também será usada metaforicamente na medida em que

[...] suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado; o território nacional, por sua vez é apresentado como o corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homogeneamente, sem conflitos; o governante, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em conflituação entre a cabeça e o resto do corpo, imagem da sociedade (LENHARO, 1986, p. 16-17).

Tal política do corpo se desenvolveu na Paraíba, como enuncia de diferentes formas o boletim da LBA, através de uma ação de cuidado com a infância, considerada como parte constitutiva do sonho da nação moderna, higienizada e saneada. O discurso médico se articula diretamente a essa política do corpo e legitima as formas de esquadrihá-lo e constituí-lo teoricamente como objeto científico. Neste sentido, ao construir sua genealogia da medicina e da política de saúde no Ocidente, Marconi do Ó Catão (2011) destaca que:

[...] a vinculação da ciência com o Estado foi relevante para colocar o sistema de cura biomédico na condição de fundamento técnico e científico dos modelos de gestão da saúde surgidos entre o século XIX e XX; tendo sido nesse contexto que a ciência cartesiana, baseada em legislações próprias, estruturas hospitalares, universidades, etc., criou uma ideologia de eficiência médica e científica, nestes dois séculos, responsável pela manifestação da aparente superioridade do sistema biomédico sobre os demais modelos de cura, sendo este aspecto justificado com base em uma razão instrumental e tecnológica (CATÃO, 2011, p. 93).

Nessa esteira de uma crítica da ação do Estado em relação à saúde e ao corpo coletivo da população, Foucault (2011) tematiza em suas análises as experiências alemã, francesa e inglesa de medicina social e em relação ao caso alemão afirma algo de importância singular para pensar a relação do Estado com o saber médico. Partindo da noção de “ciência do Estado, o filósofo enfatiza que se trata primeiramente de “[...] um saber cujo objeto é o

Estado. Não apenas os recursos naturais de uma sociedade ou as condições de vida de sua população, mas também o funcionamento geral da máquina política”, e por outro lado há ainda outro aspecto que diz respeito ao fato de que essa noção “designa os métodos que ajudam o Estado a produzir e acumular os conhecimentos que lhe permitem garantir seu funcionamento” (FOUCAULT, 2011, p. 406).

Um tipo de funcionamento que se estrutura por meio de toda uma tecnologia política que gerencia relações de poder e institui formas de saber por meio de um circuito que articula produção e circulação. No caso da LBA, em cujo periódico foram divulgadas as ações em prol da puericultura, a edição em análise fala da importância conferida aos processos de formação do corpo técnico do estado. A fotografia reproduzida na parte superior da página é aquela (reproduzida acima) em que aparecem, na parte central da imagem, os responsáveis pela política de saúde e assistência à infância.

Investe na visibilidade do espaço físico do Centro de Puericultura de Cruz das Armas como forma de localizar onde ocorria a formação de cuidadores para os centros de puericultura. As pessoas representadas na fotografia são aquelas diretamente ligadas ao tema da fotografia, isto é, alunas do curso de puericultura e as personalidades da gestão estadual e da LBA.

Neste sentido, dois tipos de sujeitos são representados pela fotografia. Um deles diz respeito às autoridades públicas, os responsáveis pela gestão política e pela promoção de espaços de formação técnica. Esses primeiros sujeitos são predominantemente homens, como podemos ver pela descrição que o texto faz das personalidades presentes na ocasião, tendo como gestora a médica Neusa Andrade. Por outro lado, o público dessas ações de formação compõe outro tipo de sujeito que a fotografia visa retratar. Diferentemente da matéria presente no boletim do mês de abril, como veremos a seguir, nesta não são descritos os nomes das participantes desse curso e, assim, elas aparecem coletivamente enquanto alunas do curso de puericultura que o estado estava promovendo em Cruz das Armas.

Considerando a espacialidade que a fotografia visa construir visualmente é interessante atentar ainda para os objetos que aparecem nesse cenário. É possível perceber que o espaço é relativamente pequeno, mas aparentemente com capacidade para acolher o número de estudantes, no caso vinte e uma, bem como as autoridades públicas e os professores e técnicos que iriam ministrar o curso. No cenário aparecem dois quadros ao fundo, por trás do grupo de pessoas que figuram no centro da foto, duas janelas ao lado direito e desse mesmo lado é possível perceber a ponta de uma mesa coberta por uma toalha, que não aparece totalmente na imagem. Tendo em vista que algumas das pessoas retratadas na foto aparecem

sentadas (os diretores da LBA, do DMI do departamento de saúde e do DMI da LBA, assim como a médica responsável pelo centro de puericultura) outro tipo de objeto que figura na imagem é a cadeira, no número de sete.

Todos os homens estão com roupas formais, gravata, terno, sapatos. As mulheres, por sua vez, usam vestidos, até porque se tratava de uma situação formal e o uso da calça por mulheres não havia se tornado comum e popular como se deu a partir da década de 1960. Todas têm o cabelo preso e outras aparentemente têm o cabelo curto, ao pé do pescoço, como sugere a imagem da última senhora sentada ao lado esquerdo da fotografia.

Estavam todos em um espaço ventilado, tendo em vista a presença das janelas, organizado para a realização de atividades formais e coletivas, o que é sugerido pelos próprios objetos descritos anteriormente. Por outro lado, não é possível perceber diretamente qual o tempo que a fotografia retrata, se seria dia ou noite, mas é crível que atividade foi realizada durante o dia.

Em relação ao suporte da fotografia não é possível, a partir das informações coletadas, definir se havia algum tipo de equipamento que dava apoio para a câmera. Todavia, considerando que na década de 1940 o uso desse equipamento se popularizou e no ano de 1948 foi lançado por Edwin H. Land a câmera instantânea Polaroid modelo 95, é possível que um modelo deste tipo ou similar fosse usado pela LBA para registrar em imagens fotográficas as ações que ela realizava.

No momento em que o Estado se responsabiliza pela efetivação de políticas sociais para a população a fotografia funciona como um meio de criar uma visibilidade não apenas para a questão da infância, considerado como um problema político, mas fundamentalmente para o governo, com o intuito de mostrar a construção de um corpo técnico qualificado para operacionalizar a máquina estatal e os projetos em defesa da criança e da maternidade. Tratava-se de uma ação que tinha como objetivo provocar um efeito positivo sobre a própria estrutura que viabilizava tais projetos, na medida em que criaria visibilidade, efetividade e legitimidade política para o Estado e os agentes que nele atuavam.

A fotografia funcionava como uma forma de criar rostos. Mas o que seria criar um rosto no discurso da LBA? Para uma instituição dedicada a cuidar da infância e tomá-la como objeto central de suas ações, necessitando para isso de um corpo de voluntários e funcionários envolvidos com aquela proposta, era preciso também criar individualidades e forjar subjetividades articuladas àquele projeto político de defesa da sociedade. Nesse discurso de defesa da nação através do cuidado com o corpo, a construção de rostos poderia ser uma

forma de visibilizar e comprovar o comprometimento de cidadãs paraibanas com o objetivo maior traçado pelo chefe da nação.

Novos olhos estariam dispostos a mirar a infância no trabalho diário de orientação e cuidado junto às famílias. Novas pernas estariam sendo formadas com a disposição necessária para trilhar os caminhos muitas vezes íngremes, ainda não urbanizados, que levariam para os centros de puericultura e educação higiênica e sanitária das famílias. Novos braços estavam sendo formados para embalar as crianças que porventura tivessem mães ainda pouco treinadas e adaptadas para ofertar o consolo e aconchego de seu colo. Novos rostos, assim, estavam sendo construídos e educados dentro da política do corpo com a disposição para serem identificados com o “rosto coletivo” de um novo Brasil que se buscava formar. Rostos delicados, finos e limpos que logo seriam identificados por mães e crianças que enxergariam neles a mensagem do cuidado e da proteção.

A nitidez da fotografia foi comprometida pelo tempo, principalmente suas laterais em que predomina uma tonalidade mais escura que impossibilita a visualização de alguns objetos e rostos de pessoas. O uso de linhas retas centraliza a imagem e constrói a sensação de algo planejado, moderno e elaborado pelo olhar humano¹⁷⁷. Considerando que a fotografia é em preto e branco não é possível inferir muito acerca da iluminação na composição do cenário e dos sujeitos, mas parece ter sido usada apenas a luz ambiente do espaço do Centro de Puericultura.

Por fim, considerando que o circuito social da fotografia refere-se tanto ao aspecto técnico (que possibilita sua operacionalização enquanto registro) como ao próprio ato de fotografar, ou seja, o ato de produzir a imagem a partir do manuseio de um aparelhamento técnico, vale destacar o seu lugar social. Ela é uma produção visual que pertence a uma instituição, isto é, à LBA enquanto órgão do estado que financiava e viabilizava a realização das atividades e desejava a realização do registro fotográfico delas a fim de construir um arquivo de imagens e textos de sua ação interventiva naquele território.

Sendo assim, muito possivelmente, o agente responsável pela foto, o fotógrafo, não seria um amador, mas um profissional contratado para registrar formalmente as ações da Legião, de modo que isso se constituía em uma espécie de testemunho dos empreendimentos e ações. Como um produto cultural produzido nesse lugar institucional a fotografia teria como efeito a construção de uma imagem positivada tanto da instituição como do Estado e dos

¹⁷⁷ Sobre noções básicas e elementos formais das fotografias, tais como linhas, cor, textura, luz e sombra, dentre outras, ver o blog Fotografia.com.br, no link: <http://www.dicasdefotografia.com.br/os-elementos-formais-na-fotografia>.

técnicos e diretores responsáveis por esta instituição, legitimando espaços de poder e controle da sociedade via aparelho estatal.

A segunda fotografia aparece no boletim na mesma página que a analisada anteriormente. Juntas, fazem parte da matéria que divulga a realização do curso de puericultura na cidade de Cruz das Armas. Cabe pensar, assim, se existe uma relação de complementaridade de informações entre as duas fotografias, bem como perceber de que modo elas se articulam com o texto escrito e com o conteúdo geral da matéria, visibilizado tanto de forma imagética quanto verbal. A espacialidade retratada na imagem é diferente da fotografia anterior, pois nesta há um espaço pedagógico propriamente, pois é visível a partir da imagem fotográfica e da articulação com o texto verbal que se trata de uma situação de ensino, isto é, uma aula do curso de puericultura.



Figura 40 – Aprendendo puericultura: formação de voluntárias. Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual de João Pessoa. Ano II, Março de 1948, Número 8, p. 08.

A construção de um espaço educativo formado predominantemente por mulheres para serem instruídas na arte da puericultura e de noções pediátricas básicas: esse é o acontecimento presente na imagem acima. O tema retratado é a própria educação higiênica e a puericultura, isto é, o ensino daquele saber autorizado naquela época como o recomendado para o tratamento e cuidado das crianças, tendo em vista que o cuidado delas precisaria mobilizar tanto competências técnicas ancoradas no saber médico, na medida em que seria

preciso atentar para cuidados com o corpo e a saúde da criança, mas também havia as competências afetivas que as mães precisavam desenvolver, de acordo com o discurso da LBA, para que seus filhos fossem criados da melhor forma.

As pessoas retratadas na fotografia são as alunas do curso, sendo que cinco delas aparecem de costas no primeiro plano da fotografia, enquanto há outras no fundo, também sentadas logo atrás de quatro homens que ocupam a primeira fila do grupo de cadeiras localizado à esquerda. O semicírculo é composto pelas alunas ao redor e também por quatro figuras masculinas, as mesmas da figura anterior, isto é, os diretores Ednaldo de Luna Pedrosa, Humberto Nóbrega, Efigênio Barbosa e João Soares. Ao centro, um homem conduz a aula. O pequeno vaso de flores no centro da mesa constitui uma pequena decoração.

Havia outros objetos em cena. A diferença em relação à fotografia anterior refere-se às duas mesas, ambas no centro da imagem, mas dentro da sala retratada uma estaria no centro da sala propriamente dita, a ser usada pelo professor, enquanto a outra estaria mais na ponta, no primeiro plano da fotografia, servindo para as alunas. As janelas aparecem ocupando o espaço da parede de fundo como um todo. A imagem permite pensar a configuração de um espaço educativo, destinado aos cursos de puericultura que aconteciam em todo o país por meio do trabalho das comissões estaduais. Um espaço de formação destinado principalmente às mulheres que passariam, a partir daquele momento, a fazer parte da Legião cujos esforços e recursos humanos, técnicos e financeiros eram destinados para a causa da infância. Não é possível saber o tempo retratado na fotografia, mas considerando ser uma atividade formal e pedagógica, contando com a presença de autoridades do governo, é possível que a atividade tenha se desenvolvido pela manhã ou tarde.

Diferentemente da fotografia anterior, com uma pose coletiva, aqui o objetivo é captar um processo em curso, algo procedendo e se estendendo no tempo. Se a primeira fotografia tinha a intenção de captar “rostos” (uma operação de produção, evidentemente) de maneira mais direta e foi elaborada contando com a colaboração dos diretores e alunas na conformação de uma postura ereta, enquanto todos fitavam a câmera que captaria aquele momento, nessa fotografia o movimento parece ter sido diferente. Nela, a própria noção de movimento aparece de maneira mais clara e cria a sensação de um acontecimento em curso. Se na foto anterior buscou-se registrar a presença das autoridades, como forma de legitimar aquele espaço e a atividade em questão, juntamente com as alunas que participavam do curso, agora a ênfase é dada em outra dimensão. O aspecto pedagógico é enfatizado tendo em vista a construção de uma visibilidade sobre esse fazer educativo.

Sendo assim, ao passo em que se mostrava a presença das autoridades do governo, demonstrando uma proximidade entre o Estado e a população, também se criava a necessidade de criar uma visualidade sobre a operação prática dos médicos e demais coordenadores desse processo enquanto formavam mulheres para atuarem nas escolas e centros de puericultura que se destinavam ao tratamento e cuidado com a infância.



Figura 41 – Profissionais da Legião em frente ao prédio do Hospital Cândida Vargas. Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão estadual de João Pessoa. Ano II, Abril de 1948, Número 9, p. 08.

Essa terceira fotografia é parte de uma matéria que trata do curso de puericultura realizado na maternidade Cândida Vargas, em João Pessoa. O título da matéria é “A obra social da Legião Brasileira de Assistência na Paraíba” e o texto é iniciado de forma incisiva: “Ninguém de boa fé poderá negar a influência e valôr (sic) da obra que empreende dentro do país a Legião Brasileira de Assistência”¹⁷⁸.

Logo de início o texto visa persuadir o leitor a respeito da ação da LBA, quase que o intimando a corroborar a tese do repórter Reinaldo de Oliveira Sobrinho. O uso da expressão “ninguém de boa fé pode negar” já nega a possibilidade de outro argumento, outro ponto de

¹⁷⁸ Boletim da LBA, Ano II, Abril de 1948, Número 9, p. 08.

vista sobre as ações da LBA, que como destaca Irma Rizzini (2011), em sua análise, também foi criticada pela sociedade inclusive pelas denúncias de corrupção que teria havido no interior da instituição.

As duas fotografias analisadas anteriormente faziam parte de uma matéria que tratava do curso de puericultura em Cruz das Armas. Esta, por sua vez, trata de uma atividade do mesmo tipo, mas desenvolvida na capital João Pessoa, no espaço da maternidade Cândida Vargas. Nota-se assim que o boletim da LBA, por meio das narrativas que construiu sobre os projetos e ações que realizava ou apoiava, produz uma cartografia dos espaços de assistência social à infância. Essa cartografia da assistência tem como principal efeito a construção de uma visibilidade da LBA sobre si própria, embora o discurso de proteção e cuidado com a população seja repetido por inúmeras vezes nas redações do boletim.

Criar uma rede de instituições, projetos e principalmente pessoas envolvidas com os objetivos da LBA era fundamental para garantir a própria continuidade dela e sua legitimidade diante da população. Assim como a LBA nacional buscou construir uma cartografia da assistência criando comissões estaduais, estas por sua vez construíram possibilidades para as comissões municipais e, além disso, as parcerias com organizações estatais ou sociais e filantrópicas tornaram-se estratégicas na construção dos espaços de cuidado e socorro à infância pobre e necessitada de cuidados.

A intenção de desenhar politicamente no território da Paraíba essa cartografia da assistência fornecida pela LBA aparece de forma mais enfática na seção “Nossos municípios”, presente em vários números do boletim no ano de 1948. Essa seção era destinada diretamente para a narração das ações desenvolvidas em cada município com o objetivo de construir visibilidades tanto para as ações da capital quanto aquelas que se realizavam pelo interior do estado. Desse modo, os médicos e demais sujeitos envolvidos nessas ações poderiam se sentir parte do projeto de estado e, mais que isso, de um projeto de nação que a LBA encabeçava.

As pessoas retratadas na imagem são, assim como nas duas anteriores, médicos e alunas. A diferença em relação às fotografias anteriores está na indumentária das alunas, pois diferentemente daquelas de Cruz das Armas, estas já estão com as vestes de enfermeira e puericultora, o que é perceptível pelo uso do acessório para cabeça. Não há objetos na fotografia, tendo em vista que ela foi realizada na frente do prédio da maternidade. Sendo assim, dentro da fotografia o objeto que aparece em destaque, para além das pessoas que figuram na cena, é uma árvore que está por trás do grupo de pessoas e se sobressai pela sua altura junto ao prédio da maternidade.

As personagens são particularizadas também pela indumentária, as mulheres vestidas como enfermeiras e os homens com terno, em posição ereta, assim como nas fotografias anteriores. A paisagem retratada privilegia diretamente o prédio da maternidade pública. É possível perceber que a fotografia retrata um momento do dia, como se pode ler pela clareza ao fundo da imagem.

Assim como as duas fotografias anteriores esta é um retrato em preto e branco, com sentido horizontal, centralizada e o objeto da foto (o grupo formado por alunas/enfermeiras e médicos) ocupa um espaço menor em relação ao prédio que é retratado, isto é, a frente da maternidade e o prédio que ela ocupa, que é apresentado desde a frente até o fundo.

Não há a intenção de captar rostos, emoções e nem gestos das pessoas envolvidas na situação. A ênfase foi dada para um plano mais global, de modo que fosse possível situar os sujeitos dentro do ambiente e da paisagem formada por um traço de natureza representado pela árvore e pelo símbolo da ação do Estado, isto é, o prédio da maternidade. Mostrar o grupo de pessoas dentro desse plano mais amplo adequava-se ao propósito da fotografia de evidenciar a equipe, o corpo coletivo responsável pela prestação daquele serviço. Assim, fortalecia-se a imagem do governo como realizador de obras importantes para a população e contando com essa própria população enquanto parte da equipe técnica ou ainda como usuária desse serviço.

A fotografia articula-se com o texto na medida em que mostra um espaço e uma equipe consideravelmente amplos, o que se ajusta diretamente com o propósito laudatório do texto escrito por Reinaldo de Oliveira Sobrinho. O elogio à ação da LBA se faz tanto verbal como visualmente, de modo a exibir para a população a grandeza da ação da Legião e convencer a todos da importância dessa instituição para o estado e para a nação.

Analisando as imagens de enfermeiras retratadas nas páginas da *Revista da Semana* em 1929, Anna Deslandes et al (2013) refletiram sobre os significados sociais dos usos da indumentária das enfermeiras nos procedimentos de atendimento e cuidados médicos com pacientes de tuberculose e outras doenças. A partir dos conceitos de representação objetável e *hexis corporal*¹⁷⁹, do sociólogo francês Pierre Bourdieu, as autoras destacam que o uso de determinadas roupas, com cores específicas e acessórios peculiares, estava diretamente articulado com as posições das enfermeiras na divisão de funções e na própria hierarquia profissional dentro da Escola de Enfermagem do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), sediado no Rio de Janeiro, capital federal à época. As autoras constataram que “a

¹⁷⁹ Sobre estes conceitos, assim como o de *habitus*, cf. Bourdieu (1990), Bourdieu (1996) e Bonewitz (2003).

distinção no uso dos uniformes, para as atividades executadas pelas enfermeiras de saúde pública, era uma estratégia de comunicação não verbal para se fazer ver e fazer crer nas visitas domiciliares” (DESLANDES et al, 2013, p. 01).

Portanto, as fotografias produzidas pela LBA são usadas como estratégia para criar uma visualidade ou ainda uma visibilidade para a infância e para a maternidade, mas sempre de modo articulado com os objetivos de divulgação da ação institucional, dos projetos em realização e das conquistas e resultados já empreendidos. Dessa forma, a instituição tinha a possibilidade de construir um canal de interação com a sociedade, na medida em que as pessoas atendidas pelos projetos sociais poderiam vez ou outra se ver nas páginas do boletim e, assim, poderia se fortalecer a imagem positivada que a instituição desejava manter.

A análise das fotografias buscou pensá-las pelo seu aspecto monumental, na medida em que elas podem ser lidas a partir das relações com outras formas de linguagem e com outros códigos verbais ou não verbais que participam da produção de sentidos. Considerando a particularidade dessa fonte histórica, Severino Cabral Filho (2007) destaca que:

Uma fotografia pode ser o resultado de uma contingência, retratando o que foi encontrado pelo fotógrafo. Todavia a riqueza de uma imagem não consiste apenas em reproduzir fatos, mas também em colocar em sincronia o olhar do receptor com um mundo que – mesmo não mais existindo – passa a fazer parte do universo deste receptor através do que a imagem eternizou, do resultado de um trabalho que se consubstancia em memória com toda a plenitude da visualidade (CABRAL FILHO, 2007, p. 10).

O boletim informativo da LBA considerado enquanto um acontecimento discursivo foi produtor de leituras específicas sobre a infância, tomando-a como problema político e objeto científico passível de compreensão, descrição e controle. No discurso estratégico de proteção e assistência à infância a produção de uma visualidade através de imagens fotográficas pode ser compreendida como elemento astucioso, tendo em vista que a importância política que a instituição visava aferir para suas próprias ações e a construção visual articulava-se ainda com toda a sua gramática pautada pelo desejo do convencimento e da persuasão da população, convidada a ver na LBA a oportunidade de mudança de vida e autorizando essa instituição a formular os modos por meio dos quais iria perscrutar as famílias e a partir delas transformar costumes, saberes e práticas culturais relacionados ao cuidado com a infância.

...

Na manhã de domingo de 15 de fevereiro de 1953 o jornal carioca *Correio da Manhã* publicava, em uma página repleta de propaganda comercial, uma matéria que chamava a atenção para o trabalho do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) que já investira, até aquele momento, cerca de 190 milhões de dólares, beneficiando 72 países em todo o mundo. Chamava atenção ainda para o trabalho de Gertrudes Lutz, responsável pela coordenação dos trabalhos do FISI no Brasil¹⁸⁰. Momento histórico em que a vida cada vez mais se torna uma categoria importante nas decisões políticas cada vez foi mais necessária a definição de pactos, agendas internacionais, cooperação e ajuda mútua entre os países para que situações desse tipo fossem evitadas.

Não esqueçamos, é claro, que o terror da II Guerra Mundial também legou condições para que líderes políticos pudessem repensar novas condições para as relações entre os países e pudessem criar contornos para que situações de violência e desigualdade pudessem ter soluções formuladas com base no respeito às soberanias nacionais e democracias locais.

Nesse sentido, na manhã do dia 4 de janeiro de 1952, uma sexta-feira, circulava matéria do jornal *O Norte* – aquele que se nomeava como “um jornal a serviço da Paraíba”, sobre o posicionamento de José Américo em relação à LBA, cujo trabalho continuou sendo levado adiante até meados da década de 1950 por sua esposa Alice de Almeida.

O GOVERNO DO ESTADO E A L.B.A

[...]

No governo passado, por exemplo, não houve a menor compreensão por parte dos responsáveis pela administração no tocante aos serviços prestados, entre nós, pela L.B.A, dos quais destacamos, com merecido relevo, a Maternidade Cândida Vargas e o Hospital Infantil Arlinda Marques dos Reis.

Mal assumiu o governo, o sr. José Américo compreendeu os grandes benefícios prestados, à pobreza, pela Maternidade Cândida Vargas e, fora dos dias normais de expediente, começou nos domingos e feriados a [não legível] essas Instituições, anotando suas necessidades, estudando suas deficiências e suas possibilidades.

O resultado dessa preocupação salta à vista de todos. Está aí a Maternidade com seus serviços melhorados, as suas instalações e seus equipamentos consertados.

Para isso contou, é verdade, com o interesse e a dedicação mais completa de sua exma. Esposa, d. Alice de Almeida, que, junto a administração central da L.B.A, graças a compreensão e boa vontade de d. Darcy Vargas, conseguiu

¹⁸⁰ *Correio da Manhã*, domingo, 15 de fevereiro de 1953, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_06&pagfis=24107&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em 27 de dez. 2016.

auxílios ponderáveis para pagamento de dívidas enormes contraídas em administrações anteriores daquele nosocômio.

Agora, mesmo além de benefícios outros realizados dentro do edifício da Maternidade, o governo vem de construir ao redor de todo o prédio um muro já em conclusão e que no qual foi gasta a importância de Cr\$ 80.000,00 aproximadamente. É que, dotado de grande sensibilidade humana, o governador José Américo de Almeida percebeu os imensos benefícios à mãe e à criança pobres da Paraíba pela benemérita instituição de assistência à maternidade e à infância¹⁸¹.

Os projetos da LBA tiveram, depois do fim da guerra, a definição da maternidade e infância como foco das ações, mas ocorreu que a depender das situações locais os recursos eram redimensionados para contribuir na assistência social de uma forma mais ampla. Durante a estiagem de 1951-1952 a presidente da comissão central, Darcy Vargas, criou o Serviço de Assistência às Vítimas da Seca (AVIS) para ser implantado nas comissões estaduais que abrangessem territórios que estavam sendo atingidos pela estiagem. Assim, a instituição contribuiu com recursos financeiros e técnicos para minimizar a situação desalentadora da população paraibana. Em boletim publicado no início de 1952 uma matéria de primeira página aludia ao *Auxílio às Vítimas da Seca proporcionado pela LBA*:

É do domínio público a calamidade trazida ao Nordeste brasileiro pela estiagem verificada no decurso do ano expirante – 1951 – que, se não fora o dever de solidariedade de todos os brasileiros bem intencionados, que trouxeram as suas imediatas contribuições, esta faixa de terra teria se despovoado completamente. A Exma. Snra. D. Darcy Sarmanho Vargas, Presidente da Legião Brasileira de Assistência, mostrando mais uma vez o seu desvelo pelos patricios, não os deixando ao desamparo nas ocasiões mais prementes, teve a ideia feliz de organizar a assistência às vítimas da seca – simplificada pela denominação de AVIS., dependente da Legião Brasileira de Assistência, fazendo criar em cada CE dos Estados alcançados pela estiagem uma seção para facilidade dos auxílios prestados aos flagelados.

E assim coube a Paraíba uma dessas criações, sendo designado para dirigi-la a Exma. Snra. D. Alice de Almeida. Presidente da CE tendo como integrantes os Drs. Ivan Bichara Sobreira, Coralio Soares de Oliveira, Efigênio Barbosa (Coordenador), Desembargador Severino Montenegro, Pe. Antonio Fragoso e o Snr. Luiz Ribeiro dos Santos, tesoureiro que têm sabido desincumbir-se da missão confiada com o interesse que bem merece a campanha em prol dos nossos patricios necessitados.

Como já foi demonstrado os relatórios mensais de agosto a dezembro, remetidos a essa Organização, parte integrante da L.B. esta Secção da A.V.I.S. junto a C.E da Paraíba teve naquele período o seguinte movimento:

¹⁸¹ O Norte, 4 de janeiro de 1952, sexta-feira, p. 1.

NUMERÁRIO		RECEITA
Valor do cheque que coube este Estado para o início das operações, recebido em agosto último Cr.\$ 50.000,00		
Recebida das vedas feitas:		
em Setembro	9.030,00	451.035,10
em outubro	110.801,50	
em novembro	192.500,00	
e dezembro	138.703,60	
Estimativa de 1800 sacos de farinha vindos do sul sem correspondência		171.000,00
		Cr\$ 1.122.025,10
DESPESA		
Inversões		
Compra de mantimentos		
Farinha		
Compras feitas aqui 2854 scs	340.944,80	
com 152.189 kl recebido do sul	171.000,00	
1800 scs c/ 90.000 kl.		
Arroz		
207 scs com 11.913 kl	42.309,40	
Feijão		
2.210 scs com 1250 kilos	282.110,50	
	Cr\$ 836.364,70	
Despesa da AVIS		
Aux. em dinheiro às vítimas da seca em agosto	26.000,00	
Idem em outubro	3.000,00	
Idem em novembro	7.000,00	
Gratificação ao auxiliar de setembro a dezembro	2.000,00	
Despesas de viagens, etc.	2.660,00	
Despesas feitas com o xarque (sic), leite e farinha recebidos a remetidos ao interior	9.215,20	
Outras despesas	1.650,50	
	Total: 887.845,40	
	Saldo: Cr\$ 234.179,70	

Tabela 4 – Receita e despesas da Assistência às Vítimas da Seca – AVIS. (Adaptada pelo autor a partir do boletim da instituição). Cf. Boletim da LBA, Ano VI, n. 33, Janeiro e Fevereiro de 1952, p. 1.

Assim como o jornal *A União*, o boletim da LBA também servia ao interesse de publicar as ações em prol dos chamados “flagelados”. Trata-se de toda uma produção narrativa em torno do sofrimento do povo paraibano, e nordestino em seu conjunto. Toda uma narrativa do flagelo, da dor e da carência que tem um efeito político importante que é a naturalização da seca e desse tipo de acometimento sobre a população. Contudo, se por um lado a estiagem é um processo da natureza os usos que são feitos dele para fins de manutenção de determinadas relações sociais de dominação não são naturais e não poderiam ser naturalizadas na perspectiva de qualquer transformação. Ocorre que, como bem analisou Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009) em *A invenção do Nordeste e outras artes*, o

fenômeno da seca foi usado politicamente por meio da chamada indústria das secas como forma de manutenção de determinadas formas de relações sociais de governo de territórios e definição de possibilidades ou não de inserção social.

Ao fazer a arqueologia dos discursos que tornaram o Nordeste um objeto de saber e espaço de poder, o historiador problematiza um conjunto de continuidades e descontinuidades que marcaram as práticas de dominação social por meio da produção de uma região específica, para a qual seriam destinados recursos para socorro a uma população flagelada, narrada em prosa e verso, tornada visível nas obras de arte e nas canções dos “artistas regionais”, marcando uma intensa produção de discursos que de formas distintas contribuíram para a naturalização dessas percepções espaciais e as práticas que configuram tal território no jogo político.

O problema da seca tornou-se rentável do ponto de vista financeiro na medida em que foram criadas instâncias específicas para tratar dessa questão e destinar recursos econômicos e técnicos para lidar com ela. Politicamente se tornou útil para aqueles que usaram tais situações para apadrinhar, manter postos de comando na gestão dos recursos a partir de critérios escusos e ambições eleitorais, como no caso de José Américo de Almeida.

Apesar dos discursos que falam da assistência e do compromisso e sensibilidade do governador com tal empreendimento como a LBA e outros que atuavam na assistência social, ocorre que o mesmo José Américo capaz de elogiar as ações da LBA e dar suportes para sua continuidade na década de 1950, sob os cuidados da primeira-dama, Alice de Melo, também foi capaz de orquestrar golpes contra a própria população. Em sua pesquisa sobre o governo de José Américo, o historiador Jivago Barbosa tematiza o fato de que após as intensas disputas políticas que marcaram a campanha eleitoral de 1950 o governador eleito adotou uma postura antidemocrática e antipopular na medida em que, mesmo diante da situação de intensa estiagem, alguns dados apontam para o fato de que ele privilegiou cidades como Mamanguape que não tinha sofrido os efeitos da seca de 1951-1952. Enquanto isso cidades como Brejo do Cruz, aquela onde moravam as crianças que aparecem na imagem que abre este capítulo, permanecia esquecida por não ter votado majoritariamente em José Américo quando candidato ao governo do estado.

Com base em sua pesquisa, Jivago Barbosa destaca o fato de que o critério para dar apoio às cidades que sofriam com os efeitos da estiagem, fornecendo condições para a construção de açudes e pavimentação de estradas se baseava no fato dessas cidades terem exercido peso significativo na eleição do governador. Neste sentido, apesar do fato de alguns autores compreenderem que o país vivia um processo de redemocratização, o que parece mais

claro também é que localmente práticas políticas deste tipo ainda perduravam na orquestração das políticas públicas. Jivago Barbosa indaga:

A homilia do “grande ministro de 1932” nos parece contraditória e dúbia ao mesmo tempo, pois se a construção dos açudes, a pavimentação e construção das estradas estavam inseridas em um projeto político “de amparo às populações flageladas”, por que não beneficiar todas as localidades atingidas pelos efeitos da seca, ao invés de favorecer alguns municípios e distritos em detrimento de outros? Quais os critérios adotados para que diversas municipalidades passassem a figurar os planos e estudos desenvolvidos pelo COESP, DER, DNOCS mesmo estado a dezenas de quilômetros de distância do epicentro da crise gerada pela seca, a exemplo de Mamanguape? Será que os prefeitos dos municípios não assistidos – em sua maioria opositores ao governo americista – permaneceram calados diante da predileção dos aliados políticos? Havia realmente uma fiscalização eficaz em torno dos milhões de cruzeiros enviados pelo governo federal aos cofres do governo paraibano? (BARBOSA, 2012, p. 225).

Como resistência a este tipo de ação do governador, José Olímpio Maia Filho – então prefeito da cidade de Brejo do Cruz – mandou cortar a energia elétrica para impedir que as notícias sobre as obras contra as secas desenvolvidas pelo governo do estado em outras cidades chegassem aos moradores de Brejo do Cruz (BARBOSA, 2012).

Todos os textos, imagens e números publicados na imprensa paraibana no período analisado nos permitem perceber que, assim como em nível nacional – condicionado por decisões do governo federal –, as décadas de 1940 e 1950 foram marcadas na Paraíba por uma série de investimentos na área social. Embora eles nem sempre tenham partido da infância como a questão fundamental e central, tais ações produziram um conjunto de transformações nos modos de agir em relação à infância e as políticas que deveriam toma-la como uma questão importante para o famigerado progresso da nação. Por famigerado quero dizer, basicamente, duas coisas: a) um discurso laudatório e fortemente reproduzido, tendo na repetição sua marca de existência, insistindo em certos modelos de comportamento e formas de assimilar e instituir a identidade nacional; b) um discurso marcado pela afirmação do único e do homogêneo, sem abertura para diferenças e visões plurais. Logo, um discurso hegemônico que produziu e/ou reforçou uma série de práticas de violência institucionalizada, posto que o discurso divergente foi visto como inimigo passível de punições e correções do Estado.

Neste sentido, a LBA desempenhou um papel estratégico nessa maquinaria política e instituiu toda uma política do cuidado com a maternidade e a infância. Apesar de que tal interesse e investimento tinha como objeto privilegiado a instrumentação da sociedade pelo

Estado e também o investimento em uma determinada compreensão da família como agrupamento social básico de constituição da sociedade, não se pode deixar de ver os esforços feitos e o significado social desses projetos para aquelas populações das décadas de 1940 e 1950.

Não se pode também negligenciar o legado deixado para as populações posteriores que puderam contar o desdobramento dessas ações e a emergência de outras leituras sobre a assistência social, principalmente a partir da segunda metade do século XX com a elaboração da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e novas compreensões em torno da seguridade social, população, etc. O meu exercício nesse texto tem sido o de localizar historicamente a emergência dessas práticas assistenciais e evitar, na medida do possível, a primeira crítica que se pode fazer: “era puro assistencialismo”. Não negando essa tese em sua completude, penso que o conhecimento histórico pode contribuir para localizar no tempo e espaço tais práticas, evitando lê-las de forma anacrônica e querendo assim enxergar no passado processos e significados construídos apenas posteriormente e por outras relações de força.

As histórias do Serviço Social e da Assistência Social Pública no Brasil são repletas de diferenças e particularidades que a historiografia pode compreender melhor na medida em que se debruce sobre tais momentos e perceba os sujeitos e forças em cena. Desse modo se poderá contar sempre novas históricas, percebendo as complexidades da trama histórica marcada por múltiplas continuidades e rupturas que engendram transformações, mas que também possibilitam que certas leituras e certas maneiras de cuidar e assistir o outro permaneçam no tempo.

Tempos de espera ou retóricas da esperança?

A esperança é um afeto que, suspirando sempre por ver,
vive de não ver¹⁸².

Antonio Vieira

Bendita seja a esperança, filha dos céus,
eterno cântico dos anjos¹⁸³.

Camilo Castelo Branco

Esperança, és um mal que prolongas
a agrura dos vencidos da vida¹⁸⁴.

J.M. Goulart de Andrade

¹⁸² Boletim da LBA, Ano VI, n. 36, Julho, Agosto e Setembro de 1952, p. 3.

¹⁸³ Boletim da LBA, Ano VI, n. 36, Julho, Agosto e Setembro de 1952, p. 16.

¹⁸⁴¹⁸⁴ Boletim da LBA, Ano VI, n. 36, Julho, Agosto e Setembro de 1952, p. 16.

Esperança! Doce palavra feita de bruma efêmera que o
clarão do ideal enche de íris maravilhosos¹⁸⁵.

Coelho Neto

As páginas da LBA falam de um tempo em transformação. Fala-se de mudanças em construção, investimentos feitos pela sociedade e pelo Estado para garantir um melhor bem-estar para a população, compondo um quadro geral que podemos perceber como antecipador de outros desdobramentos que se deram a partir da década de 1960, por exemplo, nas políticas que tiveram a infância e juventude como foco.

Ao seu modo, a LBA procura dar visibilidades às suas próprias ações como antecipadoras de um novo tempo. Claro está que um discurso desse tipo, como eu tenho tentado mostrar até aqui, não consiste em uma novidade na medida em que durante os anos em que Getúlio esteve na presidência o Brasil foi lido sob o signo do novo, do investimento e da transformação em um país forte, daí o empenho em aproximar-se dos Estados Unidos dentro da política de uma boa vizinhança que renderia frutos para os países em situação econômica mais enfraquecida, principalmente depois da grande crise financeira de fins da década de 1920, que provocou mudanças nos anos seguintes.

Próximo aos demais temas e questões que figuraram nas páginas do periódico da LBA, também passaram textos e imagens que buscavam descrever e estimular um sentido para a esperança. Parece ter havido um investimento nesse sentimento como busca de produção de uma sensibilidade coletiva diante de situações de agitação social, crise, dificuldades econômicas e sociais como as que temos comentado neste texto: estiagens, guerra, mortalidade infantil...

São muitas as questões delicadas sobre as quais as páginas da LBA dão visibilidade. O investimento no sentimento de esperança na população paraibana parece ter sido foco não apenas da LBA, mas também de outras instituições da imprensa, como os jornais *A União* e *A imprensa*. Mesmo quando se faz referência às leis, aos direitos das crianças, os dados estatísticos ou outros enunciados, o foco parece ter sido esse: fomentar a esperança. Noutros termos: mostrar caminhos a traçar, desenhar horizontes possíveis. Contudo, tal incitação se dá diante de um cenário marcado também pela apreensão e pelo medo diante das incertezas políticas mundiais, assim como investir na esperança causaria “bom efeito” na população,

¹⁸⁵ Boletim da LBA, Ano VI, n. 36, Julho, Agosto e Setembro de 1952, p. 16.

contribuindo para inibir os desacordos políticos que colocassem em cheque as ações do estado.

Em meados de 1952 a revista da LBA noticiava com tom de preocupação notícias sobre uma possível “guerra atômica” e os avanços da ciência na arte de matar em massa.

GUERRA ATÔMICA... suicídio mundial

Transcrito do livro O QUE É ENERGIA ATÔMICA, de Maxwell Eidinoff e Hyman Ruchlis, dois físicos norte-americanos.

A CAPACIDADE DE DESTRUIÇÃO DA GUERRA AUMENTOU GRANDEMENTE...

A capacidade de destruição da guerra tem seguido, em geral, o curso do progresso da capacidade produtiva do homem. O uso de lanças como armas de guerra acompanhou um sistema de produção em que os martelos e os machados de pedra eram os principais instrumentos. A capacidade de matar em tal sistema de produção era evidentemente limitada pela natureza da luta corpo a corpo com as armas rudimentares de que se dispunha.

Entretanto, com a criação de várias ferramentas e máquinas, a guerra começou a aumentar a distância entre contendores individuais. A destreza no uso de armas como o arco e a flecha tornou-se mais importante do que a simples força bruta.

O aparecimento de explosivos em granadas e balas acompanhou a invenção da máquina a vapor e outros usos da energia química dos combustíveis. A capacidade de destruição do fuzil e do canhão desenvolveu-se no mesmo ritmo que o aparecimento de máquinas para uso pacífico. A mesma máquina que pode produzir um canhão de 305 milímetros, pode também produzir ferramentas pesadas para a fabricação de automóveis e outros produtos para finalidades pacíficas.

Com o advento do automóvel, do avião e do rádio, o alcance da guerra estendeu-se enormemente através de centenas e milhares de quilômetros, muito atrás das linhas de combate terrestre dentro das cidades e no coração das nações. O braço da guerra se estendeu, abatendo-se sobre os não-combatentes, mulheres e crianças, e não simplesmente sobre os exércitos organizados. O número de homens que tomavam parte nestes ataques era apenas uma pequena fração do número de soldados e civis mortos. Esse tipo organizado e industrializado de guerra no primeiro conflito mundial causou aproximadamente 30 milhões de baixas. A segunda guerra mundial, pelo que se calcula, as perdas subiram ao dobro da primeira, e os danos causados à propriedade foram muito mais elevado. Uma vasta parte do continente europeu foi assolada e destruída.

Um dos chefes do projeto da bomba atômica, Harold C. Urey, resumiu nas seguintes palavras este novo tipo de guerra de produção em massa:

“O primeiro conflito mundial proporcionou a primeira oportunidade para a adaptação da produção em massa para finalidades de guerra. Mas era apenas uma medida preliminar na arte da destruição em massa. A segunda guerra mundial ofereceu a oportunidade de medidas análogas mais avançadas, e ao fim do conflito as lições haviam sido completamente aprendidas. Temos hoje o conhecimento científico, a capacidade e a experiência técnica e os conhecimentos industriais necessários para travar guerra realmente na base da destruição em massa. Uma outra guerra se diferenciará desta na mesma medida em que um automóvel moderno se diferencia de um Ford modelo T,

ou talvez mesmo de um carro de tração animal. Uma outra guerra teria tal êxito do ponto de vista da destruição, que pouco sobraria das bases materiais e humanas de nossa civilização. E isto porque nossa técnica científica e de massa inclui agora a bomba atômica e provavelmente outras armas que ainda não foram reveladas ao público em geral”.

DESTRUIR TORNOU-SE MUITO MAIS BARATO

Segundo J.R. Openheimer:

“Nessa última guerra o quilo de explosivo lançado sobre um objetivo inimigo custou aos Estados Unidos cerca de vinte dólares. Cinquenta mil toneladas de explosivos custariam assim um bilhão de dólares para serem lançadas. Embora não haja cálculos precisos sobre o custo de fabricação de uma bomba atômica equivalente a 50.000 toneladas de explosivo comum do ponto de vista da energia liberada, parece certo que tal custo seja centenas, ou talvez milhares de vezes menor. Se compararmos o peso do explosivo atômico com o peso do explosivo comum que pudesse causar a mesma destruição, verificaremos que os explosivos atômicos são muitíssimo mais baratos que os explosivos comuns... Estes novos explosivos vieram perturbar profundamente o precário equilíbrio entre o esforço necessário e a extensão da destruição”.

O Gen. Arnold, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, avalia de modo conservador que 1 dólar de bombas atômicas pode causar 300 dolares de estragos, ao passo que nas “melhores” condições de destruição, as bombas de TNT dão um rendimento de 50 dolares de estragos para cada dólar gasto na fabricação da bomba. Segundo o Gen. Arnold:

“Os números 50 e 300 constituem um tremendo argumento para uma organização mundial que queira eliminar o emprego da arma aérea na guerra. Estes números, embora sejam apenas estimativas grosseiras, expressam em síntese o terrível fato de que a destruição é agora por demais barata e fácil. Representam uma nova fase na guerra. No passado, quando uma nação atacava outra por terra, a perda de cada uma se limitava às forças e recursos envolvidos. Agora, o limite é somente fixado pelos recursos totais expostos às bombas atômicas. No passado uma guerra podia consumir a renda de uma nação durante alguns anos; no futuro, ela poderá também consumir o capital. Expressamos os danos em moeda porque o valor desta é conhecido e pacífico. Dificilmente será necessário avaliar os prejuízos causados em termos de vida, libertação da necessidade, e outros valores da civilização. Em todos os casos a conclusão será a mesma: a destruição pelo ar será fácil demais. Nenhum esforço despendido no campo da cooperação internacional será excessivamente grande se assegurar que tal destruição não se verifique¹⁸⁶.

A narrativa é a de um tempo que se apresenta de forma sombria, marcada pela incerteza e por uma desvalorização da vida. A maquinaria de guerra se sofisticava para matar mais e com maior rapidez e eficiência. “A capacidade de destruição da guerra tem seguido, em geral, o curso do progresso da capacidade produtiva do homem”. Penso que este texto, do modo foi construído, permite perceber que ele é atravessado por duas concepções centrais: homem e sociedade. Este último termo parece ter uma dimensão planetária e não apenas

¹⁸⁶ Boletim da LBA, Ano VI, n. 35, Maio e Junho de 1952, p. 7-8.

localizada geograficamente com base em um Estado-Nação em particular, apesar de fazer referência aos Estados Unidos, por exemplo.

Homem e sociedade. Duas noções intimamente articuladas e fundamentais nessa transformação possibilitada pelo “avanço” tecnológico e científico ocorrido pari passu com as duas guerras mundiais do século XX. Ao passo em que o predomínio da técnica sobre as relações provoca alterações significativas no conjunto das sociedades, pondo em questão a própria noção de vida, é preciso pensar que tipo específico de legado foi este que as duas guerras deixaram. Se por um lado faz-se referência ao aumento do número de mortos na II Guerra Mundial, o mote do artigo é mostrar que a ciência oportunizou o desenvolvimento de uma forma nova de arma de guerra que muda radicalmente os próprios termos do “fazer a guerra”.

“Temos hoje o conhecimento científico, a capacidade e a experiência técnica e os conhecimentos industriais necessários para travar guerra realmente na base da destruição em massa”, diz Harold C. Urey. Trata-se ao mesmo tempo de um diagnóstico e um alerta.

O discurso científico tão característico da modernidade que por longo tempo pareceu alimentar o sonho de poder melhorar a vida dos indivíduos e das sociedades, uma vez que pautado na proposta iluminista de conhecimento de que é legatário tinha como função desenvolver tecnologias e possibilidades de salvação da vida, redução das situações de riscos e com isso garantia de uma vida melhor. Contudo, as promessas da modernidade, segundo Jean François Lyotard (2013) incorreram em fracasso. O saber científico é arrogante e se arvora autorizado a não apenas realizar diagnósticos, mas fundamentalmente prescrever condutas.

Razão, ciência, técnica. Grandes metanarrativas da modernidade, como chama Jean François Lyotard (2013). Constituem eixos explicativos da realidade moderna, das formas de relação entre o homem e o conhecimento produzido por ele, muitas vezes pautado pelo desejo de dominar a natureza, submeter outros saberes, definir critérios para tornar decisões políticas cientificamente embasadas e respaldadas. Neste sentido, questionar esse saber em sua vontade de aceitação universal e seu teor aparentemente inquestionável é tarefa crítica básica, a fim de – mesmo que minimamente – estranhar e ensaiar outros modos de se relacionar com este saber e questionar seus efeitos do ponto de vista político e coletivo a médio e longo prazo.

O tom desse texto parece ser dado por algumas perguntas que o inquietam por dentro: para onde o progresso nos levou? O que a modernidade científica e tecnológica nos legou? Parece ser um diagnóstico preocupante de um tempo em que apesar das regras firmadas entre os países por meio de documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos tudo

está aparentemente um tanto quanto a ermo, sem destino muito bem definido apesar das narrativas jurídicas que assolam o papel arrogante da nação em prol de uma comunhão internacional.

As guerras foram um grande marco do século XX e o desenvolvimento de uma intensa aparelhagem para subsidiar melhor tais acontecimentos e garantir maior eficácia na matança humana consiste em objeto de temor e certo assombro. Agora não mais se necessitaria de grandes recrutamentos para uma guerra, posto que seria possível atingir o *outro* – símbolo da ameaça – através do ar. Neste sentido, as noções de tempo e espaço mais uma vez são alterados dentro do registro da modernidade ocidental, uma vez que a distancia tanto temporal quanto espacial entre um gesto ameaçador e um ato de destruição entre povos e nações passa a ter outro sentido e operar dentro de outras condições.

...

Como arquitetura discursiva complexa, a revista da LBA trouxe temas diversos, questões consideradas importantes para o momento em que era produzida e, ao seu modo, a revista construía um panorama dos problemas sociais, políticos e econômicos daquela conjuntura e também mostrava o que estava sendo feito em termos de investimentos políticos na área da infância.

Durante as duas décadas sobre as quais nos debruçamos aqui o veículo oficial de comunicação do estado da Paraíba investiu na produção de discursos sobre isso, como se pode ver, por exemplo, em matéria do início da década de 1942.

ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA

Manuel Florentino

Numa época como a atual em que as nações se arruinam na produção de engenhos de destruição é extranhável talvez que alguém pense em meios para preservar a vida de crianças que, forçosamente, se transformarão depois de mil sacrifícios dos pais e de mil sofrimentos próprios, em simples *carne para canhão*.

Para que viver, se a mocidade não promete nada mais que uma vida em um mundo que todos *fazem trapaça no jogo*, como dizia aquele intelectual francês, ao suicidar-se enojado de viver em um mundo em que são os patifes que dão as cartas?

Na verdade parece estranho aos pessimistas. No entanto, para quem acredita na evolução das cousas, para os que crêem que é justamente nestas épocas de incertezas para a Humanidade que fermentam os grandes acontecimentos que nos demonstram não ser o homem só e besta insaciável de morticínios, este é o momento de pensar no dia de amanhã, na formação de uma

juventude otimista, numa mocidade que acredite em alguma cousa de mais valor do que o dinheiro, que tenha como paradigmas não a Napoleão ou a Hitler, mas aos Pasteur e Curies e tantos outros que dignificam a espécie humana e que, no entanto, são olhados na atualidade apenas como sujeitos *curiosos*, ou tolos que não souberam transformar e moedas (e que belas pilhas de dólares) os frutos de sua inteligência.

É esse otimismo, leitor amigo, que me faz escrever estas linhas, que me faz acreditar em que, após toda esta confusão da época presente, uma sociedade melhor, mais esclarecida, virá substituir a atual, suprimir os preconceitos que hoje entravam o progresso que poderia ser feito pacificamente, se não fosse a falta de lógica e bom senso de gerações que não querem acreditar na perene evolução, na sempre viva mudança das cousas.

Para cuidarmos da criança devidamente, precisamos de começar pelo seu período de formação, pelos meios de que dispomos para fazê-la crescer robusta.

Quando há pouco, relatando o problema do *abastecimento de leite* na Paraíba (na assembleia de técnicos reunida em Fortaleza), chamava a atenção para o obituário infantil em nosso Estado, já queria mostrar que não deveríamos continuar a encarar o problema da criança em nosso meio com a displicência com o que temos olhado até hoje.

Dizia eu que, entre os vários problemas da alimentação racional do nosso povo, o do abastecimento de leite à população do Nordeste está em primeira linha, a merecer cuidados sérios.

Em nossa Capital, com 75.000 habitantes e cerca de 17.000 crianças em idade escolar, isto é, de 7 a 14 anos, não se consomem mais do que uns 4.000 litros de leite diariamente, ou seja, cerca de 50 grs per capita.

Em 1941, para um obituário de 2.604 mortes, 1.310 foram de crianças até 9 anos, assim distribuídas

De 0 a 1 ano	766
„ 1 a 2 „	356
„ 2 a 4 „	124
„ 5 a 6 „	64

No grupo de 0-1 anos, dos 766 óbitos 536 foram rotulados de – Diarreia e Enterite – o que significa, em sua quase totalidade, doenças gastrointestinais provocadas por desvios da alimentação ou seja – falta de alimentação adequado ou ignorância das mais rudimentares noções de Dietética infantil.

Não é possível que continuemos a trilhar este caminho. Há necessidade imperiosa de estudarmos cuidadosamente a questão em todos os seus pormenores, se queremos de fato fazer Assistência à Infância, povoar o Brasil com brasileiros.

O problema é difícil, de solução complexa. No entanto, isto deve ser mais uma razão para que comecemos, não só para que em breve possamos ter leite abundante e bom, alimento de que a criança retira os elementos essenciais ao bom desenvolvimento orgânico, como para que sejam resolvidas outras questões sociais correlatas, tais como a da assistência às mães e a da alimentação correta da nossa gente.

A solução que temos de encontrar pouco difere das que se procurou em outras terras. No entanto, sem que o Governo se ponha a frente desta campanha, nada se conseguirá, porque é ao Estado que compete velar pelo bem coletivo e, em nosso meio, tomar as iniciativas úteis, incompatíveis com o espírito mercantil de nossa sociedade.

Tenho plena esperança em que o atual administrador paraibano, sempre pronto em atender às necessidades da Paraíba, procurará solucionar esse

problema, completando serviços já começados á custa de grandes esforços particulares e criando outros, para serem entregues a paraibanos capazes e amantes de sua terra. Usando a linguagem dos homens de negócio, diríamos – O dinheiro gasto nesses serviços públicos será recuperado depois com juros compensadores¹⁸⁷.

A noção de esperança aparece na arquitetura da revista da LBA relacionada a uma série de acontecimentos e processos políticos que estavam em jogo no momento em que os textos foram escritos. O caso do texto acima citado aparece diante de um problema social muito sério que era a mortalidade infantil na Paraíba e que a LBA tomaria como uma de suas principais bandeiras na atuação em prol da infância e da maternidade, como também é enunciado neste texto.

Contudo, são textos de momentos distintos, pois o anterior refere-se ao momento pós-segunda guerra enquanto este se trata de uma produção do momento em que o conflito se desenrolava na Europa e provocava os efeitos que o artigo anterior destaca. Dois momentos, duas abordagens, dois modos de construir leituras sobre o mundo. No entanto, ambos são marcados por sensações de incômodo diante do que estava ocorrendo e dos efeitos que se teria que enfrentar ainda.

Se o primeiro parece ter um tom mais carregado de um mal estar diante de tudo o que a guerra provocou e do triste legado que ela deixou do ponto de vista da quantidade de mortos e das artimanhas bélicas que tornaram a tarefa de matar mais fácil e ágil, criando efeitos desastrosos e ceifando com milhares de vidas humanas em um curto período de tempo e com menores recursos físicos, o segundo parece apostar no futuro. Mas ocorre também que o texto de Manuel Florentino faz uso da noção de esperança como ponto de articulação de um discurso elogioso ao Ruy Carneiro.

“A solução que temos de encontrar pouco difere das que se procurou em outras terras”, diz o articulista Manuel Florentino. “No entanto, sem que o Governo se ponha a frente desta campanha, nada se conseguirá, porque é ao Estado que compete velar pelo bem coletivo e, em nosso meio, tomar as iniciativas úteis, incompatíveis com o espírito mercantil de nossa sociedade”. Trata-se evidentemente de um discurso que colabora para alicerçar a proposta de um Estado forte, interventor, que sob a ótica da gestão da população promove, sanciona, regula, implementa e avalia procedimentos técnicos e políticos que tendem cada vez mais a fazer da vida um objeto de definição política.

¹⁸⁷ A União, segunda-feira, 2 de fevereiro de 1942, p. 3.

Deste ponto de vista o problema da infância toma dimensões estratégicas na medida em que fere algo que passa a ser cada vez mais importante do ponto de vista de sua produtividade econômica e reprodutibilidade operacional nos postos dedicados aos indivíduos seja por meio de trabalho ou da instrução pública: a vida. Desenvolver políticas que cuidam da vida desde o processo de gestação, passando pelo nascimento, alimentação na primeira infância e posterior desenvolvimento físico e cognitivo por meio de instrução e preparação para o mundo trabalho, tudo isso faz parte de toda uma espécie de engenharia social que tem na vida se cerne, seu ponto de partida e de chegada mediante o aperfeiçoamento qualitativo – pelo menos em tese – das condições básicas de existência das populações flageladas pela seca ou pela sorte.

Tudo isso ocorre, afinal de contas, pela razão de que se considerava preciso “povoar o Brasil com brasileiros” e era preciso ainda fazer com que esse brasileiro fosse aperfeiçoado passo a passo, de modo que não houvesse degenerescência da raça, mas robustez – força física e moral – dos indivíduos cujos corpos treinados para o trabalho, construiriam a nação.

Os dois textos falam também da sensação de incerteza, de um tempo marcado pela insegurança e pela impossibilidade de prever com certeza o desenrolar dos acontecimentos. Contudo, nas páginas do jornal *A União* se insiste em que “para quem acredita na evolução das cousas, para os que crêem que é justamente nestas épocas de incertezas para a Humanidade que fermentam os grandes acontecimentos que nos demonstram não ser o homem só e besta insaciável de morticínios”, pois compreendia-se que aquele era “[...] o momento de pensar no dia de amanhã, na formação de uma juventude otimista, numa mocidade que acredite em alguma cousa de mais valor do que o dinheiro [...]”.

Apostar em um novo tempo significaria também, e fundamentalmente, apostar em pessoas. Apostar, assim, tem o sentido de formar estas pessoas para que assim estivessem aptas para ocupar um lugar profissional e social, isto é, um conjunto de tarefas e atividades que efetivamente já havia sido traçado para elas. Se por um lado ocorre desse discurso apostar no incentivo de uma juventude mais otimista diante dos desafios do mundo, também ocorre que o pensar no amanhã aparece como necessidade premente, fundamental.

O que poderia significar este *pensar no amanhã* senão demarcar também uma continuidade entre aquilo que no presente existiria e se gostaria de legar ao futuro, prolongando? Se futuro e presente são compreensões temporais que só se tornam possíveis na relação, dado que o futuro é produzido como expectativa e o presente, por sua vez, só existe como experiência sensorial articulada com o que a antecedeu, isto é, o passado, como articular

o futuro como total novidade se sua produção já é em si mesma localizada em referências construídas?

“Há necessidade imperiosa de estudarmos cuidadosamente a questão em todos os seus pormenores”, declara também o articulista. E neste sentido torna possível compreender como o movimento de interpretação da criança como problema social e político passava por um profundo investimento – como as múltiplas páginas da revista da LBA e outros periódicos permitem perceber – na análise, isto é, na produção de uma leitura sobre a infância que tende a buscar compreender diferentes fatores que a articulam de tal maneira em determinado momento. Sendo assim, ao que parece, essa compreensão exigiria um exercício de produção de informações e uma articulação cientificamente orientada desse conjunto para criar uma espécie de síntese que seria marcada por dois efeitos: um diagnóstico e uma prescrição.

Diagnosticar parece ter o sentido de estabelecer relações entre fatores sociais, biológicos, políticos que tornariam possível determinada situação como o alto índice de morte de crianças motivada por doenças como enterite e outras que teriam na alimentação mal planejada sua causa. Então parece se tratar de um movimento de articular relações entre fatores e buscar causas destes e seus efeitos no corpo infantil e na vida infantil como um todo.

Prescrição tenderia a significar, de acordo com esse discurso, uma ação direta a ser implementada em relação ao problema verificado e agora devidamente *analisado* por meio desse olhar que articula fatores e identifica causas. Desse modo, a prescrição seria a supressão da situação verificada ou sua transformação qualitativa mediante outros fatores postos em jogo que minimizariam as condições diagnosticadas.

Portanto, essa retórica do cuidado ganha complexidade de muitas formas nos discursos produzidos tanto pela LBA como também por outros atores e órgãos sociais do momento, o que permite perceber as condições de possibilidade da própria ação da LBA e suas diferenças em relação ao conjunto mais amplo de práticas discursivas e relações de força em que ela se situava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como iniciar a escrita de um texto, finalizá-lo é um momento um tanto quanto denso. São sensações diferentes uma vez que, diferentemente do início, quando me deparava com uma página em branco sobre a qual necessitava imprimir um trajeto de pesquisa e aprendizados, agora me deparo – ao olhar o arquivo no computador – com páginas e páginas escritas, reflexões tecidas, análises construídas, leituras apresentadas. Mas assim como a incerteza do momento inicial me atravessava de ponta a ponta por não saber exatamente o que seria dito sobre o objeto escolhido e o percurso de pesquisa trilhado – uma vez que ainda o estava trilhando, em grande medida – agora a sensação de incerteza também marca presença, mas operando noutro sentido. Agora *já* disse o que pude, apresentei um percurso *já* trilhado, falei de um objeto *já* estudado, teci meu discurso sobre um processo que para mim *já* não continua acontecendo, mas se encerra ao passo em que escrevo estas últimas palavras.

Deste modo, esse é um momento em que perguntas tornam a aparecer, não no sentido de problematizações a serem feitas em forma de perguntas às fontes, mas como cobranças particulares ao trabalho já realizado. O que terá faltado ler? Onde não terei ido pesquisar? De que forma lerão meu texto? Qual sentido para a infância terá construído meu discurso historiográfico e de que forma meu texto pode ser lido como um questionador do instituído sobre a infância e sobre a experiência estudada?

Chegar ao fim de um percurso parece sempre ser mediado pela sensação de incerteza diante da abertura do texto ao mundo dos leitores – espero que acadêmicos e não acadêmicos – e também é permeado sempre por cobranças, pois a insatisfação parece ser algo forte neste processo de trabalho, e apesar dos prazos que se tem para a construção de uma dissertação, é fato que um pesquisador sempre acha que pode ter feito mais, que poderia ter lido e escrito mais coisas, pensado diferente, procurado mais fontes, e assim por diante.

O processo de escrita da dissertação mostra como escrever é um exercício descontínuo e atravessado por múltiplas experiências. Ora a insegurança diante da página em branco após ter lido pilhas de livros e fichado outra montanha de fontes, ora a sensação de que o parágrafo está bom e que o objetivo naquele trecho da análise foi bem atendido. Escrever é estar entre uma parte de um processo *já* trilhado e encarar que ele ainda está em curso. Neste sentido, o ato de escrever esteve *entre* um passo e outro da pesquisa. Para mim, a pesquisa e a escrita da dissertação foi uma experiência transformadora, um ponto importante na minha formação e na minha trajetória como pesquisador. Foi uma oportunidade de verticalizar leituras, desconstruir

crenças em relação ao processo de pesquisa e escrita de uma dissertação de mestrado. Enfim, foi aquilo que penso que uma dissertação precisa ser: instrutiva (para quem a escreve, antes de para quem eventualmente irá lê-la).

Operar cortes, redefinir caminhos, fazer escolhas, entender que certas ambições precisam ser adiadas, que certas leituras precisam ser melhor ruminadas e elaboradas subjetivamente: estas são algumas das lições que essa dissertação deixa em mim. Assim como escrever é cortar, como nos diz a poeta Adélia Prado, penso que a pesquisa também funciona assim. Logo: pesquisar é cortar. Ao passo em que temos diante de nós, em alguns casos, uma quantidade ampla e variada de registros históricos que podemos transformar em fontes, é preciso fazer escolhas e com isso redefinir muitas vezes um percurso de pesquisa e mesmo um objeto a ser pesquisado, como ocorreu comigo. Assim, outra lição que o mestrado deixa em mim é que, efetivamente, a única lei da pesquisa é a mudança, isto é, a abertura para a mudança de/no percurso, o que ao fim e ao cabo só nos faz aprender mais e mais sobre o nosso ofício.

Tratei, nas páginas anteriores, da infância como uma invenção histórica urdida em redes de poder e saber localizadas no tempo e no espaço, sendo mais um efeito do que a causa desses discursos e, desse modo, não sendo dotada de essência alguma, mas de uma historicidade específica. Desenhei os contornos de uma genealogia da infância como objeto de saber e de poder na Paraíba, e neste sentido fiz a análise dos discursos que circularam por meio de veículos oficiais de propaganda do governo e também em outros meios que questionaram aqueles considerados oficiais. Em maior ou menor medida tratei de práticas discursivas e não discursivas que se conectaram de formas complexas para dar visibilidades e dizibilidades à infância criada como tema político.

No capítulo *Miragens do Corpo* analisei os discursos médicos e pedagógicos que urdiram o corpo infantil como objeto de um saber autorizado a prescrever comportamentos, padrões de alimentação, escolarização e os modos de relação entre as famílias, as mães e as crianças, sendo tais elementos mediados pela LBA e seus agentes – médicos, enfermeiras, voluntárias, puericultores, etc. Busquei pensar a historicidade do corpo como um objeto do saber e do poder e como toda uma política de Estado foi articulada por meio da imagem do corpo infantil percebido enquanto um signo da carência e da fragilidade e tal leitura foi usada justamente para que se pudesse exercer poder sobre um corpo coletivo mais amplo, a população. Parti de um conjunto de imagens que permitiu pensar as diferentes narrativas em torno do corpo infantil e com isso esbocei questões acerca da escolarização da criança na Paraíba, a inserção da merenda escolar a partir do início da década de 1940 e seus objetivos

políticos e pedagógicos do ponto de vista da formação de sujeitos no espaço escolar, mediante a situação social e econômica da Paraíba naquele momento, segundo dados produzidos pela própria LBA.

No capítulo *Cartografias da Assistência* foi possível pensar os contornos de uma biopolítica na Paraíba por meio de uma rede de assistência social voltada para a infância e maternidade. Neste sentido, a problemática do espaço governável foi pensada por meio de toda a maquinaria política montada pela LBA em vários municípios da Paraíba através dos vários postos de puericultura, cursos de formação de voluntárias, bem como as diferentes atividades que compuseram a intervenção da comissão estadual naquele território. O capítulo articulou imagens fotográficas, notícias de jornal, dados demográficos e de outros tipos, assim como o mapa da Paraíba exibido na capa de uma edição de 1949 do boletim, com o objetivo de cartografar as diferentes relações e forças políticas que estiveram em jogo no momento em que se buscou fabricar essa rede de assistência social voltada para mulheres e crianças. Deste modo, não procurei pensar o espaço apenas do ponto de vista físico, mas como algo histórica e culturalmente fabricado em relações de poder que neste caso envolveram o Estado como figura articuladora de outras forças, visando convencer a população acerca dos cuidados com a infância e maternidade.

No último capítulo, *Narrativas da Esperança*, eu pude me debruçar sobre os diferentes textos que permitiram pensar como a ideia de esperança foi montada e feita circular pela imprensa paraibana e pelo periódico da LBA, em especial, diante de uma conjuntura política e ambiental marcada pelas estiagens que marcaram os anos de 1942 e 1951-52 na Paraíba. Deste modo, procurei pensar a articulação da LBA com outras estratégias de intervenção como o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) e apontar particularidades e transformações na ação da LBA durante o início da década de 1950, quando o interventor do estado era José Américo de Almeida. Busquei pensar de que modo essas narrativas em torno da esperança e de um novo tempo por vir foi relevante para fabricar a ideia de um Brasil novo, uma Paraíba nova e, por sua vez, um tempo novo no qual se poderia superar o drama da seca e os índices alarmantes de mortalidade infantil. Construir leituras sobre um tempo novo parece ter sido fundamental para que a própria ideia de infância se tornasse viável, na medida em que investir nela era investir no homem brasileiro e no novo tempo em que ele se situaria historicamente e no qual as calamidades do presente e as intempéries de uma vida marcada pela carência teriam se tornado passado.

Entendo que fiz uma história política. Escrevi sobre os jogos de poder e as armadilhas do saber em que a infância foi tecida como objeto de uma biopolítica centrada no governo da

infância e, por extensão, no governo da vida. A partir dessa problematização – ou melhor, para poder dar conta dela – pude analisar as miragens do corpo, as cartografias da assistência e as narrativas da esperança. Três movimentos relacionados, mas atuando sobre domínios e temas distintos para poder construir uma genealogia que articulasse uma densidade analítica e uma leveza narrativa, como tentei fazer. Foi por meio das múltiplas imagens fotográficas que eu pude construir uma estratégia narrativa ou uma arquitetura discursiva que fosse capaz de dar continuidade, progressão e complexidade ao texto, mas sempre seguindo um cuidado metodológico básico: não incorrer em relações causais de tipo simplista e continuidades temporais gratuitas, ou seja, que não fossem postas em questão como tempos atravessados por rupturas, continuidades e transformações.

Acredito que nesse percurso de pesquisa aprendi a olhar as imagens de outra forma. Cheguei a dizer em alguns momentos que o trabalho com as imagens estava sendo minha grande paixão, algo que me motivou durante o percurso de escrita e me ajudou a repensar minhas relações com elas em um mundo a todo o tempo marcado pelo signo das imagens – refiro ao momento em que vivo, claro! Foi por meio desse interesse e motivação no trabalho com as imagens que construí um texto marcado por conversas entre autores diferentes, trabalhos distintos, mas que cada um a seu modo me ensinou a ler imagens e escrever a partir delas. Inquietação, estranhamento, curiosidade, tensão, afetos. Assim caminhei.

Claro que outras que fizeram parte da pesquisa não entraram no texto devido aos cortes na documentação e ao sentido do uso de tais imagens de acordo com o objeto de estudo. Mas o fato é que todas me ensinaram, me provocaram tensões e foi por meio desse procedimento que pude construir um texto articulado do início ao fim pelo trabalho com as imagens fotográficas.

Este é o primeiro trabalho acadêmico na Paraíba a tomar os discursos sobre a infância construídos e publicados pela comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência como um tema de pesquisa. Neste sentido eu compreendo que abrir um tema de pesquisa, mostrar outras possibilidades sobre a história da infância e das políticas públicas desenhadas institucionalmente para tratar e cuidar da infância e do corpo infantil é sempre marcado pelo desejo de fazer o melhor, mas pela constatação de que se trata apenas de um exercício inicial. Que outros pesquisadores da História e das Ciências Sociais possam tomar a LBA como tema de pesquisa e desdobrar análises, mostrar outros aspectos, apresentar outras imagens e informações sobre uma história com muito a pesquisar, conhecer e escrever.

Pude perceber como na Paraíba e na atuação da LBA nesse estado a infância foi um objeto definido como questão de gestão pública a partir de uma série de orientações e

definições que partiram tanto da comissão central no Rio de Janeiro como do Departamento Nacional da Criança (DNCR). Tentei perceber de que maneira as transformações específicas pelas quais passava a Paraíba condicionaram a atuação da LBA, evitando assim um simples raciocínio causal entre a ação local e as definições e orientações nacionais. É claro que foram incorporadas localmente muitas definições e regras, mas também existia uma agenda local específica que fez com que por aqui o tema da seca fosse fundamental para a destinação de recursos e investimentos da LBA, por exemplo.

Essa pesquisa pode contribuir para que se analise e se pense a história das políticas para a infância por duas razões: em primeiro lugar ela tematiza as políticas públicas como efeito de uma relação complexa entre a sociedade e o Estado e não apenas como mera benesse ou concessão das primeiras-damas e seus maridos interventores, governadores e mesmo presidentes da república, articulados a um conjunto de especialistas autorizados a definir e intervir sobre a infância. Em segundo lugar, apresenta temas e questões que parecem tradicionalmente não serem olhados como objetos centrais quando se pensa sobre políticas para a infância. Assim, o corpo, o espaço em que se produz uma rede assistencial e os sentidos políticos articulados a uma categoria como esperança (como sentimento impulsionador de transformações no tempo) são questões sobre as quais me debrucei e sobre as quais esbocei caminhos para uma análise.

Talvez esse texto ainda apresente outra contribuição para a formação subjetiva de outros jovens pesquisadores que tomem a infância como tema de pesquisa. Essa contribuição – que poderia ser chamada ainda de uma provocação ética – diz respeito à necessidade de um cuidado todo especial no processo de produção do nosso saber sobre a infância. Esse cuidado pode ser construído a partir do momento em que se compreenda a infância no plural e, mais que isso, como enigma ontológico – isto é, a infância compreendida como o *outro* com quem podemos aprender sempre mais; este estrangeiro que traz muitas histórias para contar e uma disposição para construir também outras e novas histórias, marcando sempre a possibilidade afirmativa da diferença e do devir –, como nos propõe Jorge Larrosa.

Que o saber sobre as infâncias não mate – ou não tenha sequer como meta matar – o seu enigma, isto é, sua indefinição e novidade radical do ponto de vista humano. Às vezes caímos na armadilha das definições e de um saber que possa construir prognósticos. Às vezes incorremos no risco – e quando se é pesquisador e militante esse risco é acentuado – de produzir análises consideradas autorizadas para definir não apenas a infância e uma tecnologia política – no sentido das políticas públicas – para melhor atender e sanar problemas, mas apontar caminhos de forma normativa e unilateral. O que quero dizer é que

nosso maior desafio quando se começa a ler sobre infância (mas sobre outros temas também, é claro) é que devemos sempre alimentar o cuidado que nos preserve de uma indiferença odiosa e um saber vaidoso, arrogante. Ambos os comportamentos nos incapacitam intelectualmente para uma ação ética e política na esfera pública.

Que o saber sobre a infância possa não operar sobre o já dito, já escrito, já analisado e, assim, se voltar apenas a comentar sobre isso, mas que opere sobre o signo da crítica e do novo. Em outras palavras, quero dizer que penso que o saber crítico sobre a infância pode ser uma forma de descortinar novas formas de dominação no mundo contemporâneo, a exemplo do que tem ocorrido com o processo indiscriminado de medicalização da infância e da adolescência no tempo presente no Brasil e no mundo nesse início do século XXI.

As relações entre infância e mídia em um processo de erotização do corpo, assim como as problemáticas relações entre crianças e o mundo virtual põem em questão formas de socialização, desenvolvimento cognitivo, padrões de educação e formas de aprendizado, assim como formas de subjetivação e produção de identidades. Pensar sobre tais práticas é necessário e relevante. Portanto, esses são possíveis temas de pesquisas para interessados a fazer parte do canteiro de estudos da infância – um campo múltiplo e heteróclito por definição – seu espaço de atuação. Antes de tudo essas são questões contemporâneas para discussão nas Ciências Sociais, mas fundamentalmente são questões políticas a serem consideradas seriamente pelas famílias, sociedade, mídias e o Estado como definidor de políticas públicas e formas de relação institucional com as infâncias.

No sentido de compreender sensibilidades, memórias e outros registros da ação da LBA no Brasil, penso que o boletim da comissão central do Rio de Janeiro permite pensar histórias de amor entre pracinhas e jovens mulheres que ficaram no Brasil, o processo de doação e circulação dos livros enviados pelas madrinhas dos pracinhas para os campos de batalha, as políticas nacionais definidas pela LBA, etc. No caso do boletim da LBA na Paraíba há muitas possibilidades de pesquisa para quem queira fazer a história do corpo medicado, das mulheres e dos sentidos do feminino e da maternidade nesse periódico, assim como uma história da saúde e da doença, uma vez que há muitas informações sobre epidemias e doenças como poliomielite, febre amarela, entre outras.

Para quem quiser fazer uma história das recepções dos discursos de pensadores americanos e franceses por meio desse periódico, também é outra possibilidade interessantíssima. Do mesmo modo quem quiser fazer uma história econômica ou da administração pública pode lançar mão desse boletim para construir análises relevantes no campo da história pública e das políticas de Estado por meio dos diversos balancetes,

prestações de contas e dados sobre a gestão da LBA na Paraíba. Quais os possíveis sentidos de um investimento da LBA na transparência de suas contas para a população por meio do periódico? De que maneira tal investimento pode ser considerado como uma transformação na cultura política paraibana entre as décadas de 1940 e 1950? Enfim, são questões para pensar.

Contei a história de uma infância investida de sentidos e ações políticas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) em um momento em que o Brasil passava por transformações importantes, partindo da emergência das políticas públicas na área de saúde, educação e assistência social no período de um governo ditatorial como o Estado Novo (1937-1945) e que produziu uma série de efeitos importantes na organização política e no que seria produzido discursivamente como identidade brasileira e o sentido de brasilidade. Nisso tudo a infância foi colocada como questão crucial para formar um Brasil civilizado e moderno na medida em que sua população fosse instrumentalizada e educada de forma condizente com tal projeto. Para isso uma legião de mulheres, médicos, enfermeiros, mães e famílias, etc., foi articulada para que, diante do problema da alta taxa de mortalidade materna e infantil, tal realidade pudesse ser transformada.

Pensei e escrevi nas páginas anteriores sobre as gramáticas que urdiram discursos sobre o corpo infantil, a infância e a própria vida. Tomar a vida como questão de governo significou antes de tudo atribuir a ela uma série de valores e significados historicamente construídos como, por exemplo, a superação de uma “degenerescência” racial e moral, o trabalho como valor formador do caráter e transformador das subjetividades desviantes, a exemplo dos malandros e *menores* delinquentes.

Neste trabalho estudei certa concepção de infância mediada pelos conceitos de higiene, medicalização, educação, civilidade e, principalmente, pela ideia de assistência médico-social para a infância e a maternidade. E historicamente essa concepção de infância foi construída tendo como articulação uma diferença entre as crianças (escolarizadas, higienizadas, situadas no modelo familiar nuclear, governadas) e o *menor* – algumas vezes nomeado como delinquente e/ou abandonado – como sendo *um outro* em relação à infância, como alguns historiadores, sociólogos e antropólogos já vêm estudando faz algum tempo. Neste sentido, são estatutos diferentes que estão em jogo, são subjetividades e processos de subjetivação distintos, do ponto de vista da experiência histórica e das relações de força que os instituem no tempo e no espaço.

Ao chegar ao fim deste percurso de pesquisa e escrita, eis que outro percurso se delineia diante de mim. Outras oportunidades, outros pontos de vista, novas experiências de pesquisa, leitura e escrita se abrem e poderão dar a chance para que eu continue trabalhando

no canteiro da infância, mas agora a partir de novos olhares, com outras documentações, outras visibilidades e gramáticas a serem analisadas. Chegou o momento de ensaiar outra narrativa, outra pesquisa, outro procedimento. Acima de tudo chegou o momento em que poderei me debruçar sobre um objeto adiado até agora, uma vez que, inicialmente, queria investigar a invenção do *menor* e seu estatuto de sujeito (in) governável no mestrado, mas diante um processo de amadurecimento como pesquisador achei por bem aguardar outro momento para que esta pesquisa se efetivasse. Foi então que, ao operar um corte na pesquisa, busquei dar continuidade ao que havia produzido no trabalho de graduação, isto é, uma leitura dos discursos sobre a infância no boletim da LBA na Paraíba.

Se a produção de discursos sobre a questão do menor atravessou todo o século XX no Brasil, remontando-se inclusive a uma série de preocupações já diagnosticadas na primeira metade do século XIX, é interessante perceber a emergência de um conjunto multifacetado de narrativas na literatura, cinema, legislação, periódicos, TV e no campo religioso com a Campanha da Fraternidade de 1987 cujo lema foi “Quem acolhe o Menor, a mim acolhe”, como pontos de partida para compreender um processo de invenção histórica do *menor* delinquente como um *sujeito*.

Portanto, nesta nova experiência de pesquisa que se abre daqui para frente será possível desenhar outros procedimentos para realizar uma nova genealogia. Dessa vez se trata da genealogia de um sujeito. Dando novos contornos e desdobramentos para a analítica foucaultiana do poder – sem esquecer as inspirações e questões já apontadas por Nietzsche –, mas agora também podendo pensar outros pontos de miragem com Gilles Deleuze, um novo percurso terá como objetivo analisar todo um arquivo de imagens e textos por meio do qual o *menor* emerge na segunda metade do século XX a partir de outros enunciados que permitem pensar rupturas e continuidades em relação ao legado de saberes produzidos durante todo um século.

Desse modo, a tarefa seguinte será a de pensar a emergência do menor delinquente como imagem e conceito culturalmente instituído por meio da articulação de diferentes registros, compreendendo-o pelo atravessamento de uma multiplicidade de narrativas que partiram de campos distintos – com formatos e processos de circulação social também distintos – para inventar um sujeito marcado pelos signos da delinquência e da criminalidade. Fazer a história desse *outro* em relação à infância – mas que também permite ler outras maneiras de inventar a infância – deslindando tramas e relações de forças marcadas por jogos de dominações, transgressões, afetividades, resistências, assim como por imagens dotadas de intensidades e performances singulares, consistirá em um novo desafio para o pensamento e

para a escrita. Contudo, tais personagens, tramas e conflitos são partes de uma narrativa a escrever, são motivações para um novo deslocamento na pesquisa. São, antes e acima de tudo, páginas de uma nova – e espero que inspiradora – história.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer – o poder soberano e a vida nua*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

_____. *Infância e História. Destruição da experiência e origem da história*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. *O que é o contemporâneo?* In. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 55-73.

_____. *O que é um dispositivo?* In. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 25-51.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

AMADO, Jorge. *Capitães da Areia*. 114ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ARAÚJO, Silvera Vieira de. *Dispensando o feioso: a construção da higiene estética de Campina Grande (1930-1960)*. 139 f.. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BARBOSA, Jivago Correia. *Política e assistencialismo na Paraíba: o Governo de José Américo de Almeida (1951-1956)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2012.

BARROS, José D'Assunção. *Koselleck: historicismo e o enigma das temporalidades*. In. *Teoria da História*. Volume 4. 3ª edição. Petrópolis, 2014, p. 265-302.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. *Lo obvio y lo obtuso – imágenes, gestos, voces*. Traducción de C. Fernández Medrano. Paidós Comunicación, Barcelona/Buenos Aires/México, 1986.

_____. *O discurso da história*. In. *O rumor da língua*. Tradução: Mário Laranjeira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 163-180.

_____. *O efeito de real*. In. *O rumor da língua*. Tradução: Mário Laranjeira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 181-190.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In. FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-192.

BRANCO, Guilherme Castelo. *Atitude-limite e relações de poder: uma interpretação sobre o estatuto da liberdade em Michel Foucault*. In. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de;

VEIGA-NETO, Alfredo; SOUSA FILHO, Alípio. *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 137-147.

BRITES, Olga. *Imagens da infância – São Paulo e Rio de Janeiro, 1930 a 1950*. 269 fls. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CÂMARA, Sônia. Por uma acção preventiva e curativa da infância pobre: os discursos jurídico-educativos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1910-1920. In. LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs.). *Para uma compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, pp. 263-282.

CARDIM, Leandro Neves. *Corpo*. São Paulo: Globo, 2009.

CARDOSO JR., Hélio Rebello. Acontecimento e História: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das ciências humanas. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 105-116, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *Marcha acelerada (1930-1945)*. In. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 85-153.

CORRÊA, Mariza. *A cidade de menores: uma utopia dos anos 30*. In. FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1997, p. 81-99.

CUNHA, Maria Fernandes Vilarinho da. *Razão e Loucura – a perspectiva arqueológica de Michel Foucault*. 141 f.. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade do Porto, Portugal, 2002.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. Tradução: Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DE BAETS, Antoon. O impacto da Declaração Universal dos Direitos Humanos no estudo da História. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 5, Setembro de 2010, p. 86-114.

DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.

DELEUZE, Gilles. *A dobra – Leibniz e o barroco*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. 6ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

_____. Um novo cartógrafo (Vigiar e Punir). In. Foucault. Tradução Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 33-53.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. 2ª ed. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. *Quando as imagens tocam o real*. Tradução de Patrícia Carmello e Vera Casa Nova. Revista Pós – Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 204-219. nov. 2012.

DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. *Michel Foucault – uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução: Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2ª ed. ver. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

DUARTE, João de Azevedo e Dias. Tempo e crise na teoria da modernidade de Reinhart Koselleck. *História da Historiografia*, Outro Preto, n. 8, abr. 2012, p. 70-90.

FARGE, Arlete. *Do acontecimento*. In. Lugares para a História. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 71-83.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. Olhar para as imagens como arquivos e histórias. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 8, n. 2, jul-dez. 2015.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *A governamentalidade*. In. Microfísica do poder. Introdução, organização e revisão técnica de Roberto Machado. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012, pp. 407-431.

_____. *As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução: Salma Tannus Muchail. 9ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. Aula de 17 de março de 1976. In. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 201-222.

_____. Aula de 31 de Janeiro de 1979. In. *Nascimento da Biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 103-138.

_____. *História da loucura na idade clássica*. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. *História da sexualidade I – A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Alburquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

_____. *Nietzsche, a genealogia e a história*. In. Microfísica do poder. Introdução, organização e revisão técnica de Roberto Machado. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012, pp. 55-86.

_____. *O surdo trabalho das palavras*. In. Isto não é um cachimbo. Tradução de Jorge Coli. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. *Vigiar e Punir – nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 40ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

FREITAS, Marcos Cezar de. Para uma sociologia histórica da infância no Brasil. In: _____. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1997, p. 11-18.

IAMAMOTO, Marilda Villela & CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LAJOLO, Marisa. *Infância de papel e tinta*. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 1997, pp. 229-250.

LARROSA, Jorge. O enigma da infância. In: *Pedagogia profana – danças, piruetas e mascaradas*. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 183-198.

LOPES, Elaine Marta Teixeira. A psicanálise aplicada às crianças do Brasil: Arthur Ramos e a “criança problema”. In: FREITAS, Marcos Cezar de & KUHLMANN JR, Moysés. *Os intelectuais na história da infância*. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2002, 219-343.

LIMEIRA, Maria das Dores & FORMIGA, Zeluiza da Silva. *UFPB: Implicações Políticas e Sociais de sua História*. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba, 1986. Disponível em: http://www.ndihr.ufpb.br/programa/ufpb_implicacoes.html. Acesso em 25 de dez. 2016.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 111-154.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

MACHADO, Roberto. *Foucault – a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2007.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. 2ª ed. São Paulo Editora Hucitec, 1998.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. *Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)*. João Pessoa: Ideia, 2015.

MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 13-34. 2001.

MENEZES, Mozart Vergetti de. Ordem e progresso, delinquência e menoridade. *Saeculum* (UFPB), João Pessoa, v. 3, p. 81-92, 1999.

MIRANDA, Humberto da Silva. *Meninos, moleques, menores... Faces da infância em Recife (1927-1937)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2008.

MOSÉ, Viviane. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOULIN, Annie Marie. O corpo diante da medicina. In. COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Allain; VIGARELLO, Georges. *História do corpo. As mutações do olhar*. O século XX. Tradução e revisão: Ephraim Ferreira Alves. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011, 15-82.

MOURA, Vera Lúcia Braga de. *A invenção da infância: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

NALLI, Marcos Alexandre Gomes. Arqueologia e epistemologia: ensaio de caracterização do saber como objeto da investigação da arqueologia foucaultiana. *Perspectiva Filosófica*, v. IX, n. 18, Julho-Dezembro, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral – uma polêmica*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. *A infância como portadora do futuro: América Latina, 1916-1948*. 314 f.. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. “*Fora da higiene não há salvação*”: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. *Mneme – Revista de Humanidades*. V.4 - N.7 - fev./mar. de 2003.

OLIVEIRA, Paloma Rezende. *Vinde a mim os pequeninos – Políticas de educação e assistência às infâncias*. Juiz de Fora: Funalfa, 2012. 163 p.

PARADA, Maurício. Corpos infantil e nacional: políticas públicas para a criança durante o Estado Novo. In. DEL PRIORE, Mary & AMANTINO, Márcia (Orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2011.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In. DEL PRIORE, Mary. *História das crianças no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História – operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRADO FILHO, Kleber & TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 45-59, jan-jun. 2013.

QUEIROGA, Maria do Socorro Nóbrega. Discurso republicano e governo da infância. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação: circuitos e fronteiras da História da Educação no Brasil, 2013, Cuiabá, MT. VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013. v. 1. p. 1-14.

RAGO, Luzia Margareth. A preservação da infância. In. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 117-162.

RANCIÉRE, Jacques. *O destino das imagens*. Tradução de Mônica Costa Netto. Organização: Tadeu Capistrano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RECCO, Clovis. *Resenha de História social da criança e da família*. Caminhos, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 351-356, jul./dez. 2009.

RIZZINI, Irene. *O século perdido – raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. (Orgs.) *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados. In. RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. (Orgs.) *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 225-286.

ROBAIMA, Igor Martins Medeiros. Assistência social ou controle sócio-espacial: uma análise das espacialidades políticas da Fundação Leão XII sobre as favelas cariocas (1947-1962). *Revista Espacialidades*, v. 6, n. 5, p. 176-196.

SANDIN, Bengt. Imagens em Conflito: Infâncias em Mudança e o Estado de Bem-Estar social na Suécia: Reflexões sobre O Século da Criança. *Revista Brasileira e História*, v. 19, n. 37, São Paulo, sept. 1999.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In. DEL PRIORE, Mary & AMANTINO, Márcia. *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 283-312.

SCORSIM, Silvana Maria. A filantropia no Brasil: entre a caridade e a política de assistência social. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 86, julho de 2008.

SILVA, James Roberto. *Fotogenia do caos: fotografia e instituições de saúde em São Paulo (1880-1920)*. 115 f.. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Jean Patrício da. *A construção de uma nova ordem: análise da interventoria de Ruy Carneiro no estado da Paraíba (1940-1945)*. 166 f.. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2013.

SILVA, Daniela Medeiros da. *Cartografias da infância: discursos institucionais, pedagógicos e curriculares da pré-escola campinense*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

SILVA, Rômulo Henrique Andrade. *Uma micro-história da menoridade de Campina Grande (1927-1932)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e política – a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SOUSA, Débora da Silva. “*O berço dos infantes desamparados*”: o Hospital-Escola Fundação Assistencial da Paraíba – FAP (1959-1979). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, 2014.

TEIXEIRA, Kerolyn Daiane. *A puericultura nas páginas do jornal em Curitiba, entre a virada do século XX até 1930*. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Paraná, 2010.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil da época da segunda guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 235 p.

TUMELERO, Michele Rodrigues & SILVA, Cristiani Bereta. Legião Brasileira de Assistência e o “projeto civilizador” instaurado em Chapecó/Sc na década de 1940. *Revista de História Regional* 18(2), p. 335-362, 2013.

TUMELERO, Michele Rodrigues. *A Legião Brasileira de Assistência e os investimentos sobre as mulheres e as crianças na construção de uma “nova Chapecó – SC (1940-1960)*. 132 fls. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. *Por que governar a infância?* In. RESENDE, Haroldo de. (Org.). Michel Foucault – o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 49-56.

_____. Teoria e método em Michel Foucault – (Im) possibilidades. *Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas* [34]: 83 - 94, setembro/dezembro 2009.

QUEIROGA, Maria do Socorro Nóbrega. Discurso republicano e governo da infância. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação: circuitos e fronteiras da História da Educação no Brasil, 2013, Cuiabá, MT. VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013. v. 1. p. 1-14.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. *Revista Brasileira de História*, vol. 19 n. 37 São Paulo Sept. 1999.

FONTES

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano I, n. 2, Junho de 1947.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano I, n. 4, Agosto de 1947.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano I, n. 6, Novembro e Dezembro de 1947.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano II, Jan-Fev de 1948, Nº 7.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano II, Mar 1948, Nº 8

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano 2, Abr 1948, Nº 9.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano II, Mai-Jun 1948, Nº 10.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano II, Jul 1948, Nº 11.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano II, Ago 1948, Nº 12.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano II, Nov-Dez 1948, Nº 15.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano III, n. 16, Janeiro e Fevereiro de 1949.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano III, n. 18, Maio e Junho de 1949.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano III, n. 21, Novembro e Dezembro de 1949.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano IV, n. 22, Janeiro e Fevereiro de 1950.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano IV, n. 23, Março e Abril de 1950.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano IV, n. 26, Outubro, Novembro e Dezembro de 1950.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano V, n. 27, Janeiro e Fevereiro de 1951.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano V, n. 28, Março e Abril de 1951.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano V, n. 29, Maio e Junho de 1951.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano V, n. 30, Julho e Agosto de 1951.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano V, n. 31, Setembro e Outubro de 1951.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano V, n. 32, Novembro e Dezembro de 1951.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano VI, n. 33, Janeiro e Fevereiro de 1952.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano V, n. 34, Março e Abril de 1952.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano V, n. 35, Maio e Junho de 1952.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano V, n. 36, Julho, Agosto e Setembro de 1952.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano V, n. 37, Outubro, Novembro e Dezembro de 1952.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano VII, n. 39, Abril, Maio e Junho de 1953.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano VII, n. 40, Julho, Agosto e Setembro de 1953.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano VII, n. 41, Outubro, Novembro e Dezembro de 1953.

Boletim da Legião Brasileira de Assistência – LBA. Comissão Estadual com sede em João Pessoa. Ano IX, n. 45, Janeiro a Junho de 1955.

Decreto federal nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Código de Menores.

Decreto-lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14830.htm. Acesso em 07 de jan. 2015.

A União, 15 de abril de 1944, p. 7.

A União, Quarta-feira, 30 de setembro de 1942, p. 3.

A União, 2 de fevereiro de 1942, p. 4-5.

O Momento, de 13/20 de dezembro de 1976, p. 99.

A União, 1 de janeiro de 1942.

Correio da Manhã, domingo, 15 de fevereiro de 1953, p. 9. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_06&pagfis=24107&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em 27 de dez. 2016.

O Norte, 4 de janeiro de 1952, sexta-feira, p. 1.

A União, segunda-feira, 2 de fevereiro de 1942, p. 3.

CASTRO, Oscar Oliveira. Instituições médicas e assistenciais. In. Medicina na Paraíba – flagrantes de sua evolução. Editora A União, 1945, p. 351-418.

Coleção Paraíba Nomes do Século. Série Histórica, n. 35. Editora A União, 2000.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Revista HISTEDBR On Line, Campinas, n. especial, p. 188-204, ago. 2006.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1937.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1946.

Alice Carneiro (Imagem da mulher paraibana a serviço das grandes causas sociais). Senado Federal, Centro Gráfico, 1977.

Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>. Acesso em 21 de abr. 2016.

Dicionário Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=legi%E3o>. acesso em 24 de abr. 2016.

Hospital Arlinda Marques. Informações disponíveis em: <http://paraiba.pb.gov.br/inauguracao-da-reforma-de-ambulatorio-e-entrega-de-equipamentos-marcam-os-70-anos-do-arlinda-marques/>. Acesso em 10 de jun. 2016.

Informações sobre Rosilda Cartaxo podem ser acessadas no site do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), no site: <http://www.ihgp.net/luizhugo/rosilda.html>. Acesso em 25 de jun. 2016.

Etimologia da palavra curriculum, ver: <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/curriculum-vitae/>. Acesso em 26 de jun. 2016.
Mensagem do Exmo. Governador José Américo de Almeida, no dia 1º de Junho de 1951 à Assembleia Legislativa da Paraíba.
Disponível: https://archive.org/stream/mensagemparaiba1951esta/mensagemparaiba1951esta_djvu.txt. Acesso em 25 de Dez.. 2016.

Acordo entre o Fundo Internacional de Socorro à Infância e o governo dos Estados Unidos do Brasil. Nova York, 9 de Junho de 1950. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1950/b_10/. Acesso em 26 de Dez. 2016.

Eleanor Roosevelt, primeira-dama dos Estados Unidos da América, segurando o texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL915169-16107,00->

DECLARACAO+DOS+DIREITOS+HUMANOS+INSPIROU+TRATADOS+E+CONVENC
OES.html. Acesso em 28 de Dez. 2016.